



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**GIOVANA GONÇALVES PEREIRA**

**MIGRAÇÕES E AGRONEGÓCIO:  
ESPAÇOS NA CITRICULTURA PAULISTA**

**CAMPINAS  
2019**

GIOVANA GONÇALVES PEREIRA

MIGRAÇÕES E AGRONEGÓCIO:  
ESPAÇOS NA CITRICULTURA PAULISTA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do Título de Doutora em Demografia.

Supervisor/Orientador: DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA  
ALUNA GIOVANA GONÇALVES  
PEREIRA, E ORIENTADA PELA PROFA.  
DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER

Campinas  
2019

# FICHA CATALOGRÁFICA

**Bolsista CNPq**

**Processo:** 140839/2015-1

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

P414m Pereira, Giovana Gonçalves, 1991-  
Migrações e agronegócio : espaços na citricultura paulista / Giovana Gonçalves Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração Interna. 2. Agronegócio. 3. Trabalhadores rurais. 4. Periferias. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Migrations and agribusiness : spaces in the citriculture of São Paulo

**Palavras-chave em inglês:**

Interne Migration

Agrobusiness

Agricultural laborers

Inner cities

**Área de concentração:** Demografia

**Titulação:** Doutora em Demografia

**Banca examinadora:**

Rosana Aparecida Baeninger

Roberto Luiz do Carmo

Roberta Guimarães Peres

Carlos Raul Etulain

Juliana Dourado Bueno

**Data de defesa:** 25-03-2019

**Programa de Pós-Graduação:** Demografia

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2048-612X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2731214967897383>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 25 de maio de 2019, considerou a candidata Giovana Gonçalves Pereira **APROVADA**.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger (orientador)

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo – IFCH/UNICAMP

Dra. Roberta Guimarães Peres – Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Carlos Raul Etulain – FCA/UNICAMP

Dra. Juliana Dourado Bueno – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

*Ao Hugo (in memoriam), a Vete e ao Osmar  
(os pontos cardeais da minha bússola)*

## AGRADECIMENTOS

*Mira o tempo que passou com olhar benevolente,  
Com certeza, fez o melhor ao seu alcance [...]  
Emily Dickinson (1813-1886)*

A escrita desta tese significa o encerramento de um ciclo pessoal e profissional, o qual se iniciou em 2009 com a minha aprovação no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Assim os agradecimentos são muitos, pois por sorte a vida sempre foi generosa comigo ao proporcionar encontros extraordinários.

Os primeiros agradecimentos destino à minha família. Meus pais, Silvete e Osmar, que não mediram esforços, amor, carinho, e motivação ao longo desses anos de estudo e dedicação exclusiva a minha paixão profissional no campo das ciências sociais e da demografia. Minha mãe me ensinou que devemos sempre olhar para o potencial de mudança de nós mesmas e do mundo, me fez praticar a autonomia emocional e o espírito da honestidade. Meu pai, leitor assíduo dos meus textos e rascunhos, um dos maiores motivadores da minha trajetória. Caminho todos os dias buscando deixá-los orgulhosos das minhas escolhas e dos meus posicionamentos. Meu irmão, Victor Hugo, popularmente conhecido como Hugo, que nos deixou neste plano terreno, mas que seguiu e segue cotidianamente como minha inspiração diária de superação, gentileza e maturidade. Estou de olho nos três, amo-os com todas as minhas forças e sorrisos mais sinceros. Agradeço também a extensão dessa família na versão dos pequenos pets que me proporcionaram doses de carinho e fofura durante as disciplinas, na realização da pesquisa, e na escrita de artigos e leituras: ao Bob, ao Ash, a Margot, ao Octávio e ao Dedé.

Sobre a sorte da trajetória agradeço a família que formei e fortaleci, ao longo de uma década, aqui em Barão Geraldo. Agradeço a Bianca de Souza Correa, minha saudosa colega de quarto, amiga de longa data e uma das pessoas mais queridas que tive o prazer de conhecer durante a graduação. Agradeço também a Alexandre D'Ávila, um dos meus primeiros grandes amigos por esses cantos, fornecedor do melhor pão de queijo de Barão, mineiro de coração gigante, e a Bianca Ribeiro, vocês dois me proporcionaram as melhores hospedagens e prosas destes últimos anos.

É necessário me recordar também das minhas primeiras amigas no curso de Ciências Sociais: Mayara Fernandes, Mariana Hase Ueta e Natália Padovan Siqueira, fiéis escudeiras desde os primeiros trabalhos, incentivadoras e responsáveis pelo carinho que

resistiu ao tempo e a distância. Agradeço também a Glaucia Mardegan, minha companheira de cervejinhas e café, da minha saudade diária e revisora assídua da minha dissertação e desta tese.

Agradeço aos amigos/amores de Barão Geraldo: Kelly Cristina Camargo, com quem dividi alegrias, conquistas, parcerias, aprendizados, seguimos juntas amiga; Maria Elisa Venegas que me ensinou a importância de seguir o coração e ir atrás de seus sonhos, me proporcionando abraços a distância fundamentais no processo de luto e auto aceitação; Marcelo Ceccarelli, dono da melhor risada, e um dos cientistas políticos com coração mais bonito deste país; Jean Lucas Fernandes, com seu olhar crítico e sistemático que entendia meu rigor e perfeccionismo; Letícia Trevizan, pelo bom humor, doses extras de risadas e ombro amigo, e Fernanda Lang, uma das melhores companhias para café, conversas descontraídas e suporte emocional.

Agradeço as amigadas proporcionadas pelo meu grupo de pesquisa e trabalho, o Observatório das Migrações em São Paulo. Destaco aqui meu agradecimento à professora Rosana Baeninger pela confiança, orientação, ensinamentos e por ser um exemplo de honestidade, integridade acadêmica, profissional e pessoal. Ao me ensinar diariamente a importância do trabalho coletivo e da construção de uma trajetória profissional através de parcerias, permitiu que eu conhecesse uma equipe comprometida com o fazer científico crítico e responsável. Agradeço a todos os integrantes e ex-integrantes do Observatório.

Durante minha participação no grupo tive a oportunidade de conhecer, trabalhar frente a frente fortalecendo vínculos com mulheres fenomenais: Lidiane Maciel, uma das minhas inspirações e tutora não formalizada; Roberta Peres, cujo bom-humor e profissionalismo são exemplos; Joice Domeniconi, uma das amigadas mais queridas, companheira de almoços e cafés da tarde, e dona dos abraços mais gostosos do lado de cá; Natália Belmonte Demétrio, cujo acompanhamento da minha trajetória desde a iniciação científica foi imprescindível para o meu crescimento e desenvolvimento como pesquisadora; Silvana Queiróz, exemplo de competência e comprometimento; Sofia Furtado, por todo carinho, carisma, vontade de aprender e compartilhar conhecimento.

Agradeço as distintas coortes do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGD-UNICAMP) por todo carinho, incentivo, risadas e confiança, foi uma honra trabalhar na representação discente. Aproveito para agradecer a Pier Francesco de Maria e Natália Mazzoli Arruda pelo trabalho e todo aprendizado que desenvolvemos coletivamente durante nossa gestão.

Aos colegas demógrafos, gostaria de agradecer nominalmente a Dafne Sponchiado, Fernanda Fortes de Lena, Dayane Dias, Luiza Nogueira Losco, Pedro Andrade, Ana Camila Ribeiro Pereira, Gustavo Brusse, Joyce Meneghim, Késia Anastácio, Matheus Albino, Larissa Catalá e Manoela Munhoz pelas conversas, conselhos, carinhos, cervejas e cafés compartilhados.

Agradeço à Adriana Fernandes, pela revisão desta tese, companheirismo, amizade, carinho e todo apoio que me deu desde meu primeiro dia de trabalho no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP), aproveito para agradecer a todos os funcionários do NEPO, e também a Maria Ivonete.

Agradeço aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Organização, Poder e Mercado (NESPOM) da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR/UNESP), onde fiz minha segunda casa acadêmica ao longo do doutorado. Agradeço a Professora Maria Chaves Jardim pela receptividade, confiança, reconhecimento e carinho, assim como, a Paulo Carvalho Moura, a Camila Benjamin e a Lucas Vasques que permitiram que além de parcerias fossem construídos laços de amizade e companheirismo. Agradeço de mesma forma aos amigos/amores da cidade de Araraquara; Taina Veloso Justo, Giovanna Isis Castro de Lima, Juliane Gonzaga, Jéssica Chagas, Luiza Gonçalves Moreira, Natália Innocente e Licia Fagotti.

Agradeço aos membros e ex-membros do Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo, grupo de pesquisa e militância que fiz parte entre 2016 e 2017. Minha participação e convivência com Rosemeire Salata, Leonardo Reis, Ellen Correa, Lilian da Rosa e Gabriel da Silva Teixeira foram primordiais no momento do desenho do projeto desta pesquisa, registro aqui minha admiração pelo trabalho de vocês.

Agradeço as profissionais que acompanharam meus cuidados com o corpo e a mente para que tudo se desenvolvesse da forma mais tranquila e serena possível: a psicóloga Viviane da Silva Ferrari e as instrutoras de yoga Katiane Shishito e Giuliana Garcia.

Agradeço aos meus fiéis colegas profissionais e amigos matonenses: Pedro Trench, Ana Paula dos Reis, Jéssica Troiano e Caroline Mendes dos Santos. Seguimos firmes e juntos em mais uma etapa, obrigada pelas participações especiais em todos os momentos decisivos da minha vida. Ainda em recordação aos amigos matonenses, gostaria de agradecer a Luizza Zupanni por todo carinho e boas energias e a Natália Manente pela amizade de longa data.

Agradeço a Floraci dos Santos Gonçalves Pereira, dona Nena, minha avó paterna e madrinha, pelo incentivo, emocional e até mesmo financeiro, e carinho ao longo de toda a trajetória que me trouxe até aqui. E finalmente poderei realizar o sonho do Seu Oswaldo de ter uma “doutora” na família Gonçalves Pereira.

Agradeço as minhas irmãs e ao meu irmão de alma por todo suporte, amor, amizade, incentivo, abraços, risadas, colos e memórias, sou eternamente grata pela existência de vocês em meu cotidiano e história: Camila Albaricci, Jéssica Bellini e Lucas Fernandes Corrêa. Sem vocês, eu nada seria meus amores!

Agradeço aos meus companheiros de república Sofia Ferraz, Bruno Greguer, Letícia Santos e Luis Felipe Foiadelli por tornarem meu cotidiano mais leve, agradável e por me recordarem todos os dias como “é bom estar em casa”.

Agradeço a Ana Flávia Viana Marete por todo carinho, amor, companheirismo, abraços, risadas e doses de alegrias diárias que juntos me proporcionaram momentos mais tranquilos em meio a tanta turbulência frente as perdas irreparáveis e a finalização da escrita... “*cê sabe, né?*”.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGD) da Unicamp por todo ensinamento, críticas e suporte ao longo destes quatro anos. Particularmente as contribuições do professor Roberto do Carmo e das professoras Glaucia Marcondes, Maria Coleta de Oliveira, Joice Melo Vieira e Luciana Alves tanto no desenvolvimento da minha carreira como pesquisadora, quanto no âmbito pessoal. Agradeço por tido exemplos como vocês dentro da universidade. Agradeço aos ensinamentos e direcionados proporcionados pela professora Roberta Peres na banca de qualificação, conjuntamente ao professor Alberto Riella. Os olhares apurados e criteriosos permitiram avanços na minha pesquisa e formação.

Agradeço as professoras Rosana Baeninger, Roberta Peres e Juliana Dourado, bem como, aos professores Roberto do Carmo e Carlos Etulain pela leitura e contribuições na construção coletiva deste trabalho.

Agradeço aos funcionários da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS) da Prefeitura Municipal de Matão, principalmente a Adriana, ao Hélio, ao Carlão e a Jéssica por todo suporte e confiança em meu trabalho e rigor científico.

Agradeço aos entrevistados, entre 2010 e 2013, por compartilharem suas histórias e trajetórias conosco em nosso trabalho de campo.

Agradeço, por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Processo n. 140839/2015-1) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) através do Projeto Temático “*Observatório das Migrações em São Paulo*” (CNPq/FAPESP - Processo n. 2014/04850-1) por tornarem viáveis o desenvolvimento desta pesquisa, a divulgação dos resultados e desdobramentos da mesma em eventos científicos nacionais e internacionais.

*“Somos una especie en viaje  
No tenemos pertenencias, sino equipaje  
Vamos con el polen en el viento  
Estamos vivos por que estamos en movimiento  
Nunca estamos quietos  
Somos tras humantes, somos  
Padres hijos nietos y biznietos de inmigrantes  
Es más mio lo que sueño que lo que toco  
Yo no soy de aquí, pero tu tampoco  
Yo no soy de aquí, pero tu tampoco  
De ningún lado, de todo y, de todos”*

(Movimiento, Jorge Drexler)

## RESUMO

Esta pesquisa se insere no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP) e possui como objetivo central a compreensão das migrações internas de trabalhadores rurais piauienses, alocados na colheita da laranja no interior paulista, e suas espacialidades na cidade do agronegócio citrícola (ELIAS, 2011) de Matão/SP em décadas recentes. As idas e vindas destes migrantes contribuem para dinamização e retroalimentação de espaços urbanos e rurais pertencentes ao arranjo urbano-rural regional da citricultura (DEMÉTRIO, 2017). Sob este contexto emergem as periferias migrantes, espaços privilegiados da migração dos colhedores de laranja e conectadas diariamente pelos espaços urbanos “do cá” de pequenas e médias cidades do arranjo da laranja em São Paulo; e, pelos rurais “do lá”, das comunidades rurais do Piauí. As estratégias de circulação e manutenção desta mão de obra também se articulam às políticas sociais, como o Programa Bolsa-Família, e aos direitos trabalhistas, via Seguro Desemprego. Neste sentido, foram analisados os bancos de dados do Cadastro Único para Programas Sociais (MDS) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, MTE) com o propósito de caracterização desse grupo populacional. A tese buscou, em um primeiro momento, demonstrar o protagonismo da mão de obra migrante, interna e internacional, na constituição do mercado de trabalho rural-agrícola paulista, posteriormente foram sistematizadas informações acerca da atual configuração deste mercado, com enfoque aos colhedores de laranja, e a apresentação das espacialidades do arranjo da laranja. Por fim, este estudo se dedicou a apresentação dos espaços da migração (BAENINGER, 2012) da cidade de Matão/SP e de Jaicós/PI por meio de pesquisas de campo, via observação direta, realizadas entre 2010 e 2013.

**Palavras-Chave:** Migração interna; Agronegócio; Trabalhadores rurais; Periferias.

## ABSTRACT

This research is part of the Observatory of Migration in São Paulo (NEPO / IFCH / UNICAMP) and has as its central objective the understanding of the internal migrations of rural workers in Piauí, allocated to the orange harvest in the interior of São Paulo, and their spatialities in the city of agribusiness (ELIAS, 2011) of Matão / SP in recent decades. The comings and goings of these migrants contribute to the dynamization and feedback of urban and rural spaces belonging to the regional urban-rural arrangement of citriculture (DEMÉTRIO, 2017). In this context emerge the migrant peripheries, privileged spaces of the migration of the orange lanyards and connected daily by the urban spaces of the small and medium cities of the orange arrangement in São Paulo; and by the rural "do lá" of the rural communities of Piauí. The strategies of movement and maintenance of this workforce are also articulated to social policies, such as the Bolsa Família Program, and to labor rights through Unemployment Insurance. In this sense, the databases of the Single Register for Social Programs (MDS) and the Annual Social Information Relation (RAIS, MTE) were analyzed for the purpose of characterizing this population group. The thesis sought, initially, to demonstrate the role of migrant labor, internally and internationally, in the constitution of the rural-agricultural labor market of São Paulo, and later systematized information about the current configuration of this market, focusing on orange pickers, and the presentation of the spatialities of the orange arrangement. Finally, this study was dedicated to the presentation of the migration spaces (BAENINGER, 2012) of the city of Matão / SP and Jaicós / PI through field surveys, through direct observation, conducted between 2010 and 2013.

**Keywords:** Internal migrations; Agribusiness; Agricultural laborers; Inner cities.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Entradas totais do Investimento Estrangeiro Direto (IED), entradas anuais, US\$ (em milhões) a preços de 2005* no Brasil e América do Sul, 2000-2015 .....	26
FIGURA 2 – Exportação de laranjas e tangerinas por mil toneladas do Brasil, Estados Unidos da América e produção mundial (1961-2013).....	61
FIGURA 3 – Arranjo urbano-rural regional da laranja, Estado de São Paulo, 2006/2010.....	65
FIGURA 4 – Sistematização das etapas e agentes mobilizados na contratação de colhedores de laranja em uma agroindústria citrícola.....	74
FIGURA 5 – Razão de sexo dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, nas sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000 a 2015 .....	82
FIGURA 6 – Razão de sexo dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, no arranjo urbano-rural regional da laranja e no Estado de São Paulo, 2000 a 2015 .....	82
FIGURA 7 – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Estado de São Paulo, 2000, 2005, 2010, 2015.....	84
FIGURA 8 – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000, 2005, 2010, 2015.....	85
FIGURA 9 – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000.....	86
FIGURA 10 – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2005.....	87
FIGURA 11 – Pirâmide Etária dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2010.....	88
FIGURA 12 – Pirâmide Etária dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2015.....	89
FIGURA 13 – Escolaridade dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000 a 2015...91	91
FIGURA 14 – Razão entre brancos e pardos dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, por sub-região do arranjo da laranja, no arranjo da laranja, e total do Estado de São Paulo, 2006 a 2015.....	94
FIGURA 15 – Reportagem veiculada no Jornal do Brasil em 11/10/1987 sobre a cidade do agronegócio citrícola de Matão, SP.....	99
FIGURA 16 – Enxerto da reportagem veiculada no Jornal do Brasil em 11/10/87 sobre a cidade do agronegócio citrícola de Matão, SP.....	99
FIGURA 17 – Localização das unidades industriais extratoras de suco de laranja no Estado de São Paulo.....	102
FIGURA 18 – Distribuição por área plantada em hectares por município, 2006/2007. ....	103
FIGURA 19 – Distribuição Geográfica de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), 2007/2008 .....	104

FIGURA 20 – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.) Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Limeira, segundo municípios 2000 e 2010.....	124
FIGURA 21 – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.) Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Matão/Araraquara, segundo municípios 2000 e 2010.....	125
FIGURA 22 – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.), segundo municípios Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Bebedouro/SP 2000 e 2010.....	125
FIGURA 23 – Parte da Citrosuco Paulista em Matão, 2018.....	128
FIGURA 24 – Estrutura etária e distribuição por sexo da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017.....	142
FIGURA 25 – Razão de sexo da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017.....	142
FIGURA 26: Estrutura etária e distribuição por sexo da população inscrita no CadÚnico e natural do Estado do Piauí, Matão, 2011.....	146
FIGURA 27 – Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Portal Terra da Saudade, Matão, 2018.....	151
FIGURA 28 – Localização dos bairros citados e beneficiados pelos planos de habitações populares, em relação ao centro da cidade de Matão/SP.....	155
FIGURA 29 – Trabalhador rural é notificado por moradia irregular em Matão/SP.....	157
FIGURA 30 – Periferia Migrante – Rua do Jardim Popular em Matão, 2013.....	159
FIGURA 31 – Espaço da migração: Origem, “Casa fechada” em comunidade rural de Jaicós, 2013.	164
FIGURA 32 – Espaços das Migração (Origem), Casa “crescida” em comunidade rural de Jaicós, 2013.....	165
FIGURA 33 – Espaço da migração: Origem, “Casa fechada” em comunidade rural de Jaicós, 2013.....	166

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Municípios paulistas integrantes do arranjo urbano-rural regional da laranja por sub-região do arranjo, 2017.....	65
QUADRO 2 – Definição da ocupação selecionada como proxy dos colhedores de laranja no Estado de São Paulo, 2010.....	78
QUADRO 3 – Principais comunidades rurais e bairros em Jaicós/PI, 2010.....	131

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Fluxo do Investimento Estrangeiro Direto (IED), entradas anuais totais, em US\$ (em milhões) a preços de 2005*, no Brasil e América do Sul, e percentual do Brasil na América do Sul, 2010-2015 .....	27
TABELA 2 – Estoque do Investimento Direto no País (IED) em US\$ milhões a preço corrente participação no capital, por investidor final*, 2010-2015.....	27
TABELA 3 – Percentual do estoque do Investimento Direto no País (IED) em US\$ milhões, participação no capital, por investidor final*, 2010-2015.....	28
TABELA 4 – Produção total e exportação de laranjas e tangerinas por mil toneladas, percentual de produção para exportação – Brasil, Estados Unidos da América (EUA) e no mundo – 1961-2013.....	59
TABELA 5 – Sistematização dos filtros utilizados para operacionalização dos trabalhadores rurais manuais pela Classificação Brasileira de Ocupações de 1994 e 2002 (CBO 94 e CBO 2002).....	77
TABELA 6 – Volume dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, 2000 a 2015, no arranjo urbano-rural regional da laranja e no restante do Estado de São Paulo.....	79
TABELA 7 – Volume dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, 2000-2015, nas sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja.....	81
TABELA 8 – Razão de sexo dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, nas sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja, no arranjo urbano-rural regional da laranja, no Estado de São Paulo, 2000 a 2015.....	83
TABELA 9 – Raça/Cor dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, por sub-região do arranjo da laranja, no arranjo da laranja, e total do Estado de São Paulo, 2006 a 2015 .....	92
TABELA 10 – População residente total por situação de domicílio, grau de urbanização e taxa de crescimento total e por situação de domicílio no arranjo urbano-rural regional da laranja e no Estado de São Paulo, 2000 e 2010 .....	109
TABELA 11 – População urbana, rural e total, grau de urbanização (em %) e taxa geométrica de crescimento populacional (em % a.a.) do arranjo urbano-rural regional da laranja por sub-região e municípios, 2000 e 2010 .....	111
TABELA 12 – População total, saldo migratório, crescimento absoluto, crescimento vegetativo e participação da migração no crescimento populacional (em %) no Arranjo urbano-rural regional da laranja segundo municípios, 2000 e 2010 .....	115
TABELA 13 – Volume de emigrantes, imigrantes, trocas e Índice de Eficácia Migratória intra arranjo urbano-rural regional da laranja, segundo municípios, Estado de São Paulo, 2010.....	118
TABELA 14 – Volume de emigração e imigração intraestadual, trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM) no arranjo urbano-rural regional da laranja, 2010.....	120
TABELA 15 – Volume de emigração e imigração interestadual, trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Arranjo urbano-rural regional da laranja, segundo subregião de Limeira, Matão/Araraquara e Bebedouro, 2005/2010 .....	122
TABELA 16 – Volume de emigração e imigração interestadual (apenas Região Nordeste), trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2005/2010.....	123
TABELA 17 – Variáveis selecionadas nos micro-dados do banco de pessoas do CadÚnico, Matão, 2018.....	138

TABELA 18 – Variáveis selecionadas nos microdados do banco de domicílios do CadÚnico, Matão, 2018.....	139
TABELA 19 – Local de nascimento da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017.....	140
TABELA 20 – Unidade da Federação de nascimento da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017 .....	141
TABELA 21 – Função principal declarada da população com 15 anos ou mais e ativa no mercado de trabalho no CadÚnico, Matão, 2017 .....	143
TABELA 22 – Trabalho remunerado últimos 12 meses, CadÚnico, Matão, 2017.....	143
TABELA 23 – Pessoa trabalhou na semana passada, CadÚnico, Matão, 2017.....	144
TABELA 24 – Município de nascimento da população natural do Estado do Piauí inscrita no CadÚnico em Matão, em 2011 e 2017.....	145
TABELA 25 – Função principal declarada da população natural do Estado do Piauí com 15 anos ou mais e ativa no mercado de trabalho no CadÚnico, Matão, 2017.....	147
TABELA 26 – Trabalho remunerado últimos 12 meses, CadÚnico, Matão, 2017.....	147
TABELA 27 – Pessoa trabalhou na semana passada, CadÚnico, Matão, 2017.....	147
TABELA 28 – Espécie de domicílio inscrito no CadÚnico, Matão, 2017.....	148
TABELA 29 – Domicílios inscritos no CadÚnico por bairro, Matão, 2017.....	149
TABELA 30 – Domicílios inscritos no CadÚnico com responsável natural do Estado do Piauí, Matão, 2011 e 2017.....	150

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ENTRE POMARES E CANAVIAIS: MIGRAÇÕES E A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO INTERIOR PAULISTA.....</b>	<b>24</b>
1.1 Globalização e agricultura na América do Sul .....	24
1.2 Migrações e mercado de trabalho rural do agronegócio: trabalhadores rurais migrantes .....	37
1.3 Do complexo agroindustrial ao <i>Agrobusiness</i> : o surgimento das cadeias globais de valor .....	47
<b>CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL CITRÍCOLA PAULISTA: O CASO DOS COLHEDORES DE LARANJA</b>	<b>57</b>
2.1 Entre o local e o global: a citricultura paulista e o arranjo urbano-rural regional da laranja.....	57
2.2 A estruturação do mercado de trabalho formal na citricultura .....	67
2.3 O perfil sociodemográfico dos trabalhadores da cultura da laranja e outros cítricos no arranjo urbano-rural da citricultura paulista .....	75
<b>CAPÍTULO 3 – CIDADES E POPULAÇÃO NO ARRANJO URBANO-RURAL REGIONAL DA CITRICULTURA PAULISTA .....</b>	<b>96</b>
3.1 Dentre laranjais e canaviais: os espaços produtivos do agronegócio citrícola paulista.	96
3.2 Dinâmica populacional no arranjo urbano-rural regional da laranja .....	108
3.3 A dinâmica migratória no arranjo urbano-rural regional da laranja .....	114
<b>CAPÍTULO 4 – PERIFERIAS MIGRANTES: OS ESPAÇOS DA MIGRAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CITRÍCOLA.....</b>	<b>127</b>
4.1 Migrações, agronegócio e cidades: as idas e vindas dos trabalhadores rurais migrantes .....	127
4.2 Migrações temporárias e as políticas sociais: o uso do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) no estudo dos migrantes e agronegócio.....	135
4.3 Entre o cá e o lá: as periferias migrantes do agronegócio citrícola .....	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>170</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no contexto do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP) e possui como objetivo central o estudo das migrações internas de piauienses para a colheita da laranja no interior paulista e suas espacialidades na cidade do agronegócio (ELIAS, 2003) de Matão/SP.

A consolidação do mercado de trabalho, formal e informal, em espaços rurais do Estado de São Paulo articulou-se historicamente a convivência de distintos processos migratórios internos e internacionais.

No século 19 as migrações internacionais, particularmente protagonizadas por italianos, portugueses e espanhóis, bem como, as migrações internas de trabalhadores nordestinos, associaram-se, no rural paulista, ao ciclo de expansão da economia cafeeira (BASSANEZI, 1995; PAIVA, 2004). Enquanto que no século 20 a modernização agropecuária, alicerçada na produção intensiva de culturas exportáveis – como a cana de açúcar, a laranja, o algodão, dentre outras – e conjugada aos processos de urbanização e industrialização, apresentou como um de seus resultados a proletarização de trabalhadores rurais migrantes do tipo rural-urbano de curta distância, e de longa distância vindos dos Estados de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba e do Paraná (ELIAS, 2003; SILVA, 1999; PAIVA, 2004; BAENINGER, 2012).

O século 21 se caracteriza pela reconfiguração das migrações internas (BAENINGER, 2012) e sazonais (MARTINS, 1986). As condições propiciadas pela reestruturação produtiva (CANO, 1988) das agroindústrias brasileiras (MAZZALI, 1999; ELIAS, 2003) culminaram no aumento da atuação dos capitais transnacionais nas esferas locais latino-americanas (CHESNAIS, 1996) e conseqüentemente em um novo padrão de controle da força de trabalho (QUIJANO, 2005).

O estudo do deslocamento e circulação da força de trabalho permite que compreendamos o desenvolvimento do capitalismo (GAUDEMAR, 1977; BALÁN, 1974). Nesta perspectiva, nos propomos a pensar o agronegócio não apenas como modo de produção especializado de *commodities* agrícolas (MAZZALI, 1999; ELIAS, 2003), mas em mesma medida como modelo de desenvolvimento (MENDONÇA, 2013; 2015) hegemônico de países capitalistas dependentes (FERNANDES, 1975; SANTOS, 1970).

A existência e conseqüente circulação dos trabalhadores rurais manuais da citricultura paulista, denominados nesta pesquisa como trabalhadores físicos do agronegócio

(GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a), se apresentam como “pontas” do processo produtivo do agronegócio brasileiro.

Em mesma medida, os pequenos e médios municípios inseridos em espaços não-metropolitanos e articulados a produção de commodities se apresentam como verdadeiros “laboratórios” de observação da sociedade do agronegócio (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Com efeito, Canales (2015) aponta que os processos migratórios se caracterizam como partes integrantes da sociedade global, deste modo, a percepção das interfaces entre o local e o global, neste estudo, se traduz através do entendimento de que as idas e vindas de trabalhadores rurais migrantes da laranja permitem tanto a reprodução da família e da estrutura social (MENEZES, 2009; CANALES, 2015) quanto a produção de novas espacialidades (TARRIUS, 1994; MACIEL, 2016) entre o “lá” das comunidades rurais piauienses e o “cá” dos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001) paulistas.

Sob esta conjuntura este trabalho apresenta um estudo de caso das relações estabelecidas entre Matão/SP e Jaicós/PI, dois espaços privilegiados da migração (BAENINGER, 2012), cujas transformações presentes, respectivamente, nos espaços urbanos e rurais se apresentam como interfaces da difusão do agronegócio citrícola no território nacional.

A cidade de Matão, localizada na porção central do Estado de São Paulo e pertencente ao arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017), teve seu crescimento econômico e demográfico condicionado pelo início das atividades da Citrusuco Paulista nos anos de 1960, constituindo-se como espaço privilegiado urbano (SASSEN, 1998) de atuação do capital transnacional (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015). O município paulista se apresenta conceitualmente como cidade do agronegócio citrícola (ELIAS; PEQUENO, 2006; PEREIRA, 2015) consolidando-se de forma privilegiada frente à rede urbana regional (CÔRREA, 2006) e a região produtiva do agronegócio da laranja (ELIAS, 2013). Tornando-se, portanto, um espaço mais suscetível e permeável aos desdobramentos das decisões do mercado financeiro global (FREDERICO, 2013).

A cidade de Jaicós localizada no semiárido piauiense, por sua vez, se apresentou como espaço migratório potencializador de novos deslocamentos (BAENINGER, 2012; MACIEL, 2016), ao reordenar e concentrar fluxos migratórios de comunidades e bairros-rurais de municípios adjacentes para o trabalho na construção civil na região metropolitana de

São Paulo, em Goiás e no Distrito Federal, e também para a safra da laranja e da cana de açúcar no interior de São Paulo.

As periferias migrantes destes municípios retratam cotidianamente as faces da migração sazonal dos trabalhadores rurais migrantes da citricultura, e são partes integrantes dos espaços da migração permitindo que compreendamos a sobreposição de fenômenos migratórios nas áreas urbanas e rurais.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro intitulado “Entre pomares e canaviais: Migrações e a consolidação do modelo de desenvolvimento do agronegócio no interior paulista” teve como objetivo o apontamento do aporte teórico-metodológico da pesquisa e buscou responder duas questões: “*O que se define como agronegócio?*”, e “*Quais são as possíveis vias explicativas para o entendimento da dinâmica migratória dos colhedores de laranja no interior paulista?*”.

O segundo capítulo, “A construção social do mercado de trabalho formal citrícola paulista: O caso dos colhedores de laranja”, possui como objetivo a apresentação das características sociodemográficas dos trabalhadores rurais migrantes alocados formalmente na colheita da laranja no interior paulista, demonstramos também a centralidade do Estado de São Paulo na divisão internacional do trabalho agrícola.

O terceiro capítulo tem como título “Cidades e população no arranjo urbano-rural regional da citricultura paulista” e foi construído visando apresentar e contextualizar os espaços produtivos e urbanos do arranjo da laranja (DEMÉTRIO, 2017), bem como, as principais características da dinâmica migratória regional.

Por fim, o capítulo 4, intitulado “Periferias migrantes: Os espaços da migração do agronegócio citrícola”, pretendeu contextualizar as modificações nas áreas urbanas do “cá” (VILLAÇA, 2001) e nas comunidades rurais do “lá” (SILVA, 2008a; SILVA, 2008b; MACIEL, 2016).



**Fonte:** Fazenda Santo Antônio e Pau D'Alho (1980 e 1985). Acervo Familiar Gonçalves Pereira. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo. 2018.

## CAPÍTULO 1 – ENTRE POMARES E CANAVIAIS: MIGRAÇÕES E A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO INTERIOR PAULISTA

---

*O que importa no conjunto não é a existência do arcaico e do moderno, seu grau de visibilidade e os mundos superpostos que evidenciam. Mas, o modo pelo qual as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas.*

(FERNANDES, 1975, p. 63).

### 1.1 Globalização e agricultura na América do Sul

---

Este capítulo destina-se a discussão do processo de consolidação do agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico adotado por grande parte da América Latina. Esta etapa se apresenta, no âmbito de nossa pesquisa, como central dada continuidade do protagonismo da força de trabalho migrante em ocupações laborais localizadas nas “pontas” do processo produtivo de commodities agrícolas no Brasil.

Neste sentido, buscaremos apresentar os principais condicionantes históricos e sociais presentes no processo de articulação e manutenção da exportação de commodities agrícolas como carro-chefe das economias capitalistas dependentes (MARINI, 1965; 1971; 2008; SANTOS, 1970; 1993; FERNANDES, 1975).

De acordo com Santos (1970) no sistema capitalista as relações de dependência são viabilizadas e condicionadas mediante a dinâmica estabelecida entre as estruturas sociais internas e internacionais. Deste modo, a dependência é entendida como “[...] uma situação em que a economia de determinados países é condicionada ao desenvolvimento e expansão de outra economia cujos primeiros estão subordinados”<sup>1</sup> (SANTOS, 1970, p. 231; *tradução livre*). No caso da América Latina, Fernandes (1975, p. 45) salienta que o desenvolvimento do capitalismo:

“[...] lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. [...] a economia capitalista está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas – existentes ou potencialmente acumuláveis –, o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados”.

---

<sup>1</sup> **Original:** “[...] a situation in which the economy of certain countries is conditioned by development and expansion of another economy to which the former is subject” (SANTOS, 1970, p. 231).

Marini (1971) caracteriza o capitalismo brasileiro através de sua especialização funcional que potencializou a tendência de centralização do capital e de consolidação do regime de monopólio. Santos (1970), em mesma medida, destaca que a base da dependência se traduziu pelo monopólio do capital financeiro e pela exportação do capital estrangeiro dos países centrais aos periféricos.

Mello (1997, p. 18), em consonância, define a periferia do sistema capitalista como “[...] resultado de uma forma particular de expansão do Centro capitalista [...]”. Nesta perspectiva, a periferia capitalista se caracterizaria por três elementos-chaves: *a.* dependência do sistema produtivo; *b.* fragilidade monetária e financeira frente ao mercado externo; e, *c.* subordinação político-militar.

A década de 1960 apresenta-se como um do momento chave para compreender o enfoque da *modernização capitalista*, traduzida por Hall e Soskice (2001), pela crença de que a adoção de um pacote de medidas econômicas específicas viabilizaria o crescimento econômico dos países periféricos. De acordo com os autores (HALL; SOSKICE, 2001), esse movimento baseou-se nas estruturas institucionais financeiras que propiciaram frente aos estados nacionais a intensificação do papel do setor privado, particularmente no que se referia aos sistemas de planejamento e a influência pública nos fundos de investimento financeiro.

No caso dos países periféricos que apresentam pautas exportadoras primárias, via comercialização de minérios e commodities agrícolas, Chesnais (1996, p. 47) assinala a formação de economias historicamente condicionadas ao “[...] resultado de antigos investimentos diretos, feitos a partir dos anos de 1880 por administrações ou empresas estrangeiras”. Tais investimentos foram, ao longo do tempo, visualizados como forma de “importação” dos padrões de eficiência e crescimento econômico dos países pertencentes ao *core do poder mundial* (DUPAS, 2005a) – como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Reino Unido, França e Itália – para os países periféricos e demais partes do mundo.

Destacamos, ainda que o investimento estrangeiro direto (IED) atua “[...] desde o final do século 19, na determinação das especializações comerciais dos vários países ou regiões do mundo [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 47). Marini (1977) nos chama a atenção para a atuação do IED na criação dos mercados de trabalho e consumidores locais e globais, assim como, no financiamento das infraestruturas públicas e privadas.

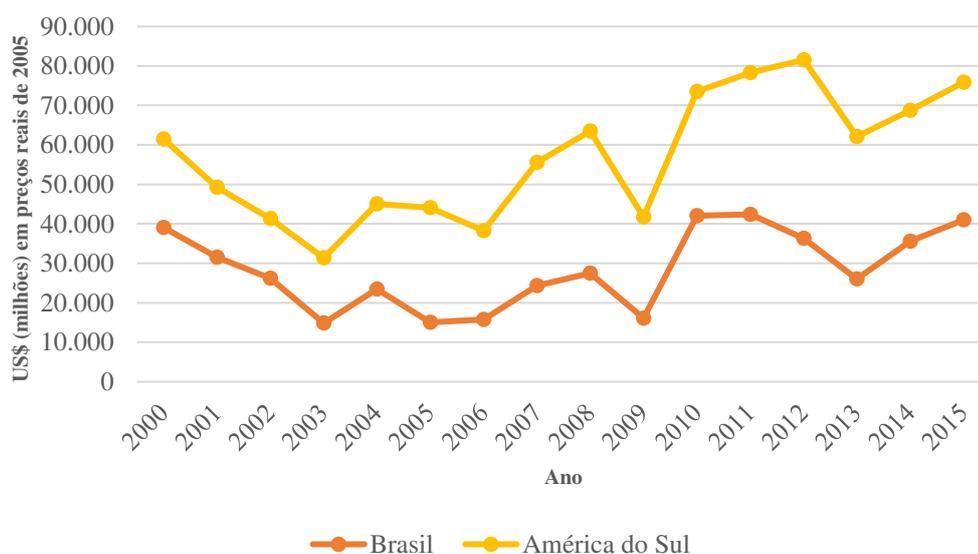
O financiamento externo e a atuação do capital internacional, para Santos (1970), ocasionam não somente a dependência do desenvolvimento do setor industrial e tecnológico perante as oscilações da balança de pagamentos, mas simultaneamente, o aumento da

monopolização do mercado internacional. O financiamento externo se apresenta, deste modo, como elemento indispensável para

[...] cobrir o déficit existente e financiar o desenvolvimento por meio de empréstimos para estimular o investimento e "fornecer" um excedente econômico interno que foi decapitalizado em grande parte pela remessa parcial do excedente gerado internamente e enviado ao exterior como lucros (SANTOS, 1970, p. 233, *tradução livre*)<sup>2</sup>.

O IED direcionado ao continente sul-americano nos últimos quinquênios apresentou um padrão de comportamento semelhante ao cenário brasileiro (Figura 1). Além disso, o Brasil possuiu no âmbito dos IED, uma posição de destaque no contexto latino-americano, apresentando, entre 2000 e 2015, percentuais superiores a 30% dos IEDs direcionados à América do Sul (Tabela 1).

**FIGURA 1** – Entradas totais do Investimento Estrangeiro Direto (IED), entradas anuais, US\$ (em milhões) a preços de 2005\* no Brasil e América do Sul, 2000-2015



**Fonte:** United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and the International Trade Centre (INTRACEN), 2000-2015.

\* A deflação foi realizada pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations).

<sup>2</sup> **Original:** “[...] to cover the existing deficit, and to finance development by means loans for the stimulation of investment and to "supply" an internal economic surplus which was decapitalized to a large extent by the remittance of part the surplus generated domestically and sent abroad as profits” (SANTOS, 1970, p. 233).

**TABELA 1** – Fluxo do Investimento Estrangeiro Direto (IED), entradas anuais totais, em US\$ (em milhões) a preços de 2005\*, no Brasil e América do Sul, e percentual do Brasil na América do Sul, 2010-2015

<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>América do Sul</b>	<b>% BR/AS</b>
<b>2000</b>	39.067,27	61.463,13	63,56
<b>2001</b>	31.547,08	49.285,07	64,01
<b>2002</b>	26.200,95	41.325,24	63,40
<b>2003</b>	14.843,95	31.382,13	47,30
<b>2004</b>	23.424,05	45.049,08	52,00
<b>2005</b>	15.066,29	44.074,05	34,18
<b>2006</b>	15.752,12	38.278,23	41,15
<b>2007</b>	24.339,28	55.587,28	43,79
<b>2008</b>	27.454,73	63.483,67	43,25
<b>2009</b>	16.064,35	41.740,90	38,49
<b>2010</b>	42.074,98	73.504,92	57,24
<b>2011</b>	42.406,07	78.274,20	54,18
<b>2012</b>	36.343,56	81.562,44	44,56
<b>2013</b>	26.050,54	62.084,03	41,96
<b>2014</b>	35.563,34	68.743,93	51,73
<b>2015</b>	41.002,00	75.834,51	54,07

**Fonte:** United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and the International Trade Centre (INTRACEN), 2000-2015.

\* A deflação foi realizada pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations).

Já ao que se refere aos investidores finais, ou seja, aos países que ocupam o topo da cadeia de controle do investimento, temos pelo levantamento do Censo dos Capitais Estrangeiros realizado pelo Banco Central do Brasil, entre 2010 e 2015, que os Estados Unidos da América (EUA) figuram em conjunto a Espanha e a Bélgica como principais investidores (Tabela 3 e Tabela 4).

**TABELA 2** – Estoque do Investimento Direto no País (IED) em US\$ milhões a preço corrente participação no capital, por investidor final\*, 2010-2015

<b>Investidor Final</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Estados Unidos	109.698	114.539	120.835	109.374	108.847	77.046
Espanha	85.421	77.187	70.569	59.475	57.524	37.472
Bélgica	50.342	54.855	70.658	63.624	1.048	935
Brasil	46.237	35.738	25.610	18.398	17.777	15.730
Reino Unido	41.635	42.169	46.712	41.857	36.675	21.894
Países Baixos	14.871	12.785	13.909	20.931	71.301	51.353
Demais países	239.005	252.319	255.177	236.976	224.944	158.086
<b>Total</b>	<b>587.209</b>	<b>589.592</b>	<b>603.470</b>	<b>550.635</b>	<b>518.116</b>	<b>362.516</b>

**Fonte:** Quadro VI – Investimento direto no País - Participação no capital, Estoque - distribuição por país do investidor final. Censo de Capitais Estrangeiros. Banco Central do Brasil, 2010-2015.

\* O investidor final ocupa o topo da cadeia de controle e não necessariamente coincide com o investidor imediato.

**TABELA 3** – Percentual do estoque do Investimento Direto no País (IED) em US\$ milhões, participação no capital, por investidor final\*, 2010-2015

<b>Investidor Final</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Estados Unidos	18,68	19,43	20,02	19,86	21,01	21,25
Espanha	14,55	13,09	11,69	10,80	11,10	10,34
Bélgica	8,57	9,30	11,71	11,55	0,20	0,26
Brasil	7,87	6,06	4,24	3,34	3,43	4,34
Reino Unido	7,09	7,15	7,74	7,60	7,08	6,04
Países Baixos	2,53	2,17	2,30	3,80	13,76	14,17
Demais países	40,70	42,80	42,28	43,04	43,42	43,61
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Quadro VI – Investimento direto no País - Participação no capital, Estoque - distribuição por país do investidor final. Censo de Capitais Estrangeiros. Banco Central do Brasil, 2010-2015.

\* O investidor final ocupa o topo da cadeia de controle e não necessariamente coincide com o investidor imediato.

As relações entre o capital internacional, as pautas de exportação brasileira e sul-americana e as políticas de financiamento públicas e privadas do modelo de desenvolvimento do agronegócio operam diretamente na configuração e na reorganização da dinâmica migratória dos trabalhadores rurais brasileiros.

As entradas do capital internacional condicionam-se, de acordo com Dupas (2005a, p. 41), à “[...] orientação neoliberal do governo, ao tamanho relativo e ao ritmo de crescimento das dívidas interna e externa, a ortodoxia monetária e fiscal”. Na América Latina, as políticas neoliberais promulgadas pelo Consenso de Washington apresentaram-se, segundo Tavares (1993); Sassen (1998) e Cano (2011), pela busca da consonância entre a política cambial e financeira através do processo de reestruturação produtiva.

O neoliberalismo pode ser descrito, neste contexto, como destaca Kay (2016), através da tentativa de manutenção da estabilidade econômica por meio da adoção de medidas que priorizam a disciplina fiscal, o livre comércio, a liberalização fiscal, a privatização e desregulação do mercado, a flexibilização do mercado de trabalho e liberação dos direitos de propriedade, dentre outras políticas.

A reorganização da economia mundial com o surgimento do neoliberalismo foi intermediada, segundo Marini (1977), por instituições financeiras como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cuja função, através do financiamento de “projetos de desenvolvimento econômico”, era criar condições favoráveis para a rentabilidade do capital privado, bem como, assegurar a hegemonia norte-americana ao garantir uma participação de ao menos 30% do capital. Enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenhava o papel, como assinala Marini (1977), de controle e fiscalização da circulação

do capital financeiro internacional, por meio do financiamento das balanças de pagamento e da centralização das reservas mundiais.

As modificações no campo da agricultura brasileira são decorrentes deste processo. Oliveira (1996, p. 468) aponta, neste sentido, que “a lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira”. Neste cenário a dívida externa ilustra-se como meio facilitador da intensificação e consequente expansão da cultura de produtos agrícolas e agropecuários exportáveis, tais como; a soja, a cana de açúcar, a laranja, o milho e a avicultura (OLIVEIRA, 1996; SARTI; LAPLANE, 2003; CANO, 2011; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a).

Este processo se retroalimenta dado caráter especulativo do capital internacional, Mendonça (2013, p. 11) nos mostra que:

[...] o aprofundamento da política governamental que aposta nos mercados de futuro gera maior dependência do agronegócio em relação ao capital financeiro e aumenta a instabilidade no mercado de commodities. Portanto, concluímos que tais fatores de *estímulo* à acumulação se convertem em limites na realização do *produto* do agronegócio que seria a valorização de capitais. Desta forma, consideramos que na atual conjuntura de predominância do capital financeiro, ou seja, de dependência do agronegócio em relação ao mercado de dinheiro, seu principal produto seria a própria dívida (*grifos nossos*).

A agricultura desempenha, portanto, um papel central nas relações internacionais, como assinala Mendonça (2015, p. 375), particularmente, no período após à Segunda Guerra Mundial em decorrência “[...] do processo de expansão do comércio agrícola mundial impulsionado pelos Estados Unidos, que é acompanhado pela aceleração da industrialização da agricultura e pela disseminação internacional do sistema de produção denominado agronegócio”.

As relações político-econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos, para Marini (1965) são partes ativas da expansão do imperialismo no continente sul-americano. Assim, como aponta Mendonça (2013; 2015), a expansão do sistema de produção do agrobusiness ocorreu tanto pela padronização do sistema agroalimentar, quanto pelo “[...] caráter monopolista ou imperialista do capital [pelo qual] se observa o processo de industrialização da agricultura, conhecido popularmente como agronegócio” (MENDONÇA, 2013, p. 7).

O capitalismo latino-americano, de acordo com Fernandes (1975, p. 45) tal como também anuncia Prado Jr. (1979), “[...] lança suas raízes na crise do sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica,

tecnológica e institucional as sucessivas nações hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista”.

Os espaços rurais e urbanos brasileiros e latino-americanos articulados economicamente, socialmente e demograficamente à exportação de commodities agrícolas tiveram suas transformações vinculadas ao surgimento de uma agricultura científica e globalizada sincronizada e, ao mesmo tempo, dependente dos mercados externos (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SANTOS, 2013).

Conquanto, como destaca Santos (1970), se em um primeiro momento a dependência se apresentou, no século 19, através da consolidação de economias de exportação articuladas a produção de mercadorias voltadas ao atendimento das demandas do mercado externo e a monocultura, a nova dependência característica do século 20 anunciou a consolidação do desenvolvimento econômico sintonizado às exigências das commodities internacionais e ao mercado de capitais.

O entendimento do conceito de agronegócio no Brasil associa-se, para Mendonça (2015, p. 392), na “[...] perspectiva que adota a ideia de desenvolvimento como sinônimo de progresso tecnológico, que ocorreria em etapas”. O desenvolvimento por etapas, segundo Marini (1971), permitiu o surgimento de um novo mecanismo de acesso aos monopólios via atuação do capital estrangeiro no contexto do capitalismo dependente sul-americano e brasileiro, o qual ficou conhecido como subimperialismo.

Esse processo pôde ser verificado através da política de substituição de importações, graças a centralização do capital e monopólio nos anos de 1930, e posteriormente com a industrialização da agricultura em meados de 1960, culminando na abertura econômica e privatizações da década de 1990 e, por fim, na constituição das cadeias de valor nas primeiras décadas do século 21.

Todavia, o desenvolvimento por etapas não se assentou somente em rupturas, mas também em continuidades. Sob este aspecto, apontamos que os processos de formação da sociedade e da economia brasileira, como nos mostra Prado Jr. (1979), basearam-se na convivência de distintos tempos históricos que garantem a perpetuação do *sentido de colonização*, ao que aponta Fernandes (1975, p. 80):

[...] a modernização processa-se de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do “moderno” com o “antigo”, ou então, do “moderno” com o “arcaico”, operando-se o que poderia descrever como a “modernização do arcaico” e a simultânea “arcaização do moderno”.

O processo de modernização também se articula de maneira distinta aos lugares, como sinaliza Santos (1972):

A modernização vem sempre acompanhada de uma especialização de funções que é responsável por criar uma hierarquia funcional, gerando ela mesma uma hierarquia de lugares. Com efeito, são os pontos do território que recebem modernizações ou os efeitos da modernização mais importantes que têm a possibilidade de acionar outras modernizações. Isso cria pontos privilegiados do território com uma tendência polarizada<sup>3</sup> (SANTOS, 1972, p. 262-263, *tradução livre*).

As interfaces da convivência entre o “moderno” e o “arcaico” (FERNANDES, 1975), bem como, a especialização de lugares (SANTOS, 1972) e a consolidação de espaços rurais e urbanos privilegiados (SASSEN, 1998) podem ser visualizadas através dos desdobramentos do *agronegócio* no território brasileiro e na América Latina.

O *agronegócio* apresentou-se, de acordo com Mendonça (2013; 2015) pela primeira vez, na década de 1950 como conceito científico e prática econômica na Escola de Negócios de Harvard (Harvard Business School) por Ray Goldberg e por John Davis. O conceito de “*agrobusiness*” passou a se referir a constituição de um sistema alimentar local altamente sincronizado às demandas globais de produção (GILL, 2013).

A institucionalização do *agronegócio* tanto no campo científico quanto na política econômica internacional ocorreu, como apontam Cook e Chaddad (2000), graças aos estudos de Goldberg e Davis. Os administradores destacavam, de acordo com os autores (COOK; CHADDAD, 2000), no livro “*A Concept of agribusiness*” (1957) a necessidade do estudo e do acompanhamento da produção agropecuária nos níveis “dentro” e “fora” dos portões das fazendas, considerando, assim, as relações e os arranjos protagonizados pelas empresas atuantes na produção do sistema de commodities, particularmente daquelas que possuem “prazos de prateleira” curtos (*shelf-life*).

Jamandre (2013, p. 8; *tradução livre*) destaca que o *agronegócio* pode ser compreendido “[...] como todo e qualquer empreendimento que articule a produção na fazenda e fora dela, buscando atender os consumidores finais”<sup>4</sup>. Deste modo, o autor (JAMANDRE, 2013) aponta que o *agronegócio* abarca todos os empreendimentos derivados

<sup>3</sup> **Original:** La modernisation vient toujours accompagnée d’une spécialisation de fonctions qui est responsable d’une hiérarchie fonctionnelle, elle-même génératrice d’une hiérarchie de lieu. En effet ce son les pointss du territoire qui reçoivent les modernisations ou les effets des modernisations les plus importants qui ont la possibilité d’accueillir d’autres modernisations. Cela crée des points privilégies du teritoire à tendance polaire (SANTOS, 1972, p. 262-263).

<sup>4</sup> **Original:** “[...] agribusiness encompasses all enterprises that take place inside and outside the farm gate, bringing products from the field to the consumers” (JAMANDRE, 2013, p. 8).

“para” e “no entorno” da produção agrícola, cujos setores centrais são a área agrícola, a produção de alimentos e os processos de manufatura.

Em decorrência da “revolução tecnológica” que estaria em curso no campo, os administradores propunham, nas palavras de Mendonça (2013, p. 8), a necessidade de “[...] formular políticas estatais de apoio à grande exploração agrícola e a sistemas de transporte, processamento e distribuição de alimentos e fibras”.

Além disso, “o conceito de agronegócio está relacionado a um conjunto de medidas impulsionadas por governos e instituições privadas que intensificaram a industrialização e a padronização da agricultura em nível internacional” (MENDONÇA, 2015, p. 397). As transformações no modelo de desenvolvimento do agronegócio são, portanto, intermediadas pela relação que se estabelece, via divisão internacional do trabalho, entre o capital internacional e o aparelho estatal nacional.

Os séculos 19 e 20 foram caracterizados, para Tavares (1993), pela “*integração orgânica*” entre bancos, aparelho do Estado Nacional e as grandes empresas, o que ocasionou uma maior heterogeneidade do mercado de trabalho e conseqüente flexibilização, bem como, o declínio das políticas de bem-estar social. Sassen (1998, p. 23) aponta que “as instituições fundamentais deste momento foram os mercados financeiros, as grandes empresas prestadoras de serviços, os bancos e as matrizes das corporações multinacionais”, privilegiando os espaços urbanos no processo de criação de riqueza.

Este momento também se apresentou como palco de desenvolvimento dos condicionantes históricos, sociais e econômicos para o surgimento e a consolidação de pequenas e médias cidades brasileiras e latino-americanas inseridas historicamente em redes urbanas (GONÇALVES, 1998; CÔRREA, 2006) articuladas ao agronegócio citrícola, sucroenergético e da cadeia grãos-carne (ELIAS; PEQUENO, 2006; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a). Contudo, estes municípios e seus entornos rurais, de acordo com Gras e Hernández (2013a), apresentam atualmente uma dissociação entre sua rede urbana e sua rede produtiva.

Elias (2013, p. 201) propõe, neste sentido, a existência de uma nova regionalização resultante da reestruturação produtiva agropecuária, a qual se traduziria pelas regiões produtivas do agronegócio e se apresentariam ora através de “[...] modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados”, ora por meio de “[...] espaços urbanos não metropolitanos”. Elias (2013, p. 201) ainda aponta que “[...] as grandes corporações concernentes às redes agroindustriais são os maiores agentes produtores do espaço agrícola,

urbano e regional”, ao que também acrescentaríamos dos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001) de pequenas e médias cidades<sup>5</sup>.

Em um plano macro, Cano (2011, p. 12) aponta que os anos finais do século 20 foram marcados pela “[...] supremacia do capital financeiro (financeirização da economia) sobre as outras formas de capital”, e simultaneamente pela “[...] reestruturação produtiva e comercial feita pelas grandes empresas transnacionais (ETs) em suas bases localizadas nos países desenvolvidos, que também exigiria, na década de 1990, reestruturações semelhantes em suas bases localizadas nos subdesenvolvidos”.

Neste período, de acordo com Mazzali (1999), o modelo de desenvolvimento do agronegócio passou, em mesma medida, pelo processo de reestruturação produtiva protagonizada pela flexibilização, culminando no que Gras e Hernández (2013a) definiram como “revolução paradigmática” do setor, cujas principais dimensões foram as mudanças tecnológicas, sociais e identitárias modificando as esferas rurais latino-americanas.

O novo cenário foi proporcionado, segundo os autores (MAZZALI, 1999; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a), pela retomada da visão neoliberal aliada ao contexto de crise fiscal da maioria dos países latino-americanos dado o aumento da dívida externa. Visualizamos, assim, o surgimento de um novo regime agroalimentar global assentado nas modificações da divisão internacional do trabalho agrícola.

A atuação do neoliberalismo nos espaços rurais latino-americanos, para Kay (1997; 2016), figurou através da liberação dos mercados de terras, de trabalho e financeiro, aumentando, assim, a exposição destes lugares à competição internacional. Kay (2016) também destaca que os espaços urbanos, em decorrência do processo de modernização conservadora (MARTINE, 1991), foram protagonistas das políticas de incentivo fiscal, ao que o autor (KAY, 2016) denominou como “*sesgo agrícola-corporativo*”.

A reforma do setor agrícola, no continente latino-americano, para Kay (2016) foi propiciada graças a política de substituição de importações e a emergência do processo de industrialização ocorridas no século 20, esses eventos ocasionaram a reestruturação social e técnica das relações de produção e de trabalho ao mesmo tempo em que despontaram na agricultura empresarial, particularmente em países como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

---

<sup>5</sup> Os espaços intra-urbanos, particularmente, bairros populares constituídos no contexto de espraiamento urbano destas cidades e por intermédio de parcerias público-privadas são partes integrantes dos desdobramentos do capital internacional no espaço, como verificaremos no Capítulo 4.

A passagem do século 20 para o século 21 no contexto de consolidação da globalização configurou como o surgimento de uma nova fase da agricultura latino-americana. A globalização se apresenta, sob a perspectiva de Appadurai (1990), como processo social, técnico, cultura, étnico, político, midiático e financeiro, cujo resultado foi a reorganização da prática econômica e da realidade social mundial (KAY, 1997; MARTIN, 2004; DUPAS, 2005a; 2005b).

Sassen (1998, p. 15) nos mostra que “[...] a economia mundial constituiu uma combinação distinta de áreas geográficas, indústrias e arranjos institucionais”, destacando-se neste período o aumento da mobilidade do capital tanto em nível nacional, quanto transnacional. Gras e Hernández (2013a) apontam que, sob este novo contexto, ocorreu a consolidação de um sistema extremamente dependente dos mercados externos, principalmente dos centros compradores de *commodities*, mantido através de uma matriz transnacional de insumos e alavancado pelo capital financeiro de origem nacional e internacional.

A mundialização do capitalismo<sup>6</sup> também propiciou, para Quijano (2005, p. 118), um “[...] novo padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos”.

Assim, ponderamos conjuntamente ao autor (QUIJANO, 2005) que a estrutura de controle do trabalho articula-se historicamente e socialmente, conquanto, o novo arranjo do capital frente à força de trabalho não se constitui como mera extensão de suas formas iniciais, deste modo, surge:

[...] um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto é, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. [...] e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais (QUIJANO, 2005, p. 118).

Assinalamos, em somatória, que os processos migratórios internos e internacionais se associam historicamente a formação do capitalismo moderno (BALÁN, 1974; GAUDEMAR, 1977). Neste sentido, acompanhar os desdobramentos dos movimentos migratórios associados ao trabalho rural manual de culturas permanentes e temporárias, como a laranja e a cana de açúcar, permite a compreensão das novas dinâmicas de atuação do

---

<sup>6</sup> Para uma discussão mais aprofundada acerca do emprego dos conceitos de globalização e mundialização Vf. Chesnais (1996).

capitalismo em espaços rurais, urbanos e intra-urbanos de pequenos e médios municípios localizados em regiões não-metropolitanas.

Canales (2015, p. 115; *tradução livre*) ressalta que “o caráter essencialmente laboral da migração contemporânea nos permite entendê-la como um processo de transferência de força de trabalho das comunidades de origem até as economias mais desenvolvidas”<sup>7</sup>. Neste sentido, o autor (CANALES, 2015) pondera no plano da migração internacional, sincronicamente a Baeninger (2012) no contexto nacional, acerca do deslocamento populacional e da circulação de trabalhadores migrantes se apresentarem como condicionantes essenciais para a reprodução do capital e da força de trabalho no século 21.

A consolidação de um exército de mão de obra excedente, altamente flexível e preferencialmente móvel foi ocasionada, de acordo com Harvey (2003), em decorrência da nova fase do capitalismo conhecida pelo processo de *acumulação flexível*, cujas características são o aumento da rotatividade dos trabalhadores, a reestruturação das relações de trabalho, a volatilidade do mercado, o aumento da competitividade e o estreitamento das margens de lucro.

No entanto, como salienta Dupas (2005a, p. 9) a transnacionalização da produção se tornou uma obrigatoriedade frente a nova ordem global, todavia cabe a ressalva de que “[...] no mundo global todos os fatores de produção transitam livremente, e disso tiram seu benefício, exceto a mão de obra, prisioneira eterna dos seus contornos territoriais”. A circulação da mão de obra migrante interna e internacional está, desse modo, condicionada as prerrogativas do mercado de trabalho formal e informal.

Canales (2015) assinala que as interfaces entre os processos migratórios e o desenvolvimento são partes integrantes e fundamentais para a reprodução da globalização. Deste modo, o autor nos propõe a compressão da migração, em mundo globalizado, não como fenômeno exógeno a sociedade, mas sim como processo constituinte desta. Em outras palavras, cabe percebermos que a migração passa a se apresentar “[...] como um fenômeno social que é gerado pelos mesmos fatores que estruturam a sociedade global” (CANALES, 2015, p. 58).

Neste aspecto, de acordo com Harvey (2003); Dupas (2005b); Baeninger (2012) e Canales (2015) a mobilidade e circulação de trabalhadores, no plano nacional e internacional,

---

<sup>7</sup> **Original:** “[...] el carácter esencialmente laboral de la migración contemporánea nos permite entenderla como un proceso de transferencia de fuerza de trabajo desde las comunidades de origen hacia las economías desarrolladas” (CHESNAIS, 2015, p. 115).

se apresenta como vantajosa para o capital, haja visto a potencialidade de redução de custos da reprodução da força de trabalho.

As estratégias desempenhadas pelo capitalismo se baseiam, assim, ora através da “[...] apropriação mais eficaz e radical da mais-valia da mão de obra barata, incorporada à produção global por processos de fragmentação e terceirização, mantendo-se essa força de trabalho em seus países de origem” (DUPAS, 2005b, p. 80), ora pela concepção de que a mão de obra migrante caracteriza-se por “[...] baixos custos de reprodução social, inserindo-se no mercado de trabalho em um contexto de alta precariedade, instabilidade e flexibilização”<sup>8</sup> (CANALES, 2015, p. 134, *tradução livre*).

Nesta conjuntura, a dinâmica estabelecida entre os processos migratórios contemporâneos associados ao trabalho manual na colheita da laranja se apresenta no cotidiano de pequenas e médias cidades paulistas como a ilustração do processo de consolidação de um modelo de desenvolvimento historicamente alicerçado na exportação de bens primários.

Assim, tanto os trabalhadores alocados nas “pontas” do processo produtivo das *commodities* agrícolas brasileiras, particularmente dos setores citrícola e sucroenergético, quanto seus deslocamentos pendulares e sazonais entre os espaços rurais e urbanos nos locais de origem e destino, são perpassados pela atuação do capital internacional agrícola. O protagonismo da mão de obra migrante em pomares brasileiros, conseqüentemente, se relaciona a construção do mercado de trabalho rural-agrícola das grandes cadeias globais do agronegócio, ao mesmo tempo em que se revela como uma das extremidades do processo de globalização (KAY, 1997; QUIJANO, 2005; RIELLA; MASCHERONI, 2015; SILVA; BUENO; MELO, 2015). Frisamos, portanto, que o entendimento da migração é também perpassado pela compreensão dos modelos de acumulação capitalista e de que as causas estruturais da migração se correlacionam as formas de desenvolvimento e integração de uma sociedade a economia global (CANALES, 2015).

Portanto, as características sócio demográficas encontradas atualmente no perfil do trabalhador rural migrante<sup>9</sup>, alocado nos processos de colheita da cana de açúcar, de frutas cítricas, do café ou no processo industrial em indústrias de beneficiamento e industrialização da cadeia grãos/carne, de produtos cítricos e sucroenergéticos no território latino-americano, foram condicionadas aos contextos sócio histórico, político, econômico e demográfico nos

---

<sup>8</sup> **Original:** “[...] bajos costos de reproducción social, se inserta en el mercado laboral en un contexto de alta precariedad, inestabilidad y flexibilidad laboral”( CANALES, 2015, p. 134).

<sup>9</sup> Retomaremos esta discussão de forma mais detalhada no Capítulo 2.

distintos momentos de articulação desta força de trabalho móvel e rotativa na conjuntura do capitalismo moderno (HARVEY, 2003; BAENINGER, 2012; CANALES, 2015).

## 1.2 Migrações e mercado de trabalho rural do agronegócio: trabalhadores rurais migrantes

---

Balán (1974, p. 8) em seu estudo acerca do processo de formação do capitalismo no Brasil aponta que "[...] a história da formação de uma força de trabalho, formalmente livre, ocupacional e geograficamente móvel, porém, necessitada de trabalho assalariado, é a história da formação do capitalismo moderno". Canales (2015, p. 10; *tradução livre*) sinaliza que atualmente "[...] a migração é em si mesma um fenômeno a partir do qual se recria todo o sistema de relações global-local"<sup>10</sup>. Portanto, o estudo dos deslocamentos sazonais e pendulares dos trabalhadores rurais alocados na etapa da colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo implica na recuperação dos condicionantes históricos, sociais e econômicos desta força de trabalho e das modificações do capitalismo brasileiro ao longo do tempo.

Domenach e Picoeut (1996), por sua vez, assinalam que podemos compreender a migração como um processo desenvolvido em determinado tempo e espaço, ao mesmo tempo em que se apresenta como evento demográfico renovável e reversível. Os autores (DOMENACH; PICOUET, 1996, p. 28; *tradução livre*) ainda destacam que historicamente “[...] o modelo socioeconômico do mundo ocidental orientou a classificação dos migrantes segundo tipologias simples, onde o critério da busca por emprego, novo, ou melhor, produziria a principal diferenciação<sup>11</sup>”. Deste modo, haveria um encadeamento entre o modelo de produção e os tipos de mobilidade.

Baeninger (2012, p. 10), por sua vez, endossa o argumento de que “a reconstrução histórica das migrações internas no Brasil e seus aportes teóricos estiveram, até o final do século 20, alicerçados nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e a penetração do capitalismo em âmbito nacional”.

Sob essas perspectivas, o estudo das migrações internas e internacionais até os anos finais de 1990 correspondeu ao entendimento das articulações entre o tipo de mobilidade

---

<sup>10</sup> **Original:** “[...] la migración es en si misma un fenómeno a partir del cual se recrea todo un sistema de relaciones local-global” (CANALES, 2015, p. 10).

<sup>11</sup> **Original:** “[...] el modelo socioeconómico del mundo occidental orientó la clasificación de los migrantes según tipologías simples donde el criterio de la búsqueda de empleo, nuevo o mejor, producía la principal diferenciación” (DOMENACH; PICOUET, 1996, p. 28).

populacional e suas correspondências às etapas econômicas (PATARRA, 1991; BRITO, 2009; PACHECO; PATARRA, 1998; BAENINGER, 2012).

Em consonância, Brito (2009) destaca que o campo de estudo das migrações no Brasil e na América Latina tiveram seus principais arcabouços teóricos consolidados nos anos de 1960 e 1970. Momentos nos quais o cenário latino-americano vivenciou, majoritariamente, os processos de urbanização e modernização agropecuária, e conseqüentemente as migrações do tipo rural-urbano. Patarra (2003, p. 23) assinala sobre este período que:

Mesmo que as migrações reflitam processos complexos com transformações sucessivas das áreas de atração e da natureza dos fluxos, que vão se transformando de rural-urbano para urbano-urbano, seus principais determinantes podiam ser apreendidos através das mudanças na estrutura agrária e no desempenho econômico das cidades de cada região.

Singer (1980, p. 217) nos chama a atenção para o fato de que “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Ainda para o autor (SINGER, 1980) a análise do movimento migratório deve ser realizada preferencialmente a partir do grupo ou classe social, haja visto que a migração não se configura apenas como um deslocamento populacional, mas também, muitas vezes, como forma de inserção do indivíduo ao mercado de trabalho capitalista.

No que se refere às migrações temporárias de trabalhadores rurais, Martins (1986, p. 55) aponta que não há apenas o deslocamento de trabalho excedente, mas também sinaliza que “o trabalhador migrante temporário viabiliza, sobretudo na agricultura, uma forma paradoxal de aumento da composição orgânica do capital: não pelo desenvolvimento das forças produtivas da empresa capitalista, mas pelo barateamento da mão de obra “[...]”. Deste modo, como aponta Canales (2015, p. 38; *tradução livre*), a mão de obra migrante é essencial para a reprodução do próprio sistema capitalista e “[...] através da migração se produz e reproduz uma estrutura de *desigualdade social*, a qual, neste caso, adota, além disso, uma forma *transnacional*”<sup>12</sup>.

As interfaces entre capital e mercado podem ser visualizadas como aponta Bourdieu (1979) através da análise da trajetória da constituição das classes sociais e conseqüentemente de suas práticas sociais. Entendemos aqui, inclusive, que a migração temporária se apresenta tanto como processo social, quanto como prática social nos distintos

---

<sup>12</sup> **Original:** “[...] a través de la migración se produce y reproduce una estructura de *desigualdad social*, la cual, en este caso, adopta además una forma *transnacional*” (CANALES, 2015, p. 38).

espaços da migração (BAENINGER, 2012). Bourdieu (1979, p. 117-118; *tradução livre*) destaca, neste sentido que:

A classe social não é somente definida por uma característica (mais determinante como o volume e a estrutura do capital) nem por uma somatória de características (características de sexo, idade, origem social ou étnica – parte dos brancos e negros por exemplo, dos indígenas e dos imigrantes etc, - renda, nível educacional, etc) ou mesmo por uma cadeia de particularidades ordenadas a partir de uma característica fundamental (a posição frente as relações de produção) dentro de uma relação de causa e efeito, de condicionante à condicionado, mas sim pela estrutura das relações entre todas essas características relevantes, as quais conferem a cada uma delas e os efeitos que as mesmas exercem sobre as práticas, de seu próprio valor<sup>13</sup>.

Deste modo, entender a construção de uma classe social *por* ela mesma implicaria em compreender tanto os fatores presentes no nível macrossociológico, quanto no nível microsociológico. Canales (2015, p. 26; *tradução livre*) afirma que o enfoque proporcionado por Bourdieu (2011), particularmente em sua análise acerca da reprodução social, viabiliza que compreendamos “[...] a migração como estratégia de reprodução social, o que contribui não somente a reprodução dos próprios migrantes e de suas famílias, mas, sobretudo, faz parte dos mecanismos de reprodução da estrutura social na sociedade contemporânea”<sup>14</sup>.

Peixoto (2004, p. 22), por sua vez, destaca que “[...] as zonas de confluência entre as visões “micro” e “macro” são múltiplas e as distinções não são absolutas (os exemplos referidos das famílias e organizações revelam bem a moldura ‘coletiva’ em que se processam as estratégias individuais)”.

Assim, o entendimento das modificações e das permanências das características sociodemográficas da população migrante alocada na etapa da colheita na citricultura paulista perpassa também a compreensão de que a migração assim como o migrante, compõem e articulam as relações sociais e de produção em espaços urbanos e rurais. Portes (1995, p. 20; *tradução livre*), neste sentido, aponta que “a migração é um processo altamente seletivo em que certas áreas urbanas e comunidades rurais se tornam fontes primordiais do movimento, enquanto outras áreas de composições socioeconômicas comparáveis não são afetadas por

---

<sup>13</sup> **Original:** La classe social n'est pas définie par une propriété (s'agirait-il de la plus déterminante comme le volume et la structure du capital) ni par une somme de propriétés (propriétés de sexe, d'âge, d'origine sociale ou ethnique - part des blancs et des noirs par exemple, des indigènes et des immigrés, etc -, de revenus, de niveau d'instruction, etc.) ni davantage par une chaîne de de propriétés, toutes ordonnées à partir d'une propriété fondamentale (la position dans les rapports de production) dans une relation de cause à effet, de conditionnant à conditionné, mais par la structure des relations entre toutes les propriétés pertinentes qui confère à chacune d'elles et aux effets qu'elle exerce sur les pratiques, leur valeur propre (BOURDIEU, 1979, p. 117-118).

<sup>14</sup> **Original:** “[...] la migración como una estrategia de reproducción social, que contribuye no sólo a la reproducción de los migrantes mismos, y de sus familias, sino, por sobre ello, que forma parte de los mecanismos de reproducción de la estructura social en la sociedad contemporánea” (CANALES, 2015, p. 26).

ela<sup>15</sup>”. Santos (1972) nos propõe que entendamos a difusão dos processos de modernização como encadeamento frente a seletividade espacial e à criação de polos internos no território nacional. Nas palavras do autor:

A modernização vem sempre acompanhada de uma especialização de funções que é responsável por uma hierarquia funcional, gerando ela mesma uma hierarquia de lugares. Com efeito, são os pontos de um território que recebem as modernizações ou os efeitos das modernizações mais importantes que a têm a possibilidade de receber outras modernizações. Criam-se, assim, pontos privilegiados do território com a tendência de polarização <sup>16</sup>(SANTOS, 1972, p. 262-263; *tradução livre*).

A difusão do agronegócio como modelo de desenvolvimento no Brasil, além de se apresentar como um dos desdobramentos do capitalismo dependente latino-americano, também foi associada aos processos de seletividade historicamente condicionados por ciclos econômicos, cuja tendência foi a de privilegiar determinados espaços urbanos e rurais do território.

Deste modo, o Estado de São Paulo teve a constituição de sua rede urbana (CAIADO, 1995; CÔRREA, 2006) articulada aos ciclos da economia cafeeira no século 19 (PACHECO, 1988; CANO, 1988; GONÇALVES, 1998; TRUZI, 2000), ao processo de modernização agropecuária (MÜLLER, 1985; SILVA, 1999) no século 20, e a internacionalização da economia brasileira e conseqüente globalização de seu parque industrial no século 21 (ELIAS, 2003; DUPAS, 2005a; CANO, 2011; DEMÉTRIO, 2017).

No campo das migrações internas brasileiras, Baeninger (2012, p. 62) destaca que com a inserção destes espaços privilegiados (SASSEN, 1998):

[...] na lógica da produção global se desencadeia a nova configuração migratória nacional: alta rotatividade, oscilação entre as condições da migração (retenção, perda e rotatividade migratória) e a utilização dos espaços como recurso para outros deslocamentos populacionais.

O entendimento do conceito de rotatividade migratória (BAENINGER, 2011; 2012) é perpassado pela apreensão de que “[...] a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social”,

---

<sup>15</sup> **Original:** “Migration is a highly selective process in which certain urban areas and rural communities become prime sources of the movement, while other areas of comparable socioeconomic makeup are not touched by it” (PORTES, 1995, p. 20).

<sup>16</sup> **Original:** La modernisation vient toujours accompagnée d’une specialization de fonctions qui est responsable d’une hiérarchie fonctionnelle, elle-même génératrice d’une hiérarchie de lieu. En effet ce sont les points du territoire qui reçoivent les modernisations ou les effets des modernisations les plus importants qui ont la possibilité d’accueillir d’autres modernisations. Cela crée des points privilégiés du territoire à tendance polaire (SANTOS, 1972, p. 262-263).

além disso, este fenômeno se correlaciona “[...] à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas” (BAENINGER, 2011, p. 87).

Deste modo, apontamos que a rotatividade migratória (BAENINGER, 2012; CANALES, 2015) dos trabalhadores rurais migrantes não se justifica, atualmente, tão somente pela sazonalidade das safras agrícolas (MELLO, 1976; OLIVEIRA, 1981; SILVA, 1999; MENEZES, 2009), mas também pelas novas formas de articulação e atuação do capital internacional em esferas locais, regionais e nacionais.

Conquanto, tal como apontam Martine (1980); Courgeau (1988) e Domenach e Picouet (1996), destacamos que não raramente a migração habitualmente captada por estudos sociodemográficos corresponde a uma parte ínfima visível, ou seja, é a “*ponta do iceberg*” de múltiplas mobilidades existentes e concomitantes.

Assim, estamos nos referindo a um estudo de deslocamentos contemporâneos *temporários e permanentes* de trabalhadores rurais alocados na etapa da colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo, cuja *condição migratória* se configuraria como característica central na composição das seletividades laborais (BOURDIEU, 1979) socialmente associadas à constituição do mercado de trabalho rural-agrícola da citricultura paulista:

[...] a probabilidade de indivíduos e grupos migrarem depende dos custos e riscos da migração e das características individuais do capital humano. Isso faz com que a seletividade à migração também dependa da estrutura e da segmentação específicas dos mercados de trabalho e das políticas de imigração, determinando as chances de encontrar emprego. A combinação de tais fatores pode explicar a heterogeneidade e o dinamismo que caracterizam os sistemas de migração da vida real<sup>17</sup> (DE HASS, 2008, p. 6; *tradução livre*).

Entender, neste sentido, as migrações sazonais e sua interface com as ocupações manuais nos pomares, cafezais e eitos paulistas é entender os desdobramentos das transformações ocorridas frente ao mercado de trabalho rural-agrícola associado ao modelo de desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

Ademais, apontamos como salienta Canales (2015, p. 83-84, *tradução livre*) que “[...] a migração e o trabalho dos migrantes constituem um campo social privilegiado para observar e analisar o processo de reprodução da sociedade, ao menos destes três níveis:

---

<sup>17</sup> **Original:** [...] the likelihood of particular individuals and groups emigrating is also supposed to depend to both the costs and risks of migration and individual human capital characteristics. This makes migration selectivity also dependent on the specific structure and segmentation of labour markets determining chances to find employment as well as immigration policies. The combination of such factors may explain the heterogeneity and dynamism that characterize real-life migration systems (DE HASS, 2008, p. 6).

reprodução da população, do capital, da estrutura de classes e, conseqüentemente, das desigualdades sociais”<sup>18</sup>.

Portes (1995, p. 22, *tradução livre*), em mesma medida, nos chama atenção para o fato de que “as decisões de migrar não ocorrem em um vácuo, os “custos” e os “benefícios” que entram nos cálculos individuais são condicionados por uma estrutura institucional que reflete a hegemonia externa”<sup>19</sup>.

As instituições a serem consideradas na análise, de acordo com Peixoto (2004), podem ser desde as organizações empregadoras, empresas públicas e privadas e até mesmo o próprio Estado, agências de emprego, associações de apoio a migrantes, entidades financeiras, departamentos governamentais ligados direta ou indiretamente às migrações e habitação, dentre outras.

As instituições sociais possuem papel ativo na articulação e construção social do mercado de trabalho. No caso do Estado de São Paulo destacamos que a associação entre trabalho rural e *condição migratória*, seja interna ou internacional, começou a ser gerenciada a partir da consolidação de uma mão de obra livre e assalariada no século 19 (BALÁN, 1974; QUIJANO, 2005).

Paiva (2004) nos demonstra que os subsídios à mão de obra migrante, no século 20 associados a formação dos mercados de trabalho urbano e rural paulista, se apresentaram como política migratória, a qual se articulou como:

[...] projeto político que não fragilizasse as bases e prerrogativas dos grupos sociais dominantes num contexto de mudança paulatina do padrão de acumulação de capital; e a constituição de uma integração centrada a partir dos interesses econômicos do Centro-Sul que, para isso, construiu a imagem do Nordeste como lugar do atraso e a reconfiguração da estrutura agrária paulista de forma a mantê-la – no contexto de crise da cafeicultura – atrelada aos interesses econômicos e industriais emergentes (PAIVA, 2004, p. 40).

Historicamente no campo das ocupações laborais associadas ao trabalho rural manual, o deslocamento populacional, de curta e longa distância, característico do processo de urbanização brasileira e vinculado ao tipo migratório rural-urbano proporcionou a constituição de uma força de trabalho móvel (GAUDEMAR, 1977). Segundo aponta o estudo

---

<sup>18</sup> **Original:** “[...] la migración y el trabajo de los migrantes constituyen un campo social privilegiado para observar y analizar el proceso de reproducción de la sociedad, al menos desde estos tres niveles, reproducción de su población, del capital y de la estructura de clases y de las desigualdades sociales” (CANALES, 2015, p. 83-84).

<sup>19</sup> **Original:** “Decisions to migrate do not occur in a vacuum; the “costs” and “benefits” that enter into such individual calculations are themselves conditioned by an institutional structure reflecting external hegemony” (PORTES, 1995, p. 22).

de Mello (1977, p. 88), acerca de trabalhadores rurais da região da Alta Sorocabana em São Paulo nos anos de 1960, o assalariamento rural, no século 20, se fundamentou no fato de que “a disponibilidade para o trabalho está diretamente ligada à necessidade de trabalhar para sobreviver”. Por conseguinte, a autora (MELLO, 1976) destaca que a descontinuidade do trabalho na safra agrícola ocasionava uma alta disponibilidade para “*qualquer tipo de trabalho*”.

Mello (1976) traz para sua análise a figura do *boia-fria*, assim como fazem os estudos de Oliveira (1981); Silva (1993); Silva (1999) e Dawsey (2013), dentre outros. De acordo com Dawsey (2013, p. 29), em sua pesquisa sobre os cortadores de cana de açúcar em Piracicaba na década de 1970, o boia-fria “sinalizava, para muitos, o surgimento revolucionário do proletariado no campo, a unificação do campo e da cidade”. Contudo, o autor ainda aponta que “havia nessa figura uma espécie de ausência, algo inacabado – uma impureza. Seria uma forma intermediária a ser suplantada por outras mais modernas” (DAWSEY, 2013, p. 29).

Silva (1999), por sua vez, em seu estudo sobre as regiões canavieiras do interior paulista na década de 1990, salienta que a constituição dessa força de trabalho se baseou em processos de expropriação dos assalariados rurais tanto de suas moradias nas antigas colônias das fazendas quanto de outros Estados, particularmente no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. As idas e vindas dessa população tornaram-se condicionantes centrais para a reprodução e manutenção do núcleo familiar nos espaços de origem.

As estratégias de sobrevivência e reprodução social são viabilizadas, segundo os trabalhos de Menezes (2002; 2009; 2012), pela experiência da migração nas famílias camponesas. Ou seja, a migração se apresenta para Menezes (2009, p. 270) como “[...] prática social histórica” haja visto que o assalariamento em empregos temporários, em geral, na construção civil e em safras agrícolas permitiam e ainda permitem a permanência das famílias camponesas em sua propriedade, ao proporcionar formas de resistência “[...] a expropriação de suas condições de reprodução” (MENEZES, 2009, p. 274).

Oliveira (1981, p. 171), por sua vez, em sua pesquisa acerca das trabalhadoras volantes e moradoras da região de Pederneiras/SP, destaca a centralidade dos anos de 1960 dado que “o que parece se apresentar como tendência definitiva é a completa proletarização do trabalhador”. Além disso, para a autora (OLIVEIRA, 1981) o trabalhador agrícola (temporário, permanente, volante ou residente), torna-se a partir de 1960, um proletário.

Assim sendo, “a reprodução do trabalhador tende a monetizar-se, pois que ele é, agora, definitivamente e completamente um assalariado” (OLIVEIRA, 1981, p. 171).

Assinalamos, portanto, que o *boia-fria* se constituiu, nos anos de 1960 e 1990, como protagonista do assalariamento rural, bem como, se apresentou como parte socialmente relevante e constituinte do processo de urbanização brasileira. Esse grupo populacional era, em síntese, formado por movimentos migratórios do tipo rural-urbano, de curta ou longa distância como apontam Mello (1976); Oliveira (1981) e Silva (1999). Não sendo rara a presença dessa mão de obra em trabalhos temporários e sazonais que envolvessem as safras agrícolas da cana de açúcar, do café, do algodão e da laranja, mas também empregos urbanos rotativos como a construção civil e o emprego doméstico (DURHAM, 1984).

Assim, é necessário percebermos que se entre os anos de 1960 e 1980, como nos demonstram os trabalhos de Singer (1980); de Mello (1976); de Oliveira (1981); de Silva (1999) e de Menezes (2002), o deslocamento de curta e longa distância eram direcionados das áreas rurais aos espaços urbanos, vis-à-vis ao processo de urbanização brasileira (FARIA, 1991), em décadas recentes é possível acompanharmos o desenvolvimento de movimentos migratórios que combinem a coexistência de distintos deslocamentos e circulação entre espaços urbanos e rurais em pequenas e médias cidades (SILVA, 2008a; 2008b; MENEZES, 2012; BAENINGER, 2012; MACIEL, 2013).

Sob essa conjuntura, é possível (re) pensar o grupo populacional estudado através da utilização da categoria de trabalhadores rurais migrantes. A qual corresponde, simultaneamente, ao seu caráter analítico e operacional. Sendo assim, a população migrante estudada efetiva-se através da figura de um (a) trabalhador (a) gestado (a) por determinadas relações sociais, resultantes, na inserção destes, na divisão social e territorial do trabalho (BAENINGER, 2012). Ressaltando que “a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social” (SILVA, 2008b, p. 7).

Baeninger (2012; 2017) propõe-nos que dada a inserção das localidades na lógica global as migrações internas e internacionais tendem a se intensificar, ao mesmo tempo, que reorganizam a relação entre migração e desenvolvimento. Mais especificamente sobre a dinâmica interna, a autora aponta que “[...] parte das migrações internas no Brasil se vinculam às transformações em âmbito global, em especial o histórico fluxo Nordeste-Sudeste (BAENINGER, 2012, p. 61).

Concomitantemente, Baeninger (2012, p. 63) também indica que “[...] à medida em que as localidades se inserem na lógica global, as migrações internas tenderão a ser mais “fluídas”, correspondendo com a conseqüente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país”.

O acompanhamento das modificações das migrações “permanentes”, “temporárias” e “permanentemente temporárias” (SILVA, 1999) características desse grupo populacional se torna possível através do estudo das modalidades migratórias (BAENINGER, 2011; 2012) presentes nos espaços urbanos e rurais no interior paulista.

Para Baeninger (2012, p. 57) as *modalidades migratórias* podem ser reconstruídas através do estudo da formação histórica-social “[...] do fenômeno social em seu tipo/etapa em diferentes espaços [...]”. Assim, a autora (BAENINGER, 2011; 2012) pondera que com a conexão de espaços nacionais aos espaços globais, via mobilidade do capital, no século 21, “[...] as migrações internas redefinem seus significados no contexto nacional e nas demais escalas regionais e locais, que desembocarão em modalidades e deslocamentos populacionais específicos dessas escalas e lugares” (BAENINGER, 2012, p. 60).

Assim, é fundamental que busquemos entender o fenômeno social de interesse, ou seja, as idas e vindas dos trabalhadores rurais da citricultura através da conjuntura proporcionada pelo advento da rotatividade migratória (BAENINGER, 2011; 2012) como característica do capitalismo no século 21, dada necessidade de mão de obra flexível e fluída (HARVEY, 2003). No caso da relação entre o emprego da mão de obra migrante no trabalho rural por parte dos setores citrícolas e sucroalcooleiros, podemos destacar que o mercado de trabalho se apresenta, historicamente, como rotativo e flexível seguindo as demandas de produção de um ano-safra.

Conquanto, se antes os movimentos migratórios dos trabalhadores rurais poderiam ser ilustrados pela migração do tipo rural-urbana, a partir dos anos 2000 assistimos ao desdobramento de distintas modalidades relacionadas as agroindústrias citrícolas e sucroalcooleiras (BAENINGER, 2011; 2012).

Portanto, entendemos que o termo *trabalhador rural migrante* se apresenta neste contexto como categoria operacionalizada não somente pelos migrantes acompanhados ao longo desta e de outras pesquisas, mas também por instituições sociais<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> No capítulo 2 trataremos a discussão mais aprofundada acerca das instituições que perpassam as contratações da mão de obra volante na citricultura paulista.

Riella e Mascheroni (2015) destacam, em seu estudo sobre o mercado de trabalho rural uruguaio, a centralidade da construção social dos mercados de emprego rural. Os autores apontam que:

Em síntese, para analisar o mercado de emprego rural e suas modificações, devemos considerar de maneira conjunta as demandas de empregos, as mudanças de estratégias de ofertas de acesso a determinados postos de trabalho e os fatores institucionais que rodeiam esses processos (RIELLA; MASCHERONI, 2015, p. 239, *tradução livre*)<sup>21</sup>.

Nos anos 2000 ocorreu uma tendência de formalização dos vínculos dos trabalhadores rurais manuais no Brasil como nos demonstram os trabalhos de Maciel (2013) e de Silva; Bueno e Melo (2015), mas também sincronicamente as visitas à campo que realizamos no interior paulista entre 2012 e 2015<sup>22</sup>. Essa tendência também foi constatada nos mercados de trabalho rural da Argentina (NEIMAN, 2015; QUARANTA, 2015), do Uruguai (RIELLA; MASCHERONI, 2015), do Equador (VALLE, 2015) e do México (FLORES; SALDAÑA, 2015).

A contratação e arregimentação formal da mão de obra migrante é mediada, no caso da cana de açúcar, de acordo com Silva; Bueno e Melo (2015) pela Norma Regulamentadora 31 (NR 31) e na laranja, segundo informações colhidas em campo, pela Instrução Normativa 76 (IN 76). Ambas preconizam que a contratação dos trabalhadores rurais seja realizada no local de origem dos migrantes<sup>23</sup>, assim, “[...] se cria um mercado de trabalho migrante temporal regulado pelas empresas com aval estatal”<sup>24</sup> (SILVA; BUENO; MELO, 2015, p. 189, *tradução livre*).

Na pesquisa de campo estes trabalhadores se apresentaram como destaca Maciel (2016) através de suas *presenças físicas* no rural do agronegócio, assumindo as funções de colhedores de laranja, cortadores de cana-de-açúcar, turmeiros, empreiteiros e operadores de

---

<sup>21</sup> **Original:** En síntesis, para analizar el mercado de empleo rural y sus cambios, debemos considerar de manera conjunta las transformaciones que se producen en la demanda de empleos, las modificaciones en las estrategias de las ofertas para acceder a esos puestos de trabajo y las características de los factores institucionales que rodean esos procesos (RIELLA; MASCHERONI, 2015, p. 239).

<sup>22</sup> Pesquisas realizadas no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo em parceria a Lidiane Maria Maciel nos municípios de São Carlos, Ribeirão Preto, Dobrada e Matão (2012 a 2014) e em parceria a Leonardo Reis e Osmar Gonçalves Pereira nas cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho (2015).

<sup>23</sup> Conquanto, isso não desestimula o deslocamento desses migrantes através de suas redes de relações e das redes informais de contratação e circulação. Nos levantamentos de campo realizados em outubro de 2016 verificamos que uma das principais empresas citrícolas da RG de Araraquara considera trabalhadores migrantes como *trabalhadores locais*, desde que os mesmos apresentem um comprovante de residência do ano anterior ao da contratação atual. Desse modo, nem todos os trabalhadores são cobertos pelas garantias de moradia, transporte e seguro de vida, previstas na IN76. Veremos isso mais detalhadamente no Capítulo 2.

<sup>24</sup> **Original:** “[...] se crea un mercado de trabajo migrante temporal regulado por las empresas con el aval estatal” (SILVA; BUENO; MELO, 2015, p. 189).

máquinas agrícolas e de suas ausências físicas, mas *presenças sociais* no rural dos “interiores”, das comunidades rurais do Piauí. Ao mesmo tempo em que essa população passou a integrar e movimentar as periferias urbanas, através da tendência de concentração em bairros formados em contextos de espraiamento urbano (ELIAS; PEQUENO, 2006) de pequenas e médias cidades<sup>25</sup> constituindo *periferias migrantes* (PEREIRA; BENINGER, 2016).

Por fim, destacamos que as idas e vindas dessa população correspondem as estratégias de reprodução e produção de novos espaços sociais historicamente e socialmente ditados (COURGEAU, 1988). Assim, devemos considerar que os deslocamentos não mobilizam tão somente transformações nos espaços da última residência e da residência atual daqueles que estão na condição de migrantes, mas também de todos os espaços migratórios envolvidos nesta dinâmica.

### **1.3 Do complexo agroindustrial ao *Agrobusiness*: o surgimento das cadeias globais de valor**

---

O modelo de desenvolvimento do agronegócio se apresenta como “o processo histórico mais amplo de penetração do capital no setor agrícola e de subordinação da produção agrária a indústria”<sup>26</sup> (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, p. 20, *tradução livre*). Sob este aspecto, Gras e Hernández (2013a) destacam que as mudanças associadas a expansão do neoliberalismo, no século 21, corroboraram para o surgimento de um novo regime agroalimentar de caráter global baseado na modificação e intensificação da divisão internacional do trabalho agrícola, cenário que foi potencializado pela escala de negócio transnacional, ainda que esta possuísse especificidades locais e regionais, graças a atuação das novas tecnologias da informação e da comunicação.

No caso brasileiro, Moreira (2013, p. 23) aponta que “[...] a agroindústria formaria o regime e acumulação da relação entre sociedade-espaço do presente”. Assim, nos caberia o entendimento de como propõe Ianni (1997, p. 70) das dissociações e das aproximações entre a sociedade nacional e a sociedade globalizada, cujas relações se estabelecem a partir de “[...] relações externas, exteriores ou internacionais de cunho social, econômico, político, militar, geopolítico, cultural ou outros”.

---

<sup>25</sup> Retomaremos essa discussão no capítulo 4.

<sup>26</sup> **Original:** “[...] el proceso histórico más amplio de penetración del capital en el agro y de subordinación de la producción agraria a la industria” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, p. 20).

Uma das formas de compreensão das interfaces entre a sociedade nacional e a sociedade globalizada se anuncia segundo Heredia; Palmeira e Leite (2010) pelo olhar integrado para a *sociedade do agronegócio* e suas intersecções com o Estado, as empresas transnacionais e os processos migratórios. Portanto, temos como pressuposto deste trabalho que o entendimento da reprodução da sociedade brasileira também se articula aos desdobramentos da presença migrante nos pomares e eitos paulistas (SILVA, 1999; SILVA, 2008a; 2008b; 2008c). O gerenciamento do mercado de trabalho rural e urbano associado ao setor citrícola é realizado, atualmente, pelas cadeias globais de valor do agronegócio brasileiro (BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003; GEREFFI, 2015).

As cadeias globais de valor, de acordo com Gereffi (2015, p. 1, *tradução livre*) se apresentam através de “[...] conceitos centrais como “governança” e “modernização” [...] e “[...] destacam as maneiras pelas quais os novos padrões de comércio internacional, produção e emprego moldam as perspectivas de desenvolvimento e competitividade<sup>27</sup>”. O autor (GEREFI, 2015) sinaliza que as novas estruturas de governança também reforçaram a consolidação organizacional das cadeias globais de valor, principalmente, considerando o aumento da concentração geográfica das atividades produtivas e o crescimento proeminente de economias emergentes nos campos da manufatura e dos produtos primários.

No plano do comércio internacional das agroindústrias e suas reverberações na divisão internacional do trabalho, Briones e Rakotoarisoa (2003, p. 3, *tradução livre*) explicitam que o processo de “globalização da agricultura e do comércio de alimentos apresentou-se como ‘grande oportunidade’ para os produtores e empresários do agronegócio”<sup>28</sup>. Todavia, os autores (BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003) apontam que a oportunidade foi vislumbrada somente por um número restrito de empresas, responsáveis pela centralização majoritária do lucro proveniente do comércio internacional. Outro ponto central para Briones e Raotoariosoa (2003) foi o protagonismo do investimento estrangeiro direto (IED) no processo de penetração das companhias agroindustriais transnacionais em mercados globais.

Ademais, a ascensão das cadeias globais de valor segundo Gereffi (2015) foi impulsionada entre os anos de 1960 e 1970, nos espaços latinoamericano, asiático e do leste europeu, pela tendência de integração vertical das corporações transnacionais *vis-à-vis* a prevalência da estratégia de desenvolvimento da industrialização via substituição de

---

<sup>27</sup> **Original:** “Using core concepts like "governance" and "upgrading", GVCs (Global Value Chains) highlight the ways in which new patterns of international trade, production, and employment shape prospects for development and competitiveness” (GEREFFI, 2015, p. 1).

<sup>28</sup> **Original:** “The globalization of agricultural and food trade has been hailed as a "big opportunity" for farmers and agribusiness entrepreneurs” (BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003, p. 3).

importações. Com a adoção do pacote de medidas do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) esses espaços vivenciaram na década de 1990 a transição para o modelo de desenvolvimento orientado a exportação, reordenando as estratégias das corporações transnacionais (GEREFFI, 2015).

O continente latinoamericano, segundo Briones e Rakotoarisoa (2003), destaca-se com um dos maiores exportadores globais de commodities agrícolas, com destaque para o Brasil e para a Argentina, sendo os principais consumidores os Estados Unidos da América, a França, a Alemanha, a Noruega e a Bélgica, que figuram inclusive como os principais investidores diretos no território brasileiro (vide Tabela 3 e 4). Os autores (BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003, p. 7, *tradução livre*) destacam que “a consolidação do agronegócio pode ser vista como parte da transformação do sistema agroalimentar de commodity para produtos ao longo do último século<sup>29</sup>”.

A mudança da perspectiva de produção de *commodities* para produção de *produtos* se articula, em mesma medida, as transformações na estrutura da organização internacional das agroindústrias. As quais, para Briones e Rakotoarisoa (2003), podem ser visualizadas por três características chaves: **a.** busca por protagonismo nas disputas do mercado internacional, particularmente através do investimento estrangeiro direto ou via comércio transfronteiriço de mercadorias; **b.** grau de coordenação vertical que visa a organização dos distintos elos da cadeia de valor; **c.** estrutura de mercado horizontal, moldada através do grau de coordenação vertical e do grau de competitividade no mercado via estratégias de monopólio e oligopólio, ou de concorrência (monopolística, atomística e participação limiar). A reorganização do setor também implicou na junção das atividades de fornecimento (*input supply*), produção, processamento, distribuição e comercialização.

O novo cenário teve ressonância no Brasil, particularmente, encabeçado pela reestruturação produtiva dos complexos agroindustriais em meados dos anos de 1980 e orientada pela busca de “[...] flexibilidade (ou fuga da rigidez) [...]”, ou seja, baseando-se na “[...] reformulação das formas de organização das atividades produtivas e da estrutura administrativa” das agroindústrias processadoras (MAZZALI, 1999, p. 12).

Sob este contexto, Mazzali (1999) propõe o entendimento deste novo momento através da *organização em “rede”*, dado que o complexo agroindustrial designaria um momento histórico anterior alicerçado na modernização agropecuária e no modelo de substituição de importações, ainda que não esteja “[...] evidente a ‘ruptura do modelo’

---

<sup>29</sup> **Original:** “Agribusiness consolidation can be seen as part of the transformation of agrifood system from commodity to products over the past half-century” (BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003, p. 7).

observa-se o ‘redirecionamento’ do processo de integração ou a exclusão de alguns agentes no curso do processo”, particularmente após os anos de 1990.

Moreira (2014, p. 198) caracteriza o modelo do complexo agroindustrial como “[...] produto-essência da modernização da agricultura movida pelo Estado à frente da hegemonia dos bancos”. Deste modo, “[...] a agroindústria é uma presença histórico-seminal na estrutura econômica brasileira, uma vez que o engenho, depois usina, é uma típica atividade agroindustrial à época da agroexportação” (MOREIRA, 2014, p. 198).

O processo de modernização da agricultura brasileira foi operacionalizado graças a ação estatal através do crédito subsidiado (GONÇALVES NETO, 1997; ELIAS, 2003), o qual permitia a compra de produtos industriais essenciais como máquinas e implementos agrícolas sem o aumento de preços, ao mesmo tempo em que viabilizava a especulação financeira.

Deste modo, Gonçalves Neto (1997, p. 122) aponta que a política agrícola tinha “[...] por objetivo básico manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade, compatibilizando interesses díspares de setores que lutam pelo controle dos principais fatores econômicos”. Consequentemente, Palmeira (1989, p. 87) sinaliza que “o setor agrícola [...] absorveu quantidades crescentes de crédito agrícola, incorporou os chamados “insumos modernos” ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, e integrou-se aos modernos circuitos de comercialização”.

A década de 1970 anunciou, de acordo com Moreira (2014, p. 203), uma política agrícola centrada na produção agropecuária de exportação, assim “[...] as culturas de soja, cítricos, café, cana, pecuária de corte intensificam ainda mais seu avanço sobre terras antes desocupadas ou ocupadas por culturas alimentícias”.

Esse processo culminou na articulação orgânica do complexo agroindustrial, ao que Moreira (2014, p. 24) define como “uma estrutura de produção e trabalho em que a agricultura, indústria, serviço e pesquisa tecnológica eliminam suas anteriores separações setoriais (em setores primário, secundário, terciário e quaternário) e espaciais (em cidade e campo; e cidade e região) e introduzem no conjunto de um modo novo de organização de formação espacial capitalista”.

Matos (1995) e Moreira (2014) assinalam que as migrações internas se apresentaram como “componente decisivo do processo de formação do mercado de trabalho, por meio do qual a expansão capitalista explicita as adaptações e/ou rupturas com as estruturas sociais anteriores, reordenando os espaços econômicos e produzindo concentrações

e desigualdades regionais” (MATOS, 1995, p. 47). Este processo associou-se, de acordo com Moreira (2013; 2014), a interlocução entre mobilidade do trabalho e as transformações nas dinâmicas rural-urbana e rural-rural via tecnificação e especialização produtiva, particularmente entre os anos de 1970 e 1980, em decorrência da reestruturação e da reordenação produtiva.

Elias (2003, p. 289), ao estudar a dinâmica dos complexos agroindustriais no interior paulista, destaca que neste cenário:

A urbanização se avolumou com o êxodo rural, a migração descendente de trabalhadores especializados, a terceirização da economia, seja associada ao consumo produtivo ou consumptivo, o crescimento do contingente do trabalhador agrícola que não é mais rural, a indústria não mais urbana, o volume de crédito, o aumento da circulação e do movimento etc.

Uma das faces do processo de urbanização para Santos (2012, p. 47) foi a ascensão do capital constante na produção industrial das cidades, mas também na constituição das relações de produção do campo, principalmente na “[...] forma de implementos, fertilizantes, inseticidas, máquinas e sementes selecionadas”. Esse momento foi propiciado “[...] através da política de crédito agrícola que vincula o empréstimo bancário à obrigatoriedade do agricultor investir o recurso na compra de insumos industriais, levando a incorporação das forças produtivas capitalistas no campo a tornar-se uma alavanca, assim, de expansão da hegemonia da finança” (MOREIRA, 2014, p. 130).

A articulação entre os setores econômicos e produtivos da agricultura e da indústria (MÜLLER, 1985; SILVA, 1993; MAZZALI, 1999) proporcionou, em conjunto as ações estatais de suporte da modernização agropecuária conservadora (MARTINE, 1991) no século 20, a integração de mercados regionais em mercados nacionais. Neste momento, visualizamos a emergência dos espaços corporativos de pequenas e médias cidades, as quais tornaram-se grandes “firmas” (MATOS, 1995):

[...] na cidade, um complexo empresarial urbano equivalente do complexo agroindustrial do campo junta a produtora, a revendedora e a financiadora num só domínio de empresa, generalizando para o todo do sistema industrial o modelo de produção-realização do valor até então exclusivo do ramo das montadoras de automóveis, produção, venda e financiamento se fundido estrutural e espacialmente numa só unidade corporativa (MOREIRA, 2013, p. 24).

No caso das pequenas e médias cidades paulistas que tiveram seus espaços urbanos, rurais e intra-urbanos reordenados graças a instalação de complexos agroindustriais da cana de açúcar e da laranja, em meados dos anos de 1960 e 1970, em seus parques

industriais, Elias (2003, p. 292) destaca que com a transformação das relações sociais de produção e consequente aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho agrícola, esses municípios acabaram “[...] atraindo trabalhadores intelectuais e braçais de outras áreas do Estado de São Paulo e até mesmo de outras zonas do país” .

A integração dos mercados de trabalho rural e urbano, neste contexto, também se vincularam aos processos migratórios internos da época, os quais se alinhavam aos desdobramentos dos processos de expansão da fronteira agrícola brasileira (MARTINE, 1992), a proletarização dos trabalhadores rurais (MELLO, 1976; SILVA, 1993; OLIVEIRA 1996; SILVA, 1999), e estava “[...] condicionada pelo processo mais geral de acumulação” (MATOS, 1995, p. 47).

Com o auge da integração entre indústria e agricultura, e consequente integração dos mercados nacionais ao mercado global, observamos a criação de “[...] um formato novo, indústria e agricultura fundindo-se entre si e com os outros setores num mesmo complexo empresarial e produtivo, e levando campo e cidade a entrar na era do *agrobusiness* (MOREIRA, 2014, p. 130).

A apreensão da *organização “em redes”* das agroindústrias brasileiras, cujo estabelecimento é parte integrante do processo de reestruturação produtiva e expoente deste novo formato organizacional, se baseia na percepção de que:

[...] as redes evidenciam o “fator organização” como elemento-chave de explicitação e explicação da “organização industrial”. As formas de organização entre empresas, implementadas sob iniciativa dos próprios agentes econômicos, passam a se constituir em mecanismos institucionais essenciais para a concretização de investimentos e para a geração de ganhos de eficiência, assegurando importantes vantagens competitivas e garantindo a apropriação privada do lucro (MAZZALI, 1999, p. 168).

A reestruturação, por sua vez, se apresentou a partir das conexões estabelecidas entre as modificações nas esferas das relações produtivas, estatais e do mercado de trabalho. Moreira (2014, p. 315-316) nos detalha o processo de reestruturação da seguinte forma:

A reestruturação produtiva refere-se à instituição de uma nova regra de organização do trabalho, consistente na troca das normas fordistas pelas normas da regulação toyotista no âmbito de uma acumulação centrada na agroindústria. A reestruturação industrial refere-se às inovações tecnológicas que firmem os novos centros de indústria na força produtiva bioengenharia da terceira revolução industrial e assim implemente o conjunto das trocas de meios técnicos que centrem os fabricos nos processamentos da microeletrônica e da informática flexibilizando nesse passo as regras do trabalho e da produção à base da engenharia genética. A reestruturação estatal é o conjunto das reformas neoliberais que transferiram o patrimônio público para o poder privado liberando o capital nele empatado para novos investimentos em infraestrutura. E a reestruturação espacial, por fim, é novo ordenamento territorial que tudo isso implica.

Em mesma medida, Castells (1989) ressalta que mundialmente a revolução informacional e tecnológica atuou na reestruturação das relações entre o capital e o trabalho, particularmente a partir do início da década de 1970. O autor (CASTELLS, 1989, p. 189, *tradução livre*) aponta assim que:

O capital possuiu dois objetivos centrais frente a reestruturação do trabalho ocasionada pelas circunstâncias históricas presentes na crise econômica de 1973-4. A primeira foi a mudança qualitativa das relações de poder entre a administração e o trabalho organizado em favor dos interesses comerciais. A segunda foi o aumento substancial da flexibilidade de mão de obra em todos os níveis, através da desregulamentação, da mobilidade setorial e geográfica, das condições das redes sociais segundo as estratégias de mudança adotadas de acordo com os interesses empresariais. Ambos os objetivos se interrelacionam, ao mesmo tempo em que permanecem distintos em termos de lógica e implementação. A introdução da tecnologia da informação no processo de trabalho desempenha um papel fundamental na promoção de ambos<sup>30</sup>.

As ressonâncias do processo de reestruturação produtiva culminariam, no século 21, frente a globalização e a abertura dos mercados em “[...] novos padrões de competitividade baseada na exportação e na privatização do capital social, numa reestruturação da economia que resulta em maior poder para as corporações” (BECKER, 2007, p. 267-268).

---

<sup>30</sup> **Original:** Capital has had two main goals in pursuing the restructuring of labor in the particular historical circumstances produced by the economic crisis of 1973-4. The first is to change qualitatively the power relationships between management and organized labor in favor of business interests. The second is to enhance substantially the flexibility of labor at all levels, through deregulation, sectoral and geographical mobility, networking conditions according to the changing strategies and interest firms. The two objectives are interrelated, but they remain distinct in terms of their logic as well as oh their implementation. The introduction of information technology in the work process plays an instrumental role in fostering both (CASTELLS, 1989, p. 189).

Em somatória, Vainer (2007, p. 18) aponta que “[...] é necessário estabelecer uma analogia entre, de um lado, empresas capitalistas concorrendo em um mercado livre, e de outro, cidades e regiões competindo em um mercado globalizado de localizações”. Santos (2012, p. 32) sinaliza que:

Quando todos os lugares forem atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização, com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Onde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se, então, importante, efetiva ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas.

Sob este contexto, nos planos locais, regionais e nacionais associados ao agronegócio, Gras e Hernández (2013a) sinalizam que os espaços rurais e urbanos passaram a ser conectados, muitas vezes sem intermediações, com a esfera global, tornando a produção agropecuária *desterritorializada* (APPADURAI, 1990).

Neste sentido, para Elias (2011) e Gras e Hernandez (2013a) as articulações entre as esferas locais e globais podem ser apreendidas através de novas regionalizações que ultrapassem o escopo de análise das redes urbanas regionais (CÔRREA, 2006). Deste modo, Elias (2013) propõe o conceito de *região produtiva do agronegócio* que abarca um conjunto de áreas rurais e urbanas altamente especializadas e corporativas, compostas por espaços agrícolas modernos e não metropolitanos envolvendo, particularmente, pequenas e médias cidades brasileiras e latino-americanas.

Já Demétrio e Picouet (2016) e Demétrio (2017), considerando os espaços transnacionais da produção de commodities agrícolas no Estado de São Paulo, apresenta-nos o conceito de *arranjos urbanos-rurais regionais* que agrega o componente populacional frente aos circuitos espaciais produtivos, assim, são “[...] estruturados na interface entre redistribuição de população e produção de commodities (laranja, cana e carne), construções socioespaciais típicas de áreas onde os processos históricos deixaram heranças que possibilitaram a expansão dessas atividades (DEMÉTRIO; PICOUE, 2016, p. 20).

O estudo das cidades associadas ao agronegócio brasileiro torna possível o acompanhamento das transformações nos espaços privilegiados (SASSEN, 1998) da era da mundialização (CHESNAIS, 1996) e da transnacionalização (TARRIUS, 2000), simultaneamente, ao entendimento da inserção dos espaços da migração (BAENINGER, 2012) nas dinâmicas da divisão internacional do trabalho.

Baeninger (2012, p. 60) destaca que no caso brasileiro “as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional”. E inclusive “[...] mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios nacionais e internacionais” (BAENINGER, 2012, p. 60).

As migrações internas são partes constituintes dos processos históricos de acumulação do agronegócio brasileiro no cenário de modernização agropecuária na década de 1960, no contexto de internacionalização da economia em meados dos anos de 1990 e no novo panorama de consolidação das empresas transnacionais no início do século 21.

Entender, portanto, os desdobramentos das novas interações entre os planos locais e globais e a prevalência da *condição migratória* como elemento chave na articulação de um mercado de trabalho, associado às atividades da colheita manual da laranja, no interior paulista permitirá a apreensão dos rearranjos destes deslocamentos populacionais frente à inserção nacional na nova divisão internacional do trabalho.

Sob essa perspectiva, a atuação das grandes corporações agroindustriais empregadoras da mão de obra migrante oriunda dos Estados do Maranhão e do Piauí para o trabalho rural em pequenas e médias cidades paulistas, cuja economia vincula-se ao agronegócio citrícola, e têm seu parque industrial articulado ao capital internacional e alicerçado na produção de commodities agrícolas e de máquinas e implementos agrícolas, se torna central na percepção dos desdobramentos da agricultura globalizada em países capitalistas dependentes.



Fonte: PEREIRA, G. G.; MACIEL, L. M. (2012 e 2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

## CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL CITRÍCOLA PAULISTA: O CASO DOS COLHEDORES DE LARANJA

---

*Creio que as performances de boias-frias são particularmente interessantes pelo modo que permitem a irrupção de elementos residuais da história no presente. O que eles contam não é simplesmente uma história do que aconteceu, nem mesmo uma história tal como ela se configura no conjunto de lembranças. Contam a história de um esquecimento. Sua estética, podemos dizer, encontra-se não na imagem de casa-grande tal como ela era no seu auge, mas na imagem do casarão em ruínas. Nessas ruínas também se encontram as aberturas da história, suas fissuras. Nas histórias que a sociedade conta sobre ela para si mesma os boias-frias farejam, por meio do riso, uma história do esquecimento.*

(DAWSEY, 2013, p. 273-274).

### 2.1 Entre o local e o global: a citricultura paulista e o arranjo urbano-rural regional da laranja

---

Este capítulo tem como objetivo a apresentação das características gerais da citricultura brasileira e sua atuação na formação dos espaços rurais-urbanos regionais (DEMÉTRIO, 2017), bem como, na arregimentação da mão de obra de trabalhadores rurais migrantes para a colheita da laranja.

O agronegócio citrícola brasileiro possui alguns traços que o diferenciam do agronegócio de culturas perenes, como do cultivo da soja e da cana de açúcar. Um destes traços é o *poder de barganha*<sup>31</sup> (MAIA, 1996; HART, 2004; GERALDELLO, 2015) do setor que inclusive é visualizado como “ameaça externa” à citricultura norte-americana (HART, 2004; GERALDELLO, 2015). Neves et al. (2010, p. 16) sinalizam que:

De cada cinco copos de suco de laranja consumidos no mundo, três são produzidos no Brasil. Em nenhuma outra commodity, o país tem expressividade semelhante. A força da indústria brasileira de suco de laranja não está só nas exportações. O seu caráter empreendedor impulsionou, na década de 1990, o surgimento das primeiras agroindústrias brasileiras a atuarem em solos estrangeiros, o que fortaleceu ainda mais a sua posição competitiva frente ao cenário internacional.

Margarido (1996) e Maia (1996) apontam que a combinação histórica do capital nacional e internacional, bem como, a existência de uma estrutura industrial que pode ser classificada como *oligopólio concentrado*, o nível mais alto da consolidação do agronegócio

---

<sup>31</sup> As situações de barganha são entendidas pelas negociações, interpessoais ou intraorganizacionais, entre um ou dois atores econômicos (‘players’) que possuem um interesse de cooperação entre si, contudo em razão de conflitos de interesse buscam alternativas para efetivar a negociação (MUTHOO, 2000).

(BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003), condicionaram a alta concentração geográfica e o monopólio da compra e produção da fruta para transformação industrial no território brasileiro.

O Estado de São Paulo, assim como o Estado da Flórida nos Estados Unidos, figura como lócus privilegiado da atuação do agronegócio citrícola internacional (ELIAS, 2011), particularmente nas regiões de Araraquara, Bebedouro, Limeira e de Botucatu. Maia (1996, p. 20) nos chama atenção para os condicionantes históricos que possibilitaram o destaque das cidades de Matão e Araraquara na divisão internacional do trabalho do agronegócio citrícola:

Nas décadas de 50 e 60, a cultura se expande em direção ao norte do Estado, acompanhando a construção das rodovias e os trilhos das ferrovias até São José do Rio Preto e Bebedouro, passando por Araraquara, Taquaritinga e Matão. Ao mesmo tempo, passavam a perder importância relativa as regiões do Vale do Paraíba e de Sorocaba, com a industrialização que, então, aí se iniciava mais intensamente.

Para Maia (1996, p. 27) a partir dos anos de 1970 “o desenvolvimento de novos pomares passou, assim, a ocorrer tendo as indústrias de suco como polos de atração”, conjuntamente, notou-se a “[...] nítida e significativa tendência de plantio de variedades mais indicadas para o processamento, como Pêra, Natal, Valência e Hamlin, em detrimento da Bahia, Bahianinha e Lima”, voltados para o consumo in natura. Ademais, a produção brasileira, sincronicamente a norte americana, foi historicamente direcionada ao “[...] processamento da indústria, para sua posterior transformação em suco de laranja concentrado congelado” (MARGARIDO, 1996, p. 46).

Conquanto, diferentemente do caso norte-americano, a produção brasileira é direcionada quase que exclusivamente ao mercado externo, estima-se que 80% da exportação de suco de laranja no mundo sejam provenientes do Brasil (BRIONES; RAKOTOARISOA, 2003).

Visualizamos pela Tabela 5 a produção total e a exportação de laranjas e tangerinas por mil toneladas, bem como, o percentual da produção para exportação nos casos brasileiro, norte-americano e mundial entre 1961 e 2013.

No caso brasileiro, notamos a tendência de crescente expansão da produção de laranjas e tangerinas destinadas à exportação, apesar de pequenas oscilações nos percentuais ao longo do período analisado.

Com efeito, Mazzali (1999, p. 115) destaca que “[...] o mercado interno não se apresentava como um vetor da dinâmica do segmento, mas como uma espécie de apêndice do

mercado externo, voltado ao consumo do denominado ‘refugio’”. Em comparação a exportação mundial, a partir de 1970 os percentuais brasileiros ultrapassaram os percentuais mundiais.

Pela Figura 2 que contém a exportação de laranjas e tangerinas por mil toneladas do Brasil, Estados Unidos da América e produção mundial (1961-2013) podemos perceber como a produção brasileira apresentou os mesmos padrões de comportamento, ao longo do período, que a produção mundial.

O valor mínimo de 5,66% em 1961 corresponde ao período ainda “experimental” da exportação de suco concentrado de laranja (NEVES et al., 2010), enquanto o pico da produção para exportação ocorreu em 1984 (83,91%) justamente no momento crucial de guinada das exportações brasileiras e “[...] consolidação da indústria brasileira [que] ocorreu definitivamente após as geadas que voltaram a castigar a Flórida nos anos de 1977, 1981, 1982, 1983 e 1989” (NEVES et al., 2010, p. 13).

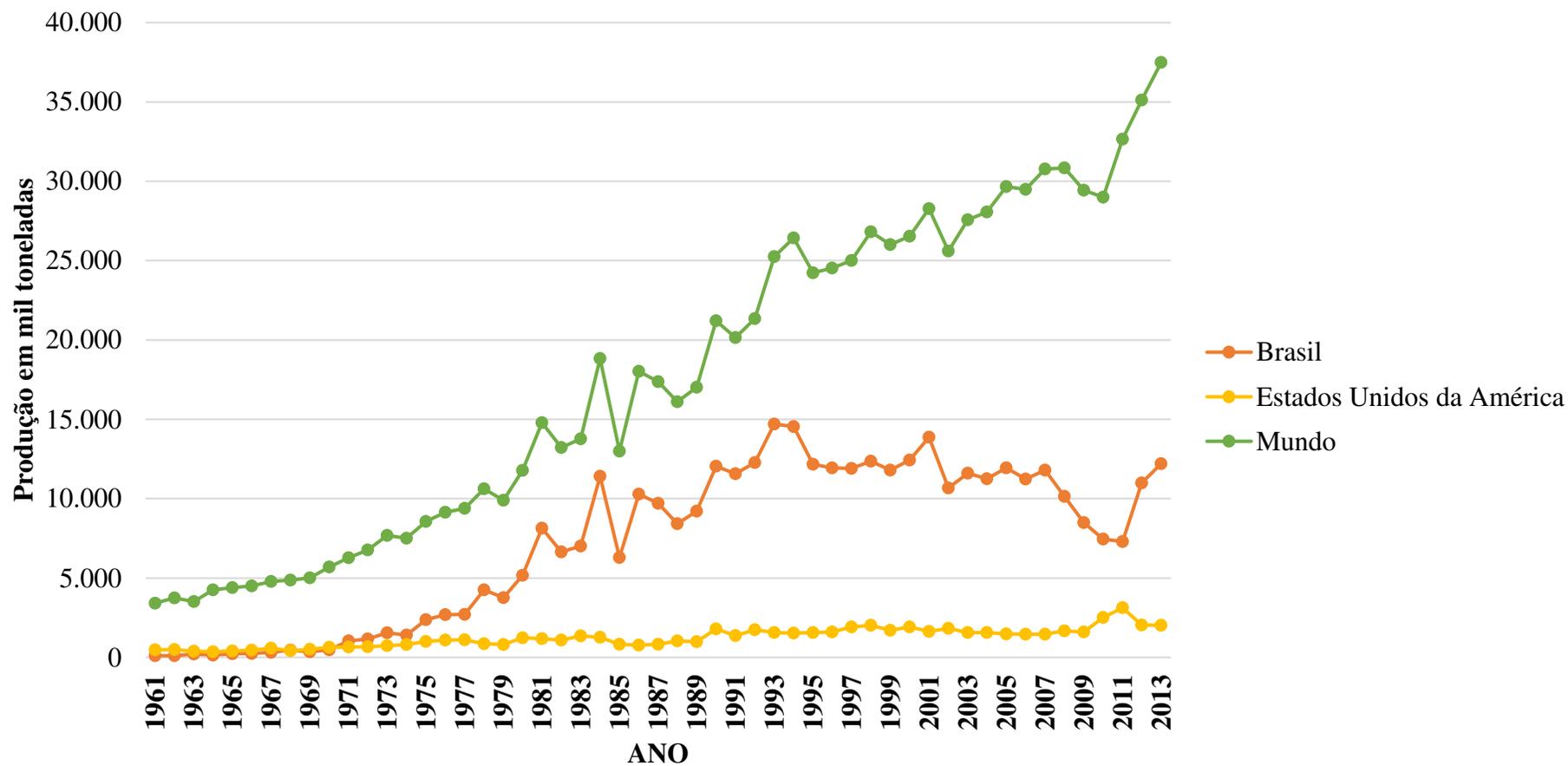
**TABELA 4** – Produção total e exportação de laranjas e tangerinas por mil toneladas, percentual de produção para exportação – Brasil, Estados Unidos da América (EUA) e no mundo – 1961-2013

Ano	Brasil			EUA			Mundo		
	Total	Exportação	% Exp/Total	Total	Exportação	% Exp/Total	Total	Exportação	% Exp/Total
1961	1.996	113	5,66	4.815	481	9,99	18.628	3.420	18,36
1962	2.099	107	5,10	5.702	490	8,59	19.305	3.750	19,43
1963	2.367	211	8,91	4.195	384	9,15	19.472	3.512	18,04
1964	2.307	145	6,29	3.744	360	9,62	19.878	4.259	21,43
1965	2.584	232	8,98	4.923	402	8,17	22.176	4.388	19,79
1966	2.639	253	9,59	5.854	452	7,72	25.051	4.500	17,96
1967	2.798	323	11,54	7.668	581	7,58	27.673	4.789	17,31
1968	3.041	449	14,76	5.332	426	7,99	27.073	4.870	17,99
1969	3.241	348	10,74	7.600	518	6,82	30.157	5.020	16,65
1970	3.466	470	13,56	7.761	625	8,05	30.619	5.702	18,62
1971	3.616	1.031	28,51	7.986	646	8,09	32.245	6.271	19,45
1972	4.195	1.157	27,58	8.037	670	8,34	34.980	6.763	19,33
1973	5.308	1.554	29,28	9.371	741	7,91	37.846	7.685	20,31
1974	6.263	1.412	22,55	9.074	812	8,95	38.790	7.502	19,34
1975	6.759	2.375	35,14	9.913	1.008	10,17	40.170	8.558	21,30
1976	7.613	2.687	35,29	10.183	1.086	10,66	41.341	9.143	22,12
1977	7.609	2.708	35,59	10.144	1.114	10,98	41.860	9.393	22,44
1978	8.273	4.264	51,54	9.268	862	9,30	41.744	10.617	25,43
1979	8.956	3.769	42,08	8.889	802	9,02	43.323	9.903	22,86
1980	11.382	5.169	45,41	11.490	1.223	10,64	48.367	11.791	24,38
1981	11.942	8.142	68,18	10.078	1.184	11,75	47.978	14.798	30,84
1982	12.187	6.641	54,49	7.426	1.087	14,64	47.109	13.230	28,08
1983	12.341	7.016	56,85	9.246	1.350	14,60	51.251	13.771	26,87
1984	13.608	11.418	83,91	7.073	1.271	17,97	47.230	18.839	39,89
1985	14.892	6.288	42,22	6.550	821	12,53	50.564	13.002	25,71
1986	13.896	10.296	74,09	7.201	775	10,76	52.383	18.020	34,40
1987	15.283	9.700	63,47	7.491	824	11,00	54.906	17.370	31,64
1988	15.615	8.421	53,93	8.271	1.045	12,63	56.337	16.105	28,59

<b>1989</b>	18.399	9.210	50,06	8.643	993	11,49	63.395	17.023	26,85
<b>1990</b>	18.182	12.054	66,30	7.352	1.789	24,33	61.673	21.208	34,39
<b>1991</b>	19.597	11.576	59,07	7.481	1.374	18,37	64.992	20.162	31,02
<b>1992</b>	20.350	12.274	60,31	8.520	1.733	20,34	67.519	21.344	31,61
<b>1993</b>	19.531	14.708	75,31	10.422	1.567	15,04	69.499	25.252	36,33
<b>1994</b>	18.206	14.541	79,87	9.886	1.525	15,43	68.916	26.427	38,35
<b>1995</b>	20.586	12.162	59,08	10.864	1.572	14,47	73.840	24.242	32,83
<b>1996</b>	21.767	11.949	54,90	10.871	1.603	14,75	75.752	24.529	32,38
<b>1997</b>	23.829	11.909	49,98	12.159	1.921	15,80	84.054	25.008	29,75
<b>1998</b>	21.632	12.365	57,16	12.935	2.015	15,58	78.419	26.817	34,20
<b>1999</b>	23.724	11.808	49,77	9.387	1.712	18,24	81.414	26.020	31,96
<b>2000</b>	22.233	12.427	55,89	12.376	1.920	15,51	81.368	26.539	32,62
<b>2001</b>	18.108	13.873	76,61	11.562	1.628	14,08	80.148	28.287	35,29
<b>2002</b>	19.793	10.681	53,96	11.758	1.830	15,56	82.569	25.599	31,00
<b>2003</b>	18.222	11.602	63,67	10.820	1.567	14,48	81.021	27.577	34,04
<b>2004</b>	19.477	11.254	57,78	12.056	1.564	12,97	87.586	28.066	32,04
<b>2005</b>	19.086	11.940	62,56	8.697	1.485	17,07	86.374	29.669	34,35
<b>2006</b>	19.302	11.242	58,24	8.545	1.455	17,03	91.371	29.492	32,28
<b>2007</b>	19.891	11.801	59,33	7.245	1.454	20,07	85.075	30.773	36,17
<b>2008</b>	19.618	10.151	51,74	9.619	1.668	17,34	90.149	30.850	34,22
<b>2009</b>	18.713	8.496	45,40	8.683	1.597	18,39	89.146	29.448	33,03
<b>2010</b>	19.625	7.455	37,99	8.019	2.514	31,35	92.070	29.003	31,50
<b>2011</b>	20.816	7.290	35,02	8.675	3.123	36,00	97.310	32.664	33,57
<b>2012</b>	18.972	10.990	57,93	8.950	2.032	22,70	95.860	35.125	36,64
<b>2013</b>	17.284	12.213	70,66	7.500	2.025	27,00	97.077	37.490	38,62

Fonte: FAOSTAT (Balances Alimentarios. Datos Comparativos, 1961-2013).

**FIGURA 2** – Volume da produção exportada de laranjas e tangerinas por mil toneladas do Brasil, Estados Unidos da América e produção mundial (1961-2013)



Fonte: FAOSTAT (Balances Alimentarios. Datos Comparativos, 1961-2013).

O ano de 1978 também se apresentou como momento chave já que foi a primeira vez em que mais de 50% da produção nacional foi destinada ao mercado internacional, desde então os percentuais da produção total de laranjas e tangerinas destinadas à exportação não retornaram a valores menores que 40%. As únicas exceções foram os anos de 2010 e 2011 nos quais se destinaram à exportação, respectivamente, 37,99% e 35,02%. Esse cenário pode ser justificado como parte do desdobramento da crise financeira mundial iniciada em 2007 (SHAHROKHI, 2011).

A produção norte-americana, por sua vez, destinou-se majoritariamente para o consumo interno como podemos visualizar pelos percentuais da produção destinada à exportação que não ultrapassaram a casa dos 30% (2011) vide Tabela 5. Geraldello (2015, p. 88) aponta que os Estados Unidos se apresentam historicamente como “[...] o maior mercado nacional consumidor do mundo”, além disso, “[...] o suco comercializado nos Estados Unidos é uma mistura do produto nacional com o importado [...]” do México (MAZZALI, 1999) e do Brasil (NEVES et al., 2010).

Em comparação aos percentuais da produção mundial destinada à exportação, a produção estadunidense apresentou ao longo do tempo analisado comportamentos distintos da tendência mundial, tendo inclusive seu pico de exportações (Figura 2) em 2011, período no qual as produções brasileira e mundial apresentaram um pontual declínio.

De acordo com Geraldello (2015, p. 97), a expansão da atuação da citricultura brasileira no território estadunidense, particularmente no Estado da Flórida, se iniciou nos anos de 1990 consolidando-se no início dos anos 2000. Segundo a autora (GERALDELLO, 2015) com a fusão entre a Citrosuco e a Citrovita, em 2012, as quatro empresas que atuam no processamento de suco concentrado de laranja no Brasil, ou seja, a Suco Cítrico Cutrale Ltda, a Citrosuco Ltda (Grupo Fischer e Citrovita), Grupo Votorantim e a Louis Dreyfus Commodities (Coinbra) (NEVES et al., 2010), passaram a atuar no Estado da Flórida. Luckstead; Devadoss e Mittelhammer (2015, p. 175, *tradução livre*) ressaltam que:

A produção mundial de suco de laranja é altamente concentrada nos Estados da Flórida e de São Paulo (Brasil), que produzem cerca de 85% do total mundial. Os dois estados fornecem, em conjunto, uma média de 89% do mercado total dos EUA, e o Estado de São Paulo fornece cerca de 84% do mercado total europeu. Sendo os Estados Unidos e a Europa os maiores consumidores de suco de laranja<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> **Original:** world orange juice production is highly concentrated in the states of Florida and São Paulo (Brazil), which produce about 85% of the total world supply. These orange juice processing states supply an average of 89% of the total U.S. market, and São Paulo processors supply about 84% of the total European market. The United States and Europe are the two largest orange juice consuming regions (LUCKSTEAD; DEVADOSS; MITTELHAMMER, 2015, p. 175).

Hart (2004, p. 33, *tradução livre*) em mesma medida aponta que “[...] a presença na Flórida e em São Paulo fornece as companhias processadoras uma vantagem adicional na constituição de economias de escala no trabalho com grandes clientes”<sup>33</sup>. Ao que o autor (HART, 2004) destaca a atuação da Cutrale e da Citrosuco que são as principais fornecedoras da Coca Cola, da Tropicana e da Pepsi.

Sob este panorama, temos que o Estado de São Paulo possui tanto historicamente, quanto internacionalmente uma posição privilegiada na produção de suco de laranja (MAIA, 1996; MAZZALI, 1999; ELIAS, 2003; NEVES et al., 2010).

Demétrio (2017) nos propõe o entendimento dos espaços rurais e urbanos do agronegócio citrícola paulista através do estudo do arranjo urbano-rural regional da laranja. De acordo com a autora (DEMÉTRIO, 2017) o arranjo se compõe através das sub-regiões articuladas a formação socioespacial cafeeira (GONÇALVES, 1998):

*A região de Limeira*, onde as primeiras fazendas de café foram formadas ainda na primeira metade do século 19, com a citricultura expandindo-se a partir de 1920 (MAZZALI, 1999); *a região de Matão/Araraquara*, integrada à dinâmica cafeeira de incorporação de terras em meados do século 19 e espraiamento dos pomares principalmente depois de 1960, já no âmbito dos Complexos Agroindustriais (MÜLLER, 1985; DELGADO, 1985), desencadeando uma dinâmica de urbanização corporativa (SANTOS, 1993) claramente atrelada às demandas do setor citrícola (ELIAS, 2003); e a sub-*região de Bebedouro*, onde café e laranja difundem-se mais tardiamente (GONÇALVES, 1998; MAZZALI, 1999) (DEMÉTRIO, 2017, p. 225) (*grifos nossos*).

Castillo (2013, p. 77) sinaliza, sincronicamente que “as particularidades ou características intrínsecas do produto ou setor são decisivas para a conformação do arranjo espacial [...]”. Neste sentido, as configurações espaciais dos arranjos regionais, dos espaços urbanos, rurais e intra-urbanos do agronegócio da laranja seriam, portanto, mediadas pelas necessidades produtivas da agroindústria citrícola.

Simultaneamente, Frederico (2013) destaca que com a especialização das regiões, ao que estendemos aos arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017), as relações dentro dos circuitos espaciais produtivos (SANTOS; SILVEIRA, 2001) tendem a ser cada vez mais intensas e articuladas a produção mundial, deste modo “mais do que meras *regiões produtivas*, esses são exemplos de *regiões competitivas*, uma vez que conseguem se inserir de maneira eficiente nos mercados mundializados” (FREDERICO, 2013, p. 110, *grifos do autor*).

---

<sup>33</sup> **Original:** “[...] a presence in both Florida and São Paulo gives the processing companies additional leverage and economies of scale in working with large customers” (HART, 2004, p. 33).

Elias (2013, p. 202) em sua proposta de estudo das regiões produtivas do agronegócio brasileiro salienta que através da:

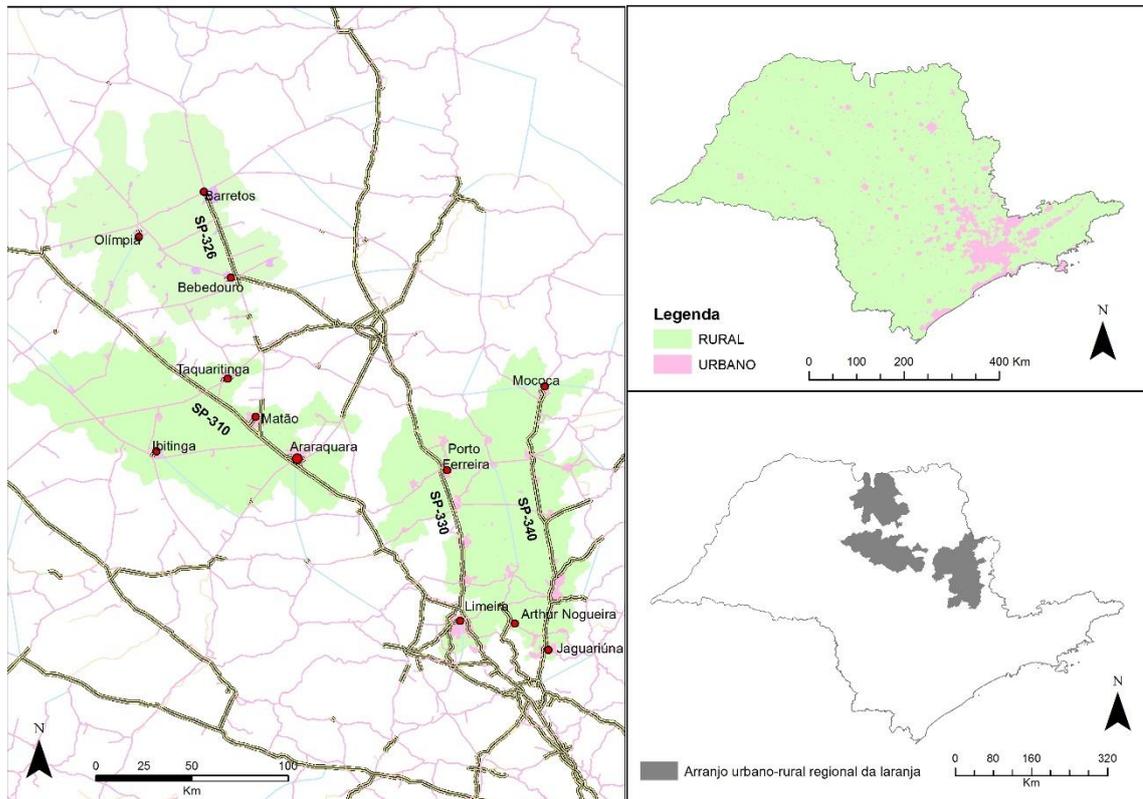
[...] dialética entre a ordem global e local, as regiões produtivas do agronegócio estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial e, assim, as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais.

Gras e Hernández (2013a) em conjunto a Albaladejo (2013), por sua vez, propõem que compreendamos as transformações gestadas nos espaços do agronegócio através do pacto territorial o qual considera “[...] o conjunto de dinâmicas que se cristalizam em uma forma específica de organização do espaço agro-rural, forma esta conectada a inserção da atividade agrícola e das inter-relações entre o Estado nacional, os protagonistas do mundo rural e a ordem mundial”<sup>34</sup> (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, p. 50, *tradução livre*).

A Figura 3 nos traz a localização do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) enquanto o quadro 1 contém os municípios integrantes de cada sub-região do arranjo estudado. Visualizamos que as três subregiões (Bebedouro, Matão/Araraquara e Limeira) são amplamente atendidas pela malha rodoviária paulista através dos acessos a SP 310 (Rodovia Washington Luiz), a SP 330 (Rodovia Anhanguera), a SP 326 (Rodovia Brigadeiro Faria Lima) e a SP 340, as quais derivaram da atuação do complexo cafeeiro na constituição da malha ferroviária no interior paulista (CANO, 1988; PACHECO, 1988; GONÇALVES, 1998).

---

<sup>34</sup> **Original:** “[...] un conjunto de dinámicas y relaciones que cristalizan em uma determinada forma de organización del espacio agrorural, forma conectada a la inserción de la actividad agrícola y a las interrelaciones entre el Estado nacional, los protagonistas del mundo rural y el orden mundial” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, p. 50).

**FIGURA 3** – Arranjo urbano-rural regional da laranja, Estado de São Paulo, 2006/2010

Fonte: Demétrio (2017). Anexo I – Mapa 44. IBGE (2010); Ministério do Meio Ambiente (Malha Rodoviária, 2008).

**QUADRO 1** – Municípios paulistas integrantes do arranjo urbano-rural regional da laranja por sub-região do arranjo, 2017

<b>Sub-região de Bebedouro (20 municípios)</b>
Altair, Barretos, Bebedouro, Cajobi, Catiguá, Colina, Colômbia, Embaúba, Guapiaçu, Guaraci, Monte Azul Paulista, Olímpia, Onda Verde, Paraíso, Severínia, Tabapuã, Taiúva, Terra Roxa e Viradouro.
<b>Sub-região de Matão/Araraquara (15 municípios)</b>
Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibitinga, Itajobi, Matão, Nova Europa, Novo Horizonte, Rincão, Santa Adélia, Tabatinga e Taquaritinga.
<b>Sub-região de Limeira (22 municípios)</b>
Aguai, Analândia, Araras, Arthur Nogueira, Casa Branca, Conchal, Descalvado, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Leme, Limeira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antônio de Posse, Tambaú e Vargem Grande do Sul.

Fonte: Demétrio (2017). Quadro 21 – Municípios que compõem os arranjos urbanos-rurais regionais da cana de açúcar, da laranja e da pecuária de corte (Adaptado). Estimativas populacionais do IBGE Censo Demográfico de 2010 e Censo Agropecuário de 2006.

Segundo Demétrio (2017, p. 225) as diferenças entre as sub-regiões remetem as heranças “[...] do processo de formação capitalista do arranjo urbano-rural regional da laranja” e simultaneamente as características próprias do setor, como “[...] menor tendência à concentração fundiária, processo de colheita manual, o fato de ser uma lavoura permanente, com fragmentação do território menos intensa”. A autora (DEMÉTRIO, 2017) ainda pondera que este cenário contribuiu para a constituição de um processo de urbanização marcado por importantes centros-urbanos de médio porte (de 20 mil a 100 mil habitantes) e grandes (acima de 100 mil habitantes).

Além disso, temos que a sub-região de Limeira apresenta-se como historicamente pioneira na produção de laranja, de acordo com Maia (1996); Mazzali (1999) e Neves et al. (2010), a cultura se apresentou como alternativa viável ao café entre os anos de 1920 e 1930, chegando posteriormente à sub-região de Matão/Araraquara e de Bebedouro em meados de 1950. Bebedouro despontou como região produtiva no século 20 graças aos seus investimentos “[...] em moldes modernos nos laranjais, absorvendo sempre as inovações técnicas surgidas, seguindo à risca novas orientações no cultivo dos pomares” (MAIA, 1996, p. 19-20).

Com a reorganização territorial das empresas extratoras de suco de laranja no Estado de São Paulo, entre meados de 1970 e 1980 (MAIA, 1996), a sub-região de Matão/Araraquara passa a se destacar frente as demais sub-regiões do arranjo, particularmente com a consolidação da Citrosuco, no município de Matão, e da Cutrale, localizada em Araraquara.

Mazzali (1999) aponta que existem mudanças substanciais no perfil da produção da laranja no interior paulista, ainda que a demanda externa tenha se conservado como vetor de seu dinamismo, deste modo se entre os anos de 1920 e 1950 a produção era articulada ao mercado internacional da fruta *in natura*, com o surgimento das agroindústrias processadoras de suco concentrado congelado de laranja, em meados de 1960, a produção passou a ser atrelada a demanda do mercado internacional de *commodities*. Sob esta perspectiva, podemos afirmar que a sub-região de Matão/Araraquara já despontou desde o princípio no contexto de exportações de *commodities*.

O arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017), além de se estruturar através de sub-regiões que possuem particularidades históricas, sociais e populacionais, apresenta assim como as demais regiões produtivas do agronegócio brasileiro

(ELIAS, 2013) cidades de pequeno ou médio porte cujas economias municipais se alinham diretamente as dinâmicas dos mercados globais de commodities agrícolas.

De acordo com Albaladejo (2013), esses municípios podem ser denominados como “agrocidades”, conceito equivalente ao de cidade do agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2006), as quais correspondem “[...] a um centro de funcionamento simultaneamente residencial, econômico e político dos espaços rurais do pacto agropecuário” (ALBALADEJO, 2013, p. 82, *tradução livre*)<sup>35</sup>. No caso do arranjo regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) a cidade de Matão desponta como a cidade do agronegócio citrícola (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015), conjuntamente a Bebedouro (ELIAS; PEQUENO, 2006; BOECHAT; GIAVAROTTI, 2015).

Ademais, destacamos que os arranjos urbano-rurais regionais paulistas (DEMÉTRIO, 2017) apesar de se articularem historicamente à constituição da rede urbana regional do Estado de São Paulo (CÔRREA, 2006) devem ser dimensionados através de suas redes produtivas (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b).

Por fim, como aponta Demétrio (2017, p. 252) nestes espaços “[...] os processos históricos deixaram heranças que permitiram a alocação do capital transnacional ligado à produção e processamento de commodities”, contudo “[...] o espaço dos “negócios” está cada vez mais conectado e sem mediações com o global” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b, p. 37)<sup>36</sup>.

## 2.2 A estruturação do mercado de trabalho formal na citricultura

---

A análise da construção social dos mercados da citricultura paulista, no século 21, alia-se a percepção de que “os mercados também podem ser visualizados como uma forma de organização econômica, como as cidades, as economias regionais, nacionais e os blocos comerciais [...]”<sup>37</sup> (SWEDBERG, 2003, p. 55, *tradução livre*).

Como destacam os trabalhos de Riella; Tubío e Lombardo (2013); Gras e Hernández (2013b) e Riella e Mascheroni (2015) é necessário, sob esta conjuntura, entender quais são as estratégias de gestão e organização das relações de trabalho.

---

<sup>35</sup> **Original:** “[...] es el centro de un funcionamiento a la vez residencial, económico y político de los espacios rurales del pacto agropecuario” (ALBALADEJO, 2013, p. 82).

<sup>36</sup> **Original:** “[...] el espacio de “negócios” está cada vez más conectado y casi sin mediaciones con lo global” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b, p. 37)

<sup>37</sup> **Original:** “markets can also been seen as form of economic organization – as can cities, regional economies, national economies, and trade blocks [...]” (SWEDBERG, 2003, p. 55).

Pretendemos deste modo, discorrer acerca da lógica da cadeia global de valor do agronegócio citrícola e os desdobramentos desta na configuração do mercado de emprego local (RIELLA; TUBÍO; LOMBARDO, 2013), mas também nos espaços migratórios rurais e urbanos inseridos na divisão social e internacional do trabalho no contexto de acumulação flexível da agricultura globalizada (SANTOS, 1972; CANO, 2011; HARVEY, 2003). Dessa forma temos que:

[...] as novas demandas das empresas pertencentes às redes agroindustriais, que necessitam também de processos verificados no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente voltadas ao agronegócio globalizado. Processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas concernentes a esse agronegócio (ELIAS, 2003, p. 201-202).

As transformações dos espaços urbanos e rurais, palcos dos movimentos migratórios temporários dos colhedores de laranja, são condicionadas as instâncias de negociação da economia global ressoando nas esferas locais e regionais, tornando-se “[...] cada vez mais difícil entender a dinâmica da produção agrícola brasileira sem compreender o movimento mundial do mercado financeiro” (FREDERICO, 2013, p. 102).

Gras e Hernández (2013b), conjuntamente a Mazzali (1999), destacam que as grandes empresas do agronegócio global se caracterizam pela produção *em rede*, cujo eixo norteador é o capital financeiro e deste modo:

O capital acessado provém de terceiros – os quais na maior parte das vezes nem sequer conhecem o endereço das terras de onde estão investindo para produzir – e privilegiam os rápidos retornos (para manter a estrutura de gestão ou para retribuir aos acionistas), o que dificulta a realização de grandes investimentos e ainda mais a possibilidade de presenças estáveis no território (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, p. 52, *tradução livre*)<sup>38</sup>.

Grun (2013, p. 181) indica que a dominação financeira se instaurou no Brasil através da perda de protagonismo da empresa como agente econômico central, consequentemente “[...] a primazia passa, então, para o espaço que nos acostumamos a chamar de mercado financeiro ou, mais genericamente de “mercados”, além disso “[...] essa entidade denominada “mercado” amplia o escopo de seus atos e assim se torna uma arena não

---

<sup>38</sup> **Original:** El capital al que acceden proviene de terceros – quienes la mayor parte de las veces ni siquiera conocen la ubicación en el mapa de las tierras donde están invirtiendo para producir – y privilegian los retornos rápidos (para mantener la estructura de gestión o para retribuir a los inversores), lo que dificulta la realización de grandes inversiones y más aún la posibilidad de presencias estables en el territorio (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a, p. 52).

mais somente econômica”. Jardim (2015, p. 10) sinaliza, simultaneamente, que “[...] é uma falácia ideológica colocar os fatos econômicos em superioridade, pois sem as demais dimensões da sociedade, seria impossível a existência de relações econômicas”.

Neste sentido as instâncias de decisão e negociação das relações econômicas são intercaladas em esferas locais e globais, e possuem condicionantes históricas, sociais e econômicas. Por conseguinte, o estudo do deslocamento temporário de trabalhadores rurais migrantes para a colheita da laranja no interior paulista se correlaciona ao entendimento de quais são os atores sociais presentes na construção social do mercado de trabalho rural-urbano da citricultura.

Mercado este articulado às trajetórias sociais (BOURDIEU, 1979) e migratórias (SANCHEZ, 2012), via experiência intergeracional da migração (MENEZES, 2009), que compõem as seletividades psicossociais e físicas (SILVA, 2008a; SILVA; MELO, 2012; MAZIERO, 2016) dos trabalhadores rurais migrantes, alocados na colheita da laranja e no corte de cana, no interior do Estado de São Paulo. Deste modo durante o processo de seleção e contratação:

[...] [serão escolhidos] os melhores, isto é, os mais jovens, dotados de força física e aqueles que não são *encrenqueiros*, isto é, os que não abusam de bebidas alcoólicas, os mais obedientes, que, seguramente, não protestarão contra as condições de trabalho e não participarão de movimentos reivindicatórios. Ademais da força física, esses atributos comportamentais são importantes nessa seleção, pautada por critérios políticos e ideológicos (SILVA, 2008a, p. 174; grifos da autora).

O colhedor só vai para realização dos exames admissionais, se passar na análise do perfil exigido pela empresa. Caso o colhedor já tenha trabalhado na empresa, essa dispõe de uma planilha com um conjunto de informações do colhedor [...] se ele é difícil de lidar; se tem perfil para a colheita; a produtividade média diária em safras anteriores; faltas justificadas e não justificadas, etc. Caso o colhedor não tenha trabalhado na empresa realiza-se perguntas genéricas para a construção do perfil. Essas perguntas são sobre experiência profissional, se já colheu laranja, se conhece a empresa, por que deseja trabalhar em São Paulo, etc. (MAZIERO, 2016, p. 15).

Gras e Hernández (2013b, p. 41, *tradução livre*) pontuam que com a reconfiguração do modelo de desenvolvimento do agronegócio, após a reestruturação produtiva e a consolidação do capital financeiro no setor, ocorrem duas transformações centrais; a terceirização e a especialização tecnológica:

[...] o perfil das empresas de serviço em alguns aspectos até então impensáveis, consolidaram a lógica de fragmentação do processo produtivo: cada etapa foi assumida por um ator econômico diferente, estabelecendo uma geometria do tipo rede do negócio agrícola<sup>39</sup>.

Esse novo padrão organizacional caracterizou-se pela “[...] estreita integração das atividades de projeto e desenvolvimento entre uma gama de empresas da cadeia produtiva [...] por meio da descentralização e da ênfase no conhecimento e na polivalência” (MAZZALI, 1999, p. 33). Sob este contexto, Gras e Hernández (2013b) apontam três atores econômicos centrais: o trabalhador *cognitivo-intelectual*, o trabalhador *físico* e o investidor ou *acionista*.

Os *trabalhadores cognitivos-intelectuais* se apresentam, de acordo com as autoras (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b, p. 41, *tradução livre*) através das ocupações mais técnicas como os gestores, ou seja, são os “[...] gerenciadores da rede, cuja experiência reside em integrar diferentes especialidades, sem ser altamente especializado em nenhuma delas<sup>40</sup>”.

Já os *trabalhadores físicos* são os empregados temporários e safristas das prestadoras de serviços agrícolas ou das próprias agroindústrias, em outras palavras, os operadores de máquinas agrícolas, tratoristas e os trabalhadores rurais manuais que atuam na etapa da colheita da cana de açúcar, da laranja e da soja.

Elias (2003) nos demonstra a existência de processos migratórios associados às distintas ocupações do agronegócio que exigiram diferentes níveis de especialização e escolaridade, particularmente nas regiões de Ribeirão Preto e Araraquara. Deste modo, visualizamos uma tendência de aumento da complexidade da estrutura socioprofissional das atividades econômicas regionais, “assim, a nova divisão do trabalho agrícola da região promoveu uma estrutura de emprego que pode abranger do bóia-fria aos profissionais que a gerenciam e recompõem a organicidade do trabalho extremamente repartido” (ELIAS, 2003, p. 277).

Castells (1989) destaca que um dos desdobramentos da revolução tecnológica e consequente reestruturação do trabalho, nos anos finais do século 20, foi o surgimento de uma nova estrutura ocupacional vinculada a uma maior flexibilização e consequentemente uma menor garantia de proteção social, particularmente as minorias étnicas, como a população migrante, de gênero e raça.

---

<sup>39</sup> **Original:** “[...] el perfil de las empresas de servicio hacia rubros hasta hace unos años impensados, consolidaron la lógica fragmentaria del proceso productivo: cada etapa fue asumida por un actor económico diferente, estableciendo una geometría de tipo red en el “negocio” agrícola” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b, p. 41).

<sup>40</sup> **Original:** “[...] del gerenciador de la red, cuya experticia reside en integrar diferentes especialidades, sin ser él mismo realmente experto en ninguna de ellas” (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b, p. 41).

Bourdieu (1979), por sua vez, assinala que as condições sociais e econômicas são fundamentais na composição do perfil ocupacional/profissional, e muitas vezes podem ser representadas pelos padrões de sexo, idade e escolaridade. Nesta perspectiva, pontuamos que a *condição migratória*, permanente ou temporária, se apresenta como uma característica fundamental na sociedade do agronegócio (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Portanto, temos que a migração dos trabalhadores rurais alocados na colheita da laranja, no interior paulista, se constitui não somente como ponta do processo de globalização da agricultura, mas também como expressão local de um fenômeno global. No caso mexicano, Gatti e Alcalá (1980) apontam que na zona citrícola de Nuevo Leon, articulada ao mercado consumidor norte-americano, os trabalhadores rurais e industriais assalariados, como no caso dos “*pizcadores*” e das “*empacadoras*”, muitas vezes eram migrantes internos que utilizavam, até meados de 1980, da experiência laboral para obter “*la mica*”, ou seja, a garantia legal de residência permanente nos EUA.

Mendonça (2015, p. 386) sinaliza que “[...] o modelo de agricultura extensiva determinou a legislação migratória dos Estados Unidos desde o início do século 20”. Taylor; Charlton e Yúnez-Naude (2012) e Charlton e Taylor (2016), em seus estudos acerca do declínio da mão de obra rural nos EUA, destacam a centralidade dos imigrantes mexicanos na composição dessa força de trabalho.

Para os autores (CHARLTON; TAYLOR, 2016) a diminuição da “abundância” da mão de obra assalariada no rural norte-americano se correlacionou tanto às políticas imigratórias adotadas pelos EUA, quanto pelo processo de transição demográfica e consequente envelhecimento do campo ocorrido nos espaços rurais mexicanos.

No caso do interior paulista sabemos graças aos estudos sociológicos qualitativos desenvolvidos na última década, como os de Reis (2012); de Santos (2013); de Favoretto (2014); de Salata (2015); de Pereira (2015) e de Maciel (2016) que as ocupações relacionadas ao trabalho rural manual e mecanizado nos eitos e pomares são majoritariamente relacionadas à mão de obra migrante, além de possuírem um alto grau de formalidade.

A tendência de formalização dos vínculos empregatícios de trabalhadores rurais ocorreu no Brasil e na América Latina como nos demonstram os trabalhos de Maciel (2013); de Silva; Bueno e Melo (2015); de Neiman (2015); Quaranta (2015); Riella e Mascheroni (2015); Valle (2015) e de Flores e Saldaña (2015). Esta tendência vincula-se ao aumento da preocupação das empresas em demonstrar ao mercado consumidor suas premissas de “responsabilidade social” (LEFF, 2002; DUPAS, 2005a; GRUN, 2013).

Dupas (2005a, p. 191) destaca que “as margens de lucro das grandes empresas, no longo prazo, não repousam unicamente na globalização da produção, mas principalmente na estabilidade e no crescimento do consumo”. Desta maneira as empresas e os empresários “[...] se veem obrigados a dar satisfações sobre as ações com impacto social e ambiental, tomando mais cuidado em evitar desdobramentos condenáveis pelos novos agentes que monitoram as consequências da atividade econômica” (GRUN, 2013, p. 190).

Em relação as empresas processadoras de suco concentrado de laranja, particularmente no caso Citrosuco, líder mundial de produção e exportação do setor, destacamos que a contratação de trabalhadores rurais migrantes para a colheita da laranja em consonância a Norma Regulamentadora 31 (NR 31) e a Instrução Normativa 76 (IN 76), instituídas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ocorreu após a ação pública civil (Processo n. 0001796-07.2013.5.15.004) do Ministério Público do Trabalho (MPT). A ação visava a autuação da empresa em decorrência desta ter submetido trabalhadores rurais nordestinos a condições análogas à escravidão em 2013:

[...] ficou acordado com a empresa que a comida e as contas de água e luz seriam pagas também pelos empregados. De acordo com a lei trabalhista, a responsabilidade pelo custeio do deslocamento e da estadia do trabalhador, incluindo aluguel, móveis, comida e roupa de cama, é exclusiva da empresa contratante (PORTAL G1, 31/07/2017)<sup>41</sup>.

Maziero (2016, p. 3) ao descrever a contratação formal de colhedores migrantes no interior paulista através da IN 76 destaca que:

O processo inicia-se com o recrutamento e seleção desses trabalhadores em seus Estados de origem. A contratação se inicia com a divulgação, a seleção e se encerra com o recrutamento. Posteriormente é assegurado o meio de transporte adequado para o interior de São Paulo e a acomodação dos colhedores em alojamentos. Esse processo se encerra com o retorno, assistido pela empresa, destes trabalhadores para suas cidades de origem.

É necessária a mobilização das equipes de técnicos da área de recursos humanos (RH), da área de planejamento agrícola e de infraestrutura. Segundo a autora (MAZIERO, 2016) a área do planejamento agrícola é representada pelo departamento de colheita, responsável pela projeção da mão de obra necessária para a colheita do ano-safra vigente, e de acordo com a demanda de mão de obra é acionado o departamento de recursos humanos, cuja

---

<sup>41</sup> Citrosuco fecha acordo com MPT e pagará R\$ 2 milhões por manter trabalhadores em condições precárias. Itapetininga e Região. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/citrosuco-fecha-acordo-com-mpt-e-pagara-r-2-milhoes-por-manter-trabalhadores-em-condicoes-precarias.ghtml>. Acesso em: ago. 2018).

funcionalidade é o recrutamento e o acompanhamento da seleção dos colhedores locais ou migrantes, por fim, a área de infraestrutura é a responsável pela organização do transporte e manutenção destes trabalhadores nas cidades de destino.

Cabe sinalizar que:

O que a empresa entende como população local e população migrante é distinto da concepção apresentada em estudos sociológicos e demográficos. A população local é entendida a partir do critério de “comprovação” de residência de pelo menos 1 (um) ano no Estado de contratação, enquanto que a população migrante se refere aos casos em que a empresa arremata a mão de obra ainda no local de origem fundamentando essas contratações na IN 76 (MAZIERO, 2016, p. 8).

Todavia sinalizamos que muitas vezes a população considerada, pela empresa, como local é constituída por processos migratórios anteriores aos anos 2000 e protagonizados por paranaenses, mineiros e alagoanos (MACIEL, 2013; 2016; PEREIRA, 2015; DEMÉTRIO, 2017). Esse cenário costuma ser encontrado na sub-região de Matão/Araraquara e de Limeira, integrantes do arranjo urbano-rural regional da laranja, já no caso da sub-região de Bebedouro visualizamos a predominância de uma mão de obra familiar associada às diretrizes da CooperFam (Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar) apoiada pela Coopercitrus (Cooperativa de Produtores Rurais).

De acordo com o Diretor de Administração da CooperFam, em conversa durante nossa visita de campo à Agrishow de 2018<sup>42</sup>, os produtores familiares repassam a maior parte da produção à Citrosuco, a qual após processar a laranja, exporta para a Europa, o restante desta produção é destinado a elaboração do suco integral comercializado regionalmente. A colheita da laranja nessas propriedades é realizada pelos próprios produtores e suas famílias, não sendo permitida a existência de mais de 2 funcionários registrados em carteira.

Nas intermediações das relações entre os colhedores de laranja e as agroindústrias cítricas (Citrosuco, Cutrale e Loius Dreyfus Company) ou das prestadoras de serviço, como a Terral Agricultura e Pecuária S/A, se encontra o *empreiteiro*. O empreiteiro se apresenta como um ator central na arrematação da mão de obra, local e migrante, no período da safra.

Em geral, os empreiteiros ou empreiteiras, conhecidos também como turmeiros (as) e gatos (as), são antigos trabalhadores rurais migrantes e se responsabilizam pela formação das turmas de colhedores, pelo transporte da turma até o pomar e até mesmo pelo

---

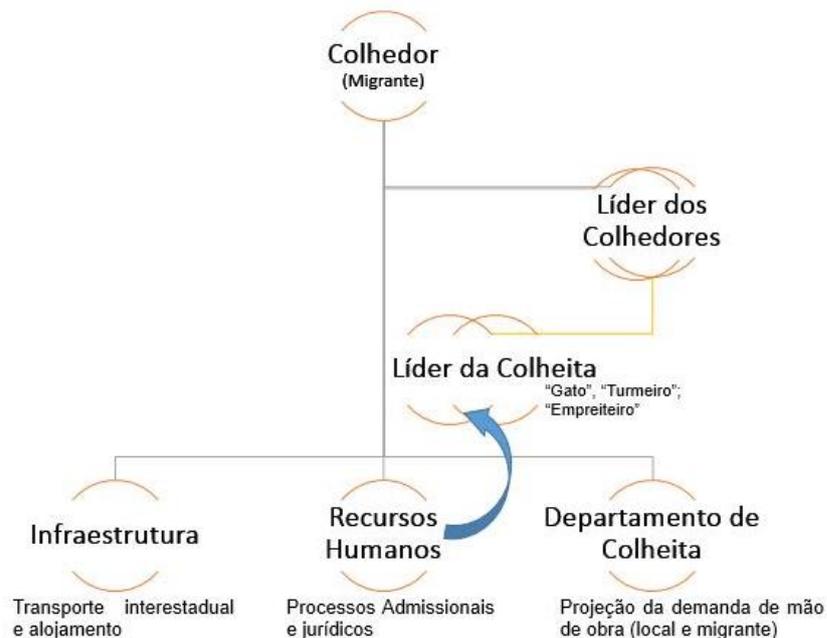
<sup>42</sup> Pesquisa de campo realizada no mês de maio de 2018 durante a 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (AGRISHOW) na cidade de Ribeirão Preto/SP.

controle da produtividade dos agenciados<sup>43</sup> (SILVA, 1999; VETORASSI, 2010; MACIEL, 2013). Com a implementação da IN 76 como marco legal na contratação dos colhedores de laranja no Estado de São Paulo, o gato “[...] perdeu parte de sua autonomia jurídica na adição e dispensa dos trabalhadores” (MAZIERO, 2016, p. 12).

Atualmente, no âmbito da empresa, o empreiteiro é conhecido como *líder de colheita*, surgindo também à figura do *líder dos colhedores*:

Esse responsável é conhecido na empresa como líder dos colhedores, ou seja, em geral é representado por um migrante socialmente reconhecido por seu papel na articulação entre a comunidade de origem do colhedor com a empresa contratante. Vale destacar, que esse líder dos colhedores não é funcionário da empresa e não é remunerado para essa atividade. Ao líder de colheita (antigo gato) fica a responsabilidade de entrar em contato com o *líder dos colhedores* e organizar o local do processo seletivo em cada local de origem em que ocorrerá a seleção e recrutamento da mão de obra (MAZIERO, 2016, p. 11; grifos da autora).

**FIGURA 4** – Sistematização das etapas e agentes mobilizados na contratação de colhedores de laranja em uma agroindústria citrícola



**Fonte:** Organizado através do trabalho de Maziero (2016).

Notamos, neste sentido, a convivência de relações mediadas ora pela *formalidade*, ora pela *informalidade* (vide Figura 4). Outro agente que perpassa a dinâmica do mercado de trabalho formal da citricultura paulista, no caso dos colhedores considerados como locais para

<sup>43</sup> Para estudo das mudanças de forma de contratação dos colhedores de laranja no interior do Estado de São Paulo ver Barbosa e Alves (2008); Maciel (2013; 2016) e Pereira (2015).

a empresa contratante são os *agenciadores de viagens*, donos de agências de turismo e da frota de ônibus, conhecidos popularmente como “*clandestinos*”, que realizam anualmente o percurso entre os Estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Alagoas, Bahia, Paraíba e Ceará) e o Estado de São Paulo.

Estes muitas vezes são contatos diretos dos donos das casas alugadas, via contrato verbal, pelos trabalhadores rurais migrantes em municípios paulistas como em Matão, São Carlos e Dobrada (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016). Na outra ponta, existem os colhedores migrantes que ao serem contratados via IN 76 são direcionados aos alojamentos, ou seja, às moradias alugadas via mercado imobiliário formal<sup>44</sup>.

### **2.3 O perfil sociodemográfico dos trabalhadores da cultura da laranja e outros cítricos no arranjo urbano-rural da citricultura paulista**

---

Este tópico possui como objetivo central a apresentação do perfil sócio demográfico dos vínculos empregatícios formais dos colhedores de laranja, nas décadas de 2000 e 2010, do arranjo urbano-rural regional da citricultura paulista (DEMÉTRIO, 2017). As informações foram dispostas de acordo com as sub-regiões do arranjo.

A análise do perfil sociodemográfico dos trabalhadores rurais migrantes formais alocados na citricultura paulista, entre os anos de 2000 e 2015, foi realizada através do emprego de fontes de dados secundárias dos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, MTE).

Os registros administrativos se apresentam como alternativas viáveis na construção de análises sociodemográficas e econômicas estruturais em períodos intercensitários, além de possuírem baixo custo no levantamento estatístico (ZACHARIAS, 2003; PENNECK, 2007). Zacharias (2003, p. 6, *tradução livre*) define por registro administrativo:

[...] todo registro resultante de necessidades fiscais, tributárias ou outras, criado com a finalidade de viabilizar a administração ou operacionalização de programas de governo ou, ainda, para fiscalizar e controlar o cumprimento de obrigações legais por parte de determinados segmentos da sociedade.

A RAIS se apresenta como um registro administrativo, regulamentado pelo Decreto n. 76.900 de 23 de dezembro de 1975, e tem como unidade de análise e enumeração o vínculo empregatício, o qual pode ser classificado como um evento renovável ou reversível se

---

<sup>44</sup> Aprofundaremos a discussão sobre as moradias dos trabalhadores no Capítulo 4.

configurando, desse modo, como estatística de fluxo (HAKKERT, 1996). Januzzi (2017, p. 64) destaca que “o sistema RAIS é, em tese, um censo administrativo sobre o mercado de trabalho [...]”.

O objetivo central dessa base de dados, segundo o Manual de Instruções de 2015 (BRASIL, 2016) é o controle e fornecimento de informações acerca da atividade trabalhista formal no país proporcionando, assim, a construção de uma análise estrutural do mercado de trabalho formal não retratando, contudo, “[...] a dinâmica conjuntural da totalidade do mercado de trabalho brasileiro” (JANUZZI, 2017, p. 37).

Além disso, ela possibilita o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, o controle dos registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dos sistemas de arrecadação e concessão de benefícios previdenciários e dos trabalhadores com direito ao abono salarial, bem como, a formulação de estudos técnicos.

Ainda de acordo com o Manual (BRASIL, 2016), os declarantes se apresentam como os estabelecimentos (unidades) contratantes de uma empresa, representando, portanto, o *local de trabalho*. Os estabelecimentos declarantes, sejam pertencentes à esfera pública ou privada, são obrigatoriamente cadastrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), tendo seus contratos trabalhistas regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo ser profissionais liberais, sociedades civis e condomínios, empregadores rurais, órgãos de administração pública direta ou indireta<sup>45</sup>, ou empresas individuais<sup>46</sup>.

Nossas análises foram pautadas pelo filtro dos Vínculos Empregatícios Ativos em 31/12 do *ano-base*<sup>47</sup>, com o intuito de evitarmos a tendência de superenumeração. Entretanto, estamos cientes das eventuais perdas de volume, por estarmos lidando com vínculos empregatícios temporários de alta rotatividade<sup>48</sup>. Trabalhamos com a classificação brasileira de ocupações (CBO 94 e CBO 2002) com o objetivo de sistematizarmos os vínculos empregatícios referentes aos trabalhadores rurais manuais da colheita da laranja.

Cada ocupação, na CBO 1994, pertence a um grande grupo de trabalhadores, a um subgrupo e a um grupo de base. Levamos em considerações as ocupações pertencentes ao

---

<sup>45</sup> A administração direta se apresenta através dos serviços administrativos do governo federal e seus ministérios, enquanto que a administração indireta é representada pelas autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista. Para maiores informações, verificar o Decreto-Lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967.

<sup>46</sup> Regulamentada pela Lei n. 12.441 de 11 de julho de 2011.

<sup>47</sup> Ano de referência.

<sup>48</sup> A volatilidade dessa mão de obra está sujeita as influências da demanda de produção ocasionadas por alterações climáticas, pelos ajustes nos preços das caixas e pelas oscilações do mercado internacional de citrus (ELIAS, 2003; NEVES et al., 2010) e de biocombustíveis (MUNDO NETO, 2009; SILVA; BUENO; MELLO, 2015).

grande grupo de Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Pesca e Trabalhadores Assemelhados e ao subgrupo ao qual pertence o grupo de base de nosso interesse, Trabalhadores na Fruticultura, cuja ocupação contém o *trabalhador da cultura de laranja e outros cítricos*.

Enquanto que a Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 (CBO 2002) é dividida em grandes grupos, subgrupos principais, subgrupos, grupos de base ou famílias e ocupações. Assim foi empregada, no caso dos trabalhadores rurais manuais da citricultura, a ocupação de *trabalhador no cultivo de árvores frutíferas*, pertencente ao grande grupo dos Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e da Pesca, ao subgrupo principal dos Trabalhadores na Exploração Agropecuária, ao subgrupo dos Trabalhadores Agrícolas, e ao grupo de base dos Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura (vide Tabela 6).

**TABELA 5** – Sistematização dos filtros utilizados para operacionalização dos trabalhadores rurais manuais pela Classificação Brasileira de Ocupações de 1994 e 2002 (CBO 94 e CBO 2002)

<b>CBO 1994</b>	<b>Código</b>	<b>Nomenclatura</b>
<b>Grande Grupo</b>	6	Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Pesca e Assemelhados
<b>Subgrupo</b>	6-3	Trabalhadores Agrícolas Especializados
<b>Grupo de Base</b>	6-35	Trabalhadores da Fruticultura
<b>Ocupação</b>	6-35.40	Trabalhador da Cultura de Laranja e outros cítricos
<b>CBO 2002</b>	<b>Código</b>	<b>Nomenclatura</b>
<b>Grande Grupo</b>	6	Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e da Pesca
<b>Subgrupo principal</b>	6-2	Trabalhadores na Exploração Agropecuária
<b>Subgrupo</b>	6-22	Trabalhadores Agrícolas
<b>Grupo de Base</b>	6-22.5	Trabalhadores Agrícolas na Fruticultura
<b>Ocupação</b>	6-225.05	Trabalhador no Cultivo de Árvores Frutíferas

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

O Quadro 2 nos apresenta o rol de atividades inseridas na ocupação selecionada. A qual funciona como *proxy* dos trabalhadores rurais migrantes, categoria esta que se apresenta como possível interpretação da realidade social e demográfica das migrações rurais no Estado de São Paulo (SILVA, 1999; MENEZES, 2009; PEREIRA, 2013; MACIEL, 2016; DEMÉTRIO, 2017). Nosso interesse foi particularmente das atividades descritas como *colhedor de laranja*, *trabalhador da cultura de laranja* e *trabalhador da cultura de laranja e outros cítricos* (assinalados em negrito no quadro).

**QUADRO 2** – Definição da ocupação selecionada como proxy dos colhedores de laranja no Estado de São Paulo, 2010

<b>Ocupação:</b> Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas
<b>Código:</b> 622505
<b>Descrição</b>
Colhedor de banana; Colhedor de caju; <b>Colhedor de laranja</b> ; Colhedor de manga; Colhedor de pêssego; Trabalhador da cultura de abacate; Trabalhador da cultura de acerola; Trabalhador da cultura de ameixa; Trabalhador da cultura de amora; Trabalhador da cultura de atemoia; Trabalhador da cultura de banana; Trabalhador da cultura de cajá; Trabalhador da cultura de caju; Trabalhador da cultura de caqui; Trabalhador da cultura de carambola; Trabalhador da cultura de cítricos; Trabalhador da cultura de cupuaçu; Trabalhador da cultura de fruta-pão; Trabalhador da cultura de goiaba; Trabalhador da cultura de graviola; Trabalhador da cultura de jaca; Trabalhador da cultura de jenipapo; <b>Trabalhador da cultura de laranja e outros cítricos</b> ; Trabalhador da cultura de maçã; Trabalhador da cultura de manga; Trabalhador da cultura de nectarina; Trabalhador da cultura de pêra; Trabalhador da cultura de pêssego; Trabalhador da cultura de pinha; Trabalhador da cultura de pitanga; Trabalhador da cultura de tamarindo; Trabalhador da cultura de umbu; <b>Trabalhador de fruticultura em geral</b> ; Trabalhador na cultura de romã.

**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

De acordo com o Livro 2 dos Códigos, Títulos e Descrições da Classificação Brasileira das Ocupações (CBO 2002) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010) esta ocupação costuma ser exercida por:

[...] trabalhadores com carteira assinada, empregados na agricultura ou porcenteiros. O trabalho é realizado em equipe, com supervisão. O local de trabalho é a céu aberto, durante o dia. Em suas atividades, os profissionais permanecem em posições desconfortáveis durante longos períodos e podem ficar expostos a material tóxico e a variações climáticas (BRASIL, 2010, p. 61).

A construção do perfil dos trabalhadores rurais migrantes, particularmente do caso dos colhedores de laranja, alocados pelo mercado de trabalho formal do agronegócio citrícola paulista foi baseada na escolha de variáveis que privilegiassem o acompanhamento das mudanças ocorridas nos últimos três quinquênios (2000-2015). Neste sentido, analisaremos o comportamento e as mudanças ocorridas em relação à distribuição etária e por sexo, os níveis de escolaridade, raça/cor, bem como, a evolução do volume de vínculos ativos dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas.

A Tabela 7 contém a evolução temporal do volume dos vínculos ativos de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, ao que trataremos como *proxy* dos colhedores de laranja. O volume dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência pode ser entendido como o estoque de trabalhadores alocados no mercado de trabalho formal brasileiro.

Notamos que o arranjo urbano-rural regional da laranja concentrou, em média, 60% do estoque de colhedores de laranja no Estado de São Paulo. Em relação ao estoque de colhedores de laranja no território paulista, observa-se que o ano de 2004 destacou-se com o maior número de vínculos ativos (56.520) sendo seguido pelos anos de 2011 (54.038) e de 2009 (52.701).

Enquanto que os anos com menores expressividades são os anos de 2010 e 2001 com respectivamente, 29.315 e 25.050 vínculos. Como verificamos pela Tabela 5, os anos iniciais de 2010 apresentaram tendência de queda na produção de laranjas e tangerinas destinadas à exportação, representando menos de 40% da produção total.

Destacamos que o caráter sazonal e das variações da duração do ano-safra ao longo do tempo influenciam nas diferenças entre os anos analisados, tal como demonstra Neves et al. (2010) há uma relação inversamente proporcional entre a produção citrícola e os valores de cotação da Bolsa de Valor de Nova York, sendo a demanda por produção outra variável chave no processo de entendimento da demanda por mão de obra, assim como, sua permanência no período final da safra.

**TABELA 6** – Volume dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, 2000 a 2015, no arranjo urbano-rural regional da laranja e no restante do Estado de São Paulo

Ano	Arranjo da Laranja	Restante do Estado	Total
<b>2000</b>	26.821	12.129	<b>38.950</b>
<b>2001</b>	21.157	8.158	<b>29.315</b>
<b>2002</b>	32.599	12.384	<b>44.983</b>
<b>2003</b>	29.355	15.745	<b>45.100</b>
<b>2004</b>	35.994	20.526	<b>56.520</b>
<b>2005</b>	23.413	15.568	<b>38.981</b>
<b>2006</b>	30.469	16.580	<b>46.198</b>
<b>2007</b>	30.469	16.580	<b>47.049</b>
<b>2008</b>	32.670	19.749	<b>52.419</b>
<b>2009</b>	32.611	20.090	<b>52.701</b>
<b>2010</b>	13.709	11.341	<b>25.050</b>
<b>2011</b>	31.668	22.370	<b>54.038</b>
<b>2012</b>	32.937	16.796	<b>49.733</b>
<b>2013</b>	18.506	13.580	<b>32.086</b>
<b>2014</b>	21.328	14.030	<b>35.358</b>
<b>2015</b>	27.598	16.112	<b>43.710</b>

**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Assim em 2001, o baixo estoque de colhedores de laranja pode ser justificado dada a “super-safra” ocorrida entre de 2000/01, ocasionando uma diminuição da tendência de manutenção do volume vínculos no ano safra de 2001/02. Já as safras de 2008/09 e 2009/10, de acordo com Neves et al. (2010) foram pequenas no Estado de São Paulo (BR) e na Flórida (EUA), o que pode ter ressoado no declínio do volume do estoque de colhedores de laranja no ano de 2010.

Contudo, destacamos que o setor apresentou recuperação no percentual destinado à exportação (vide Tabela 5) a partir de 2012, retomando os valores acima de 50%. O ápice do estoque de trabalhadores em 2004 pode ser entendido como desdobramento das altas demandas por suco de laranja no mercado internacional e pelo conseqüente aumento da produção de laranja e tangerinas (NEVES et al., 2010).

A Tabela 8 apresenta o estoque de colhedores de laranja de acordo com as sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017). Percebemos em sintonia a contextualização anterior sobre o mercado internacional e a produção paulista (MAZZALI, 1999; NEVES et al., 2010) que as sub-regiões de Bebedouro e de Matão/Araraquara, inseridas em posições de destaque na divisão internacional do trabalho agrícola (ELIAS, 2003; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a), tem maior destaque na composição do arranjo em contraponto à sub-região de Limeira, cujo maior estoque de colhedores foi de 10.160 em 2009 e o menor de 2.972 no ano de 2002.

A sub-região de Matão/Araraquara apresentou, neste contexto, o maior estoque de colhedores em 2003 com 14.080 vínculos, já o ano de 2010 foi o que apresentou o menor volume com apenas 6.046. A sub-região de Bebedouro apresentou em 2004 o valor máximo do estoque de colhedores com 15.855 vínculos, e o mínimo em 2010 com 3.910. Os anos de 2004 e 2010 também se destacaram como máximo e mínimo dos valores do arranjo urbano-rural regional da laranja, apresentando, respectivamente os estoques de 35.994 e 13.709 vínculos.

**TABELA 7** – Volume dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, 2000-2015, nas sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja

<b>Ano</b>	<b>Bebedouro</b>	<b>Araraquara/Matão</b>	<b>Limeira</b>	<b>Total</b>
<b>2000</b>	11.915	10.609	4.297	26.821
<b>2001</b>	8.624	9.561	2.972	21.157
<b>2002</b>	13.822	12.390	6.387	32.599
<b>2003</b>	10.936	14.080	4.339	29.355
<b>2004</b>	15.885	14.074	6.035	35.994
<b>2005</b>	10.108	9.370	3.935	23.413
<b>2006</b>	11.982	10.088	8.399	30.469
<b>2007</b>	11.982	10.088	8.399	30.469
<b>2008</b>	14.295	8.453	9.922	32.670
<b>2009</b>	12.868	9.583	10.160	32.611
<b>2010</b>	3.910	6.046	3.753	13.709
<b>2011</b>	12.447	10.479	8.742	31.668
<b>2012</b>	14.673	12.151	6.113	32.937
<b>2013</b>	6.480	9.001	3.025	18.506
<b>2014</b>	8.813	7.872	4.643	21.328
<b>2015</b>	10.344	11.349	5.905	27.598

**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

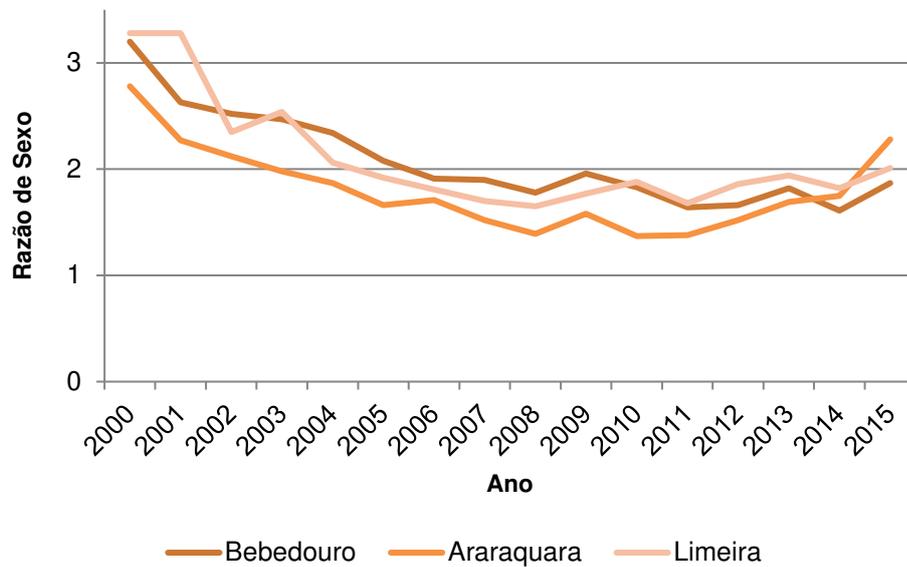
A distribuição dos vínculos femininos e masculinos no estoque dos colhedores de laranja no mercado de trabalho formal da citricultura paulista é observável através da análise da razão de sexo<sup>49</sup> dos vínculos ativos nas Figuras 5 e 6 e na Tabela 9.

Nos primeiros anos da década 2000 ocorreu uma tendência de diminuição da razão de sexo, para todas as sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja, para os demais municípios paulistas e para no total do Estado de São Paulo. Isso sinaliza uma maior abertura a entrada da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal no caso dos colhedores de laranja.

Com efeito, as equipes de colhedores da safra de 2009/10 foram formadas por 65% de homens e 35% mulheres (NEVES et al., 2010), ou seja, cerca de 2 vínculos masculinos para cada um feminino. Este cenário se diferencia do caso da cana de açúcar, no qual apenas 10% dos vínculos empregatícios são femininos (NEVES et al., 2010). Todavia, percebemos que no ano de 2015 ocorreu um aumento da razão de sexo para todas as áreas analisadas.

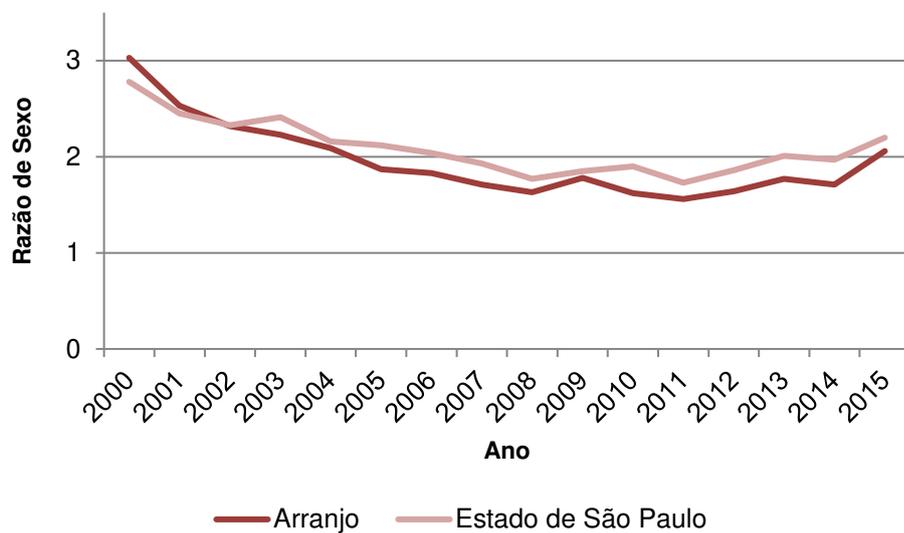
<sup>49</sup> A razão de sexo expressa o número de vínculos masculinos existentes para cada vínculo feminino.

**FIGURA 5** – Razão de sexo dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, nas sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000 a 2015



**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

**FIGURA 6** – Razão de sexo dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, no arranjo urbano-rural regional da laranja e no Estado de São Paulo, 2000 a 2015



**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

**TABELA 8** – Razão de sexo dos vínculos ativos em 31/12 do ano de referência de trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, nas sub-regiões do arranjo urbano-rural regional da laranja, no arranjo urbano-rural regional da laranja, no Estado de São Paulo, 2000 a 2015

Área	Bebedouro	Araraquara	Limeira	Arranjo	Estado de São Paulo
<b>2000</b>	3,20	2,78	3,28	3,03	2,78
<b>2001</b>	2,63	2,27	3,28	2,53	2,45
<b>2002</b>	2,52	2,12	2,35	2,32	2,33
<b>2003</b>	2,47	1,98	2,54	2,23	2,41
<b>2004</b>	2,34	1,87	2,06	2,09	2,16
<b>2005</b>	2,08	1,66	1,92	1,87	2,12
<b>2006</b>	1,91	1,71	1,81	1,83	2,04
<b>2007</b>	1,90	1,52	1,70	1,71	1,93
<b>2008</b>	1,78	1,39	1,65	1,63	1,77
<b>2009</b>	1,96	1,58	1,77	1,78	1,85
<b>2010</b>	1,83	1,37	1,88	1,62	1,90
<b>2011</b>	1,64	1,38	1,68	1,56	1,73
<b>2012</b>	1,66	1,52	1,86	1,64	1,86
<b>2013</b>	1,82	1,69	1,94	1,77	2,01
<b>2014</b>	1,61	1,75	1,82	1,71	1,97
<b>2015</b>	1,87	2,28	2,01	2,06	2,20

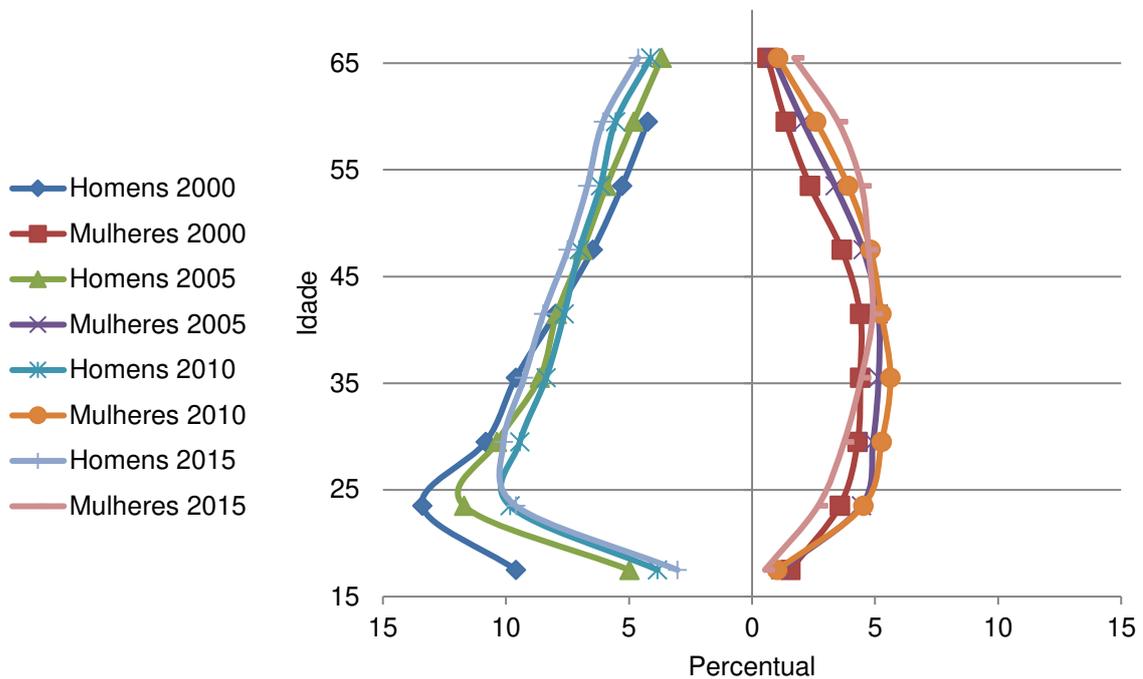
**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Em relação à distribuição etária e composição por sexo do estoque de vínculos ativos dos colhedores de laranja, observamos pela Figura 7 que o cenário paulista apresentou nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015<sup>50</sup> vínculos masculinos mais expressivos e mais jovens do que os femininos.

No entanto, visualizamos que no caso dos homens há uma tendência de envelhecimento do estoque de colhedores dado que o grupo etário de 20 a 24 anos, em 2000, era majoritário e a pirâmide apresentava uma estrutura mais jovem, já em 2010 observamos a consolidação de uma pirâmide mais envelhecida aumentando a participação dos grupos de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 a 39 anos. Destacamos ainda a diminuição gradativa do grupo etário de 15 a 19 anos de idade ao longo do período, particularmente entre 2000 e 2005.

<sup>50</sup> A escolha pelo início dos quinquênios para a presente análise se justifica em decorrência de poucas variações quando se considera a análise por ano.

**FIGURA 7** – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Estado de São Paulo, 2000, 2005, 2010, 2015

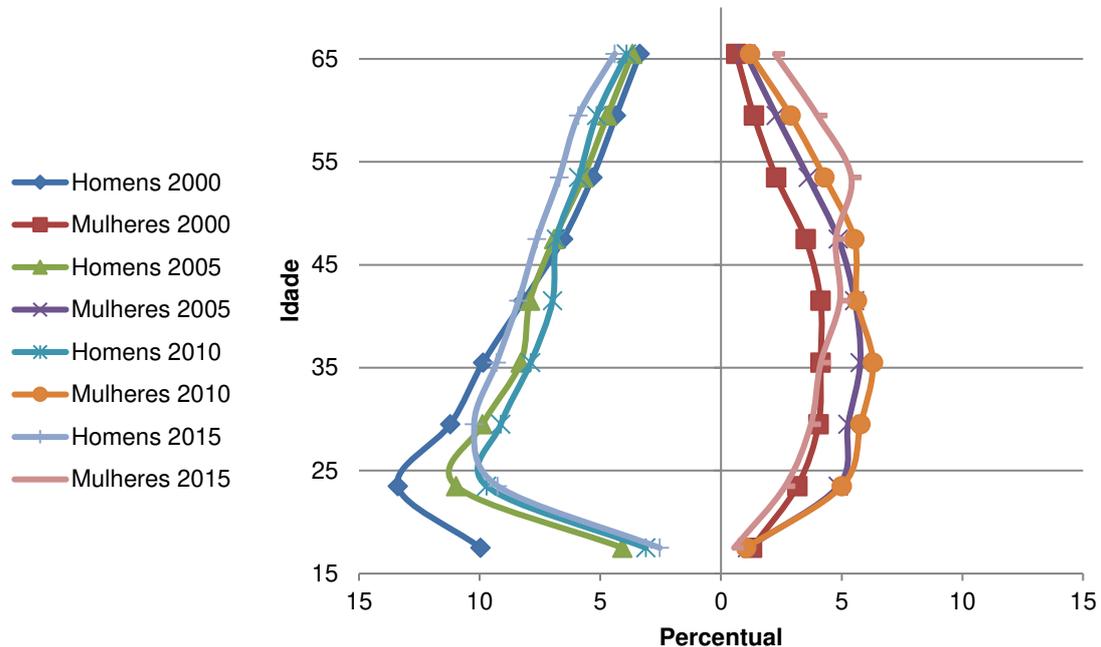


**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

No que se refere às mulheres notamos a manutenção da estrutura etária ao longo do tempo analisado, ao mesmo tempo em que se consolida a tendência de envelhecimento da mão de obra feminina, inclusive de forma mais acentuada que o caso masculino. Os grupos etários mais evidentes nas pirâmides são os de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 a 39 anos, notamos ainda que a participação destes grupos aumentou em 2005 e 2010, já em 2015 os grupos etários de 40 a 44 anos, 45 a 49 anos e 50 a 54 anos aumentaram sua participação.

O arranjo urbano-rural regional da laranja apresenta estruturas etárias semelhantes ao cenário paulista, principalmente no caso dos vínculos masculinos. Conquanto, os vínculos femininos do arranjo apresentaram uma tendência mais marcada de envelhecimento do que no caso paulista. Assim se em 2000 observávamos a maior representatividade das faixas etárias de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 a 39 anos, em 2015 é perceptível o crescimento da expressividade das faixas etárias de 50 a 54 anos e de 55 a 59 anos.

**FIGURA 8** – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000, 2005, 2010, 2015



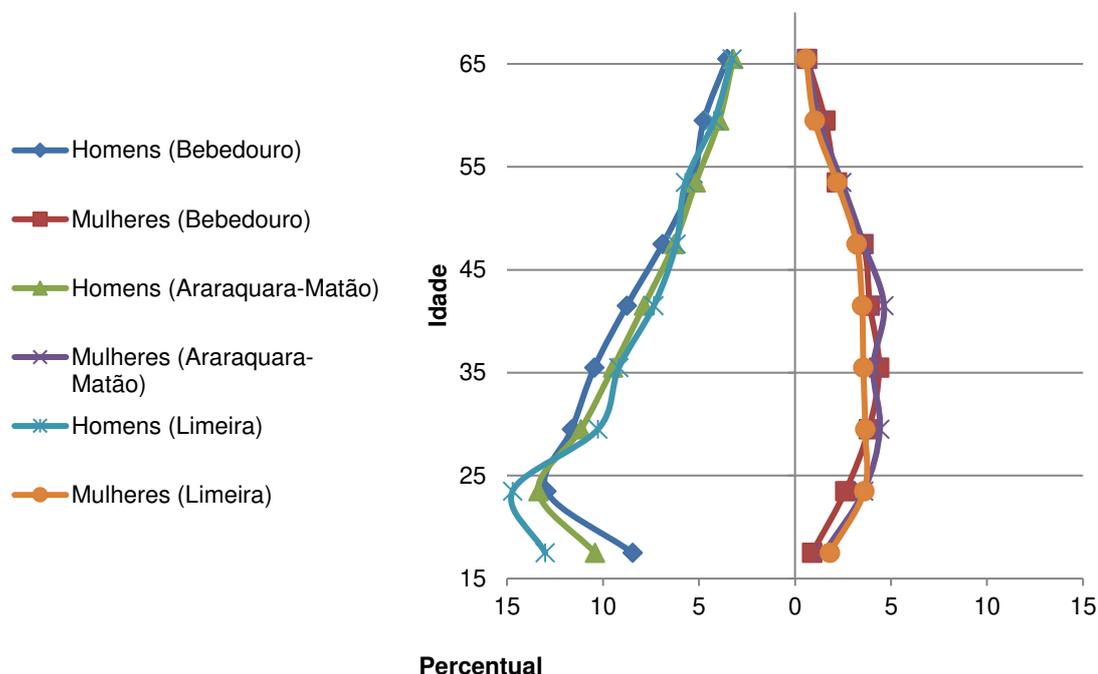
**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

As tendências de envelhecimento evidenciadas pelas Figuras 7 e 8 são possivelmente explicadas tanto pela manutenção pelos postos de trabalho da população alocada na colheita da laranja, ainda que existam os movimentos de admissão e demissão no período entressafra, quanto pelo processo de transição demográfica vivenciada por essa mão de obra.

As Figuras 9, 10, 11 e 12 apresentam as pirâmides etárias das sub-regiões do arranjo urbano-rural regional (DEMÉTRIO, 2017) nos anos de 2000, 2005, 2010 e 2015.

Em 2000 (Figura 9) os vínculos masculinos mais jovens se concentravam na sub-região de Limeira, particularmente destacam-se os grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos. Essa característica também foi encontrada nas pirâmides das sub-regiões de Araraquara/Matão e de Limeira. Além disso, as principais diferenças das sub-regiões no período analisado são referentes aos grupos etários mais jovens (15 a 19 anos) até os adultos (40 a 44 anos).

**FIGURA 9** – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000



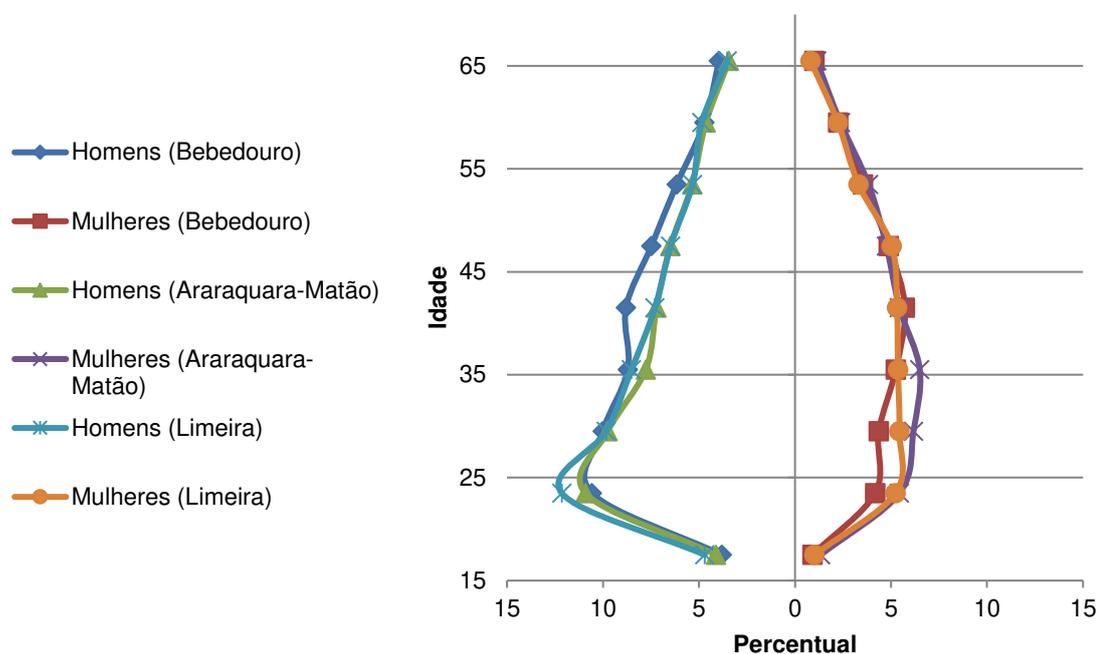
**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Em relação aos grupos mais velhos masculinos (45 anos ou mais) verificamos que no caso de Araraquara/Matão e Limeira há uma sobreposição da participação dos grupos etários, enquanto que Bebedouro apresenta uma população masculina um pouco mais envelhecida que as outras sub-regiões.

A sub-região de Limeira também é a que possuía vínculos femininos mais jovens (15 a 19 anos e 20 a 24 anos). As sub-regiões de Araraquara/Matão e Bebedouro apresentavam, em 2000, uma população feminina mais envelhecida que a de Limeira.

No ano de 2005 (Figura 10) notamos que em comparação a 2000 (Figura 9) ocorreu uma redução dos grupos etários masculinos mais jovens (15 a 24 anos) para todas as sub-regiões do arranjo, ao mesmo tempo em que a sub-região de Limeira permaneceu com a maior proporção de vínculos masculinos mais jovens, com destaque para o grupo etário de 20 a 24 anos. Já a sub-região de Bebedouro continuou com a maior representatividade de grupos etários mais velhos de 40 a 44 anos e 45 a 49 anos.

**FIGURA 10** – Distribuição etária e por sexo dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2005



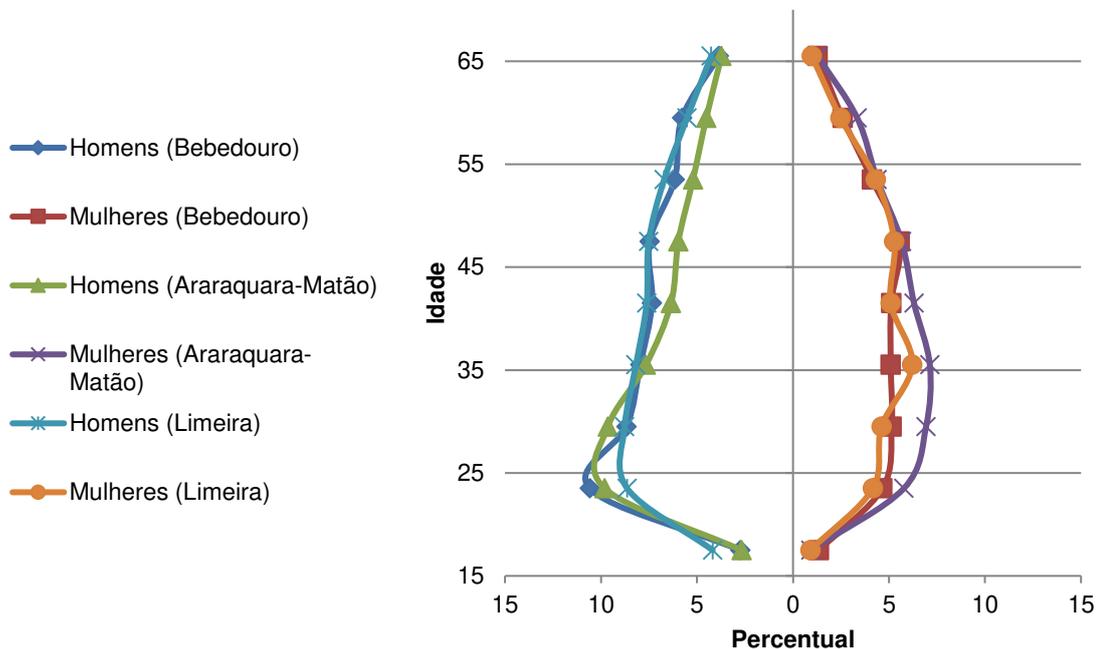
**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

No caso dos vínculos femininos, percebemos que para os grupos etários acima dos 35 a 39 anos de idade todas as sub-regiões do arranjo apresentaram cenários semelhantes.

A sub-região de Araraquara/Matão, por sua vez, apresentou neste período maior proporção de vínculos femininos que as outras sub-regiões, o que indica uma maior entrada da mão de obra feminina, de fato essa sub-região apresentou no período a menor razão de sexo do arranjo (vide Tabela 9).

Em 2010 (Figura 11) a tendência de diminuição dos vínculos masculinos mais jovens se manteve, sobretudo, na sub-região de Limeira. A proeminência dos grupos etários de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos de idade passou, portanto, a ser característica da sub-região de Araraquara/Matão, cuja estrutura etária se apresentou menos envelhecida do que o restante do arranjo. A sub-região de Araraquara/Matão continuou de mesmo modo como protagonista na contratação de mão de obra feminina, tendência esta que permaneceu durante toda a década de 2000 e no início de 2010 (Figura 8) em comparação as sub-regiões de Limeira e de Bebedouro.

**FIGURA 11** – Pirâmide Etária dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2010

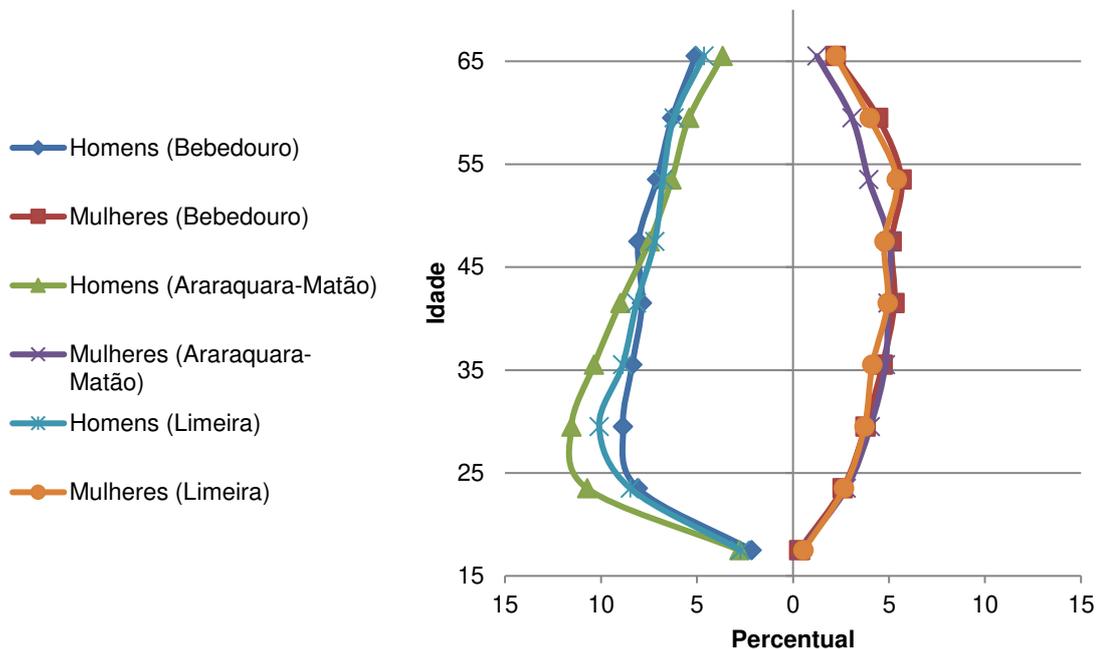


**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Por fim, em 2015 (Figura 12) visualizamos o aumento da representatividade dos vínculos masculinos da sub-região de Araraquara/Matão, enquanto os vínculos femininos desta sub-região diminuíram sua representatividade. De fato, a razão de sexo em 2015 (vide Tabela 9) apresentou-se como a mais alta (2,28) em comparação com Limeira (2,01) e Bebedouro (1,87).

Essa mudança de cenário pode ser justificada pela consolidação do emprego de alojamentos masculinos como parte das recomendações contidas na Instrução Normativa 76 (IN 76) em Araraquara/Matão. Já a sub-região de Limeira apresentou um aumento na proporção de homens jovens em relação ao período anteriormente analisado (Figura 11), principalmente nos grupos etários de 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Enquanto que Bebedouro permaneceu com uma estrutura mais envelhecida tanto no caso dos vínculos masculinos, quanto femininos.

**FIGURA 12** – Pirâmide Etária dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2015



**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2015). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Em relação ao nível de escolaridade do estoque de colhedores de laranja no arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) observamos pela Figura 13 que, nos três quinquênios analisados, os vínculos empregatícios ativos com ensino fundamental incompleto eram majoritários compondo mais de 70% do total, com exceção apenas dos anos de 2010, 2012 e 2013 quando representaram entre 60 e 65%.

Os vínculos que possuíam fundamental completo em conjunto ao ensino médio completo e incompleto apresentaram uma tendência de crescimento na representatividade, particularmente a partir de 2006. De 2010 em diante os vínculos com ensino fundamental completo e ensino médio (completo e incompleto) passaram a representar mais de 20% dos vínculos ativos.

No que se refere aos vínculos com ensino superior (completo e incompleto) e pós-graduação no início e final do período analisado notamos a maior presença em termos de volume e representatividade destes no total de vínculos.

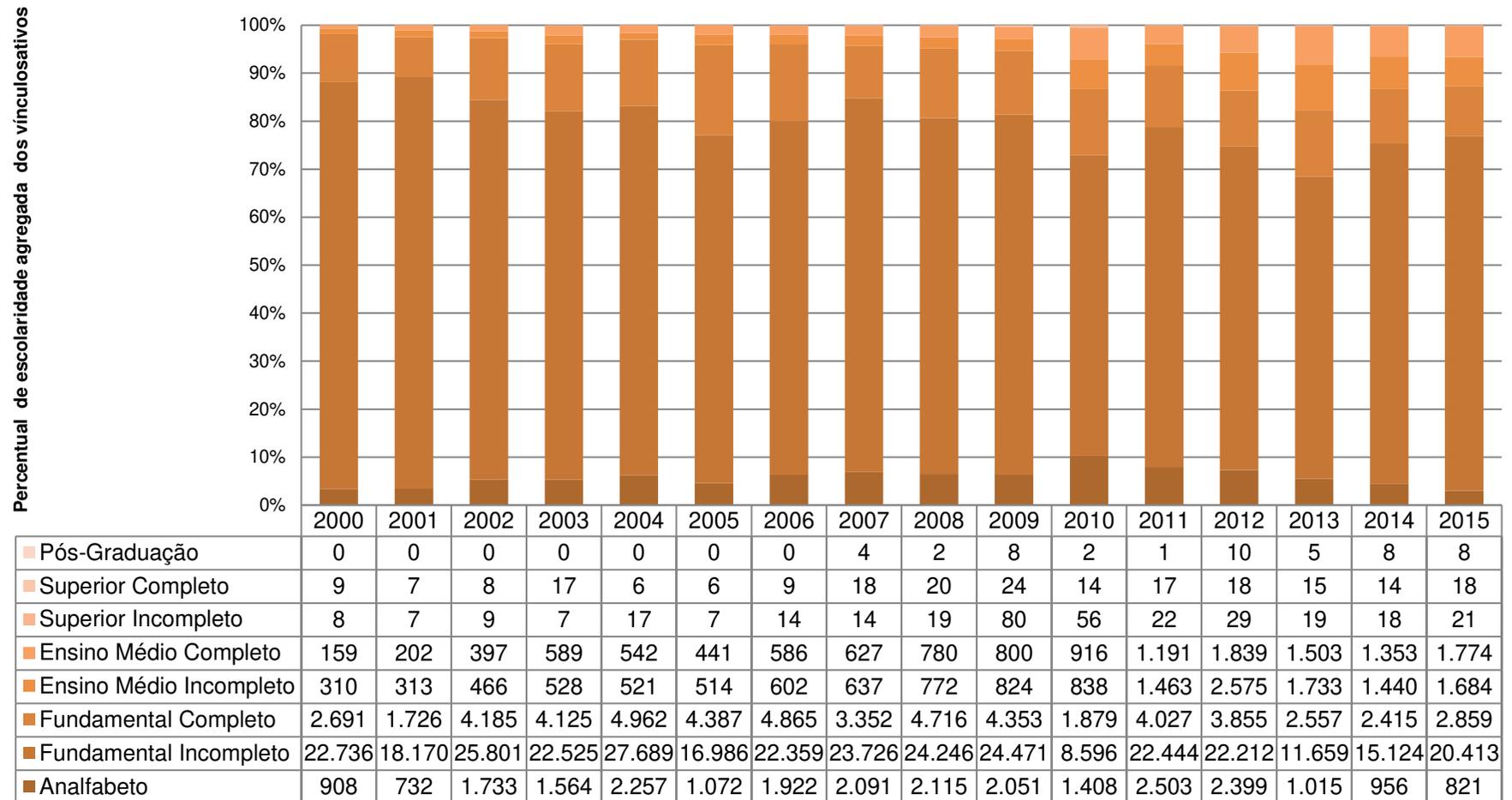
Todavia, apontamos que por estarmos trabalhando com uma *proxy*, ou seja, uma aproximação da realidade social, não captamos necessariamente a integridade do fenômeno. Assim, potencialmente estes casos se relacionam as demais atividades associadas aos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas (vide Quadro 2) e podendo também se

apresentar como erros de preenchimento ou classificação, haja visto que a declaração é preenchida pelo empregador e pode ser referente a empresas individuais.

Um dos pontos que nos chama a atenção é a manutenção da expressividade dos vínculos empregatícios de analfabetos ao longo dos quinquênios analisados, ainda que tenham apresentado variações constantes em termos de volume passando de 908 em 2000 para 821 em 2015, com os ápices em 2011 (2.503), 2012 (2.399) e 2004 (2.257), representando entre 6% e 7% do total de vínculos.

O ano de 2010 também merece destaque, pois neste ano os vínculos ativos de analfabetos foram da ordem de 1.408 representando 10,27% dos vínculos totais. De fato, recordamos que este ano foi também o que teve o menor número de estoque de trabalhadores (vide Tabela 8) dos quinquênios.

**FIGURA 13** – Escolaridade dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, Sub-regiões do Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000 a 2015



**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Em relação a raça/cor, incluído na declaração dos estabelecimentos a partir de 2006, visualizamos pela Tabela 10 que os vínculos empregatícios ativos, em todas as sub-regiões do arranjo e no total paulista, eram majoritariamente classificados como brancos, sendo sucedidos por pardos e pretos.

A sub-região de Bebedouro apresentou diminuição da diferença entre brancos e pardos, ao longo do tempo, principalmente a partir de 2012. Além disso, Bebedouro apresentou um aumento no volume de contratação de vínculos classificados como indígenas que passaram de 6 em 2006 para 114 em 2015.

A sub-região de Araraquara/Matão também apresentou uma diminuição na diferença entre brancos e pardos. Já a sub-região de Limeira apresentou diferentemente das outras sub-regiões do arranjo a predominância de brancos e manutenção da diferença entre o número de brancos e pardos.

**TABELA 9** – Raça/Cor dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, por sub-região do arranjo da laranja, no arranjo da laranja, e total do Estado de São Paulo, 2006 a 2015

<b>Raça/Cor</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Sub Região de Bebedouro</b>										
<b>Total</b>	<b>14.552</b>	<b>11.982</b>	<b>14.295</b>	<b>12.868</b>	<b>3.910</b>	<b>12.447</b>	<b>14.673</b>	<b>6.480</b>	<b>8.813</b>	<b>10.344</b>
Branca	9.473	7.790	10.049	8.782	2.552	7.771	7.861	3.347	4.367	4.880
Parda	3.543	3.024	2.658	3.019	1.001	3.342	5.238	2.516	3.614	4.058
Preta	1.409	1.134	1.554	1.026	353	1.260	1.538	574	796	1.184
Amarela	13	9	22	2	0	9	3	19	7	98
Índigena	6	4	3	25	2	32	12	11	9	114
Não identificado	108	21	9	14	2	33	21	13	20	10
<b>Sub Região de Araraquara/Matão</b>										
<b>Total</b>	<b>9.466</b>	<b>10.088</b>	<b>8.453</b>	<b>9.583</b>	<b>6.046</b>	<b>10.479</b>	<b>12.151</b>	<b>9.001</b>	<b>7.872</b>	<b>11.349</b>
Branca	5.001	5.372	4.678	4.744	2.846	5.311	6.352	5.263	4.279	5.750
Parda	3.472	3.765	2.802	3.766	2.634	3.923	4.713	3.055	2.742	4.256
Preta	833	835	796	880	553	1.059	957	630	803	1.287
Índigena	9	8	65	2	0	3	3	1	0	0
Amarela	5	6	7	71	9	106	87	9	27	38
Não identificado	146	102	105	120	4	77	39	43	21	18
<b>Sub Região de Limeira</b>										
<b>Total</b>	<b>6.331</b>	<b>8.399</b>	<b>9.922</b>	<b>10.160</b>	<b>3.753</b>	<b>8.742</b>	<b>6.113</b>	<b>3.025</b>	<b>4.643</b>	<b>5.905</b>
Branca	4.076	5.477	6.827	6.410	2.810	5.918	3.941	2.088	3.216	4.040
Parda	1.460	1.938	2.184	2.598	603	1.989	1.404	622	885	1.222
Preta	757	931	867	829	307	747	694	303	514	556
Índigena	6	4	5	6	2	4	1	2	1	4
Amarela	2	26	16	18	5	8	24	4	4	8

Não identificado	38	23	23	299	26	76	49	6	23	75
<b>Arranjo Laranja</b>										
<b>Total</b>	<b>30.349</b>	<b>30.469</b>	<b>32.670</b>	<b>32.611</b>	<b>13.709</b>	<b>31.668</b>	<b>32.937</b>	<b>18.506</b>	<b>21.328</b>	<b>27.598</b>
Branca	18.550	18.639	21.554	19.936	8.208	19.000	18.154	10.698	11.862	14.670
Parda	8.475	8.727	7.644	9.383	4.238	9.254	11.355	6.193	7.241	9.536
Preta	2.999	2.900	3.217	2.735	1.213	3.066	3.189	1.507	2.113	3.027
Indígena	28	16	73	33	4	39	16	14	10	118
Amarela	13	41	45	91	14	123	114	32	38	144
Não identificado	292	146	137	433	32	186	109	62	64	103
<b>Estado de São Paulo</b>										
<b>Total</b>	<b>46.198</b>	<b>47.049</b>	<b>52.419</b>	<b>52.701</b>	<b>25.050</b>	<b>54.038</b>	<b>49.733</b>	<b>32.086</b>	<b>35.358</b>	<b>43.710</b>
Branca	30.494	31.339	36.182	34.859	16.600	34.491	29.170	19.569	20.975	24.701
Parda	11.364	11.535	11.163	13.094	6.495	14.283	15.745	9.928	10.844	14.116
Preta	3.842	3.793	4.445	4.067	1.836	4.808	4.471	2.379	3.235	4.232
Indígena	54	70	111	86	15	83	43	31	17	137
Amarela	42	86	73	115	29	144	135	42	57	157
Não identificado	402	226	445	480	75	229	169	137	230	367

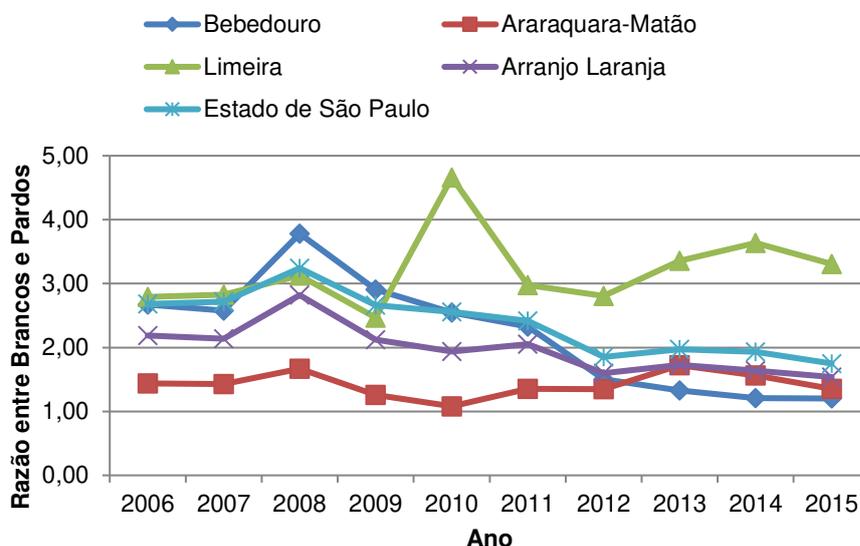
**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

Notamos pela Figura 14 que contém a razão entre o número de vínculos empregatícios ativos declarados como brancos e pardos que a mão de obra formal alocada na citricultura nas sub-regiões de Bebedouro e de Matão/Araraquara apresentou uma maior entrada da mão de obra classificada como parda do que a de Limeira, área mais tradicional da citricultura (MAIA, 1996; DEMÉTRIO, 2017).

A sub-região de Bebedouro passou de 2,68 vínculos brancos para cada vínculo pardo em 2006 para 1,35 brancos para cada pardo. Já a sub-região de Matão/Araraquara apresentou durante todo período analisados razões inferiores à média estadual e ao arranjo da laranja, conquanto apresentou tendência de manutenção da taxa fechando o período com a razão de 1,58 vínculos brancos para cada vínculo pardo.

Simultaneamente, observamos que todas as áreas analisadas apresentaram declínio na razão, com exceção de Limeira que a partir de 2010 passou a apresentar as maiores razões em comparação com as demais.

**FIGURA 14** – Razão entre brancos e pardos dos vínculos ativos em 31/12 no ano de referência dos trabalhadores no cultivo de árvores frutíferas, por sub-região do arranjo da laranja, no arranjo da laranja, e total do Estado de São Paulo, 2006 a 2015



**Fonte:** Microdados da Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo.

A análise desta variável, ainda que apresente distorções por não se tratar de auto declaração, nos ajuda a compreender uma das interfaces centrais do protagonismo da *condição migratória* frente a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Ou seja, como aponta Silva (2016, p. 153) é pelo marcador racial, que “[...] se justifica a permanência da colonialidade do trabalho”, principalmente pela ausência “[...] da nomeação de negro, mestiço, empregando-se a de migrante”.



**Fonte:** PEREIRA, G. G. Araraquara, SP (2017). Banco de Imagens do Observatório das Migrações (NEPO/IFCH/UNICAMP).

## CAPÍTULO 3 – CIDADES E POPULAÇÃO NO ARRANJO URBANO-RURAL REGIONAL DA CITRICULTURA PAULISTA

---

*Para que se possa fazer uma ideia adequada do papel que campo e cidade desempenharam no contexto histórico latino-americano, é preciso, de início abandonar a distinção ecológica-demográfica formal entre as duas categorias. Admitir um limite qualquer, de tamanho da população ou densidade demográfica para distinguir campo e cidade só tem sentido numa situação histórica dada. Se o problema, no entanto consiste em analisar campo e cidade ao longo de um período histórico, o critério formal tem que ser substituído por uma noção mais ampla e multiforme. Esta noção tem que ser simultaneamente política e econômica, partindo de uma divisão de poderes e de atividades entre campo e cidade.*

(SINGER, 1972, p. 3).

### 3.1 Dentre laranjais e canaviais: os espaços produtivos do agronegócio citrícola paulista

---

O presente capítulo destina-se a contextualização dos espaços rurais e urbanos que constituem o arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) no Estado de São Paulo. Neste sentido, buscaremos demonstrar quais são as características demográficas, econômicas e produtivas dos centros-urbanos (CÔRREA, 2006) inseridos na divisão internacional do trabalho agrícola da citricultura (ELIAS, 2013; GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013a; 2013b). Pretendemos, assim, explorar qualitativamente os espaços privilegiados da migração (BAENINGER, 2012) de parte dos trabalhadores rurais alocados na colheita da laranja no interior paulista.

As relações entre as áreas rurais e urbanas articuladas ao agronegócio podem ser compreendidas através da constituição da rede urbana paulista (GONÇALVES, 1998). Ainda que as atuais dinâmicas sociodemográficas e econômicas destes espaços se relacionem diretamente as esferas globais de circulação de capitais (SASSEN, 1998; HARVEY, 2003; CANO, 2011), o entendimento da consolidação do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) se entrelaça a percepção de que a rede urbana latino-americana se estruturou *vis-à-vis* a expansão e especialização de setores associados ao mercado externo, simultaneamente, a circulação da força de trabalho (SINGER, 1972; BALÁN, 1974).

Singer (1972, p. 12) pontua sob esta conjuntura que o sistema urbano latino americano foi “[...] criado com o objetivo básico de sustentar o sistema de exploração colonial”, deste modo, as cidades passaram a protagonizar os espaços de atuação do capital (SASSEN, 1998), conquanto é necessário considerarmos as particularidades deste fenômeno, dadas as especificidades do capitalismo dependente (SANTOS, 1970; MARINI, 1971).

De acordo com Villaça (2001) o estudo dos espaços intra-urbanos das cidades, ou seja, de seu cotidiano visualizado nas dinâmicas sociais e espaciais pressupõe que anteriormente compreendamos as estruturas das redes urbanas. Portanto, como sinaliza Côrrea (2006, p. 187) “[...] está implícito, se não explícito, que só existe rede urbana a partir de determinadas características das cidades e das relações entre elas, julga-se pertinente discutir as condições a partir das quais uma rede urbana pode emergir”.

A percepção de que a cidade do agronegócio citrícola (ELIAS, 2003; 2011; PEREIRA, 2015) é mediada por instituições e atores sociais das esferas locais, regionais e globais, e de que o cotidiano desta localidade, assim como, dos demais municípios que compõem o arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) são expressões locais da atuação do capital transnacional se fundamenta na reorganização destes espaços frente a atuação e penetração da citricultura no território paulista ao longo do tempo.

A análise e construção dos arranjos urbano-rurais regionais paulistas propostas e operacionalizadas por Demétrio (2017) derivam das reflexões de Moura (2008, p. 201):

[...] os arranjos urbano-regionais extrapolam a cidade enquanto forma física delimitada pelo espaço construído e contínuo, incorporando formas nem sempre contínuas de aglomerações urbanas mais extensas, dificultadas no exercício de funções públicas de interesse comum a mais de um município; ao mesmo tempo, assimilam a perspectiva da região, ao polarizarem diretamente um território que transcende o aglomerado principal e que aglutina outras aglomerações e centros das proximidades, como também espaços rurais, assumindo uma multidimensionalidade e uma transescalaridade que demarcam seu caráter complexo, em uma configuração híbrida entre as noções do urbano e do regional; e funcionam ainda como polos regionais, respondendo por impulsionar e difundir o desenvolvimento.

Ainda para a autora (MOURA, 2008, p. 200), os arranjos “[...] configuram-se em polos da diversificação produtiva e da diversidade social, potencializando sua capacidade multiplicadora e aceleradora de fluxos e dinâmicas, e sua condição propícia como localizações privilegiadas à reprodução e à acumulação do capital”.

Por essa via a constituição dos arranjos urbanos-rurais regionais deriva dos condicionantes histórico-estruturais presentes na consolidação da rede urbana regional. Com a globalização esses espaços passaram a ser potencializadores da atuação do capital internacional, particularmente no caso do agronegócio da laranja, da cana de açúcar e do complexo carne/grãos no Estado de São Paulo como nos demonstra o estudo de Demétrio (2017).

Demétrio (2017) tem sua proposta de regionalização assentada na análise de indicadores sócio demográficos e econômicos do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) e do Censo Agropecuário de 2007 (IBGE, 2007). Para a autora os arranjos urbano-rurais regionais “[...] constituem espacialidades heterogêneas entre si, desiguais não apenas em razão de suas raízes históricas, mas também em função das características intrínsecas a cada setor” (DEMÉTRIO, 2017, p. 30).

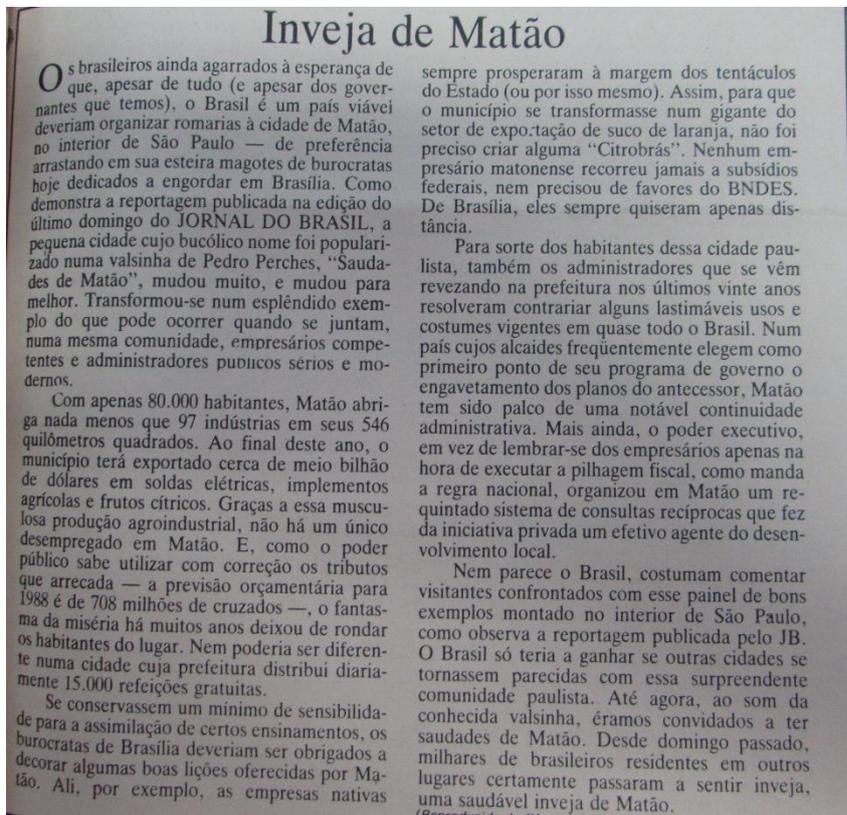
Paralelamente Frederico (2013, p. 108) destaca que no século 21 ocorreu a recriação de “[...] um novo tipo de compartimento produtivo funcional” para os mercados. Este cenário fortaleceu as especializações produtivas das commodities agrícolas e a consequente perda da regulação do poder local acerca de sua produção (FREDERICO, 2013). Vainer (2007, p. 19), por sua vez, pondera sobre o neo-localismo competitivo o qual “[...] se estrutura, via de regra, a partir de posições adquiridas ou pretendidas em circuitos produtivos que, de maneira direta ou indireta, se conectam verticalmente nas escalas nacional e, sobretudo, internacional”, assim, as pequenas e médias cidades inseridas no rol da divisão territorial do trabalho do agronegócio brasileiro despontam no imaginário popular como “[...] ilhas de prosperidade e a televisão de tempos em tempos apresenta como ‘o Brasil que deu certo’” (vide Figura 15 e 16).

FIGURA 15 – Reportagem veiculada no Jornal do Brasil em 11/10/1987 sobre a cidade do agronegócio citrícola de Matão, SP



Fonte: Acervo do Banco de Imagens do Observatório das Migrações (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2015).

FIGURA 16 – Excerto da reportagem veiculada no Jornal do Brasil em 11/10/87 sobre a cidade do agronegócio citrícola de Matão, SP



Fonte: Acervo do Banco de Imagens do Observatório das Migrações (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2015).

Essas localidades, bem como, suas interfaces com as áreas urbanas e rurais podem, portanto, serem entendidas através do aporte teórico-metodológico dos arranjos urbano-rurais regionais. Os quais se constituem como “[...] expressão socioespacial da globalização do agronegócio” (DEMÉTRIO, 2017, p. 99). Ademais, Demétrio (2017, p. 73) salienta que:

[...] o enfoque recai no rural da produção de commodities como expressão socioespacial da globalização da produção agropecuária, espaços transnacionais cujos vínculos globais mais fortes remetem a produção de bens primários [...]. Tais espacialidades têm no rural dos complexos agroindustriais seu núcleo duro.

Neste sentido, se pressupõe a articulação entre as esferas sociais e econômicas da cidade e do campo, o que permitirá o entendimento das relações entre urbano e rural “[...] como via de mão dupla, na qual, as discontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios e fonte de dominação, mas, relações de complementariedade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambistas” (WANDERLEY, 2010, p. 37). Ou seja, temos que as áreas rurais e urbanas seguem em constante diálogo tanto por seus atores, quanto por suas esferas produtivas.

Ao compreendermos o rural através de seu entorno e contexto (KAGEYAMA, 2008) percebemos que “[...] esses segmentos [setor citrícola, sucroenergético e da pecuária] disputam lugares, se entrecruzam e se sobrepõem no espaço, formando uma teia de inter-relações” (DEMÉTRIO, 2017, p. 183), cujos atores são diversos e coexistem como os trabalhadores rurais temporários (SILVA, 1999; MACIEL, 2013; REIS, 2012; SALATA, 2017), os pequenos produtores (ROVIEIRO, 2015; TROIANO, 2015), os empresários rurais (ELIAS, 2003), as empresas transnacionais (ELIAS, 2013) e o Estado (MÜLLER, 1985).

Segundo Demétrio (2017), os espaços que compõem o rural dos complexos agroindustriais da laranja e da cana de açúcar no interior paulista se caracterizam por um processo de ocupação madura do território (GONÇALVES, 1998; ELIAS, 2003).

No caso do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) suas sub-regiões apresentam diferenciais em relação aos papéis desempenhados por seus principais centros-urbanos e espaços rurais.

Assim de acordo com Vieira et al. (1976) na cidade de Limeira foi realizada a primeira produção de frutas in natura direcionadas a exportação em 1920, já em meados de 1960, em Bebedouro foi instalada a primeira planta em molde industrial para extração do suco

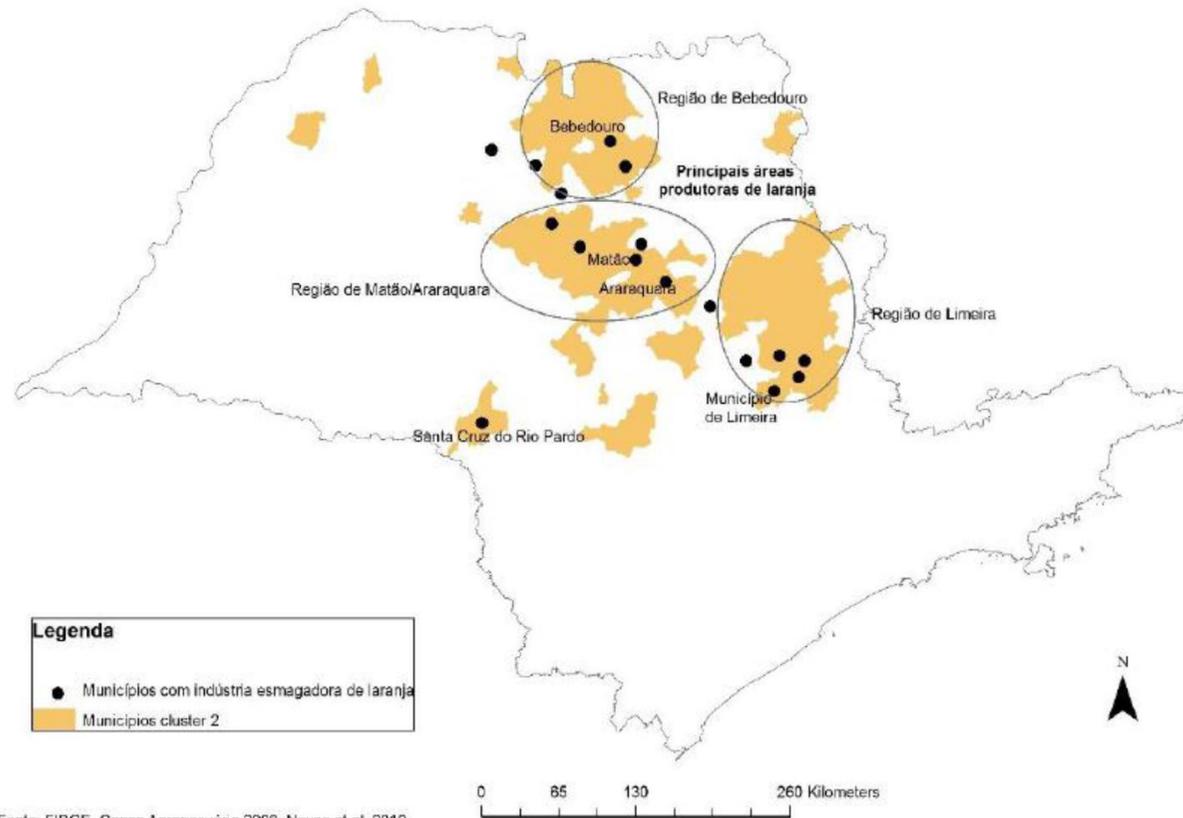
de laranja, enquanto que Araraquara foi responsável pela primeira exportação de suco concentrado de laranja do país.

Segundo Poltroniéri (1976) a implementação da citricultura no Estado de São Paulo se caracterizou por seu caráter comercial e foi consolidada pelas diretrizes da Estação Experimental de Citricultura nos anos finais da década de 1920. A autora (POLTRONIÉRI, 1976) aponta que o processo de difusão da citricultura no território paulista iniciou-se na região de Limeira, considerada a zona pioneira da citricultura comercial entre as décadas de 1920 e 1930, já as cidades de Bebedouro e Araraquara, bem como, seus entornos se consolidam como centros citrícolas após 1950 em decorrência da diversificação locacional do setor e assentadas em bases industriais. Com isso, temos que a produção de citros na sub-região de Limeira foi historicamente mais centralizada nas demandas do mercado interno, enquanto as sub-regiões de Bebedouro, Araraquara/Matão foram os centros de interesse das firmas exportadoras (POLTRONIÉRI, 1976).

A Figura 17 apresenta a localização das unidades industriais extratoras de suco de laranja no Estado de São Paulo. As sub-regiões que compõem o arranjo da laranja (DEMÉTRIO, 2017), também são partes integrantes do cinturão citrícola paulista (NEVES et al., 2010), possuem quase que a totalidade das agroindústrias citrícolas, ao que destacamos as unidades das três maiores empresas do setor; **a.** *Citrosuco* (Grupo Fischer) localizadas em Matão e Limeira, **b.** *Cutrale* em Araraquara, Conchal, Porto Ferreira, Colina e Itápolis, e **c.** *Louis Dreyfus Commodities* em Matão e Bebedouro.

No que se refere a produção de laranjas por área municipal (Figura 18) e por unidade de produção agropecuária (Figura 19) observamos, em linhas gerais, que a sub-região de Limeira se destacou dentre as principais áreas de produção de laranja no Estado, pelo quesito de produção por hectare, de número de produtores e de unidades de produção agropecuária. Principalmente nos casos das cidades de Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim e Descalvado. Já as sub-regiões de Bebedouro e de Araraquara/Matão apresentavam como destaques, respectivamente, as cidades de Barretos, Bebedouro e Olímpia; e de Itápolis e Ibitinga.

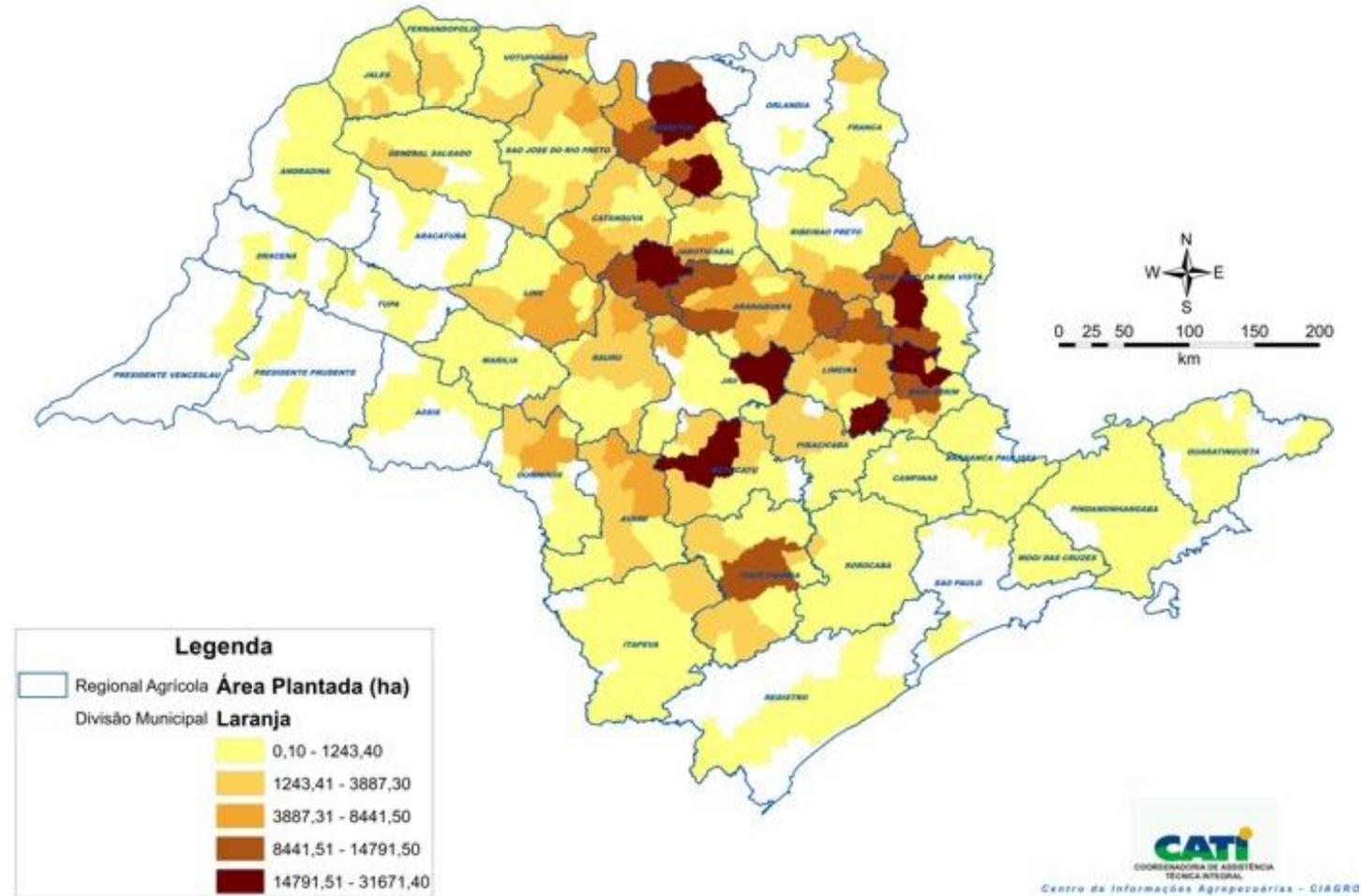
**FIGURA 17** – Localização das unidades industriais extratoras de suco de laranja no Estado de São Paulo



Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 2006, Neves et al, 2010.

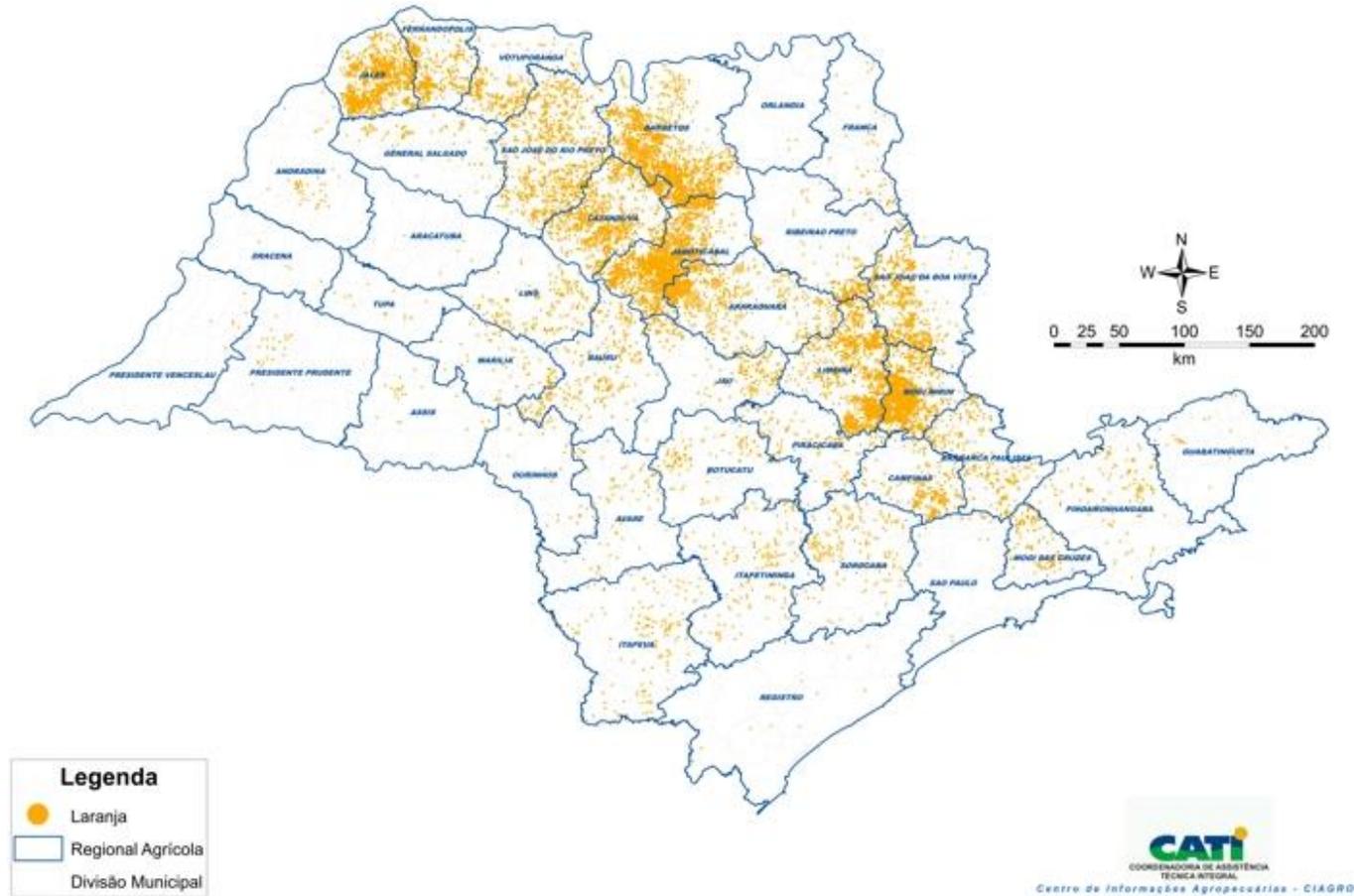
**Fonte:** Demétrio (2017). Mapa 14 – Distribuição do cluster 2 e unidades industriais extratoras de suco de laranja, Estado de São Paulo, segundo municípios.

FIGURA 18 – Distribuição por área plantada em hectares por município, 2006/2007



Fonte: PROJETO LUPA – Centro de Informação Agropecuária (CIAGRO). Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI). Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas/Laranja.php>. Acesso em: 08 jan. 2018.

**FIGURA 19** – Distribuição Geográfica de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), 2007/2008



**Fonte:** PROJETO LUPA – Centro de Informação Agropecuária (CIAGRO). Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI). Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas/Laranja.php>. Acesso em: 08 jan. 2018.

Ao analisarmos apenas a distribuição por área plantada em hectare (Figura 18) por divisão agrícola e município, visualizamos a existência de duas grandes ordens. A primeira que contém municípios que possuíam entre 14.791,51 a 31.671,40 hectares de laranja, nos quais incluem-se as cidades de Botucatu e Bebedouro, pertencentes a sub-região de Bebedouro do arranjo da laranja; Limeira e Mogi-Guaçu, pertencentes a sub-região de Limeira; e Itápolis inserida na sub-região de Araraquara/Matão.

Já a segunda apresenta municípios de 8.441,51 a 14.791,50 hectares plantados, incluindo as cidades de Descalvado, Mogi Mirim, Conchal, Pirassununga e Aguaí da sub-região de Limeira; Colômbia, Monte Azul Paulista e Olímpia da sub-região de Bebedouro; e de Borborema, Matão, Tabatinga, Ibitinga e Boa Esperança do Sul da sub-região de Araraquara/Matão.

Enquanto que a distribuição geográfica das unidades de produção agropecuária (UPAs) produtoras de laranja (Figura 19) centralizam-se nas cidades de Limeira, Engenheiro Coelho, Arthur Nogueira, Conchal, Mogi Mirim da sub-região de Limeira; Taiúva, Monte Azul Paulista, Olímpia, Bebedouro, Pirangi, Cajobi da sub-região de Bebedouro; Itapólis e Tabatinga da sub-região de Araraquara/Matão.

O entendimento do papel dos municípios citados dentro do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017) condiz com o processo de difusão da citricultura no território paulista como nos demonstra o trabalho de Poltroniéri (1976).

De acordo com a autora (POLTRONIÉRI, 1976) o processo de difusão da cultura da laranja no início dos anos de 1920 apresentava os municípios de Limeira e de Bebedouro como principais centros difusores, as cidades de Araraquara, Matão e Taquaritinga, pertencentes a sub-região de Matão/Araraquara, passam a integrar a região produtiva da laranja somente em meados de 1940. Neste momento Araraquara passou a ser considerada “[...] um embrião de novo centro difusor do item citros” (POLTRONIÉRI, 1976, p. 48).

Ademais, destacamos novamente a coexistência e convivência dos espaços produtivos da cana de açúcar e da laranja nessas localidades como apontam os estudos de Poltroniéri (1976); de Silva (1999); de Elias (2003) e de Demétrio (2017):

[...] as áreas onde se localiza a citricultura comercial paulista não são exclusivamente citrícolas; outros produtos de origem vegetal e animal desempenham importante papel na economia destas áreas, fazendo com que algumas delas se destaquem no cenário agrícola do Estado, na produção de outros produtos que não os citros (POLTRONIÉRI, 1976, p. 64).

Deste modo, os municípios de Limeira, Araras, Mogi das Cruzes da sub-região de Limeira conjuntamente a Araraquara e Matão da sub-região de Araraquara/Matão e, a Bebedouro da sub-região de Bebedouro também se configuraram como importantes espaços produtivos da cana de açúcar desde meados de 1970. Já os espaços produtivos de Olímpia e Barretos se destacam também pela produção agropecuária (POLTRONIÉRI, 1976).

Além disso, a presença desses espaços produtivos não se justifica tão somente pelos condicionantes históricos e econômicos que permitiram o desenvolvimento da citricultura na região conhecida como “cinturão citrícola” (NEVES et al., 2010), mas também porque a cultura da laranja se caracteriza como uma “lavoura restrita” quando comparada aos demais cultivos permanentes. Isto pode ser explicado de acordo com Poltroniéri (1976) e Vieira et al. (1976) por dois fatores:

[...] o primeiro deles é o de ordem fitossanitária, expresso por meio de barreiras impostas à expansão citrícola nas áreas infestadas pelo cancro-cítrico; o segundo liberadas algumas áreas infestadas, o citros continuou a se expandir nas áreas tradicionais, por meio de um processo de “*feedback*”, no qual as áreas citricolas importantes já tinham alcançado um potencial citrícola suficientemente elevado para atrair novas lavouras e outras atividades ligadas ao citros (POLTRONIÉRI, 1976, p. 24).

Outro ponto a ser considerado é o processo de *verticalização para trás* (PAULILLO, 1999; MAZALLI, 1999) que impactou diretamente nas esferas de negociação e compra de laranja de pequenos e médios produtores<sup>51</sup>.

A verticalização para trás, prática adotada pelas grandes empresas do setor desde 1980, foi um importante recurso organizacional e traduziu-se pelo aumento do número de pomares próprios das agroindústrias, o que resultou na “ocorrência de uma alteração na estrutura fundiária no território citrícola, em que houve a elevação da participação dos imóveis rurais de médio e grande porte” (PAULILLO, 2000, p. 14).

Neste sentido, temos que as dinâmicas presentes no arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017), particularmente na sub-região de Matão/Araraquara, são resultantes da atuação das principais *holdings* do agronegócio citrícola mundial: a *Citrosuco* e a *Cutrale*. As quais foram “[...] responsáveis por um processo corporativo de organização do espaço, uma vez que conseguem comandar a organização do espaço agrícola e urbano” (ELIAS, 2003, p. 140).

---

<sup>51</sup> Sobre as modificações nos contratos entre citricultores e as agroindústrias e seus desdobramentos na contratação de trabalhadores rurais ver Mazzali (1999); Paulillo (1999; 2000); Barbosa e Alves (2008) e Barbosa (2009).

A Citrosuco iniciou suas atividades na cidade de Matão em 1964 e propiciou “[...] uma aceleração da urbanização e do crescimento [...] incrementando e promovendo processo de modernização na estrutura técnica e social da citricultura” (ELIAS, 2003, p. 182), enquanto que o Grupo Cutrale teve seu início através da compra de fazendas produtoras de laranja na cidade de Bebedouro em meados de 1950, adquirindo sua primeira fábrica de suco de laranja, a Suconasa, em 1967 no município de Araraquara, e “nascia, assim a Sucocítrico Cutrale verticalizando a produção de suco de laranja concentrado, participando de todas as etapas dos circuitos espaciais da sua produção e dos círculos de cooperação necessários” (ELIAS, 2003, p. 184).

Com efeito, Paulillo (2000, p. 7) também destaca que a formação do território citrícola esteve articulada “[...] a constituição de uma estrutura específica de poder, a partir da constante troca de bens e serviços entre seus atores produtivos e o fenômeno da comutação no mercado de trabalho”. Esta estrutura, de acordo com o autor (PAULILLO, 2000), se caracterizou pela concentração dos segmentos produtivos da indústria, da prestação de serviços e da produção de laranja em áreas próximas as plantas industriais das processadoras de suco concentrado de laranja. Este cenário conjugado a verticalização para trás ocasionou:

[...] a elevação do poder de dominação industrial no território citrícola, porque a elevação da barganha é uma forma de dominação. O foco estratégico da indústria foi a elevação de seus recursos de poder, e o crescimento da verticalização para trás criou uma nova estrutura de oportunidades no cinturão, que deixa reduzido espaço para os citricultores [...]. No processo de negociação das caixas de laranja para o processamento, quem determina o preço é a indústria; os citricultores lutam entre si para a realização da melhor venda [...]. Em suma, a estratégia de verticalização para trás da indústria processadora de suco é um dos aspectos da combinação estrutural excludente do território citrícola, que tende a permanecer (PAULILLO, 2000, p. 25).

As cidades de Matão e Araraquara e, por conseguinte a sub-região corresponde a estes centros-urbanos no arranjo da laranja (DEMÉTRIO, 2017), tanto são mais suscetíveis, quanto mais permeáveis as influências do capital transnacional agrícola, ao mesmo tempo em que se constituem como pontos irradiadores das transformações locais e regionais na dinâmica da divisão internacional do trabalho da citricultura. Elias (2013, p. 206-207) destaca que “[...] porquanto é no local que as escalas internacionais, nacionais e regionais se dão empiricamente e que os processos gerais se revelam em toda sua complexidade”.

### 3.2 Dinâmica populacional no arranjo urbano-rural regional da laranja

---

Demétrio (2017), sincronicamente a Baeninger (2012), aponta que a população e sua redistribuição espacial são expressões das novas dinâmicas criadas pelos processos da globalização nos espaços locais e regionais. Demétrio (2017, p. 216) sinaliza que “com uma população superior a dois milhões de habitantes, o arranjo da laranja se destaca pelo significativo volume populacional, inclusive em situação de domicílio rural: mais de 187 mil pessoas, em 2000, e quase 150 mil, em 2010”.

Elias (2013) em sua proposta teórico-metodológica de compreensão do agronegócio no território brasileiro, conjuntamente ao estudo latino-americano (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013a; 2013b), sinaliza a importância do acompanhamento da dinâmica demográfica através da evolução populacional total, rural e urbana e do grau de urbanização, conjuntamente, a apreensão do fenômeno migratório e dos desdobramentos do agronegócio no mercado de trabalho local e regional.

A Tabela 11 apresenta a evolução populacional do arranjo da laranja e do Estado de São Paulo nos anos de 2000 e 2010. Notamos que o arranjo da laranja apresentou taxas de crescimento da população total e urbana próximas da média estadual, no caso do crescimento rural ambos apresentaram taxas negativas e superiores a 2,5% *a.a.* Conquanto, ainda assim o arranjo da laranja apresentou um decréscimo menor que a média paulista e aos demais arranjos do agronegócio (DEMÉTRIO, 2017).

Em relação ao grau de urbanização visualizamos um crescimento para ambos os espaços analisados, todavia o arranjo se apresentou menos urbanizado que a média paulista

**TABELA 10** – População residente total por situação de domicílio, grau de urbanização e taxa de crescimento total e por situação de domicílio no arranjo urbano-rural regional da laranja e no Estado de São Paulo, 2000 e 2010

Unidade de Análise	População Total		População Urbana		População Rural		Grau de Urbanização		Taxa de Crescimento		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
<b>Arranjo da Laranja</b>	2.068.496	2.286.243	1.889.950	2.142.591	187.546	143.652	90,93	93,72	1,01	1,31	-2,63
<b>Estado de São Paulo</b>	37.032.403	41.262.199	34.592.851	39.585.251	2.439.552	1.676.948	93,41	95,94	1,09	1,36	-3,68

**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico de 2000 e 2010). Adaptado de Demétrio (2017) – Tabela 13 (2017) População total, urbana, rural, taxa de crescimento geométrico (em % a.a.) e grau de urbanização (em %), Arranjo urbano-rural regional da laranja, da cana-de-açúcar, da pecuária e Estado de São Paulo, 2000 e 2010.

Ao analisarmos as mesmas variáveis por municípios e sub-regiões do arranjo (Tabela 12) notamos que as três sub-regiões apresentaram taxas de crescimento total e urbano positivos, possuindo, contudo, taxas de crescimento negativas da população rural. No caso da sub-região de Limeira observou-se uma taxa de crescimento total de 1,55% *a.a.*, 1,44% *a.a.* de crescimento urbano e de decréscimo populacional no rural de -2,49 *a.a.* A sub-região de Matão/Araraquara apresentou crescimento total de 1,02% *a.a.*, o urbano de 1,37% *a.a.* e o decréscimo rural de -3,66% *a.a.* Por fim, a sub-região de Bebedouro teve crescimento de 1,02% *a.a.* no total, de 1,33% *a.a.* no urbano e declínio de -2,90% *a.a.* no rural.

Podemos inferir que o crescimento populacional do arranjo esteve correlacionado tanto ao processo de urbanização via especializações regionais (ELIAS, 2003; CASTILLO, 2013) quanto a migração interna (DEMÉTRIO, 2017; vide Figuras 20, 21 e 22). Gonçalves (1998, p. 14) aponta para a percepção da urbanização através do desenvolvimento urbano, ou seja, “[...] do desenvolvimento de novas funções nas cidades, simultânea à ampliação e diferenciação dos fluxos de relações que interligam a rede de cidades”.

Os municípios, portanto, tendem a assumir novas funcionalidades dentro do arranjo e de suas redes urbanas regionais, e não podem ser mais reduzidos as suas vocações regionais primeiras (PACHECO, 1988; CANO, 1988).

As dinâmicas que se estabelecem dentro dos espaços do arranjo da laranja (DEMÉTRIO, 2017) correspondem, deste modo, não somente as reorganizações do capital agrícola transnacional (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013b) mas em mesma medida a outras

influências e condicionantes da divisão social do trabalho de outros segmentos da economia urbana (FARIA, 1978).

É imprescindível, neste sentido, pontuar que o entendimento dos dados levantados pelo estudo de Demétrio (2017) e no âmbito da presente pesquisa se apresentam através de uma leitura cujo eixo norteador é o papel assumido por cada centro-urbano (CÔRREA, 2006) na adoção do agronegócio como “carro-chefe” do desenvolvimento latino-americano. Destacando-se, sincronicamente, que o sistema urbano paulista foi historicamente engendrado pelo desempenho da produção industrial e da migração como componente demográfica privilegiada (CAIADO, 1995).

**TABELA 11 – População urbana, rural e total, grau de urbanização (em %) e taxa geométrica de crescimento populacional (em % a.a.) do arranjo urbano-rural regional da laranja por sub-região e municípios, 2000 e 2010**

Municípios	População Total		População Urbana		População Rural		Grau de urbanização (em %)		Taxa de crescimento (em % a.a.)		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
Aguai	28.195	32.148	24.708	29.001	3.487	3.147	87,63	90,21	1,32	1,61	-1,02
Analândia	3.582	4.293	2.650	3.408	932	885	73,98	79,39	1,83	2,55	-0,52
Araras	104.119	118.843	97.783	112.444	6.336	6.399	93,91	94,62	1,33	1,41	0,10
Artur Nogueira	33.124	44.177	30.464	39.998	2.660	4.179	91,97	90,54	2,92	2,76	4,62
Casa Branca	25.892	26.684	21.629	23.154	4.263	3.530	83,54	86,77	0,30	0,68	-1,87
Conchal	22.676	25.229	20.297	23.839	2.379	1.390	89,51	94,49	1,07	1,62	-5,23
Descalvado	28.921	31.056	24.136	27.712	4.785	3.344	83,45	89,23	0,71	1,39	-3,52
Engenheiro Coelho	10.033	15.721	7.009	11.498	3.024	4.223	69,86	73,14	4,59	5,07	3,40
Holambra	7.211	11.299	3.938	8.184	3.273	3.115	54,61	72,43	4,59	7,59	-0,49
Jaguariúna	29.597	44.311	25.812	43.033	3.785	1.278	87,21	97,12	4,12	5,24	-10,29
Leme	80.757	91.743	77.888	89.849	2.869	1.894	96,45	97,94	1,28	1,44	-4,07
Limeira	249.046	275.828	238.349	267.610	10.697	8.218	95,70	97,02	1,03	1,16	-2,60
Mococa	65.574	66.061	57.284	60.920	8.290	5.141	87,36	92,22	0,07	0,62	-4,67
Mogi Guaçu	124.228	137.245	116.184	130.295	8.044	6.950	93,52	94,94	1,00	1,15	-1,45
Moji-Mirim	81.467	86.254	72.725	80.945	8.742	5.309	89,27	93,84	0,57	1,08	-4,87
Pirassununga	64.864	70.081	57.594	64.216	7.270	5.865	88,79	91,63	0,78	1,09	-2,12
Porto Ferreira	47.437	51.400	45.568	50.478	1.869	922	96,06	98,21	0,81	1,03	-6,82
Santa Cruz das Palmeiras	25.556	29.932	24.029	29.000	1.527	932	94,02	96,89	1,59	1,90	-4,82
Santa Rita do Passa Quatro	26.138	26.478	22.366	23.701	3.772	2.777	85,57	89,51	0,13	0,58	-3,02
Santo Antônio de Posse	18.124	20.650	14.326	18.834	3.798	1.816	79,04	91,21	1,31	2,77	-7,11
Tambaú	22.258	22.400	19.044	19.903	3.214	2.497	85,56	88,85	0,06	0,44	-2,49
Vargem Grande do Sul	36.302	39.266	33.712	37.274	2.590	1.992	92,87	94,93	0,79	1,01	-2,59
<b>Total Sub-região Limeira</b>	<b>1.098.799</b>	<b>1.231.833</b>	<b>1.003.783</b>	<b>1.158.022</b>	<b>95.016</b>	<b>73.811</b>	<b>91,35</b>	<b>94,01</b>	<b>1,15</b>	<b>1,44</b>	<b>-2,49</b>
Araquara	181.573	207.418	172.671	201.678	8.902	5.740	95,10	97,23	1,34	1,56	-4,29
Boa Esperança do Sul	12.573	13.645	10.753	12.184	1.820	1.461	85,52	89,29	0,82	1,26	-2,17
Borborema	13.193	14.529	10.850	13.095	2.343	1.434	82,24	90,13	0,97	1,90	-4,79
Gavião Peixoto	4.126	4.419	2.749	3.575	1.377	844	66,63	80,90	0,69	2,66	-4,78
Ibaté	26.462	30.734	25.112	29.508	1.350	1.226	94,90	96,01	1,51	1,63	-0,96
Ibitinga	46.620	53.158	43.860	51.057	2.760	2.101	94,08	96,05	1,32	1,53	-2,69
Itajobi	14.295	14.556	10.868	12.142	3.427	2.414	76,03	83,42	0,18	1,11	-3,44
Itápolis	37.750	40.051	32.140	36.325	5.610	3.726	85,14	90,70	0,59	1,23	-4,01
Matão	71.753	76.786	69.168	75.377	2.585	1.409	96,40	98,17	0,68	0,86	-5,89
Nova Europa	7.307	9.300	6.475	8.625	832	675	88,61	92,74	2,44	2,91	-2,07
Novo Horizonte	32.432	36.593	28.917	34.048	3.515	2.545	89,16	93,05	1,21	1,65	-3,18
Rincão	10.330	10.414	8.257	8.460	2.073	1.954	79,93	81,24	0,08	0,24	-0,59
Santa Adélia	13.449	14.311	12.070	13.538	1.379	773	89,75	94,60	0,62	1,15	-5,62
Tabatinga	12.990	14.686	10.183	12.578	2.807	2.108	78,39	85,65	1,23	2,13	-2,82
Taquaritinga	52.065	53.924	47.592	51.168	4.473	2.756	91,41	94,89	0,35	0,73	-4,73
<b>Total Sub-região Matão/Araraquara</b>	<b>536.918</b>	<b>594.524</b>	<b>491.665</b>	<b>563.358</b>	<b>45.253</b>	<b>31.166</b>	<b>91,57</b>	<b>94,76</b>	<b>1,02</b>	<b>1,37</b>	<b>-3,66</b>
Altair	3.554	3.815	2.609	3.022	945	793	73,41	79,21	0,71	1,48	-1,74
Barretos	103.913	112.101	98.847	108.686	5.066	3.415	95,12	96,95	0,76	0,95	-3,87
Bebedouro	74.815	75.035	69.964	71.503	4.851	3.532	93,52	95,29	0,03	0,22	-3,12
Cajobi	9.174	9.768	8.356	9.133	818	635	91,08	93,50	0,63	0,89	-2,50
Catiguá	6.555	7.127	5.914	6.569	641	558	90,22	92,17	0,84	1,06	-1,38
Colina	16.664	17.361	14.885	16.213	1.779	1.148	89,32	93,39	0,41	0,86	-4,29
Colômbia	5.954	5.994	4.120	4.332	1.834	1.662	69,20	72,27	0,07	0,50	-0,98
Embaúba	2.478	2.423	1.979	2.060	499	363	79,86	85,02	-0,22	0,40	-3,13
Guapiaçu	14.086	17.869	11.882	15.805	2.204	2.064	84,35	88,45	2,41	2,89	-0,65
Guaraci	8.846	9.976	7.391	8.927	1.455	1.049	83,55	89,48	1,21	1,91	-3,22
Monte Azul Paulista	19.553	18.931	17.563	17.713	1.990	1.218	89,82	93,57	-0,32	0,09	-4,79
Olimpia	46.013	50.024	42.643	47.244	3.370	2.780	92,68	94,44	0,84	1,03	-1,91
Onda Verde	3.413	3.884	2.319	3.043	1.094	841	67,95	78,35	1,30	2,75	-2,60
Paraíso	5.429	5.898	4.457	5.188	972	710	82,10	87,96	0,83	1,53	-3,09
Pirangi	10.038	10.623	8.687	9.528	1.351	1.095	86,54	89,69	0,57	0,93	-2,08
Severínia	13.605	15.479	12.161	14.752	1.444	727	89,39	95,30	1,30	1,95	-6,63
Tabapuã	10.493	11.363	9.017	10.519	1.476	844	85,93	92,57	0,80	1,55	-5,44
Taiúva	5.506	5.447	4.758	4.967	748	480	86,41	91,19	-0,11	0,43	-4,34
Terra Roxa	7.752	8.505	7.227	8.107	525	398	93,23	95,32	0,93	1,16	-2,73
Viradouro	15.962	17.297	15.086	16.791	876	506	94,51	97,07	0,81	1,08	-5,34
<b>Total Sub-região de Bebedouro</b>	<b>383.803</b>	<b>408.920</b>	<b>349.865</b>	<b>384.102</b>	<b>33.938</b>	<b>24.818</b>	<b>91,16</b>	<b>93,93</b>	<b>0,64</b>	<b>0,94</b>	<b>-3,08</b>
<b>Total Arranjo urbano-rural regional da laranja</b>	<b>2.019.520</b>	<b>2.235.277</b>	<b>1.845.313</b>	<b>2.105.482</b>	<b>174.207</b>	<b>129.795</b>	<b>91,37</b>	<b>94,19</b>	<b>1,02</b>	<b>1,33</b>	<b>-2,90</b>

**Fonte:** IBGE (Censo Demográfico de 2000 e 2010). Demétrio (2017) – Tabela 19 – População urbana, rural e total, grau de urbanização (em %) e taxa geométrica de crescimento populacional (em % a.a.) do arranjo urbano-rural regional da laranja, 2000 e 2010.

**Nota:** Foi desconsiderado a população carcerária em ambos os censos. No censo demográfico 2000, a variável considerada para exclusão da população carcerária foi "tipo de setor". Já no censo demográfico 2010, considerou-se o quesito "tipo de espécie de domicílio".

A sub-região de Limeira apresentava como principais centros-urbanos em termos populacionais as cidades de Limeira (275.828 habitantes), Mogi Guaçu (137.245 habitantes) e Araras (118.843 habitantes) que conjuntamente representavam 43,18% da população residente em 2010. A sub-região também apresentou como centros mais urbanizados, ou seja, com maior grau de urbanização os municípios de Limeira (97,02) e de Porto Ferreira (98,21).

Em relação as maiores taxas de crescimento populacional entre 2000 e 2010 destacaram-se as cidades de Engenheiro Coelho com 4,59% *a.a.* no valor total, 5,07% *a.a.* no urbano e 3,40% *a.a.* no rural, sendo a cidade que apresentou uma das maiores taxas de crescimento da população rural em todo arranjo, abaixo apenas de Arthur Nogueira que apresentou 4,62% *a.a.*; de Holambra com 4,59% *a.a.* no total, 7,69% *a.a.* no urbano e -049% *a.a.* no rural; e Jaguariúna com o crescimento de 4,12% *a.a.* no total, 5,24% *a.a.* no urbano e -10,29% *a.a.* no rural.

O crescimento das cidades de Engenheiro Coelho e de Arthur Nogueira associaram-se também ao aumento da população rural que pode ser tanto explicada pela centralidade e permanência do protagonismo dos pequenos e médios citricultores regionais (vide Figura 18 e 19) quanto pela expansão das dinâmicas proporcionadas pelo novo rural (JEAN, 2002) no interior do Estado de São Paulo.

Ademais, o centro-urbano de Limeira destaca-se não somente como centro difusor da citricultura comercial (POLTRONIÉRI, 1976), mas também como parte integrante dos centros urbanos responsáveis por levar “[...] ao interior um padrão de urbanização até então vigente somente na metrópole” (CAIADO; SANTOS, 2003, p. 116).

A sub-região de Matão/Araraquara, por sua vez, possuía em 2010 as cidades de Araraquara (207.418 habitantes), Matão (76.786 habitantes) e Taquaritinga (53.924 habitantes) que juntas compunham 56,89% da população residente. As cidades que apresentaram no período analisado os maiores graus de urbanização eram Araraquara (97,23) e Matão (98,17).

Em relação as taxas de crescimento populacional, destacaram-se os municípios de Nova Europa que obteve crescimento de 1,44% *a.a.* no total e de 2,91% *a.a.* no urbano, e um declínio de -2,07% *a.a.* no rural; de Ibaté com crescimento de 1,51% *a.a.* no total e de 1,63%

*a.a.* no urbano, e decréscimo de -0,96% *a.a.* no rural; e Ibitinga com crescimento de 1,32% *a.a.* no total e de 1,53% *a.a.* no urbano e declínio de -2,69% *a.a.* no rural.

As cidades de Matão e Araraquara se constituem como centros-urbanos chaves no contexto da citricultura comercial (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015), conquanto apresentam diferenciais em relação ao papel que desempenham na rede urbana regional (PEREIRA, 2015) e dentro do arranjo da laranja (DEMÉTRIO, 2017).

O centro-urbano de Araraquara, ainda que possua em seu quadro industrial municipal a Cutrale, apresenta-se também como importante polo tecnológico, educacional e do setor de vestuário (PACHECO, 1988; ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015), já Matão se caracteriza como centro-urbano cujos processos de crescimento econômico e demográfico se alicerçaram vis-à-vis ao início das atividades da Citrosuco (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015) figurando como cidade do agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2006; 2007)<sup>52</sup>. Em outras palavras, esse município se constituiu como lócus privilegiado de atuação do capital do agronegócio citrícola. Além disso, esta sub-região apresentou, em sua totalidade, crescimentos populacionais associados às majoritariamente áreas urbanas.

A sub-região de Bebedouro, em 2010, abarcava como maiores centros urbanos as cidades de Barretos (112.101 habitantes) e Bebedouro (75.035 habitantes), os quais conjuntamente representavam 45,76% da população residente. Os municípios mais urbanizados, por sua vez, eram os de Viradouro (97,07) e Barretos (96,95).

As cidades com maiores taxas de crescimento foram Guapiaçu com 2,41% *a.a.* de crescimento total e de 2,98% *a.a.* no urbano e declínio de -0,65% no rural; Onda Verde com crescimento total de 1,30%*a.a.* e de 2,75% *a.a.* no urbano, e declínio de -2,60% *a.a.* no rural; e Severínia com 1,30% *a.a.* no total, 1,95% *a.a.* no urbano e decréscimo de -6,63% *a.a.* no rural.

Conjuntamente a sub-região de Matão/Araraquara, a sub-região de Bebedouro teve seu crescimento populacional alicerçado no crescimento populacional das áreas urbanas. Bebedouro caracterizou-se historicamente como centro difusor da citricultura comercial em moldes industriais assim como o município de Araraquara (POLTRONIÉRI, 1976; ELIAS, 2003), e comporta-se como outro exemplo de cidade do agronegócio citrícola (BOECHAT; GIAVAROTTI, 2015).

---

<sup>52</sup> Exploraremos as especificidades da cidade do agronegócio citrícola de Matão no Capítulo 4.

### 3.3 A dinâmica migratória no arranjo urbano-rural regional da laranja

---

A migração se apresenta historicamente como componente social e demográfica estruturante da sociedade do agronegócio (HEDERIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). A presença de distintos processos migratórios, internos e internacionais, e seus desdobramentos no mercado de trabalho local e regional articula tanto a constituição e fortalecimento das redes migratórias, quanto a estruturação de perfil sociodemográfico do trabalhador do agronegócio, seja este físico ou intelectual (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013b), cuja *condição migratória* é protagonista no momento de construção social deste mercado.

Para além disso, visualizamos que nos espaços privilegiados do agronegócio citrícola, sucoenergético e do complexo grãos/carnes<sup>53</sup>, a coexistência das modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) associadas ao processo de urbanização corporativa (ELIAS, 2003) e especialização produtiva regional (CANO, 1988) reflete simultaneamente na produção do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001) e no tecido social destas localidades.

Particularmente pela convivência dos trabalhadores rurais migrantes (MACIEL, 2016), dos trabalhadores técnicos e altamente escolarizados (ELIAS, 2003; DEMÉTRIO, 2017), da elite do agronegócio local (ELIAS, 2003; HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010) e do poder público local (PEREIRA, 2015).

No caso do arranjo da laranja, Demétrio (2017, p. 21) destaca que a migração interna se apresenta como central tanto na estrutura etária, particularmente por conta da “[...] concentração de população entre 20 e 34 anos, em especial no urbano do arranjo, quanto na composição do crescimento populacional. Com efeito, a migração contribuiu, entre 2000 e 2010, em 28,83% no crescimento populacional total do arranjo (vide Tabela 13).

---

<sup>53</sup> Pesquisas de campo, via observação direta, realizadas nas cidades de Matão/SP, Sertãozinho/SP, Ribeirão Preto/SP e Lucas do Rio Verde/MT entre os anos de 2015 e 2018 no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/CNPq), sob a supervisão da Profa. Dra. Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP), e no contexto do Projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do cerrado: “Follow up” do caso de Lucas do Rio Verde (MT)” (CNPq), sob a supervisão do Prof. Dr. Roberto do Carmo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

**TABELA 12** – População total, saldo migratório, crescimento absoluto, crescimento vegetativo e participação da migração no crescimento populacional (em %) no Arranjo urbano-rural regional da laranja segundo municípios, 2000 e 2010

Municípios	População 2000	População 2010	Crescimento Absoluto	Saldo Migratório		Crescimento Vegetativo	Participação da migração no crescimento da população (em %)
				Annual	Decenal		
Sub-região de Limeira							
Aguai	28.145	32.113	3.968	128	1.280	3.840	32,26
Analândia	3.576	4.287	711	42	420	669	59,07
Araras	104.024	118.713	14.689	699	6.990	13.990	47,59
Artur Nogueira	32.965	44.071	11.106	703	7.030	10.403	63,30
Casa Branca	26.785	28.294	1.509	27	270	1.482	17,89
Conchal	22.641	25.207	2.566	-33	-330	2.599	-12,86
Descalvado	28.889	31.038	2.149	32	320	2.117	14,89
Engenheiro Coelho	10.000	15.662	5.662	412	4.120	5.250	72,77
Holambra	7.195	11.257	4.062	276	2.760	3.786	67,95
Jaguariúna	29.533	44.162	14.629	1.064	10.640	13.565	72,73
Leme	80.628	91.658	11.030	318	3.180	10.712	28,83
Limeira	248.618	275.786	27.168	597	5.970	26.571	21,97
Mococa	65.503	66.284	781	-377	-3.770	1.158	-482,71
Mogi Guaçu	123.984	137.131	13.147	272	2.720	12.875	20,69
Moji Mirim	81.293	86.462	5.169	-41	-410	5.210	-7,93
Pirassununga	64.782	70.036	5.254	112	1.120	5.142	21,32
Porto Ferreira	47.343	51.366	4.023	-3	-30	4.026	-0,75
Santa Cruz das Palmeiras	25.517	29.893	4.376	155	1.550	4.221	35,42
Santa Rita do Passa Quatro	26.118	26.475	357	-44	-440	401	-123,25
Santo Antônio de Posse	18.074	20.628	2.554	88	880	2.466	34,46
Tambaú	22.234	22.405	171	-149	-1.490	320	-871,35
Vargem Grande do Sul	36.247	39.240	2.993	-23	-230	3.016	-7,68
<b>Total sub-região de Limeira</b>	<b>1.134.094</b>	<b>1.272.168</b>	<b>138.074</b>	<b>4.255</b>	<b>42.550</b>	<b>133.819</b>	<b>30,82</b>
Sub-região de Matão/Araraquara							
Araraquara	182.240	208.429	26.189	1.567	15.670	24.622	59,83
Boa Esperança do Sul	12.551	13.636	1.085	-18	-180	1.103	-16,59
Borborema	13.183	14.517	1.334	59	590	1.275	44,23
Gavião Peixoto	4.123	4.416	293	-12	-120	305	-40,96
Ibaté	26.378	30.696	4.318	104	1.040	4.214	24,09
Ibitinga	46.534	53.100	6.566	358	3.580	6.208	54,52
Itajobi	14.220	14.553	333	-16	-160	349	-48,05
Itápolis	37.703	40.031	2.328	39	390	2.289	16,75
Matão	71.669	76.743	5.074	-98	-980	5.172	-19,31
Nova Europa	7.286	9.281	1.995	118	1.180	1.877	59,15
Novo Horizonte	32.413	36.556	4.143	203	2.030	3.940	49,00
Rincão	10.330	10.413	83	-88	-880	171	-1.060,24
Santa Adélia	13.441	14.325	884	-2	-20	886	-2,26
Tabatinga	12.967	14.671	1.704	53	530	1.651	31,10
Taquaritinga	52.013	53.972	1.959	-190	-1.900	2.149	-96,99
<b>Total sub-região de Matão/Araraquara</b>	<b>537.051</b>	<b>595.339</b>	<b>58.288</b>	<b>2.077</b>	<b>20.770</b>	<b>56.211</b>	<b>35,63</b>
Sub-região de Bebedouro							
Altair	3.527	3.813	286	-4	-40	290	-13,99
Barretos	103.829	112.030	8.201	262	2.620	7.939	31,95
Bebedouro	74.743	75.033	290	-428	-4.280	718	-1.475,86
Cajobi	9.170	9.763	593	-2	-20	595	-3,37
Catiguá	6.552	7.122	570	11	110	559	19,30
Colina	16.656	17.365	709	-49	-490	758	-69,11
Colômbia	5.947	5.994	47	-61	-610	108	-1.297,87
Embaúba	2.477	2.423	-54	-19	-190	-35	351,85
Guapiaçu	14.049	17.834	3.785	277	2.770	3.508	73,18
Guaraci	8.836	9.966	1.130	37	370	1.093	32,74
Monte Azul Paulista	19.534	18.936	-598	-196	-1.960	-402	327,76
Olímpia	45.981	49.989	4.008	102	1.020	3.906	25,45
Onda Verde	3.407	3.880	473	16	160	457	33,83
Paraíso	5.422	5.894	472	15	150	457	31,78
Pirangi	10.036	10.618	582	19	190	563	32,65
Severínia	13.570	15.484	1.914	48	480	1.866	25,08
Tabapuã	10.488	11.355	867	47	470	820	54,21
Taiúva	5.503	5.447	-56	-24	-240	-32	428,57
Terra Roxa	7.741	8.498	757	12	120	745	15,85
Viradouro	15.933	17.285	1.352	-4	-40	1.356	-2,96
<b>Total sub-região de Bebedouro</b>	<b>383.401</b>	<b>408.729</b>	<b>25.328</b>	<b>59</b>	<b>590</b>	<b>25.269</b>	<b>2,33</b>
<b>Total arranjo urbano-rural regional da laranja</b>	<b>2.054.546</b>	<b>2.276.236</b>	<b>221.690</b>	<b>6.391</b>	<b>63.910</b>	<b>215.299</b>	<b>28,83</b>

**Fonte:** Demétrio (2017) – Tabela 21 – População total, saldo migratório, crescimento absoluto, crescimento vegetativo e participação da migração no crescimento populacional (em %) no Arranjo urbano-rural regional da laranja segundo municípios, 2000 e 2010.

No caso da *sub-região de Limeira* observamos que Engenheiro Coelho (72,77%), Jaguariúna (72,73%) e Holambra (67,95%) foram as cidades cuja contribuição da migração foi positiva, sendo a média do arranjo 30,82%. Já as cidades de Mococa (-482,71%), Tambaú (-871,35%) e Santa Rita do Passa Quatro (-123,25%), a migração contribuiu para o decréscimo populacional.

A *sub-região de Matão/Araraquara*, por sua vez, apresentava com maiores contribuições os casos de Araraquara (59,83%), Nova Europa (59,13%) e Ibitinga (54,42%), sendo a média da sub-região 35,63%. Enquanto que as cidades de Rincão (-1.060,24%), Taquaritinga (-96,99%) e Itajobi (-48,05%) apresentaram valores negativos.

A *sub-região de Bebedouro* possuía como maiores contribuições as cidades de Taiúva (428,57%), Embaúba (351,85%) e Monte Azul Paulista (327,76%), sendo a média da sub-região de 2,33%. Já as cidades que apresentavam contribuições negativas foram Bebedouro (-1.475,86%), Colômbia (-1.297,87%) e Colônia (-3,37%).

As tabelas 13, 14, 15 e 16 apresentam o Índice de Eficácia Migratória (IEM). Operacionalizado originalmente por Baeninger (2011; 2012), o IEM se apresenta conceitualmente inserido na conjuntura do capitalismo moderno e se correlaciona à existência simultânea de processos de emigração e de imigração em um mesmo tempo e espaço.

Baeninger (2012, p. 75) aponta que a rotatividade migratória se baseia na modificação da condição migratória nacional no século 21 pautada “[...] pela generalização do processo de urbanização, pelas modalidades migratórias e pelos reflexos da inserção na dinâmica global”.

Nesse sentido, o aumento da relação entre as esferas locais, regionais, nacionais e globais (BAENINGER, 1998) ocasionaram, em mesma medida, o surgimento de espaços urbanos privilegiados (SASSEN, 1994).

De acordo com Baeninger (2012) o IEM se fundamenta em dois pressupostos teóricos; o primeiro aponta a rotatividade migratória como parte integrante do processo de urbanização brasileira, já o segundo se refere a expansão do capitalismo articulado a alta circulação da força de trabalho, mercadorias e capital. Sob esta conjuntura ocorreu a constituição de um excedente populacional rotativo sincronizado as necessidades do capital e mediado pela inserção dos espaços da migração (BAENINGER, 2011; 2012) na divisão internacional do trabalho.

O acompanhamento dos movimentos emigratórios e imigratórios intra-arranjo, interestadual e intra-estadual foi realizado a partir da análise do quesito data-fixa do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

O objetivo de apreensão desta variável foi de sinalização de tendências migratórias, particularmente por termos ciência das possíveis distorções em relação ao tamanho da amostra, em especial no caso de pequenos e médios municípios.

Apontamos ainda que segundo Rigotti (2011) o tempo e o espaço são dois elementos fundamentais para captarmos os movimentos migratórios. Neste sentido, a escolha pelo quesito data-fixa permitiu, portanto, uma apreensão mais rebuscada do conceito de migração, principalmente, por possuir uma referência temporal.

A informação captada a partir da data-fixa se relaciona ao local de residência no início do intervalo, ou seja, em 31/07/2005, e permite o cálculo das medidas convencionais da migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório, ao mesmo tempo em que este quesito viabiliza o conhecimento do local de origem e destino.

O quesito data-fixa nos permitiu a operacionalização do Índice de Eficácia Migratória (IEM). O IEM mensura em linhas gerais, a retenção ou rotatividade migratória de uma área. Segundo Baeninger (2011; 2012) o índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de +1 maior a tendência de retenção, e conseqüentemente há um protagonismo da imigração, enquanto que se o índice for próximo a - 1, maior a probabilidade de evasão e simultaneamente ocorre o protagonismo da emigração. Nos casos em que há proximidade de 0, considera-se uma maior tendência a rotatividade.

Isto posto, observamos pela tabela 14 que a sub-região de Limeira apresentava os municípios de Jaguariúna (0,0), Holambra (0,04), Limeira (0,05), Santo Antônio da Posse (0,05), Porto Ferreira (0,09), Araras (-0,05) e Engenheiro Coelho (-0,11) como mais rotativos.

Já a sub-região de Matão/Araraquara possuía como mais rotativas as cidades de Borborema (0,0), Gavião Peixoto (0,06), Nova Europa (0,08) e Itápolis (-0,08), enquanto que as cidades de Matão (-0,57) e Araraquara (0,47) ainda que rotativas apresentavam tendência, respectivamente, a maior perda e retenção que o restante do arranjo. Na sub-região de Bebedouro, as cidades de Severina (0,09), Colina (0,09), Guaraci (-0,07) e Altair (-0,07) apresentavam como principais áreas rotativas, e Bebedouro (-0,25) como área rotativa com tendência a predominância de processos de emigração.

**TABELA 13** – Volume de emigrantes, imigrantes, trocas e Índice de Eficácia Migratória intra arranjo urbano-rural regional da laranja, segundo municípios, Estado de São Paulo, 2010

Municípios	Imigrantes	Emigrantes	Trocas (I-E)	Índice de Eficácia Migratória (I - E)/(I+E)
Aguai	564	333	231	0,26
Analândia	38	181	-143	-0,65
Araras	791	871	-80	-0,05
Artur Nogueira	590	917	-327	-0,22
Casa Branca	613	364	249	0,25
Conchal	711	430	281	0,25
Descalvado	560	404	156	0,16
Engenheiro Coelho	320	400	-80	-0,11
Holambra	595	554	41	0,04
Jaguariúna	476	474	2	0,00
Leme	698	944	-246	-0,15
Limeira	846	763	83	0,05
Mococa	494	209	285	0,41
Mogi Guaçu	1476	1010	466	0,19
Mogi Mirim	459	1363	-904	-0,50
Pirassununga	662	952	-290	-0,18
Porto Ferreira	803	666	137	0,09
Santa Cruz das Palmeiras	622	370	252	0,25
Santa Rita do Passa Quatro	261	453	-192	-0,27
Santo Antônio de Posse	442	403	39	0,05
Tambaú	466	327	139	0,18
Vargem Grande do Sul	203	302	-99	-0,20
Araraquara	2132	766	1366	0,47
Boa Esperança do Sul	161	299	-138	-0,30
Borborema	446	449	-3	0,00
Gavião Peixoto	172	152	20	0,06
Ibaté	224	421	-197	-0,31
Ibitinga	952	496	456	0,31
Itajobi	95	131	-36	-0,16
Itápolis	657	767	-110	-0,08
Matão	365	1328	-963	-0,57
Nova Europa	517	437	80	0,08
Novo Horizonte	301	245	56	0,10
Rincão	65	297	-232	-0,64
Santa Adélia	68	56	12	0,10
Tabatinga	432	621	-189	-0,18
Taquaritinga	373	495	-122	-0,14
Altair	144	167	-23	-0,07
Barretos	919	602	317	0,21
Bebedouro	638	1061	-423	-0,25
Cajobi	361	245	116	0,19
Catiguá	116	149	-33	-0,12
Colina	424	388	36	0,04
Colômbia	220	315	-95	-0,18
Embaúba	131	89	42	0,19
Guapiaçu	232	150	82	0,21
Guaraci	257	293	-36	-0,07
Monte Azul Paulista	416	681	-265	-0,24
Olímpia	533	787	-254	-0,19
Onda Verde	95	29	66	0,53
Paraíso	275	151	124	0,29
Pirangi	162	80	82	0,34
Severínia	278	234	44	0,09
Tabapuã	230	107	123	0,36
Taiúva	61	21	40	0,49
Terra Roxa	163	207	-44	-0,12
Viradouro	288	187	101	0,21

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq).

Nota: Não foi considerado a população carcerária.

Os pequenos volumes apresentam distorções em função da expansão da amostra. Por essa razão, são apresentados enquanto indicadores de tendências

**Fonte:** Demétrio (2017) – Tabela 22 – Volume de emigrantes, imigrantes, trocas e Índice de Eficácia Migratória intra arranjo urbano-rural regional da laranja, segundo municípios, Estado de São Paulo, 2010.

A Tabela 15 apresenta o índice de eficácia migratória por trocas intra-estaduais considerando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e o interior com exceção da RMSP e das trocas intra-arranjo. Assim, o arranjo urbano-rural regional da laranja apresentou-se como uma área com tendência a maior rotatividade em relação as trocas com o interior paulista (-0,05), e no caso da RMSP apresentou-se como área rotativa com tendência a retenção de população (0,49).

A sub-região de Limeira apresentou, na média, um comportamento semelhante em relação às trocas migratórias com o interior (-0,01) e com a RMSP (0,49). No que se refere aos municípios da sub-região observamos que Santo Antônio da Posse (1,00) apresentava-se como área de retenção populacional da RMSP, enquanto que Aguaí (0,07), Conchal (-0,09) como áreas de rotatividade. Limeira (0,48) apresentou-se como área de rotatividade com predominância de processos de imigração. As cidades de Holambra (0,02), Leme (-0,01) e Limeira (-0,07) apresentaram como áreas de rotatividade em relação as trocas migratórias com o interior.

A sub-região de Matão/Araraquara se caracterizou, no período, como uma área com tendência a rotatividade frente as trocas migratórias com o interior (-0,03) e a RMSP (0,36). Destacamos as cidades de Nova Esperança do Sul (1,00), Gavião Peixoto (1,00) e Nova Europa (1,00) como áreas de retenção das trocas com a RMSP, enquanto que Tabatinga (0,05), Santa Adélia (-0,10) e Matão (-0,10) eram áreas de rotatividade. Em referência as trocas com o interior as cidades de Ibitinga (-0,02), Gavião (0,04) e Ibaté (0,04) apresentavam-se como áreas de rotatividade e Matão (-0,43) e Araraquara (0,16) como áreas de rotatividade com predominância de processos de emigração e imigração respectivamente.

A sub-região de Bebedouro se caracterizou como área de maior rotatividade com o interior (-0,21) e como área tendência a retenção em relação as trocas com a RMSP (0,74). As cidades de Altair (1,00), Embáuba (1,00), Colômbia (1,00), Pirangi (1,00), Tapuã (1,00) e Terra Roxa (1,00) apresentaram-se como áreas com tendência a retenção da população proveniente da RMSP, enquanto que Bebedouro (0,56) ainda que mais rotativa também apresentou a predominância de processos de imigração. Já em relação ao interior as cidades de Catiguá (0,03), Paraíso (0,04) e Pirangi (-0,01) foram as áreas com maior índice de rotatividade.

**TABELA 14 – Volume de emigração e imigração intraestadual, trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM) no arranjo urbano-rural regional da laranja, 2010**

Municípios	Região Metropolitana de São Paulo						Interior (exceto RMSP e municípios da própria sub-região)						
	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas	IEM	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas	IEM	
Sub-região de Limeira	Aguai	227	1,58	198	4,05	29	0,07	413	2,10	628	3,15	-215	-0,21
	Analândia	118	0,82	7	0,14	111	0,89	351	1,79	305	1,53	46	0,07
	Araras	1.589	11,09	642	13,14	947	0,42	1.573	8,00	1.416	7,10	157	0,05
	Artur Nogueira	1.044	7,28	284	5,81	760	0,57	1.544	7,86	859	4,31	685	0,29
	Casa Branca	242	1,69	116	2,37	126	0,35	325	1,65	530	2,66	-205	-0,24
	Conchal	113	0,79	134	2,74	-21	-0,09	111	0,56	265	1,33	-154	-0,41
	Descalvado	241	1,68	132	2,70	109	0,29	471	2,40	507	2,54	-36	-0,04
	Engenheiro Coelho	395	2,76	90	1,84	305	0,63	508	2,58	197	0,99	311	0,44
	Holambra	243	1,70	47	0,96	196	0,68	573	2,92	556	2,79	17	0,02
	Jaguariúna	1.241	8,66	282	5,77	959	0,63	1.845	9,39	1.271	6,37	574	0,18
	Leme	614	4,28	341	6,98	273	0,29	912	4,64	936	4,69	-24	-0,01
	Limeira	2.264	15,80	786	16,09	1.478	0,48	3.750	19,08	4.305	21,58	-555	-0,07
	Mococa	564	3,94	405	8,29	159	0,16	839	4,27	1.470	7,37	-631	-0,27
	Mogi Guaçu	1.836	12,81	361	7,39	1.475	0,67	1.786	9,09	2.177	10,91	-391	-0,10
	Moji Mirim	1.104	7,70	316	6,47	788	0,55	1.418	7,21	629	3,15	789	0,39
	Pirassununga	1.128	7,87	349	7,14	779	0,53	1.018	5,18	1.214	6,09	-196	-0,09
	Porto Ferreira	407	2,84	49	1,00	358	0,79	415	2,11	677	3,39	-262	-0,24
	Santa Cruz das Palmeiras	59	0,41	67	1,37	-8	-0,06	47	0,24	373	1,87	-326	-0,78
	Santa Rita do Passa Quatro	435	3,04	103	2,11	332	0,62	263	1,34	374	1,87	-111	-0,17
	Santo Antônio de Posse	153	1,07	0	0,00	153	1,00	573	2,92	250	1,25	323	0,39
Tambáú	18	0,13	26	0,53	-8	-0,18	30	0,15	222	1,11	-192	-0,76	
Vargem Grande do Sul	296	2,07	151	3,09	145	0,32	890	4,53	787	3,95	103	0,06	
<b>Total sub-região Limeira</b>	<b>14.331</b>	<b>100,00</b>	<b>4.886</b>	<b>100,00</b>	<b>9.445</b>	<b>0,49</b>	<b>19.655</b>	<b>100,00</b>	<b>19.948</b>	<b>100,00</b>	<b>-293</b>	<b>-0,01</b>	
Sub-região de Matão/Araraquara	Araraquara	2707	49,95	1.071	41,61	1.636	0,43	5.647	46,26	4.130	31,86	1.517	0,16
	Boa Esperança do Sul	20	0,37	0	0,00	20	1,00	350	2,87	536	4,14	-186	-0,21
	Borborema	131	2,42	5	0,19	126	0,93	370	3,03	338	2,61	32	0,05
	Gavião Peixoto	10	0,18	0	0,00	10	1,00	72	0,59	67	0,52	5	0,04
	Ibaté	233	4,30	55	2,14	178	0,62	935	7,66	869	6,70	66	0,04
	Ibitinga	661	12,20	141	5,48	520	0,65	1.035	8,48	1.083	8,36	-48	-0,02
	Itajobi	109	2,01	44	1,71	65	0,42	517	4,23	417	3,22	100	0,11
	Itápolis	381	7,03	263	10,22	118	0,18	468	3,83	606	4,68	-138	-0,13
	Matão	299	5,52	368	14,30	-69	-0,10	577	4,73	1.437	11,09	-860	-0,43
	Nova Europa	36	0,66	0	0,00	36	1,00	157	1,29	58	0,45	99	0,46
	Novo Horizonte	360	6,64	323	12,55	37	0,05	788	6,45	1.030	7,95	-242	-0,13
	Rincão	39	0,72	10	0,39	29	0,59	289	2,37	312	2,41	-23	-0,04
	Santa Adélia	55	1,01	45	1,75	10	0,10	401	3,28	922	7,11	-521	-0,39
	Tabatinga	97	1,79	87	3,38	10	0,05	86	0,70	221	1,70	-135	-0,44
Taquaritinga	281	5,19	162	6,29	119	0,27	516	4,23	936	7,22	-420	-0,29	
<b>Total Sub-região Matão</b>	<b>5.419</b>	<b>100,00</b>	<b>2.574</b>	<b>100,00</b>	<b>2.845</b>	<b>0,36</b>	<b>12.208</b>	<b>100,00</b>	<b>12.962</b>	<b>100,00</b>	<b>-754</b>	<b>-0,03</b>	
Sub-região de Bebedouro	Altair	3	0,09	0	0,00	3	1,00	128	2,05	161	1,69	-33	-0,11
	Barretos	1312	40,92	162	33,13	1.150	0,78	1201	19,26	2.269	23,78	-1.068	-0,31
	Bebedouro	393	12,26	110	22,49	283	0,56	693	11,11	1.112	11,65	-419	-0,23
	Cajobi	115	3,59	9	1,84	106	0,85	87	1,40	192	2,01	-105	-0,38
	Catiguá	70	2,18	3	0,61	67	0,92	335	5,37	316	3,31	19	0,03
	Colina	152	4,74	40	8,18	112	0,58	163	2,61	209	2,19	-46	-0,12
	Colômbia	33	1,03	0	0,00	33	1,00	83	1,33	116	1,22	-33	-0,17
	Embaúba	2	0,06	0	0,00	2	1,00	31	0,50	144	1,51	-113	-0,65
	Guapiaçu	154	4,80	10	2,04	144	0,88	827	13,26	555	5,82	272	0,20
	Guaraci	41	1,28	13	2,66	28	0,52	200	3,21	405	4,24	-205	-0,34
	Monte Azul Paulista	148	4,62	40	8,18	108	0,57	155	2,49	635	6,65	-480	-0,61
	Olímpia	207	6,46	32	6,54	175	0,73	747	11,98	1.405	14,72	-658	-0,31
	Onda Verde	39	1,22	0	0,00	39	1,00	242	3,88	272	2,85	-30	-0,06
	Paraíso	13	0,41	20	4,09	-7	-0,21	266	4,27	246	2,58	20	0,04
	Pirangi	4	0,12	0	0,00	4	1,00	411	6,59	420	4,40	-9	-0,01
	Severínia	90	2,81	24	4,91	66	0,58	38	0,61	231	2,42	-193	-0,72
	Tabapuã	175	5,46	0	0,00	175	1,00	354	5,68	281	2,94	73	0,11
Taiúva	79	2,46	9	1,84	70	0,80	129	2,07	183	1,92	-54	-0,17	
Terra Roxa	59	1,84	0	0,00	59	1,00	89	1,43	57	0,60	32	0,22	
Viradouro	117	3,65	17	3,48	100	0,75	57	0,91	333	3,49	-276	-0,71	
<b>Total Sub-região Bebedouro</b>	<b>3.206</b>	<b>100,00</b>	<b>489</b>	<b>100,00</b>	<b>2.717</b>	<b>0,74</b>	<b>6.236</b>	<b>100,00</b>	<b>9.542</b>	<b>100,00</b>	<b>-3.306</b>	<b>-0,21</b>	
<b>Total Intraestadual Arranjo Urbano-Rural Regional da Laranja</b>	<b>22.956</b>		<b>7.949</b>		<b>15.007</b>	<b>0,49</b>	<b>38.099</b>		<b>42.452</b>		<b>-4.353</b>	<b>-0,05</b>	

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq).

Nota: Não foi considerado população carcerária

Não foram considerados os casos de município de residência em julho de 2005 ignorado.

Os pequenos números apresentam distorções em função da expansão da amostra. Por essa razão, são apresentados enquanto indicadores de tendências.

Fonte: Demétrio (2017) – Tabela 23 – Volume de emigração e imigração intraestadual, trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM) do arranjo urbano-rural regional da laranja, 2010.

A Tabela 16 contém os índices de eficácia migratória do arranjo urbano-rural regional da laranja considerando as trocas inter-regionais por sub-região.

Notamos que no caso das trocas com a região norte, o arranjo (0,13) apresentou-se como área de rotatividade, com destaque para a sub-região de Limeira (0,06). Já em relação a região nordeste ainda que o arranjo (0,71) tendeu a se apresentar como área de rotatividade com tendência a retenção, principalmente no caso das sub-regiões de Matão/Araraquara (0,78) e de Bebedouro (0,78).

A região sudeste, com exceção da RMSP, apresentou trocas migratórias com tendência a rotatividade na média do arranjo (0,16), particularmente no caso da sub-região de Bebedouro (-0,08). A região sul apresentou trocas migratórias também com tendência a rotatividade na média (0,03) e em todas as sub-regiões. A região centro-oeste, por sua vez, apresentou trocas migratórias na média do arranjo (0,16) com tendência a rotatividade, excepcionalmente no caso da sub-região de Matão/Araraquara (0,62) a qual se apresentou como área com tendência a maior retenção populacional.

A Tabela 17 apresenta os índices de eficácia migratória das trocas migratórias com o Nordeste por município e sub-região do arranjo da laranja. A sub-região de Limeira (0,66) apresentou-se na média como área de rotatividade com protagonismo de processos de imigração, sendo que Tambaú (-1,00) apresentou-se como área de evasão e Conchal (1,00), Descalvado (1,00) e Engenheiro Coelho (1,00) como áreas de retenção.

No que concerne a sub-região de Matão/Araraquara observamos a tendência de rotatividade (0,78) com destaque aos processos de imigração, com destaques para as cidades de Ibitinga (0,94), Matão (0,88) e no caso de retenção populacional sinalizamos os casos de Gavião Peixoto (1,00) e Tabatinga (1,00), já a cidade de Rincão (-0,36) se caracterizou como área de rotatividade com predominância de processos de emigração. Por fim, a sub-região de Bebedouro (0,77) se caracterizou como área de rotatividade com predominância de processos de imigração. A cidade de Severina (1,00) se apresentou como área de retenção, enquanto que as cidades de Guapiaçu (0,98), Terra Roxa (0,97) Monte Azul Paulista (0,95), Catiguá (0,95) apresentaram como áreas com tendência a retenção populacional, enquanto Paraíso (-0,11) foi a área mais rotativa.

**TABELA 15** – Volume de emigração e imigração interestadual, trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Arranjo urbano-rural regional da laranja, segundo subregião de Limeira, Matão/Araraquara e Bebedouro, 2005/2010

	Municípios	Imigrantes	Emigrantes	Trocas	IEM
REGIÃO NORTE	Arranjo Limeira	890	791	99	0,06
	Arranjo Matão/Araraquara	297	188	109	0,22
	Arranjo Bebedouro	474	312	162	0,21
	<b>Total Arranjo Urbano-Rural Regional da Laranja</b>	<b>1.661</b>	<b>1.291</b>	<b>370</b>	<b>0,13</b>
REGIÃO NORDESTE	Arranjo Limeira	14.680	3.005	11.675	0,66
	Arranjo Matão/Araraquara	7.661	937	6.724	0,78
	Arranjo Bebedouro	5.710	736	4.974	0,77
	<b>Total Arranjo Urbano-Rural Regional da Laranja</b>	<b>28.051</b>	<b>4.678</b>	<b>23.373</b>	<b>0,71</b>
REGIÃO SUDESTE (exceto SP)	Arranjo Limeira	9.251	6.028	3.223	0,21
	Arranjo Matão/Araraquara	1.749	1.102	647	0,23
	Arranjo Bebedouro	2.119	2.465	-346	-0,08
	<b>Total Arranjo Urbano-Rural Regional da Laranja</b>	<b>13.119</b>	<b>9.595</b>	<b>3.524</b>	<b>0,16</b>
REGIÃO SUL	Arranjo Limeira	3.752	3.295	457	0,06
	Arranjo Matão/Araraquara	1.770	1.931	-161	-0,04
	Arranjo Bebedouro	741	642	99	0,07
	<b>Total Arranjo Urbano-Rural Regional da Laranja</b>	<b>6.263</b>	<b>5.868</b>	<b>395</b>	<b>0,03</b>
REGIÃO CENTRO-OESTE	Arranjo Limeira	1.213	2.153	-940	-0,28
	Arranjo Matão/Araraquara	4.317	1.001	3.316	0,62
	Arranjo Bebedouro	772	1.417	-645	-0,29
	<b>Total Arranjo Urbano-Rural Regional da Laranja</b>	<b>6.302</b>	<b>4.571</b>	<b>1.731</b>	<b>0,16</b>
TOTAL	Arranjo Limeira	29.786	15.272	14.514	0,32
	Arranjo Matão/Araraquara	15.794	5.159	10.635	0,51
	Arranjo Bebedouro	9.816	5.572	4.244	0,28
	<b>Interestadual</b>	<b>55.396</b>	<b>26.003</b>	<b>29.393</b>	<b>0,36</b>

**Fonte:** FIBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq)

**Nota:** Não foi considerado população carcerária

Não foram considerados os casos de município de residência em julho de 2005 ignorado.

Os pequenos números apresentam distorções em função da expansão da amostra. Por essa razão, são apresentados enquanto indicadores de tendências.

**Fonte:** Demétrio (2017) – Tabela 24 – Volume de emigração e imigração interestadual, trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Arranjo urbano-rural regional da laranja, segundo subregião de Limeira, Matão/Araraquara e Bebedouro, 2005/2010.

**TABELA 16** – Volume de emigração e imigração interestadual (apenas Região Nordeste), trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2005/2010

	Municípios	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Trocas	IEM
Sub-região de Limeira	Aguai	446	3,04	60	2,00	386	0,76
	Analândia	105	0,72	8	0,27	97	0,86
	Araras	1.575	10,73	242	8,05	1.333	0,73
	Artur Nogueira	499	3,40	35	1,16	464	0,87
	Casa Branca	58	0,40	12	0,40	46	0,66
	Conchal	387	2,64	31	1,03	356	0,85
	Descalvado	167	1,14	14	0,47	153	0,85
	Engenheiro Coelho	694	4,73	46	1,53	648	0,88
	Holambra	322	2,19	38	1,26	284	0,79
	Jaguariúna	937	6,38	158	5,26	779	0,71
	Leme	2.705	18,43	539	17,94	2.166	0,67
	Limeira	1.306	8,90	688	22,90	618	0,31
	Mococa	253	1,72	64	2,13	189	0,60
	Mogi Guaçu	576	3,92	122	4,06	454	0,65
	Moji Mirim	776	5,29	159	5,29	617	0,66
	Pirassununga	856	5,83	403	13,41	453	0,36
	Porto Ferreira	715	4,87	79	2,63	636	0,80
	Santa Cruz das Palmeiras	1.814	12,36	168	5,59	1.646	0,83
	Santa Rita do Passa Quatro	72	0,49	8	0,27	64	0,80
	Santo Antônio de Posse	122	0,83	51	1,70	71	0,41
Tambaú	0	0,00	12	0,40	-12	-1,00	
Vargem Grande do Sul	295	2,01	68	2,26	227	0,63	
<b>Total sub-região Limeira</b>	<b>14.680</b>	<b>100,00</b>	<b>3.005</b>	<b>100,00</b>	<b>11.675</b>	<b>0,66</b>	
Sub-região Matão/Araraquara	Araraquara	1.710	22,32	377	40,23	1.333	0,64
	Boa Esperança do Sul	129	1,68	32	3,42	97	0,60
	Borborema	455	5,94	32	3,42	423	0,87
	Gavião Peixoto	56	0,73	0	0,00	56	1,00
	Ibaté	1.005	13,12	140	14,94	865	0,76
	Ibitinga	954	12,45	28	2,99	926	0,94
	Itápolis	366	4,78	22	2,35	344	0,89
	Matão	885	11,55	55	5,87	830	0,88
	Nova Europa	165	2,15	44	4,70	121	0,58
	Novo Horizonte	743	9,70	35	3,74	708	0,91
	Rincão	70	0,91	149	15,90	-79	-0,36
	Santa Adélia	294	3,84	5	0,53	289	0,97
	Tabatinga	465	6,07	0	0,00	465	1,00
	Taquaritinga	364	4,75	18	1,92	346	0,91
<b>Total sub-região Matão/Araraquara</b>	<b>7.661</b>	<b>100,00</b>	<b>937</b>	<b>100,00</b>	<b>6.724</b>	<b>0,78</b>	
Sub-região Bebedouro	Altair	228	3,99	21	2,85	207	0,83
	Barretos	913	15,99	219	29,76	694	0,61
	Bebedouro	56	0,98	47	6,39	9	0,09
	Cajobi	337	5,90	21	2,85	316	0,88
	Catiguá	171	2,99	4	0,54	167	0,95
	Colina	165	2,89	54	7,34	111	0,51
	Colômbia	49	0,86	5	0,68	44	0,81
	Embaúba	65	1,14	25	3,40	40	0,44
	Guapiaçu	749	13,12	9	1,22	740	0,98
	Guaraci	474	8,30	17	2,31	457	0,93
	Monte Azul Paulista	147	2,57	4	0,54	143	0,95
	Olimpia	612	10,72	48	6,52	564	0,85
	Onda Verde	74	1,30	9	1,22	65	0,78
	Paraíso	43	0,75	54	7,34	-11	-0,11
	Pirangi	132	2,31	10	1,36	122	0,86
	Severínia	511	8,95	0	0,00	511	1,00
	Tabapuã	199	3,49	60	8,15	139	0,54
Taiúva	93	1,63	4	0,54	89	0,92	
Terra Roxa	288	5,04	4	0,54	284	0,97	
Viradouro	404	7,08	121	16,44	283	0,54	
<b>Total sub-região Bebedouro</b>	<b>5.710</b>	<b>100,00</b>	<b>736</b>	<b>100,00</b>	<b>4.974</b>	<b>0,77</b>	
<b>Total arranjo urbano-rural regional da laranja</b>		<b>28.051</b>		<b>4.678</b>		<b>23.373</b>	<b>0,71</b>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq).

Nota: Não foi considerado população carcerária

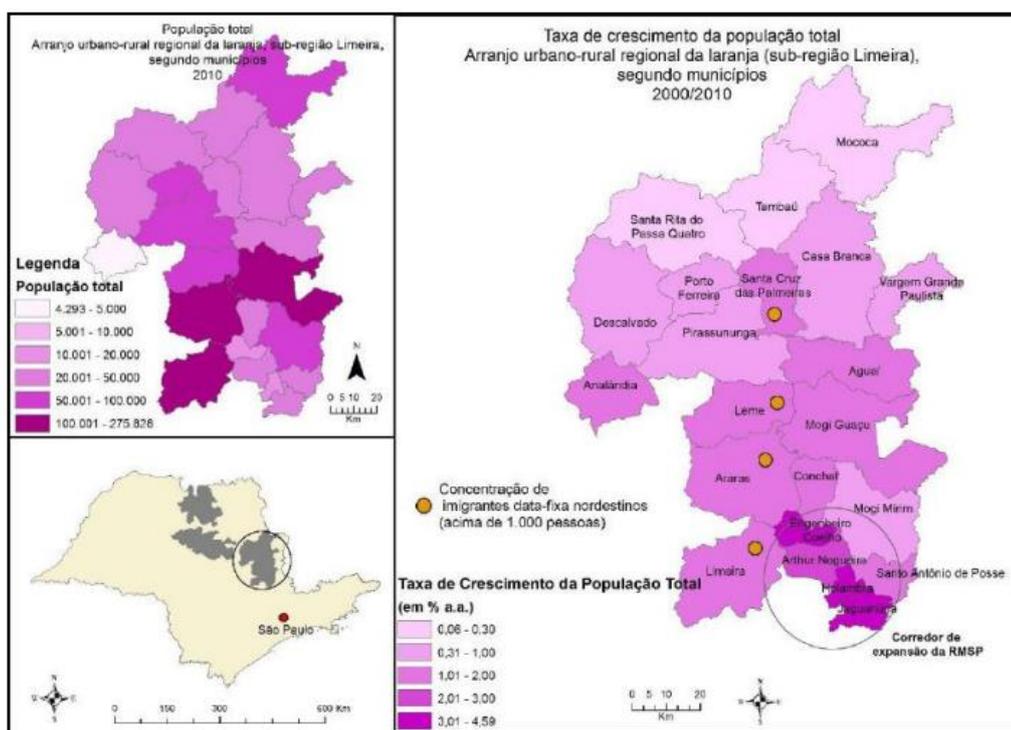
Não foram considerados os casos de município de residência em julho de 2005 ignorado.

Os pequenos números apresentam distorções em função da expansão da amostra. Por essa razão, são apresentados enquanto indicadores de tendências.

**Fonte:** Demétrio (2017) – Tabela 25 – Volume de emigração e imigração interestadual (apenas Região Nordeste), trocas e Índice de Eficácia Migratória (IEM), Arranjo urbano-rural regional da laranja, 2005/2010.

Visualizamos ainda através das figuras 20, 21 e 22 o impacto da migração interna, via quesito data-fixa, em 2010 no crescimento dos municípios integrantes das sub-regiões do arranjo da laranja.

**FIGURA 20** – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.) Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Limeira, segundo municípios 2000 e 2010



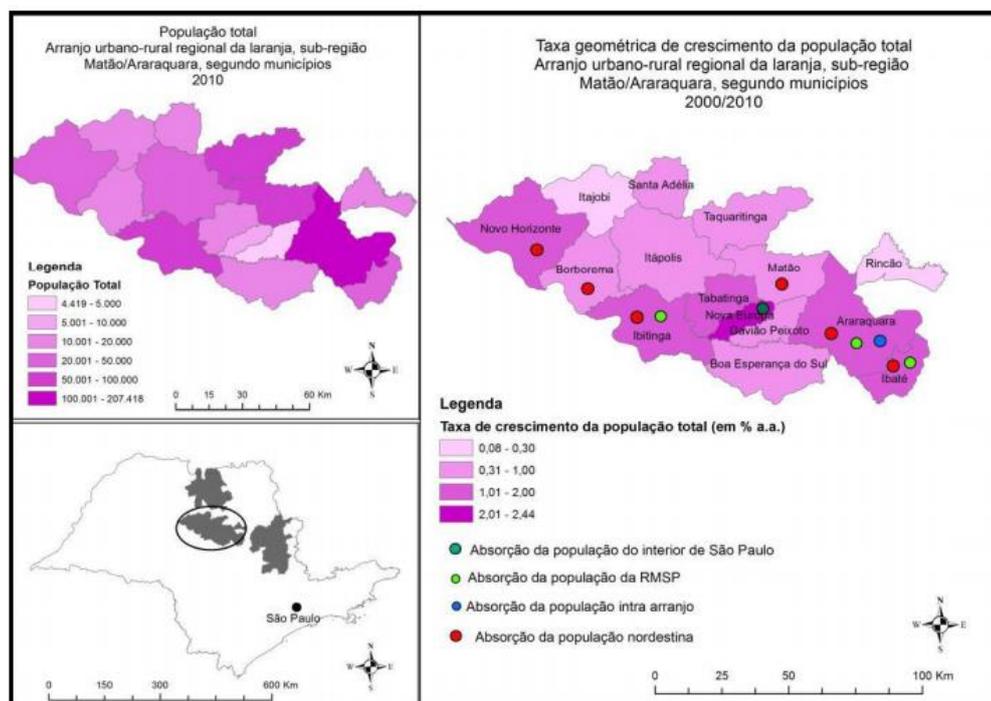
Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Nota: Não foi considerado população carcerária.

Fonte: Demétrio (2017) – Mapa 23 – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.) Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Limeira, segundo municípios, 2000 e 2010.

No caso da sub-região de Limeira notamos que a presença da migração nordestina se localizava nas cidades de Limeira, Araras, Leme e Santa Cruz das Palmeiras. Já na sub-região de Matão/Araraquara a população nordestina encontrava-se nas cidades de Novo Horizonte, Borborema, Matão, Ibitinga e Ibaté. Enquanto que a migração proveniente da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) direcionou-se as cidades de Araraquara, Ibaté e Ibitinga. Além disso, a migração intra-arranjo da laranja destinou-se maciçamente em Araraquara.

Por fim, a sub-região de Bebedouro apresentava a população nordestina residente em Barretos, Guapiaçu, Severina e Guaraci, enquanto que a proveniente da RMSP se localizava em Barretos, Olímpia, Cajobi e Bebedouro, e a originária de movimentos intra-arranjo centralizava-se em Onda Verde.

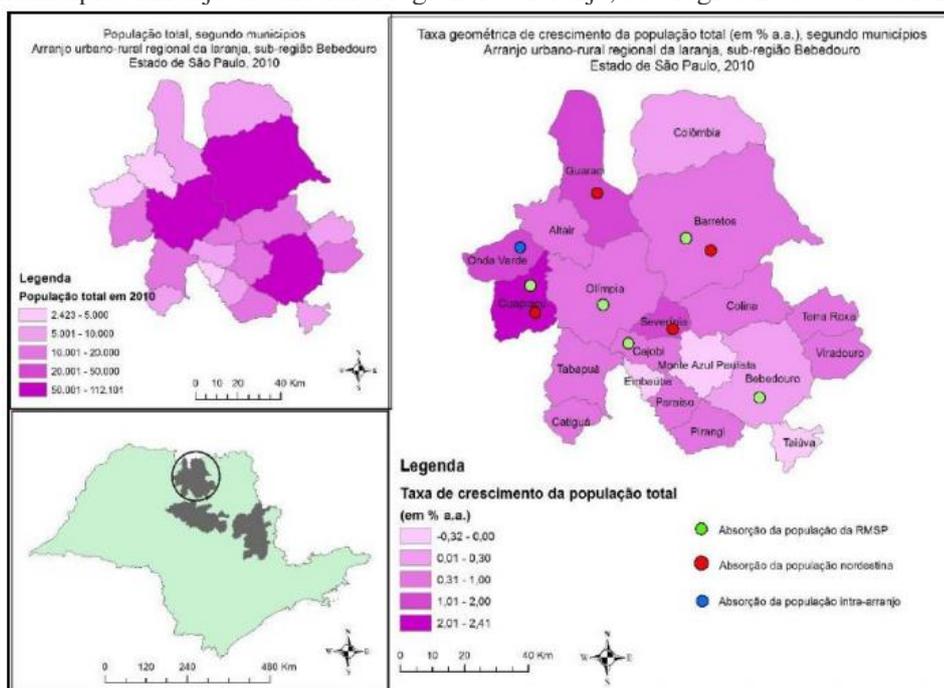
**FIGURA 21** – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.) Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Matão/Araraquara, segundo municípios 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Nota: Não foi considerado população carcerária.

**Fonte:** Demétrio (2017) – Mapa 24 – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.) Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Matão/Araraquara, segundo municípios, 2000 e 2010.

**FIGURA 22** – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.), segundo municípios Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Bebedouro/SP 2000 e 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Nota: Não foi considerado população carcerária.

**Fonte:** Demétrio (2017) – Mapa 25 – População total e taxa geométrica de crescimento da população total (em % a.a.), segundo municípios Arranjo urbano-rural regional da laranja, sub-região Bebedouro/SP, 2000 e 2010.



**Fonte:** PEREIRA, G. G. (2012). Jardim Popular, Matão/SP. Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

## CAPÍTULO 4 – PERIFERIAS MIGRANTES: OS ESPAÇOS DA MIGRAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CITRÍCOLA

---

*Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais.*

(MARTINS, 1986, p. 45).

### 4.1 Migrações, agronegócio e cidades: as idas e vindas dos trabalhadores rurais migrantes

---

O presente capítulo possui como objetivo o entendimento dos espaços migratórios (BAENINGER, 2012) estruturados pelo deslocamento temporário dos trabalhadores rurais migrantes (MACIEL, 2016) e sua interface com o agronegócio citrícola. Nossas reflexões serão balizadas pelo estudo de caso do município de Matão, localizado na sub-região Matão/Araraquara do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017), e classificado pela literatura como cidade do agronegócio citrícola (ELIAS, 2003; ELIAS; PEQUENO, 2006; PEREIRA, 2015).

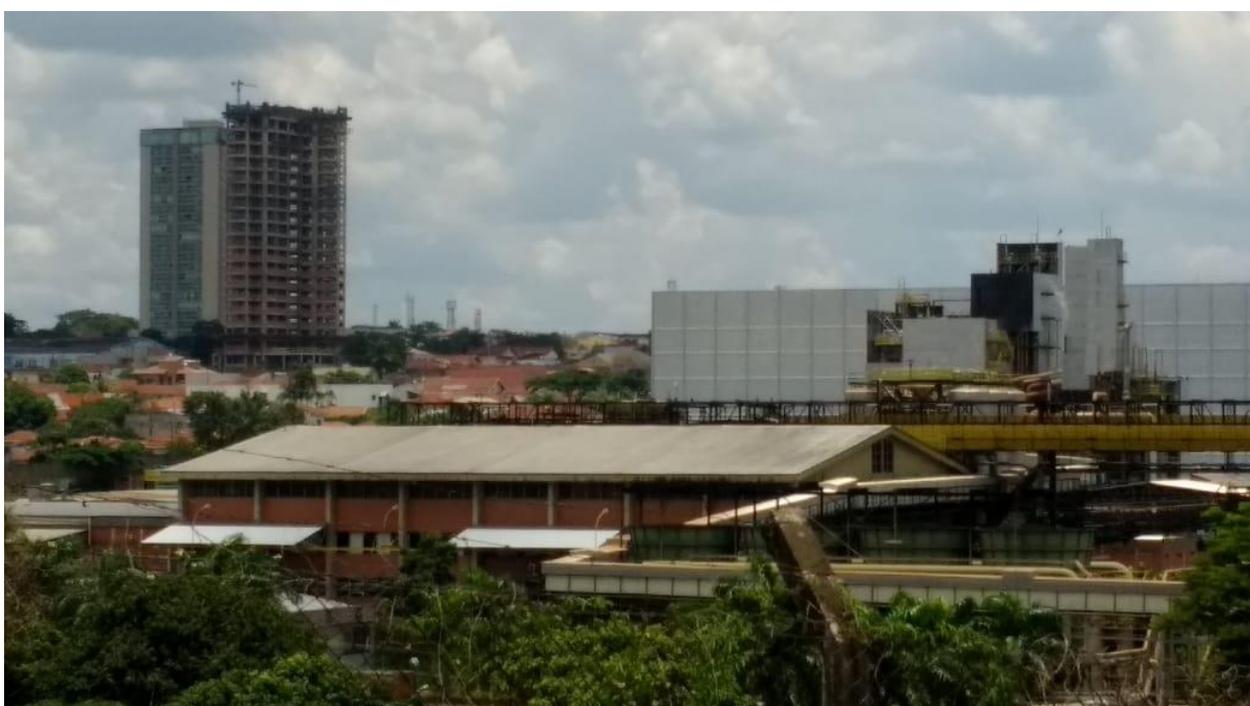
O estudo dos desdobramentos das ações e estratégias do agronegócio citrícola, do poder público municipal, da elite do agronegócio e dos trabalhadores rurais migrantes no espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001) da cidade paulista nos permite a construção de uma análise da esfera local sincronizada as dinâmicas globais. Matão se apresenta desde meados do século 20 como locus privilegiado de atuação do capital agrícola internacional, tendo seus processos de urbanização e de crescimento demográfico e econômico alicerçados na consolidação e expansão das atividades agroindustrial ligadas a citricultura, ao setor alimentício e ao maquinário agrícola.

A cidade possui em seu parque industrial importantes representantes da indústria metalúrgica, responsáveis pela sustentação tecnológica e mecânica do agronegócio brasileiro e global. Destacam-se as empresas Baldan Implementos Agrícolas e a Marchesan Implementos Agrícolas.

De acordo com Elias (2003, p. 128), “a Baldan é a primeira indústria de implementos agrícolas do Brasil”, enquanto que a Marchesan, “[...] originou-se da Baldan, visto que no final da década de 1940 dois de seus funcionários resolveram fundar seu próprio negócio, a partir da experiência acumulada nessa última empresa”.

Ambas as empresas, assim como a Citrosuco Paulista, são “indústrias originárias de capitais locais que perceberam oportunidades de investimentos, reconfigurando a funcionalidade da cidade de Matão” (CÔRREA, 2006, p. 269). Elias e Pequeno (2006) apontam que a elite agrária local se formou através do regime de parcerias no século 19, sendo constituída até os dias atuais por descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos, espanhóis e portugueses. Essa elite foi também responsável pela formação do quadro industrial (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015).

**FIGURA 23** – Parte da Citrosuco Paulista em Matão, 2018



Fonte: PEREIRA, G. G (2018). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

As especializações produtivas, em âmbito regional e local, delineiam os espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001) através do uso do solo como espaço produtivo (SINGER, 1982). A cadeia produtiva do agronegócio apresenta espacialidades próprias, bem como, o uso estratégico do espaço, assim no caso da citricultura em Matão, observamos que a citricultura e o parque industrial municipal consolidado pelo agronegócio condicionaram o processo de urbanização corporativa (ELIAS, 2003; CASTILLO, 2013).

Elias (2013, p. 208) aponta que os desdobramentos da atuação do agronegócio na reestruturação do interior de pequenas e médias cidades ocorre a partir do “[...] reforço das grandes empresas associadas às redes agroindustriais como agentes produtores e gestores do espaço agrícola, urbano e regional”.

Notamos durante nossas incursões de campo que a Citrusuco Paulista localizada no centro do município paulista teve o crescimento de sua infraestrutura, inclusive, articulada a permuta de ruas públicas com terrenos mais periféricos (PEREIRA, 2015). O “cheiro de laranja” característico da região anuncia-nos desde o momento em que chegamos à cidade sua vocação, e a forte presença do setor citrícola. Afirmamos ainda que a atuação das empresas citrícolas, da indústria de alimentos, e das metalúrgicas não é meramente resultante da ação de sociedades anônimas e do capital “aberto”, mas também da ação de uma elite agrária local.

Côrrea (2006) destaca que as elites locais tendem a fortalecer ou até mesmo criar “especializações produtivas” em pequenas e médias cidades como estratégia de manutenção de seu status social e econômico.

Heredia; Palmeira e Leite (2010), ao propor o estudo da sociedade do agronegócio, apontam que as relações imbricadas no cotidiano de municípios beneficiados economicamente pela expansão ou consolidação do agronegócio no território brasileiro têm na migração interna, bem como, na convivência de distintos fluxos a produção de novas espacialidades e significados (MACIEL, 2016):

A primeira impressão que se tem é que essas classificações servem para agrupar, em dois conjuntos distintos, proprietários rurais e outros agentes sociais ligados ao mundo do agronegócio em oposição a migrantes nordestinos vinculados ao mundo do trabalho [...] a consideração dessa complexidade leva-nos a questionar a ideia de que esse encontro de populações possa ser explicado simplesmente em torno de conexões causais lineares, como a suposição de que o agronegócio, abrindo perspectiva de lucro para uns e de emprego para outros, estaria atraindo excedentes populacionais de outras regiões. Pelo menos nas áreas que estudamos os “fluxos migratórios” não parecem ser exatamente complementares. Os próprios grandes conjuntos em que a sociedade se vê dividida não preexistem à sua convivência, ainda que algumas oposições entre as categorias que são acionadas e dos atributos positivos ou negativos que a eles se associam pudessem existir previamente (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010, p. 171).

A migração constitui, portanto, parte ativa da criação de novas espacialidades e da dinâmica social, no que diz respeito a sociedade do agronegócio. Atuando desde a formação de uma elite agrária até a manutenção do protagonismo da mão de obra migrante no trabalho rural manual no interior do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que viabiliza a constituição e retroalimenta as periferias migrantes nos espaços urbanos do “cá” e rurais do “lá”.

Os “murmurinhos” que anunciam a chegada dos trabalhadores rurais migrantes do Estado do Piauí em Matão se iniciam entre os meses de março e abril, momentos anteriores ao início da safra da laranja que tem seu pico de produção e contratação em junho. Anualmente

é possível observar o aumento da circulação destes trabalhadores em espaços diferentes da cidade, particularmente na feira do Bosque, aos domingos, e durante a semana, no centro da cidade.

As idas e vindas de piauienses, da cidade de Jaicós/PI e de municípios limítrofes, para a cidade de Matão iniciou-se em meados da década de 1960 entrelaçada a empregos urbanos em “chão de fábrica” e em decorrência da comercialização de máquinas de arado e implementos agrícolas da Baldan e da Marchesan, e de produtos da Predilecta Alimentos no município piauiense (PEREIRA, 2015):

A primeira pessoa que foi daqui pra Matão foi na década de 1960, 1968 por aí. [...]. Naquela época o pessoal ia pra Baldan, ai depois pra TATU [Marchesan]. Ai quando chegava aqui pra comprar um arado, eles diziam que queria um do peixe, porque depois por conhecimento descobriram o que era o símbolo do peixe né? Ai quem ia comprar o produto da Marchesan queria um do TATU porque “era o melhor que tinha”. Isso facilita o costume que era [assimilar a empresa] do TATU. [...] Inclusive se você anda por interior [comunidades rurais] aí, tem muita coisa, muito produto que vem de Matão. Vem direto, vem o açúcar, muitos implementos agrícolas vêm de Matão, vem compressor da Bambozzi [...]. Todo mercado que você chegar aqui você vai ver, no comércio você vai encontrar os produto do Tatu, da Predilecta, [inaudível] tem o doce também, tem a goiabada, tudo os produto da Predilecta quase tem. (Entrevista<sup>54</sup> realizada com morador de Jaicós no dia 16/12/2013).

Notamos por esta entrevista e pelas pesquisas de campo realizadas em Matão/SP e em Jaicós/PI, entre 2011 e 2015, que as migrações temporárias associadas ao trabalho manual do agronegócio nos espaços das metalúrgicas e das agroindústrias foram se consolidando historicamente desde 1960.

A cidade de Jaicós localiza-se na região do Alto Médio Canindé e possuía, em 2010, 18.035 habitantes. O município contava com vinte e duas comunidades rurais e com menos de dez bairros localizados em seu perímetro urbano (Quadro 3).

Com uma economia voltada basicamente para agricultura de subsistência e para o setor de serviços, a cidade jaicoense tornou-se ponto de redistribuição populacional de cidades limítrofes como Padre Marcos/PI, Massapê do Piauí/PI e Patos/PI, por conta de centralizar a maior parte das “agências” de viagem, para as cidades da região metropolitana e do interior do Estado de São Paulo, assim como, para o Distrito Federal e para Goiás.

---

<sup>54</sup> Todas as entrevistas contidas neste capítulo foram realizadas em um momento anterior a Resolução 510 de 2016, que dispõe acerca das normas adotadas em pesquisas das áreas de Ciências Humanas e Sociais. Ademais já encontram-se citadas e publicadas em Pereira (2015) e Maciel (2016). Todos os nomes dos entrevistados foram trocados com o objetivo de preservar sua identidade.

**QUADRO 3** – Principais comunidades rurais e bairros em Jaicós/PI, 2010

Principais Comunidades do perímetro Rural	Principais Bairros do perímetro urbano
1. Saco da Serra	1. Serranópolis
2. Esquisito	2. Nossa Senhora das Mercês
3. Croazal	3. Nova Olinda
4. Várzea Queimada	4. João Melé
5. Baliza	5. Bonsucesso
6. Santo Antônio	6. Centro
7. Morro Vermelho	
8. Umburanal	
9. Tanquinho	
10. Gameleira	
11. Antonino	
12. Morro da Picada	
13. Barreiro	
14. Jacu	
15. Santana Ie II	
16. Tiririca	
17. Pau Ferro	
18. Boi Morto	
19. Pau do Enxui	
20. Serrota	
21. Calderão do Meio	
22. Tanque dos Batistas	

**Fonte:** IBGE (Carta Cartográfica, 2010); Maciel (2016) – Quadro 2 – “Interiores” e bairros de Jaicós a partir da Carta cartográfica (IBGE, 2010).

As idas e vindas dos trabalhadores migrantes para empregos rurais e urbanos temporários foram historicamente sinalizadas como partes integrantes das estratégias de reprodução familiar (DURHAM, 1984; SILVA, 1999; MENEZES, 2009; MACIEL, 2013). Entretanto pontuamos que:

Esta circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário, o caminho de fechar o círculo não é igual ao caminho de iniciá-lo, porque a circularidade não ocorre uma única vez. Em muitos casos, ela acontece durante quase toda a vida destes agentes sociais. Neste sentido, ela é permanente e o migrante temporário é permanente temporário. Este é seu destino (MENEZES, 2012, p. 26).

Martins (1986, p. 49), por sua vez, aponta que “se, em termos demográficos, a duração – o *temporário* – é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de *ausência*”.

As relações entre os espaços da migração (BAENINGER, 2012), sejam estes rurais ou urbanos, se apresentam, deste modo, tanto através da temporalidade do deslocamento para safra dos trabalhadores rurais migrantes, quanto por suas ausências físicas acompanhadas das presenças sociais (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016) engendrando novas espacialidade (MACIEL, 2016).

As estratégias de reprodução familiar que conectam o “lá” e o “cá” do processo migratório estudado nos remetem a duas políticas sociais nacionais: o Programa Bolsa-Família (PBF) e ao Seguro-Desemprego.

A migração para o trabalho rural assalariado na colheita da laranja no interior paulista possibilitou, para muitos dos entrevistados, o primeiro acesso ao mercado de trabalho formal<sup>55</sup> e, conseqüentemente, aos direitos trabalhistas como o seguro-desemprego. Este benefício é assegurado pelo governo federal pelo artigo n. 7 dos Direitos Sociais previstos pela Constituição Federal de 1988, e criado pelo Decreto n. 2.284 de 1986. O objetivo do seguro é a garantia da assistência financeira ao trabalhador demitido sem justa causa por período de tempo determinado, se caracterizando como uma assistência temporária e sendo suspenso em caso de nova admissão formal.

Com o intuito de garantir o seguro, os trabalhadores rurais migrantes preferiam o trabalho registrado em carteira ao invés das plantações de “fundo de quintal”. Em alguns casos até mesmo trabalhavam, durante o mesmo ano-safra, em empresas diferentes para conseguirem o tempo mínimo de contribuição. Todavia, destacamos que a partir da modificação da condição de acesso ao seguro-desemprego, em 2017, que aumentou a exigência de 6 para 18 meses de emprego registrado nos últimos 24 meses<sup>56</sup>, os trabalhadores rurais migrantes potencialmente terão maiores dificuldades em garantir a assistência trabalhista.

Como podemos constatar pelos excertos da entrevista abaixo era comum que alguns jovens completassem a maioria nos ônibus “clandestinos” a caminho para o trabalho da laranja no Estado de São Paulo. Além disso, o seguro-desemprego garantia a manutenção econômica e reprodução social dessa população no período da entressafra em Jaicós/PI e em Matão/SP, e viabilizava o acesso aos bens de consumo como carros, motocicletas, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

**Entrevistadora:** E como e quando foi que você começou a vir para Matão?  
Foi de 2007 que eu comecei a vir para cá; eu não perdi um ano. O meu irmão veio para Matão. Ele completou dezoito anos no caminho, era o sonho dele colher a safra.  
A gente ouvia falar, mas não conhecia. Aí meu irmão trabalhava na Cambuy e colhia

---

<sup>55</sup> De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais, no período de 2002 a 2012, em média 62% dos vínculos trabalhistas gerados no município de Jaicós/PI eram pertencentes aos cargos da administração pública. Em 2010, o número de vínculos ativos era de 581, enquanto a população do município em idade ativa nesse mesmo período era de 10.767 habitantes (IBGE, 2010).

<sup>56</sup> Vide “Regras mais duras reduzem seguro-desemprego na crise” (FOLHA DE SP, 16/06/2017). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1893301-regras-mais-duras-reduzem-seguro-desemprego-na-crise.shtml>. Acesso em: fev. 2019.

por dia até 16 sacolão. Por quinzena, eu cheguei a trocar cheque dele de até 1.700. Ele era um dos melhores colhedores. Ele ganhava muito dinheiro nessa época. Aí, um dia, ele ligou para mim e disse: Ana, você não quer vir para Matão? Trabalhar na laranja para pegar seguro-desemprego? E minha mãe já tinha trabalhado em São Paulo e pego seguro-desemprego, e ela fala muito que o seguro era muito bom, que era uma das coisas mais boas; e aí meu sonho era pegar esse seguro. Aí meu irmão ajudou a gente nessa época. Nem minha mãe, nem meu pai estava aqui [Entrevista de 13/07/2013 com Trabalhadora Rural 4 em Matão/SP, grifos da autora].

**Entrevistadora:** E vocês conseguiram juntar dinheiro durante a safra? Conseguimos comprar várias coisas: televisão, parabólica, geladeira, tanque de lava roupa; comprei tudo a vista com o dinheiro do acerto e seguro. E aí, quando caiu a última parcela do seguro, nós “vulp” para cá (referência à Matão). A derradeira parcela a gente sempre pega aqui. (Entrevista de 13/07/2013 com Trabalhadora Rural 4 em Matão/SP, grifos da autora).

O Programa Bolsa-Família, por sua vez, se apresenta como programa de transferência de renda, integrando inicialmente o Programa Fome Zero, o qual associava-se ao combate à insegurança alimentar condicionada à pobreza e conseqüentemente as altas taxas dos preços de alimentos e à ausência de renda (CURRALERO, 2012).

O Bolsa-Família foi instituído pela lei federal n. 10.836 em 2004 e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, focaliza seu atendimento as famílias que possuem renda mensal per capita de até R\$ 178,00, sendo imprescindível o cadastro da unidade familiar na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais. As faixas de renda monetária utilizadas como padrões variaram ao longo dos anos em razão de ajustes baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

As famílias que são beneficiadas pelo programa estão sujeitas ao cumprimento de condicionalidades na área da saúde e da educação. No caso da saúde, as famílias devem assumir o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças até sete anos de idade. Já as mulheres de 14 a 44 anos devem ser acompanhadas e, sendo gestantes ou lactantes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de seu quadro de saúde e do bebê.

Na área da educação, as famílias se comprometem a obter uma frequência escolar mensal de no mínimo 85% da carga horária de todos os componentes da unidade familiar dos 5 aos 15 anos de idade. Enquanto, os estudantes de 16 e 17 anos devem apresentar uma frequência escolar mensal mínima de 75%.

Ademais, temos que, além das condicionalidades, existem programas complementares que articulados com outras políticas públicas permitem o desenvolvimento

de novas capacidades emancipatórias das famílias beneficiárias (CURRALERO, 2012; REGO; PINZANI, 2014).

(O Bolsa-Família) ao incluir o beneficiário no corpo dos cidadãos, promove nele um sentimento de identificação com a nação, devido ao reconhecimento de sua pessoa por parte das instituições políticas do Estado. Suas necessidades se tornam objetos de direitos, cuja satisfação ele pode exigir do poder público. Em contrapartida, exige-se dele que assuma suas responsabilidades perante a comunidade política e o próprio Estado. Assim, ocorre o aprendizado da cidadania em uma dupla dimensão: a do sujeito de direitos e a do sujeito de deveres (REGO; PINZANI, 2014, p. 83).

Percebemos que o acesso a ambas as políticas sociais articulava, inclusive, a criação da consciência dos direitos sociais, principalmente relacionados ao acesso ao mercado de trabalho formal e a renda monetária. Ainda destacamos a centralidade do Bolsa-Família nas comunidades rurais de Jaicós, evidenciada por conta dos constrangimentos entre os entrevistados nos momentos em que solicitávamos informações mais detalhadas acerca da renda. Notávamos também certo receio acerca do fornecimento de informações sobre as vidas profissionais dos entrevistados, por conta do medo de perda do benefício. Não raramente fomos questionadas se não eramos “fiscais do Bolsa” pelos entrevistados.

A preocupação com a manutenção do benefício e em seguir as condicionalidades eram também perceptíveis pelos agentes institucionais envolvidos pela rede socioassistencial. Como podemos verificar pela entrevista abaixo:

[...] eles já vêm do Piauí pra nosso município, Matão, orientados a nos procurar com a transferência do cadastro. Então há sim, entre as próprias famílias migrantes há envolvimento, o endereço correto, quem é a pessoa, qual é assim, os procedimentos que ela deve tomar pra que continue no recebimento do Programa Bolsa Família. Entre eles, há sim essa preocupação, quanto aos procedimentos corretos que a família deve tomar e aonde realmente, quem é a pessoa que ela deve procurar. (Entrevista realizada com a Coordenadora do Programa Bolsa-Família (Gestão 2009-2012) de Matão/SP, em 29 de abril de 2011, grifos da autora).

Por fim, o Bolsa-Família se apresentava como parte da estratégia de manutenção dos filhos destes trabalhadores rurais migrantes que permanecem na cidade de Jaicós/PI sob a supervisão dos avós. Quando a entrevistada também coloca que a “[...] mãe sempre cuidou muito dele, deixo o cartãozinho com ela” é possível observarmos que o Bolsa-Família, para esta família de trabalhadores rurais migrantes, configurava-se não somente como parte do rendimento da família nuclear, mas também contribuía para a manutenção do núcleo estendido.

**Entrevistadora:** Ele (em referência à criança ao lado no dia da entrevista) possui o bolsa família?

Sim, mas como minha mãe sempre cuidou muito dele, deixo o cartãozinho com ela. Ela ajudou muito na criação dele; é uma maneira hoje de eu retribuir. E ele conseguiu o benefício por causa dela (Entrevista com Trabalhadora Rural número 5 no dia 12/12/2013, em Jaicós/PI).

#### **4.2 Migrações temporárias e as políticas sociais: o uso do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) no estudo dos migrantes e agronegócio**

---

As políticas sociais além de figurarem como parte das estratégias de circulação e reprodução destes trabalhadores também justificam nossas escolhas metodológicas por trabalharmos com os registros administrativos do mercado de trabalho formal no capítulo 2, e do cadastro único para programas sociais no presente capítulo.

Por intermédio da parceria estabelecida, desde 2010, entre o Observatório das Migrações (NEPO/IFCH/UNICAMP) e o órgão gestor da assistência social da Prefeitura Municipal de Matão/SP, obtivemos acesso a base desidentificada do universo do cadastro único para programas sociais para os anos de 2011 e 2018.

O cadastro único para programas sociais (CadÚnico) viabilizou, em um primeiro momento deste estudo, o direcionamento dos passos iniciais de nossa pesquisa de campo. Através da percepção de gestores locais, em 2011, acerca do aumento das transferências de benefícios como o Programa Bolsa-Família (PBF) da cidade de Jaicós/PI para o município paulista. De fato, já em nossas primeiras incursões a campo, em 2010, conjuntamente ao Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) era perceptível o protagonismo destes migrantes para a colheita da laranja no interior de São Paulo.

Este registro administrativo, criado em 2001, pode ser definido como “[...] instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda do país, sendo seus dados auto-declarados pelas famílias através do preenchimento de formulários” (BRITO; KERSTENETZKY, 2011, p. 3). Ademais, ele é responsável por contabilizar o estoque de famílias potencialmente beneficiárias de políticas e programas sociais que visam a erradicação da pobreza, sendo regulamentado pelo Decreto n. 6.135/2007.

O CadÚnico contém as informações dos beneficiários ativos e inativos do Programa Bolsa-Família (PBF), do Benefício de Proteção Continuada (BPC), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Programa de Cisternas, Bolsa Estiagem, Programa Nacional da Reforma Agrária, Programa

de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/Assistência Técnica e Extensão Rural, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dentre outras políticas sociais das esferas locais, estaduais e federais.

Segundo Januzzi (2017) ao contar com a atualização e acompanhamento regular das famílias do público-alvo das políticas sociais, o CadÚnico tende a funcionar como uma espécie de censo contínuo da população mais pobre do país. Em 2018, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), vinculadas ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), disponibilizou com base na Lei de Acesso a Informação (LAI) de 12.527/2011, o acesso aos micros dados amostrais da base desidentificada dos beneficiários do Bolsa-Família (PBF)<sup>57</sup>.

Nesta pesquisa foram empregados os dados do universo do CadÚnico fornecidos pelo órgão gestor de assistência social do município de Matão/SP. O acesso aos dados ocorreu graças a um acordo institucional firmado entre a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS) de Matão/SP e o Observatório das Migrações em São Paulo no mês de janeiro de 2018. A parceria com o órgão gestor iniciou-se em meados de 2011, momento no qual contamos com a liberação do acesso as informações da população cadastrada e natural dos Estados do Piauí e de Alagoas, e seus resultados podem ser conferidos em Pereira (2015).

Foram adotadas práticas com o objetivo de garantir o sigilo e preservar a identidade da população cadastrada. O acesso a base de dados ocorreu nas dependências do órgão gestor, sob a supervisão da equipe técnica responsável pela gestão das informações da SADS.

Os dados foram disponibilizados em dois arquivos, um com as informações dos domicílios e outro dos indivíduos. Foram eliminadas, com o acompanhamento dos técnicos, todas as informações que possibilitariam a identificação das famílias cadastradas. As informações excluídas eram referentes aos documentos de identificação pessoal, telefones de contato e ao endereço discriminado dos domicílios. Ademais, destacamos que apenas a autora teve acesso e manuseou os dados fornecidos pela secretária, em consonância ao termo assinado<sup>58</sup>.

Deste modo, este estudo se encontra em consonância a Resolução 510 de 2016, que dispõe acerca das normas adotadas em pesquisas das áreas de Ciências Humanas e

---

<sup>57</sup> O download dos microdados disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=212>. Acesso em: jan. 2019.

<sup>58</sup> Na seção Anexos do presente trabalho é possível verificar a cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sociais, já que os processos metodológicos não envolveram o uso de dados obtidos diretamente com participantes ou informações identificáveis, o que o torna isento da obrigação de aprovação por Comitê de Ética.

Os microdados do universo do CadÚnico se apresentam através de dois bancos de dados desidentificados: um referente às informações do domicílio e outro referente às informações das pessoas. O “Banco Domicílios” contém informações que permitem a caracterização da infraestrutura e o acesso a serviços públicos, assim como, a distribuição destes nos bairros da cidade. Enquanto que o “Banco Pessoas” viabiliza a captação de informações socioeconômicas e demográficas individuais e por unidade familiar (Tabela 18 e 19).

**TABELA 17** – Variáveis selecionadas nos micro-dados do banco de pessoas do CadÚnico, Matão, 2018

<b>Rótulo</b>	<b>Descrição</b>
cd_ibge	codigo do ibge do municipio
cod_familiar_fam	Codigo familiar
cod_sexo_pessoa	Sexo
dta_nasc_pessoa	Data de nascimento
cod_parentesco_rf_pessoa	Relacao de parentesco com o responsavel familiar
cod_raca_cor_pessoa	Cor ou raca
cod_local_nascimento_pessoa	Local de nascimento
sig_uf_munic_nasc_pessoa	UF de nascimento da pessoa
nom_ibge_munic_nasc_pessoa	Nome do municipio de nascimento da pessoa
cod_ibge_munic_nasc_pessoa	Codigo ibge do municipio de nascimento da pessoa
nom_pais_origem_pessoa	Nome do pais de nascimento da pessoa
cod_pais_origem_pessoa	Codigo do pais de nascimento da pessoa, no formato nn
fx_idade	Faixa etaria
sig_uf_cart_trab_pessoa	Estado emissor da CTPS
cod_sabe_ler_escrever_memb	Pessoa sabe ler e escrever
ind_frequenta_escola_memb	Pessoa frequenta escola
sig_uf_escola_memb	UF da escola da pessoa
cod_censo_inep_memb	Codigo INEP da escola da pessoa
cod_curso_frequenta_memb	Curso que a pessoa frequenta
cod_ano_serie_frequenta_memb	Ano e serie do curso que a pessoa frequenta
cod_curso_frequentou_pessoa_memb	Curso mais elevado que a pessoa frequentou
cod_ano_serie_frequentou_memb	Ultimo ano e serie do curso que a pessoa frequentou
cod_concluiu_frequentou_memb	A pessoa concluiu o curso?
cod_trabalhou_memb	Pessoa trabalhou na semana passada?
cod_afastado_trab_memb	Pessoa estava afastada na semana passada?
cod_agricultura_trab_memb	Atividade extrativista
cod_principal_trab_memb	Funcao principal
val_remuner_emprego_memb	Valor de remuneracao do mes passado do trabalho principal (sem casas decimais)
cod_trabalho_12_meses_memb	Trabalho remunerado nos ultimos 12 meses
qtd_meses_12_meses_memb	Quantidade de meses trabalhados nos ultimos 12 meses
val_renda_bruta_12_meses_memb	Remuneracao bruta de todos os trabalhos nos ultimos 12 meses (sem casas decimais)
val_renda_doacao_memb	Valor recebido de doacao (sem casas decimais)
val_renda_aposent_memb	Valor recebido de aposentadoria (sem casas decimais)
val_renda_seguro_desemp_memb	Valor recebido de seguro desemprego (sem casas decimais)
val_renda_pensao_alimen_memb	Valor recebido de pensao alimenticia (sem casas decimais)
val_outras_rendas_memb	Valor recebido de outras fontes (sem casas decimais)
cod_cart_assinada_memb	Teve emprego com carteira assinada?

**Fonte:** Dicionário de variáveis do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**TABELA 18** – Variáveis selecionadas nos microdados do banco de domicílios do CadÚnico, Matão, 2018

<b>Rótulo</b>	<b>Descrição</b>
cd_ibge	codigo do ibge do municipio
cod_familiar_fam	Codigo familiar
num_cep_logradouro_fam	CEP
vlr_renda_media_fam	Valor da renda familiar per capita
fx_rfpc	Faixa da renda familiar per capita
vlr_renda_total_fam	Valor da renda total da familia
cod_local_domic_fam	Situacao do domicilio
cod_especie_domic_fam	Especie do domicilio
qtd_comodos_domic_fam	Quantidade de comodoss do domicilio
qtd_comodos_dormitorio_fam	Comodo servindo como dormitorio do domicilio
cod_material_piso_fam	Material predominante no piso do domicilio
cod_material_domic_fam	Material predominante nas paredes externas do domicilio
cod_agua_canalizada_fam	Água canalizada no domicilio
cod_abaste_agua_domic_fam	Forma de abastecimento de agua
cod_banheiro_domic_fam	Existencia de banheiro
cod_escoa_sanitario_domic_fam	Forma de escoamento sanitario
cod_destino_lixo_domic_fam	Forma de coleta do lixo
cod_iluminacao_domic_fam	Tipo de iluminacao
cod_calcamento_domic_fam	Calçamento em frente ao seu domicilio
qtd_pessoas_domic_fam	Quantidade de pessoas no domicilio
qtd_familias_domic_fam	Quantidade de familias no domicilio

**Fonte:** Dicionário de variáveis do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS). Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

Contamos, em nosso estudo, com 15.883 pessoas cadastradas e 5.325 domicílios. A data de referência destes dados foi o relatório gerado pelo órgão gestor em 31 de outubro de 2017.

As análises foram realizadas no software Statistical Package for the Social Science (SPSS) Statistics *version* 22.0. Foram escolhidas variáveis que permitissem a construção de um perfil sociodemográfico da população inscrita no cadastro em Matão, bem como, a localização dos domicílios no espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001). Em um primeiro momento concentraremos nossas análises na apresentação do perfil dos inscritos sem a diferenciação por local de nascimento e posteriormente trataremos de uma análise comparativa com os inscritos nascidos no Estado do Piauí em 2011<sup>59</sup> e 2017.

As Tabelas 20 e 21 contêm as informações por local de nascimento da população inscrita no cadúnico em 2017. Notamos que 57,72% desta era nascida e residente em Matão, conquanto 42,08% teve seu nascimento em outro município. Destes 3.892 (58,23%) haviam

<sup>59</sup> Informações técnicas mais detalhadas sobre o banco de dados operacionalizado em 2011 podem ser obtidas em Pereira (2015), a data de referência do relatório gerado naquela época foi 31 de julho de 2011.

nascido no Estado de São Paulo, enquanto que 2.971 (41,76%) eram nascidos em outras unidades da federação.

**TABELA 19** – Local de nascimento da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017

<b>Local de Nascimento</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Neste município	9.168	57,72
Em outro município	6.683	42,08
Em outro país	20	0,13
Sem informação	12	0,08
<b>Total</b>	<b>15.883</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**Nota:** Os inscritos nascidos em outro país identificados eram naturais do Japão (2), do Paraguai (2) e Portugal (1). Os demais casos não foram contabilizados no CadÚnico.

**TABELA 20** – Unidade da Federação de nascimento da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017

<b>UF Nascimento</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
SP	13.060	82,33
PR	928	5,85
PI	444	2,80
MG	369	2,33
BA	248	1,56
AL	228	1,44
PE	215	1,36
CE	59	0,37
PB	48	0,30
MS	36	0,23
GO	32	0,20
RJ	31	0,20
SE	29	0,18
MA	21	0,13
MT	20	0,13
SC	15	0,09
ES	13	0,08
RO	13	0,08
PA	10	0,06
RN	10	0,06
DF	7	0,04
RS	7	0,04
TO	3	0,02
AC	2	0,01
AM	2	0,01
AP	1	0,01
Sem informação	12	0,08
<b>Total</b>	<b>15.863</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

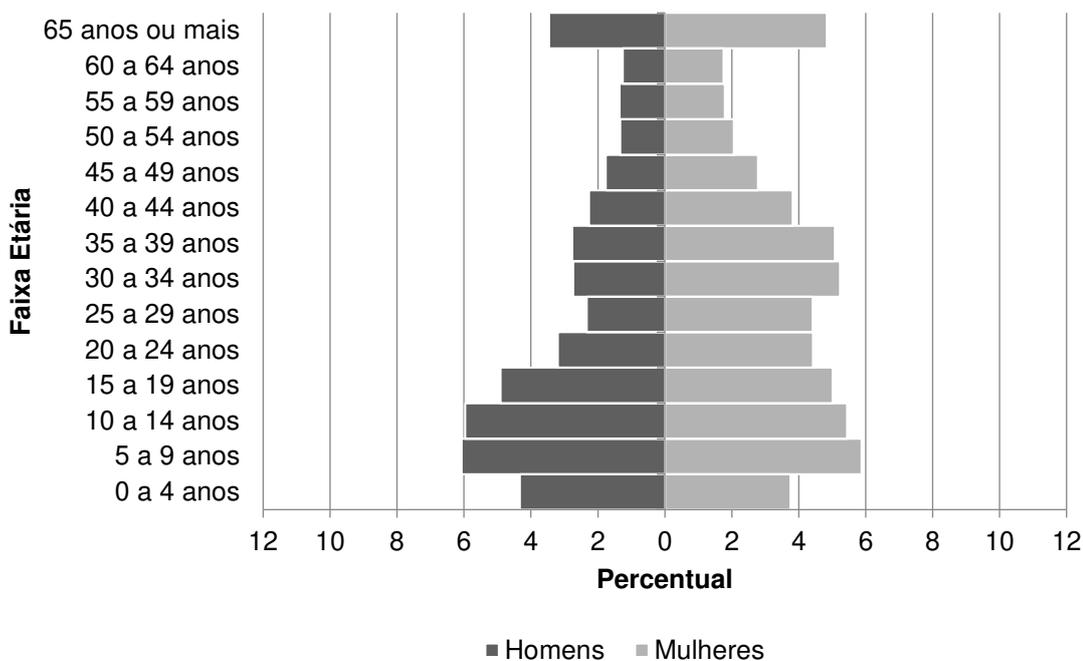
**Nota:** Os inscritos nascidos em outro país não foram contabilizados nesta tabela.

Notamos que a população migrante interestadual, por local de residência, inscrita no cadastro em 2017 (Tabela 21) correspondia aos processos migratórios que compuseram o tecido social e o mercado de trabalho rural-urbano da cidade de Matão e do interior paulista no século 20, ao que destacamos os Estados do Paraná e de Minas Gerais. Sinalizamos em mesma medida a presença de naturais do Estado do Piauí, Bahia, Alagoas e Pernambuco.

No que concerne a distribuição etária e por sexo da população inscrita (Figura 24), notamos uma estrutura predominantemente jovem (5-19 anos), ao mesmo tempo em que apresenta um grupo expressivo de idosos (65 anos ou +). Destacando-se também a forte presença da população feminina, público-alvo do programa bolsa-família (REGO; PINZANI,

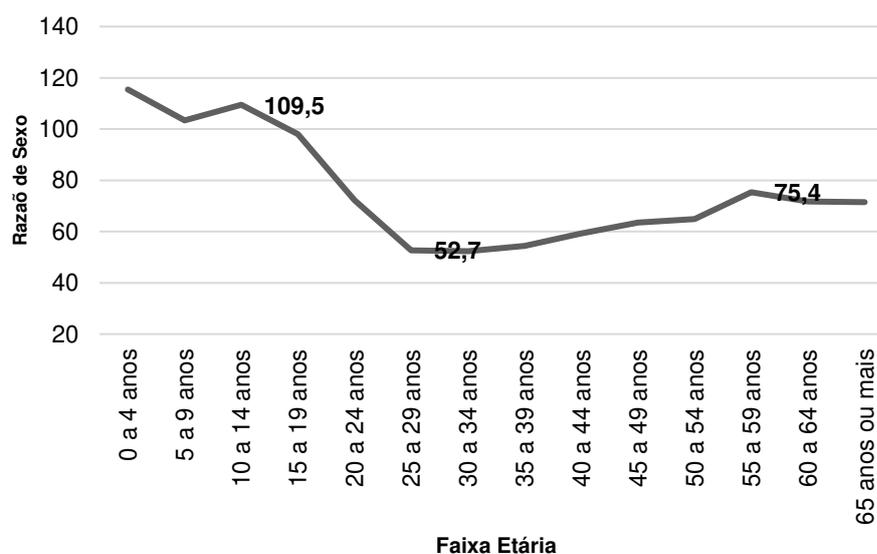
2014), particularmente, dos grupos etários dos 25-29 anos até 45 a 49 anos de idade (Figura 25).

**FIGURA 24** – Estrutura etária e distribuição por sexo da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017



**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**FIGURA 25** – Razão de sexo da população inscrita no CadÚnico, Matão, 2017



**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

Em relação ao mercado de trabalho temos que apenas 32,98% da população em idade ativa (n=9.573) inscrita no cadastro declarou a função principal exercida (Tabela 22). A maior parte dos inscritos e declarantes da função principal responderam que trabalhavam por conta própria (50%), enquanto os empregados com carteira de trabalho assinada eram 38,25%.

Ao analisarmos as declarações sobre trabalho nos últimos 12 meses (Tabela 23) e na semana anterior à data da entrevista (Tabela 24) percebemos que majoritariamente a população inscrita tende a se encontrar fora do mercado de trabalho formal e informal. Estes dados, contudo, devem ser ponderados de acordo com Brito e Kerstenetzky (2011, p. 5), pois “[...] não há como afastar hipóteses preocupantes como subdeclaração de trabalho e armadilha da precariedade por parte do beneficiário (e do cadastro em geral), por temor de não ser elegível ao programa”.

**TABELA 21** – Função principal declarada da população com 15 anos ou mais e ativa no mercado de trabalho no CadÚnico, Matão, 2017

<b>Função Principal</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	1.579	50,00
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.208	38,25
Trabalhador temporário em área rural	143	4,53
Trab. doméstico com cart. de trab. Assinada	80	2,53
Empregado sem carteira de trabalho assinada	44	1,39
Aprendiz	34	1,08
Estagiário	28	0,89
Militar ou servidor publico	20	0,63
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	14	0,44
Empregador	7	0,22
Trabalhador não-remunerado	1	0,03
<b>Total</b>	<b>3.158</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**TABELA 22** – Trabalho remunerado últimos 12 meses, CadÚnico, Matão, 2017

<b>Trabalho remunerado nos últimos 12 meses</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Sim	4.925	46,86
Não	5.586	53,14
<b>Total</b>	<b>10.511</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 23** – Pessoa trabalhou na semana passada, CadÚnico, Matão, 2017

<b>Pessoa trabalhou na semana passada?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	3.044	28,95
Não	7.471	71,05
<b>Total</b>	<b>10.515</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**Nota 1:** As diferenças entre o número de respondentes se justifica por problemas e erros de preenchimento como apontam o trabalho de Brito e Kerstenetzky (2011) sobre a qualidade de dados do mercado de trabalho no CadÚnico.

**Nota 2:** Na Tabela 31 constam os trabalhadores licenciados pelo INSS.

No que se refere aos inscritos naturais do Estado do Piauí podemos verificar que entre 2011 e 2017 (Tabela 25) houve um aumento do número de municípios de nascimento desta população, o que significa uma maior diversidade do fluxo migratório direcionado e residente na cidade paulista. Ainda assim a cidade de Jaicós se destacou nos dois períodos, conjuntamente a Picos. Pontuamos que a população residente nas comunidades rurais de Padre Marcos, São Raimundo Nonato, Floriano, Massapê do Piauí, Patos do Piauí e Fronteiras tinham, não raramente, a cidade de Jaicós como referência tanto por conta da comercialização de mercadorias quanto na circulação e redistribuição de pessoas (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016).

**TABELA 24** – Município de nascimento da população natural do Estado do Piauí inscrita no CadÚnico em Matão, em 2011 e 2017

Município de Nascimento	2011		2017	
	n.	%	n.	%
Jaicós	377	92,63	363	81,76
Picos	19	4,67	37	8,33
Padre Marcos	6	1,47	5	1,13
Itainópolis	2	0,49	11	2,48
Santa Cruz Do Piauí/PI	2	0,49	0	0,00
Paulistana	1	0,25	3	0,68
São Raimundo Nonato	0	0,00	5	1,13
Simões	0	0,00	4	0,90
Isaias Coelho	0	0,00	2	0,45
Teresina	0	0,00	2	0,45
Anísio De Abreu	0	0,00	1	0,23
Floriano	0	0,00	1	0,23
Fronteiras	0	0,00	1	0,23
Geminiano	0	0,00	1	0,23
Luzilândia	0	0,00	1	0,23
Massapê do Piauí	0	0,00	1	0,23
Palmeira do Piauí	0	0,00	1	0,23
Patos do Piauí	0	0,00	1	0,23
Pedro II	0	0,00	1	0,23
Piracuruca	0	0,00	1	0,23
São Francisco do Piauí	0	0,00	1	0,23
Valença do Piauí	0	0,00	1	0,23
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>100,00</b>	<b>444</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo, 2011 e 2018.

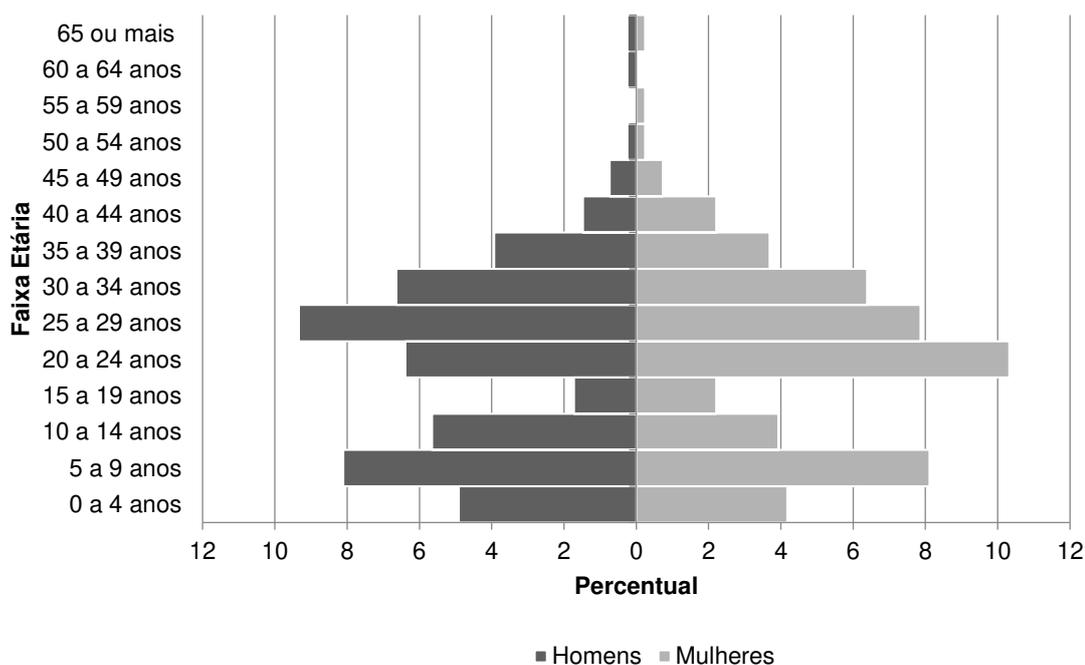
As figuras 26 e 27 apresentam a distribuição etária e por sexo dos naturais do Estado do Piauí nos anos de 2011 e 2017. A análise, ainda que comparativa em termos de estática da população, não tem como objetivo diagnosticar a dinâmica populacional.

É perceptível a modificação da composição etária, principalmente no que se refere aos grupos etários dos 15 aos 19 anos de idade que passam a ser mais representativos em 2017. Em 2011 observávamos também uma estrutura etária mais jovem, com destaque para as faixas etárias de 20 a 34 anos de idade, enquanto que em 2017 nota-se uma diminuição do percentual de homens nas faixas etárias mais adultas (30 anos e mais) e a manutenção dos grupos etários femininos mais jovens.

Chama-nos a atenção a baixa participação de grupos mais velhos (65 anos e +), principalmente ao compararmos com a estrutura dos inscritos do cadastro único sem

diferenciação por UF de nascimento (Figura 24). A população de naturais do Estado do Piauí e inscritos no cadastro único em Matão apresenta, portanto, uma população mais jovem, o que pode ser explicado pela migração destas famílias por conta do trabalho na laranja.

**FIGURA 26** – Estrutura etária e distribuição por sexo da população inscrita no CadÚnico e natural do Estado do Piauí, Matão, 2011



**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Bem Estar Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2011).

Em relação a função principal declarada pelos naturais do Piauí, em 2017, mais de 50% (77) eram trabalhadores temporários em área rural, e 21,09% (31) se declararam como trabalhadores por conta própria (Tabela 26). O Manual do Entrevistador do Cadastro Único (2011, p. 107) define o *trabalhador temporário em área rural* como:

Para a pessoa que trabalhava como empregado tendo contrato temporário (verbal ou escrito) com um empregador, em empreendimento do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura e caça ou nos serviços auxiliares desse ramo. De acordo com a região, o trabalhador temporário pode receber denominações como: boia-fria, volante, calunga, turmeiro, peão de trecho, clandestino, etc.

É possível que alguns inscritos classificados como empregado com carteira de trabalho assinada sejam também trabalhadores rurais migrantes, isso se deve pela definição

desta função que não faz distinção entre o local de trabalho rural ou urbano. Com isso temos que essa informação pode estar subenumerada.

**TABELA 25** – Função principal declarada da população natural do Estado do Piauí com 15 anos ou mais e ativa no mercado de trabalho no CadÚnico, Matão, 2017

<b>Função Principal</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Trabalhador temporário em área rural	77	52,38
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	31	21,09
Empregado com carteira de trabalho assinada	28	19,05
Trab. doméstico com cart. de trab. assinada	8	5,44
Empregado sem carteira de trabalho assinada	2	1,36
Militar ou servidor publico	1	0,68
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

Em referência ao trabalho nos últimos doze meses e na semana anterior a da inscrição observamos um cenário semelhante à média da população inscrita no cadastro (Tabela 23 e 24), ainda que esta população tenha uma maior inserção no mercado de trabalho nos últimos doze meses (Tabela 27).

**TABELA 26** – Trabalho remunerado últimos 12 meses, CadÚnico, Matão, 2017

<b>Trabalho remunerado nos últimos 12 meses</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Sim	212	66,67
Não	106	33,33
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>100,00</b>

**TABELA 27** – Pessoa trabalhou na semana passada, CadÚnico, Matão, 2017

<b>Pessoa trabalhou na semana passada?</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Sim	143	44,97
Não	175	55,03
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**Nota:** Na Tabela 36 constam os trabalhadores licenciados pelo INSS.

Os domicílios inscritos no cadúnico em Matão, em 2017, eram quase que em sua totalidade (Tabela 29) classificados como particular permanente (98,25%), os quais são discriminados como:

[...] espaço próprio para servir de moradia. São domicílios compostos por pelo menos um cômodo que constituem moradias permanentes ou duradouras. O local em si não é uma adaptação de moradia, embora possa ter adaptações internas ou demonstrar precariedade. Ou seja, também pode expressar vulnerabilidade, porém usualmente menor que no caso do domicílio improvisado. Normalmente, tem acesso a serviços básicos de abastecimento de água, energia elétrica, saneamento ou coleta de lixo. Está incluído nesse conceito o domicílio das famílias que ocupam um cômodo de uma casa de cômodos e locais similares, como cortiços. Entende-se como casa de cômodos e locais similares a unidade de moradia multifamiliar (com várias famílias diferentes) que apresenta as seguintes características: uso comum de instalações hidráulicas e sanitárias (banheiro, cozinha, tanque, etc.); diversas funções em um mesmo ambiente (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, passar roupa, etc.); várias habitações (domicílios particulares) construídas em lotes urbanos ou com subdivisão de habitações em uma mesma edificação, geralmente alugadas, subalugadas ou cedidas e sem contrato formal de locação (BRASIL, 2011, p. 54).

Neste sentido, apontamos que apesar dos domicílios serem classificados como particulares e permanentes isto não implica na propriedade legal do mesmo, bem como, na predominância de moradias adequadas ou uni-nucleares.

**TABELA 28** – Espécie de domicílio inscrito no CadÚnico, Matão, 2017

<b>Espécie do domicílio</b>	<b>n.</b>	<b>%</b>
Particular Permanente	5.225	98,25
Coletivo	69	1,30
Particular improvisado	14	0,26
Sem informação	10	0,19
<b>Total</b>	<b>5.318</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

Os domicílios da população inscrita no cadastro único se encontram em mais de 50 bairros do município matonense (Tabela 30), e concentram-se nos bairros Portal Terra da Saudade (599), Jardim Paraíso (449), Jardim do Bosque (386) e Jardim Popular (253) que juntos totalizam 31,72%.

**TABELA 29** – Domicílios inscritos no CadÚnico por bairro, Matão, 2017

<b>Bairro</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Portal Terra da Saudade	599	11,26
Jardim Paraíso	449	8,44
Jardim do Bosque	386	7,26
Jardim Popular	253	4,76
Jardim Itália	219	4,12
Jardim Buscardi	212	3,99
Vila Cardim	197	3,70
Jardim Brasil	188	3,54
Jardim Santa Rosa	176	3,31
Jardim São José	163	3,07
Parque Aliança	155	2,91
Jardim Primavera	154	2,90
Nova Cidade	148	2,78
Jardim Pereira	139	2,61
Senhor Bom Jesus	137	2,58
Jardim Santa Cruz	118	2,22
IV Centenário	111	2,09
Bairro Alto	107	2,01
Vila Guarani	107	2,01
Jardim Esperança	107	2,01
Jardim Alvorada	106	1,99
Distrito São Lourenço do Turvo	84	1,58
Centro	77	1,45
Residencial Azul Ville	62	1,17
Jardim Balista	61	1,15
Demais bairros*	803	15,10
<b>Total</b>	<b>5.318</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro único para programas sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP, 2018).

**Nota:** \* Inclui-se a zona rural.

Esses bairros compõem a periferia urbana de Matão, localizando-se as margens da rodovia Brigadeiro Faria Lima, e com exceção do Portal Terra da Saudade formam as periferias migrantes urbanas atreladas as idas e vindas de trabalhadores rurais migrantes, principalmente naturais do Estado do Piauí (Tabela 31) como veremos no próximo item deste capítulo.

**TABELA 30** – Domicílios inscritos no CadÚnico com responsável natural do Estado do Piauí, Matão, 2011 e 2017

Bairro Domicílio	2011		2017	
	n.	%	n.	%
Jardim do Bosque	47	34,81	62	36,05
Jardim Popular	45	33,33	34	19,77
Vila Cardim	15	11,11	19	11,05
Jardim Alvorada	2	1,48	6	3,49
Novo Mundo	0	0,00	6	3,49
Jardim Paraíso	1	0,74	5	2,91
Portal Terra da Saudade	0	0,00	5	2,91
São Judas Tadeu	1	0,74	3	1,74
Vila Guarani	2	1,48	3	1,74
Jardim Itália	2	1,48	3	1,74
Parque Laranjeiras	0	0,00	3	1,74
Jardim Santa Cruz	0	0,00	3	1,74
Bela Vista	0	0,00	2	1,16
Jardim Balista	1	0,74	2	1,16
Jardim Buscardi	0	0,00	2	1,16
Jardim São José	2	1,48	2	1,16
Vila Mariani	0	0,00	2	1,16
Residencial Azul Ville	1	0,74	1	0,58
Bairro Alto	1	0,74	1	0,58
Senhor Bom Jesus	1	0,74	1	0,58
Distrito São Lourenço do Turvo	0	0,00	1	0,58
Jardim Esperança	3	2,22	1	0,58
Jardim Primavera	2	1,48	1	0,58
Jardim Santa Rosa	0	0,00	1	0,58
Nova Cidade	0	0,00	1	0,58
Jardim Santa Marta	0	0,00	1	0,58
Parque Aliança	4	2,96	1	0,58
IV Centenário	1	0,74	0	0,00
Vila Jandira	2	1,48	0	0,00
Jardim Brasil	2	1,48	0	0,00
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,00</b>	<b>172</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico). Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP. Tabulações Especiais. Observatório das Migrações em São Paulo, 2011 e 2018.

Já o Portal Terra da Saudade abrigava, em 2015, cerca de 700 famílias beneficiadas pelo Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, e é localizado nos limites do Jardim Popular, local em que concentramos grande parte de nossas incursões a campo entre 2010 e 2015 (Figura 29).

**FIGURA 27** – Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Portal Terra da Saudade, Matão, 2018



**Fonte:** PEREIRA, G. G (2018). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

#### **4.3 Entre o cá e o lá: as periferias migrantes do agronegócio citrícola**

---

As periferias migrantes se apresentam como espaços da migração (BAENINGER, 2012) singulares, particularmente para compreendermos as sobreposições dos fenômenos migratórios em espaços intra-urbanos das cidades cujas vocações econômicas se associaram ao agronegócio, como Matão/SP, e em bairros-rurais de municípios responsáveis pelo fornecimento da mão de obra migrante e rotativa que atuará nas pontas dos processos de produção dos setores agrícolas, como Jaicós/PI.

Deste modo, o conceito de periferia migrante se refere as dinâmicas estabelecidas em áreas não-metropolitanas inseridas na divisão internacional do trabalho agrícola, sendo características de pequenas e médias cidades cujas economias locais se alicerçam em atividades agroindustriais e a migração interna apresenta-se como componente chave na apreensão das dinâmicas demográfica e social.

No caso das cidades receptoras da mão de obra migrante alocada nas atividades desempenhadas pelos trabalhadores físicos do agronegócio (GRÁS; HERNANDEZ, 2013b) da citricultura, do setor sucroenergético e do complexo grãos/carne, visualizamos em nosso trabalho de campo que as periferias migrantes formaram-se no contexto de espraiamento

urbano (ELIAS, 2003) conjugado as parcerias público-privadas que envolviam o poder público municipal e as agroindústrias, sendo mediadas ora pelas formalidades, ora pelas informalidades do mercado imobiliário (MARICATO, 1982; ABRAMO, 2012).

Maricato (1982, p. 82) aponta que “a formação da periferia urbana antecede o advento da nova fase da industrialização no país, porém com esta, seu crescimento, sua reprodução se farão em escalas e velocidades nunca antes constatados”, assim os espaços metropolitanos, ao que estendemos as reflexões para as áreas não-metropolitanas, têm seus processos de crescimento e espraiamento urbano, bem como, de verticalização sincronizados a formação das periferias urbanas.

Rolnik (1997, p. 66) sinaliza que as interfaces entre a legalidade e ilegalidade, simultaneamente, entre a formalidade e a informalidade do uso do solo urbano, articulam-se a percepção de que as operações urbanísticas e as delimitações de espaços da elite e das demais classes sociais se traduzem como “[...] um conjunto de intervenções físicas (interligadas a) uma rede de significados culturais e políticos”.

As formas de habitar e o acesso aos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001) por parte das camadas populares tiveram, nas cidades paulistas, como protagonistas os movimentos migratórios internos e internacionais (DURHAM, 1984; ROLNIK, 1997; SILVA, 1999).

No século 21 assistimos aos desdobramentos do neoliberalismo no uso e apropriação do solo, como destacam os trabalhos de Abramo (2012) e de Rolnik (2015). Sob este contexto visualiza-se “um processo eminentemente desigual” (ROLNIK, 2015, p. 30), assim “[...] as políticas neoliberais têm de ser entendidas como amálgama entre esses dois momentos, como processos de destruição *parcial* do existente e de criação *tendencial* de novas estruturas” (ROLNIK, 2015, p. 31).

Em mesma medida observamos que os bairros rurais localizados nas comunidades rurais fornecedoras da mão de obra para o trabalho rural nos pomares e canaviais paulistas têm seus espaços transformados graças a circulação de dinheiro, mercadorias e pessoas no período entressafra (SILVA; MELLO, 2012; MACIEL, 2016).

Maciel (2016, p. 207) destaca que no caso dos trabalhadores rurais migrantes da laranja o trabalho na colheita realizado no “[...] sul se apresentou como produtor de novas espacialidades e relações sociais”. Segundo a autora “entre os anos de 2012 e 2013, nas comunidades rurais já era possível observar a edificação de casas seguindo o padrão “paulista de construção”, exemplos disso são as garagens e muros [...]” (MACIEL, 2016, p. 91).

Outro desdobramento dessa questão deriva, então, das alterações se efetuaram nas comunidades rurais de Jaicós quando a terra perde o valor produtivo que tinha anteriormente e, assim, as famílias começam a realizar idas e vindas e praticar a agricultura somente como atividade complementar ou habitual. Nas comunidades rurais de Jaicós, outros espaços se produziram nesse contexto, já que a migração não mais atuaria como ponto importante para a reprodução dos roçados (GARCIA JR., 1989; MENEZES, 2002), mas sim para produção de novas espacialidades tangenciadas pelo rural (MACIEL, 2016, p. 197-198).

Notamos ainda a ocorrência de dois espaços micros sociais da migração dos trabalhadores rurais migrantes da laranja no interior paulista. Segundo nossos levantamentos de campo, realizados entre 2011 e 2013, o primeiro se referia ao espaço compartilhado das casas e cômodos alugados via contratos verbais na cidade de Matão, enquanto que o segundo dizia respeito aos espaços das ausências e das “casas fechadas” (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016) no município de Jaicós/PI.

A migração destes trabalhadores para o mercado de trabalho formal do agronegócio da citricultura corrobora para a articulação de dois espaços que apesar da distância geográfica são socialmente próximos ao serem mobilizados pelas idas e vindas destes trabalhadores, no “cá” o lugar alugado pelos contratos informais e no “lá” da “casa própria” pelo “*fazer a casa crescer*” através dos rendimentos da safra.

Assim, o trabalho na colheita da laranja auxilia na construção das casas localizadas nas comunidades rurais de Jaicós/PI, viabilizando uma das vias da reprodução da força de trabalho migrante no “lá”. Em mesma medida as áreas rurais do “lá” apresentam novos significados:

[...] a terra de origem adquire novos valores para os trabalhadores rurais migrantes, como bem enfatizou José Pedro (56 anos): Jaicós agora é terra para descansar, o trabalho está no sul, no Matão – trabalha-se seis meses por ano e descansa-se nos demais. O desejo de permanência nos antigos moldes produtivos – agricultura com uso de técnicas tradicionais – é bem pequeno e quase não existe mais em Jaicós, considerando os relatos das vinte cinco entrevistas, que foram feitas em profundidade, e de outras conversas informais. Assim, os trabalhadores rurais não desejam mais a reprodução das mesmas condições de subsistência antes vividas, uma vez que agora elas se apresentam vinculadas a uma noção de escassez e pobreza, a tal ponto que alguns moradores que migraram não querem ser identificados com as imagens do rural, visto como pobre e desprovido (MACIEL, 2016, p. 207).

As periferias migrantes urbanas no “cá” se traduzem pelo “[...] espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios” (MARICATO, 1982, p. 82). As moradias destes trabalhadores localizam-se em

bairros constituídos e consolidados no contexto do espraiamento urbano da cidade paulista, particularmente entre as décadas de 1980 e 1990 (Figura 30).

**FIGURA 28** – Localização dos bairros citados e beneficiados pelos planos de habitações populares, em relação ao centro da cidade de Matão/SP



Fonte: Banco de Imagens do Google Earth™ (2015).

A consolidação destes locais como periferias migrantes urbanas ocorreu através de duas frentes; a primeira graças a articulação das redes de relações destes trabalhadores, enquanto a segunda articula-se ao estabelecimento de parcerias do cunho público-privadas que reforçaram a divisão do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 2001) em “lugares dos moradores” e “lugares dos trabalhadores rurais” (SILVA, 1999).

A rede social destes trabalhadores, neste estudo, “[...] refere-se não agregado, mas à estrutura social composta das relações sociais cotidianas entre as diversas pessoas, migrantes e não-migrantes, de uma dada comunidade” (FAZITO, 2010, p. 98). As relações cotidianas dos trabalhadores rurais migrantes são encadeadas tanto por formalidades, quanto por informalidades (ABRAMO, 2012; MENEZES; COVER, 2017).

Conseguir com antecedência um local temporário de moradia se apresentava como parte das estratégias do deslocamento destes trabalhadores, principalmente porque morar nos mesmos bairros em que residiam os motoristas de ônibus e os empreiteiros potencializavam as chances de se conseguir um emprego formal na colheita da laranja (PEREIRA, 2015).

Os bairros do Jardim do Bosque e do Jardim Popular centralizaram grande parte de nossas incursões de campo realizadas entre 2012 e 2015. Ambos os bairros se localizam nas proximidades da Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP 326) e concentravam a maioria das moradias dos trabalhadores rurais migrantes contratados pelas empresas processadoras de suco concentrado de laranja de Matão e região.

Esses bairros passaram a partir do segundo quinquênio dos anos de 1980 a se caracterizarem como locais de moradia dos colhedores de laranja e conseqüentemente como espaços privilegiados para observarmos os desdobramentos da migração no cotidiano da cidade do agronegócio citrícola.

Com efeito, a cidade de Matão apresentou altas taxas de crescimento entre 1970 e 1991. Entre 1970 e 1980, o município cresceu de 5,68 % *a.a.*, passando de 21.953 habitantes para 38.113, enquanto que entre 1980 e 1991 houve o crescimento de 4,76% *a.a.* que resultou em uma população de 63.613 habitantes (PEREIRA, 2015).

Elias (2003) salienta que o rápido e intenso crescimento do município matonense ocasionou o espraiamento da cidade conjugado ao aumento da segregação espacial, particularmente em decorrência dos vazios urbanos e da especulação imobiliária.

O processo de verticalização das áreas urbanas e conseqüente periferização das moradias da classe trabalhadora não são exclusividades do processo de urbanização vinculado

ao agronegócio, sendo também observados em regiões metropolitanas (SINGER, 1982; MARICATO, 1982; DURHAM, 1984).

Sob este cenário, ocorreu o aumento sistemático de moradias improvisadas as margens das rodovias, de cortiços e de pensões culminando no surgimento de duas “favelas”: a do “Lixão” e do “Balista”.

Com isso, o poder público municipal através da extinta Progresso de Matão (PROMAT), em conjunto ao governo estadual, a Caixa Econômica Federal e a Citrosuco Paulista, implementou planos habitacionais baseados na comercialização de terrenos a preços módicos, na doação de terrenos e no financiamento de materiais de construção. Surgem no período os bairros: Jardim Itália, Jardim Paraíso, Parque Aliança, Jardim Popular e Jardim Morumbi (PEREIRA, 2015).

A população beneficiada por essas iniciativas foi, em sua maioria, de origem migrante e associada aos processos de deslocamento do tipo rural-urbano de curta e longa distância (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015). A convivência de distintos processos migratórios nas periferias urbanas migrantes deriva das transformações sociais e econômicas que tangenciaram as modificações do perfil da dinâmica migratória nacional, deste modo:

[...] a reconstrução histórico-social do fenômeno migratório em seu tipo/etapa em diferentes espaços é que permitirá identificar as raízes das modalidades migratórias e suas especificidades e articulações na formação social e nas relações que estabelece em suas diferentes escalas, desde o local até o global (BAENINGER, 2012, p. 57).

**FIGURA 29** – Trabalhador rural é notificado por moradia irregular em Matão/SP



Fonte: Acervo Jornal A Comarca – Matão (31/10/1987).

Assim compreender a presença dos trabalhadores rurais migrantes oriundos do interior do Estado do Piauí nas periferias urbanas migrantes de Matão passa pela apreensão de fenômenos migratórios anteriores a este. Uma das faces das idas e vindas destes trabalhadores é o processo de aluguel dos cômodos ou casas durante a safra.

O aluguel por contrato verbal se insere, de acordo com Abramo (2012, p. 41), no campo do uso informal do solo e é mediado por “[...] uma estrutura institucional própria que garante a reprodução temporal das práticas mercantis informais de compra, venda e aluguel do solo e/ou dos imóveis”<sup>60</sup>.

Esta estrutura apresenta atores sociais mobilizados por conta de seu capital social (BOURDIEU, 1979) e pauta-se nas relações de confiança e lealdade (ABRAMO, 2012). Além disso, a migração como prática social se apresenta em nosso estudo como parte integrante da dinâmica do mercado informal do solo.

A rede de relações acionada na busca por uma moradia pelo trabalhador rural migrante possui algumas figuras-chaves: o agenciador, proprietário da agência de viagens “clandestina” que realiza o deslocamento interestadual; o empreiteiro, responsável pelo preenchimento da ficha e contato com a empresa contratante; e o dono do imóvel, muitas vezes antigos trabalhadores rurais ou empreiteiros.

---

<sup>60</sup> **Original:** “[...] una estructura institucional propia que garantisse la reproducción temporal de las prácticas mercantiles informales de compra, venta y alquiler de suelo y/o inmuebles” (ABRAMO, 2012, p. 41).

**FIGURA 30** – Periferia Migrante – Rua do Jardim Popular em Matão, 2013



**Fonte:** PEREIRA, G. G.; MACIEL, L. M (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

Os excertos das entrevistas demonstram as possíveis estratégias adotadas pelos trabalhadores no momento de locação do local de moradia temporária.

Tem alguém que já fica na cidade e vai segurando: “Ai eu moro aqui”, porque eles são muito acolhedores. De repente, eu moro em dois cômodos, mas tá chegando um conhecido, um parente, sei lá, um indivíduo ...ai parte no meio, divide lá. Então eles são muito acolhedor, um ao outro né? Mas, acontece de muitos deles deixar o aluguel pago [...]. É, eles deixam pago o aluguel e vão embora, aqueles que tem melhores condições, né? E depois já vem e tem o lugar deles. Mas, uns “quinem” nós tivemos ano passado: Chegou um grupo de pessoas e tiveram que voltar, porque não teve lugar pra eles fica (Entrevista de 07/05/2011 com o Coordenador do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) em Matão/SP; grifos da autora).

Um homem o Manuel, o homem que deixava a gente por lá. No primeiro ano foi o Manuel que procurou casa pra gente sabe? O homem que leva a gente. Ai o primeiro ano que eu fui, sabe como é que foi? Menina eu chorava pra ele. Nós ficamos debaixo de uma área assim fechada, sabe? Criança dormindo no chão ‘quinem’ mendigo. Eu digo ‘Minha gente não vai vir mais aqui não’. Ai a pessoa pega e fica lá. E dormir num frio que chegava a congelar e tudo nós lá deitado no chão. Aí ficava assim nessa arinha mesmo, pro povo não fica no meio da rua, sabe? Aí a pessoa levantava cedo ia procurar uma casinha, mas pra achar num é fácil não. É, mas hoje as coisas tá mais fácil, você já deixa logo uma casa alugada, quem tá pensando em voltar né? Ai já deixa a casa mais arrumada (Entrevista de 11/12/2013 com Trabalhadora Rural 1, em Jaicós-PI; grifos da autora).

Nós fomos pra casa do meu irmão, ele mora lá. Ai no dia que nós chegemos, nós dormirmos lá. Ai depois, eu fui saindo pras ruas mais ele preocupado: ‘Tem casa pra aluga? Tem casa pra aluga?’ (risos). De rua em rua. Até que se ‘batemo’ nessa casa. Nesse quartinho, casa não. Um quarto. Ai, a moça disse que era 250, mas só que lá do lado já tinha três peão, sabe? Três homens. Ai, ela pergunto se nós queria mesmo assim, aluga pra um casal porque já tinha três peão tudo. Ai, era um banheiro pra nós tudinho. Ai, nós: ‘Não mulher, nós ‘qué’, nada a vê não um quarto ta bom’. (Entrevista em 10/12/2013 com Trabalhadora Rural 2, em Jaicós/PI; grifos da autora).

Os trechos das entrevistadas nos trazem dimensões centrais do processo de aluguel das casas em Matão. Visualizamos em um primeiro momento que a rede de apoio acionada pode ser tanto protagonizada pelos agenciadores da viagem, como no caso em que a entrevistada diz que em sua primeira safra fora Manuel, “o homem que deixava a gente por lá”, o responsável por localizar uma casa para ela e sua família, quanto por parentes e conhecidos. Outro ponto é a “reserva” da casa seja através da presença física “tem alguém que já fica na cidade segurando”, seja por meio do adiantamento dos aluguéis da próxima safra e então “você já deixa logo uma casa alugada”.

Os contratos verbais são estabelecidos diretamente entre o proprietário do imóvel e os trabalhadores rurais migrantes. A cobrança pode ser realizada por “cabeça”, por “cômodo” ou por “casa”, entre 2012 e 2013, constatamos que o aluguel variava entre 70 a 400 reais. Em geral, os proprietários das casas e cômodos alugados são migrantes oriundos dos Estados do Paraná, da Paraíba ou de Minas Gerais.

A existência de um mercado de aluguéis informais, conquanto, deve ser ponderada. Segundo Abramo (2012) o crescimento deste mercado em cidades latino-americanas pode ser explicado pelo aumento da precarização do mercado de trabalho, pela dificuldade de criação de uma poupança familiar que viabilize a aquisição de um terreno ou moradia, e por fim pela possibilidade de complementar a renda através do fracionamento da casa para fins de locação.

Lefèvre (1986, p. 138) destaca que no caso dos trabalhadores com baixas escolaridades que é “[...] proprietário de um lote, a construção de casas de aluguel no terreno onde habita é talvez a única forma de poupança possível dentro de seu universo”.

Em outras palavras, o mercado dos aluguéis informais além de permitir a retroalimentação das periferias urbanas migrantes também atua como parte das estratégias de reprodução familiar das camadas populares.

As condições de moradia também foram amplamente colocadas por nossos entrevistados e nos chamavam a atenção durante a realização do trabalho de campo. A fala “[...] nesse quartinho, casa não. Um quarto” traduzia a realidade encontrada em grande parte de nossas incursões nos bairros que constituem a periferia urbana migrante de Matão.

Em um mesmo terreno moravam de duas a quatro famílias de trabalhadores rurais migrantes, havendo também a existência de residências coletivas nas quais encontravam-se majoritariamente os ‘peões’ e ‘as mulheres solteiras’, ou seja, trabalhadores que migravam sozinhos e sem o acompanhamento de seus familiares. Em 2013 acompanhamos de perto duas famílias de trabalhadoras, a de Luiza e a de Ana<sup>61</sup>, ambas residentes na época no Jardim Popular.

A casa de Luiza possuía acesso independente, um pequeno quintal e três cômodos mais um banheiro. A cozinha era pequena cabendo um fogão, uma geladeira e uma pequena mesinha, uma sala na qual se encontrava um sofá de dois lugares e uma televisão e um quarto. Dona Luiza residia junto com seu marido, Zé e um filho “adotado”. Sua casa costumava figurar como local de encontro e de reuniões familiares principalmente por contar com um quintal e mais “privacidade”.

Já a casa de Ana, que residia com seu marido e dois filhos, se limitava a dois pequenos cômodos e um banheiro compartilhado por mais três famílias. No primeiro cômodo de sua moradia havia uma geladeira, um fogão, um pequeno armário e a cama na qual sua filha mais velha dormia, enquanto que no segundo cômodo ficava a cama de casal, um pequeno armário e mais um colchão.

Notamos pela fala do Coordenador do extinto Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) de Matão que as condições precárias de moradia eram comuns:

As condições de moradia, se for vê não tem condições de morar. Mas, como eles chegam no local, na cidade não tem pra onde ir, não tem escolha e são obrigado a abraça aquilo que aparece. A maioria hoje se for vê o povo que vem, as condições de moradia... 80% não teria condições de morar, tá? Então existe muita exploração pra quem tá migrando, esse pessoal faz uma reforma de qualquer jeito, as vezes, banheiro é pra vinte, trinta pessoas. Então, não têm condição de moradia mesmo, a maioria são condições muito precária. (Entrevista de 07/05/2011 com o Coordenador do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) em Matão/SP).

As empresas contratantes desta mão de obra, bem como, os poderes públicos municipais tinham ciência das circunstâncias em que se encontram a maior parte das moradias

---

<sup>61</sup> Ambos os nomes foram trocados com o objetivo de preservarmos as identidades das entrevistadas.

temporárias dos colhedores de laranja. Em 2013 a Citrosuco Paulista me convidou para uma reunião com o departamento de Recursos Humanos Agrícola com o objetivo de debatermos as condições de moradia, o intuito da empresa era a obtenção de certificação. Ao entrevistarmos um empreiteiro da cidade tivemos a informação de que antes da contratação efetiva do trabalhador era realizada uma vistoria na residência deste conjuntamente a um integrante da área de recursos humanos da empresa. A Citrosuco passou, inclusive, a gerenciar alojamentos no centro da cidade como destaca o trabalho de Maziero (2016).

Fui (sozinha), tinha assim mais as colegas da gente. Falavam assim que lá (Matão) é bom, que o trabalho lá é bom, “vamos que eu te apoio até tu arrumar um lugar pra tu morar”. Ai eu fui. [...] A primeira vez eu morei lá pra cima do Popular, na primeira vez. Ai, na segunda eu morei lá pro centro. Porque lá no centro eu fui na casa do patrão mesmo. [...] Porque o patrão tem a casa própria dele morar e a casa própria pros peão, pra recebe as pessoas, tem a casa dos homem, a casa das mulher. (Entrevista realizada em Jaicós/PI com Trabalhadora Rural 3 no dia 11/12/2013; grifos da autora).

O excerto da entrevista acima traz a experiência de uma trabalhadora rural que residiu em um dos alojamentos gerenciados por uma indústria processadora de suco concentrado de laranja. Ela aponta que os alojamentos são divididos por sexo e priorizam os trabalhadores rurais que migram sem o acompanhamento familiar, além disso, estes trabalhadores tem assegurado o traslado e outras assistências como vimos no Capítulo 2.

O cenário encontrado na periferia urbana migrante de Matão, cidade do agronegócio citrícola (ELIAS, 2003; PEREIRA, 2015), apresenta algumas similaridades com as periferias encontradas por Boechat e Giavarotti (2015) nos municípios de Olímpia, Bebedouro<sup>62</sup> e Limeira, importantes centros-urbanos do arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017).

Os autores (BOECHAT; GIAVAROTTI, 2015) conquanto destacam a centralidade do sistema de colonato e a migração do tipo rural-urbana, no século 20, como elementos-chaves do tecido social destas periferias.

Diferentemente de Matão em que as modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) mediadas pelo capital agrícola internacional reorganizam e retroalimentam o mercado de trabalho e dinamizam as periferias urbanas migrantes. Além disso, destacamos que no caso da cidade do agronegócio citrícola estudada, as periferias migrantes são observadas não

---

<sup>62</sup> A cidade de Bebedouro também é classificada por Elias e Pequeno (2006) como cidade do agronegócio.

somente nos espaços intra-urbanos (VILLAÇA, 2001) do “cá”, mas também nos espaços das comunidades rurais do “lá”.

A aquisição de um terreno ou da casa própria através do “dinheiro da laranja” se apresentava, na época da pesquisa, com parte ativa do projeto de “melhorar de vida” (MACIEL, 2013; 2016), conjuntamente, a compra de eletrodomésticos, eletrônicos, roupas e automóveis. Como podemos visualizar na parte da entrevista citada abaixo, os investimentos em melhoria da propriedade e da casa eram colocados como principais objetivos da entrevistada, particularmente o “fazer a casa crescer” e a troca do piso pela cerâmica.

**Entrevistadoras:** E você fez com o dinheiro da laranja?

**Ana:** É com o dinheiro da laranja. Antes eu morava em dois cômodo, aí nós fomos e cresci mais. Que essa sala era bem pequenininha, entendeu? Ai nós foi e cresceu pra ficar bem grande. Ai esse ano eu quero fazê uma área e uma lavanderia. Com direito a tanquinho de cimento, de lava roupa. E quero fazê uma área na frente. Porque meu piso é piso mesmo, não é cerâmica. Eu quero colocar cerâmica saindo da minha calçada.

**Entrevistadoras:** Você tem calçada?

**Ana:** Tem, tem uma calçadinha pra ficar sentada no final de tarde numa sombrinha. (Entrevista de 13/07/2013 com Trabalhadora Rural 4 em Matão/SP), grifos da autora.

Maricato (1982, p. 86) ao estudar as periferias urbanas da cidade de São Paulo destaca que a casa, em espaços periféricos, sempre se apresenta como “embrião da casa desejada” estando, portanto, em constante construção, assim a “[...] a casa cresce parceladamente”.

O “crescimento” e modificação da arquitetura destas casas remete a uma das faces da migração como prática social, assim a formação da “sociedade de casas fechadas” (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016) colabora na construção da presença social daqueles que migraram e, portanto, estão ausentes fisicamente. Nas palavras de Maciel (2016, p. 47).

A casa se torna motivo de ostentação e diferenciação social e, por ser uma casa de migrante, representa a modificação no status social familiar. Na maioria das vezes, as primeiras reformas realizadas na casa são aquelas que se referem à faixa voltada para a rua, onde normalmente se apresentam socialmente.

**FIGURA 31** – Espaço da migração: Origem, “Casa fechada” em comunidade rural de Jaicós, 2013



**Fonte:** PEREIRA, G. G.; MACIEL, L. M. (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

A “casa crescida” também se traduzia através da convivência de eletroeletrônicos e eletrodomésticos de última geração com uma infraestrutura que mesclava um acabamento mais refinado com a improvisação, através da construção “inacabada” (MARICATO, 1982; PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016). Era perceptível em algumas casas localizadas nas comunidades rurais a existência de diferentes tempos de construção da casa e que combinavam distintos materiais de construção.

**FIGURA 32** – Espaços das Migrações (Origem), Casa “crescida” em comunidade rural de Jaicós, 2013



**Fonte:** PEREIRA, G. G.; MACIEL, L. M. (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

Os espaços das periferias migrantes urbanas do “cá” e rurais do “lá” se conectam cotidianamente por meio das idas e vindas destes trabalhadores rurais. A articulação destes dois espaços geograficamente distantes, mas que se aproximam através da migração temporária, criam novas espacialidades e significados para a periferia migrante urbana e rural.

No caso das periferias rurais notamos a ressignificação do rural como “local de descanso” no período entressafra (MACIEL, 2016). Enquanto que as periferias urbanas se apresentam como via de acesso destes migrantes ao espaço intra-urbano, configurando periferias migrantes, em especial, por conta do protagonismo das relações informais e pessoais que mediam a obtenção de moradia na cidade de Matão.

**FIGURA 33** – Espaço da migração: Origem, “Casa fechada” em comunidade rural de Jaicós, 2013



**Fonte:** PEREIRA, G. G.; MACIEL, L. M. (2013). Banco de Imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/IFCH/UNICAMP).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das migrações internas de longa distância de trabalhadores rurais para a colheita da laranja no interior do Estado de São Paulo em décadas recentes nos permite visualizar as feições da reprodução contemporânea do capitalismo dependente (MARINI, 1965; SANTOS, 1970; FERNANDES, 1975). Ainda que nos últimos trinta anos tenhamos acompanhado o aumento da complexidade da estrutura sócio profissional do mercado de trabalho rural e urbano do agronegócio brasileiro (ELIAS, 2003) e a adoção de novas estratégias com as mudanças organizacionais do setor (MAZZALI, 1999; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013a) perpetua-se a convivência de distintos tempos históricos (PRADO, 1979) que congregam as formas “arcaicas” de controle de trabalho, de acesso a cidade e aos direitos sociais com o “moderno” da revolução tecnológica (CASTELLS, 1989) e das exigências de um mercado consumidor global (DUPAS, 2005a; 2005b).

A proposta de análise da citricultura paulista através um novo recorte regional que reconhece a centralidade da rede urbana (CÔRREA, 2006) na composição dos condicionantes históricos, econômicos e demográficos no desenvolvimento de regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2013) viabilizou a construção de um caminho teórico-metodológico para o entendimento do agronegócio citrícola no século 21 e seus desdobramentos nas esferas locais, regionais e globais através da operacionalização do conceito de arranjo urbano-rural regional da laranja (DEMÉTRIO, 2017).

Sinalizamos também que a formalização dos vínculos empregatícios no rural latino-americano, bem como, a ampliação de direitos trabalhistas e sociais destes trabalhadores, ao longo dos anos 2000, foi tanto resultante das pressões e denúncias articuladas pelos movimentos sociais, pela academia, pelos próprios trabalhadores quanto de pressões externas do mercado consumidor internacional, via responsabilidade social (GRUN, 2013; SILVA, 2016), de commodities agrícolas e suas derivações (DUPAS, 2005a). Demonstrando, assim, mais um indício da forte conexão entre esferas de decisão globais e locais na reestruturação do mercado de trabalho rural-agrícola do agronegócio.

As idas e vindas da população migrante pode ser entendida, segundo Silva (2016), como resultante das estratégias de reprodução e manutenção familiar frente aos processos de expropriação e exploração destes trabalhadores em seus locais de origem tanto no rural paulista, quanto nas comunidades rurais dos Estados do Piauí e do Maranhão.

Assinalamos, em somatória, que no caso da colheita da laranja o protagonismo da mão de obra migrante, interna e internacional, também se verifica historicamente no contexto internacional no mercado de trabalho mexicano e estadunidense (GATTI; ALCALA, 1980; GERALDELLO, 2015).

A ampliação do acesso da população de trabalhadores rurais migrantes as políticas sociais, através do Programa Bolsa-Família (PBF) e ao mercado de trabalho formal, o que garantia na época o Seguro-Desemprego, ocasionou na articulação de novas estratégias de reprodução familiar (MENEZES, 2009) e na produção de novas espacialidades no rural piauiense (MACIEL, 2016). Além disso, os registros administrativos referentes ao mercado de trabalho formal e ao cadastro único para programas sociais se apresentaram para nós como fontes de dados alternativas, particularmente no período intercensitário, que permitiram o mapeamento e a caracterização deste fenômeno demográfico.

O estudo de caso da cidade de Matão, expoente mundial da produção de suco concentrado de laranja, permitiu ainda a visualização das transformações de uma esfera local altamente sincronizada com as dinâmicas globais através da constituição das periferias migrantes rurais e urbanas da citricultura paulista. E que simultaneamente articulou a ação de distintos atores sociais e econômicos como o poder público (PEREIRA, 2015), a elite agrária (ELIAS, 2003; ELIAS; PEQUENO, 2007) e os trabalhadores rurais migrantes (PEREIRA, 2015; MACIEL, 2016) na composição do tecido social intra-urbano (VILLAÇA, 2001).

Com efeito, a condição migratória se apresentou, em nosso estudo, como característica intrínseca na sociedade do agronegócio brasileiro, nesse sentido, as migrações sazonais (MARTINS, 1986) dos trabalhadores rurais migrantes para a colheita da laranja no interior paulista representam as “pontas” do processo de globalização da agricultura ao mesmo tempo em que são expressões locais de um fenômeno global.

Através do diálogo entre o “lá” e o “cá” do deslocamento populacional, que não se justifica tão somente pelos fatores de “expulsão” e “atração” (SINGER, 1980), mas sim por suas aproximações sociais por meio da constituição do que denominamos aqui como periferias migrantes urbana e rural do agronegócio citrícola.

No espaço rural do “lá” visualizamos a produção de novas espacialidades (MACIEL, 2016) traduzidas pelo “fazer a casa crescer”, pela modificação dos padrões de construção das moradias que passam a contar com calçadas, azulejos e garagens nos “padrões paulistas”.

A periferia migrante, no espaço urbano do agronegócio, se constitui e se retroalimenta por intermédio das parcerias público-privadas na idealização de programas habitacionais que culminaram no reforço da dinâmica sócio espacial local que dita quais são os bairros “de moradores” e quais são de “piauienses”, e é condicionada pelo acionamento da rede de relações dos colhedores de laranja que dentre formalidades e informalidades encontra no contrato de aluguel informal sua expressão rotineira. A periferia migrante do “cá” se apresenta, portanto, muitas vezes como única forma de acesso dos trabalhadores rurais migrantes à cidade e permite, as camadas populares locais, sua reprodução familiar e complemento de renda.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. La ciudad com-fusa: mercado y producción de la estructura urbana en las grandes metrópolis latinoamericanas. **EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago de Chile, Chile, v. 38, n. 114. p. 35-69, 2012.
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Theory, Culture & Society**, London, v. 7, p. 295-310, 1990.
- ALBALADEJO, C. Dinámica de la inserción de la agricultura pampeana y emergencia del agribusiness. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (coord). **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires. Editora Biblos, 2013. p. 67-96.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSSI, C. (org.). **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília, DF: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), 2017. p. 13-29.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos par ao seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011. P. 71-93.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. In: BALÁN, J. (org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro. 1974.
- BARBOSA, G. R. Trabalho precário: a reinvenção de velhas formas de contratação no complexo agroindustrial (cai) citrícola paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, SP, v. 1, n. 2, p. 16-27, 2009.
- BARBOSA, G. R; ALVES, F. J. C. A volta dos gatos no complexo agroindustrial citrícola paulista: os consórcios de produtores rurais. **Informações Econômicas**, São Paulo, SP, v. 38, n. 10, p. 16-27, 2008.
- BASSANEZI, M. S. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N (coord.) In: **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.
- BECKER, B. K. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica é possível? In: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2007, p. 267-299.
- BOECHAT, C. A; GIAVAROTTI, D. M. Os sentidos da urbanização: produção do espaço de bairros de trabalhadores em cidades do Estado de São Paulo. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, p. 39-47, 2015.
- BOURDIEU, P. **Las estrategias de la reproducción social**. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores, 2011.
- BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Lés Éditions De Minuit, 1979.

BRASIL. Ministério do Trabalho e da Previdência Social. **Manual de orientação da relação anual de informações sociais (RAIS): ano-base 2016**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **Manual do entrevistador: Cadastro Único para Programas Sociais**. 3. ed. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações: CBO – 2010**. 3. ed. Brasília, DF, 2010.

BRIONES, R. M.; RAKOTORISOA, M. A. **Investigating the structures of agricultural trade industry in developing countries**. Roma: FAO, 2003. (FAO Commodity and Trade Policy Research Working Paper, n. 38).

BRITO, A. S.; KERSTENETZKY, C. L. **Beneficiários do programa bolsa família e mercado de trabalho: considerações metodológicas e substantivas**. Niterói, RJ: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento, 2011. (Texto para Discussão, n. 21).

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte, MG: UFMG/CEDEPLAR, 2009. (Texto para Discussão, n. 366).

CAIADO, A. S. C.; SANTOS, S. M. M. Fim da dicotomia rural-urbano?: um olha sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 17, n. 3, p. 155- 123, 2003.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. 46-53, 1995.

CANALES, A. I. **E pur si muove: elementos para uma teoria de las migraciones em el capitalismo global**. México, DF: Universidad de Guadalajara, 2015.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Campinas, SP: IE/ Unicamp, 2011. (Texto para Discussão, n. 193).

CANO, W. Da crise ao caos urbano. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A; GALVÃO, A. C. F. (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo, SP: Editora Unesp; ANPUR, 2003.

CANO, W. Questão regional e urbanização no desenvolvimento brasileiro pós 1930. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1998, Olinda, PE. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

CANO, W. Perspectivas do desenvolvimento econômico do interior paulista. In: TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (org.). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1988.

CASTELLS, M. The informational mode of development and the restructuring of capitalism. In: CASTELLS, M. **The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process**. Oxford: Basil Black well, 1989. p. 7-32.

CASTILLO, R. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: ERNARDES, J.A.; SILVA, C. A.; ARRUIZO, R. C. (org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2013. p. 75-83.

CHARLTON, D.; TAYLOR, J. E. A declining farm workforce: analysis of panel data from rural México. **American Journal of Agricultural Economics**, US, v. 98, n. 4, p. 1158-1180, 2016.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, SP: Xamã, 1996.

COOK, M. L.; CHADDAD, F. R. Agroindustrialization of the global agrifood economy: bridging development economics and agribusiness research. **Agricultural Economics**, Amsterdam, v. 23, n. 3, p. 207-218, 2000.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 2006.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, n. 50, p. 55-74, 1990.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes. **Population**, Paris, v. 43, n. 4-5, p. 877-880, 1988.

COURGEAU, D. Relations entre cycle de vie et migrations. **Population**, Paris, v. 39, n. 3, p. 483-513, 1984.

CURRALERO, C. R. B. **O enfrentamento da pobreza como desafio para as políticas sociais no Brasil: uma análise a partir do Programa Bolsa Família**. 2012. 257f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

DAWSEY, J. C. **De que riem os boias-frias? Diários de Antropologia e Teatro**. São Paulo, SP: Terceiro Nome, 2013.

DE HASS, H. **Migration and development: a theoretical perspective**. International Migration Institute; University of Oxford, 2008. (Working Papers, n. 9).

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo, SP: ICONE Unicamp, 1985.

DEMÉTRIO, N. B. **Arranjos urbanos-rurais regionais: o rural paulista no século 21**. 2017. 290f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. **Las migraciones**. Trad: Eduardo Bologna. Córdoba: República da Argentina, 1996.

DUPAS, G. Proposta teórico-metodológica: regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZO, R. C. (org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2013, p. 19-30.

DUPAS, G. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, SP, v. 13, n. 2. p. 153-167, 2011.

DUPAS, G.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém, PA. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2007.

DUPAS, G.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2006.

DUPAS, G. Nova ordem global e a política: o espaço da periferia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REGGEN – ALTERNATIVAS GLOBALIZAÇÃO, 2005, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Brasília, DF: UNESCO, 2005a.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global:** assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2005b.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 1984.

ELIAS, D. Proposta teórico-metodológica: regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZO, R. C. (org.). **Espaço e energia:** mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2013. p. 19-30.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém, PA. 2007. **Anais...** São Paulo, SP: ANPUR, 2007.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2006.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura.** São Paulo, SP: Editora da USP, 2003.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 29, p. 98-119, 1991.

FARIA, V. E. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Campos do Jordão, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1978. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2924/2786>.

FAVORETTO, T. **Máquinas de empobrecimento:** impactos da mecanização do corte da cana sobre trabalhadores canavieiros em Barrinha, SP. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 25, n. 72, p. 89-176, 2010.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e sociedade de classes. In: FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1975. p. 43-102.

FLORES, S. M. L.; SALDAÑA, K. S. En búsqueda del control: enganche e indústria de la migración en una zona productora de uva de mesa. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales en América Latina.** Montevideo: CLASCO; UDELAR, 2015.

FREDERICO, S. Região e modernização agrícola. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZO, R. C. (org.). **Espaço e energia:** mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lamparina, 2013. p. 99-111.

GARCIA JR., A. **O Sul:** caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da UnB; MCT-CNPq, 1989.

GATTI, L. M.; ALCALÁ, G. Los trabajadores asalariados de la zona citrícola de Nuevo Leon. **Relaciones Estudios de Historia y Sociedad**, Ciudad del México, v. 1, p. 129-140, 1980. Disponível em:

<https://www.colmich.edu.mx/relaciones25/files/revistas/001/LuisMariaGattiyGracielaAlcala.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GERALDELLO, C. S. A citricultura estadunidense. In: GERALDELLO, C. S. **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense**. São Paulo, SP: Editora da UNESP; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2015. p. 85-120. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138597>. Acesso em: mar. 2018.

GEREFFI, G. **Global value chains, development and emerging economies**. Vienna: United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), 2015. (Research, Statistics and Industrial Policy Branch/Working Paper 18/2015).

GILL, T. G. Case studies in agribusiness: an interview with Gay Goldberg. **Informing Science – The International Journal of an Emerging Transdiscipline**, USA, v. 16, p. 203-2012, 2013. Disponível em: <http://www.inform.nu/Articles/Vol16/ISJv16p203-212GillCS02.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. 1998. 339f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

GONÇALVES NETO, W. A ação do Estado: a agricultura nos planos de governo no Brasil. In: GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1997. p. 115-140.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (coord.). **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires, Argentina: Editora Biblos, 2013a, p. 49-66.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo *agribusiness* y sus estilos empresariales. In: GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (coord.). **El agro como negocio: producción, sociedad y territorios en la globalización**. Buenos Aires, Argentina: Editora Biblos. 2013b, p. 17-46.

GRUN, R. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 25, n. 1, p. 179-213, 2013.

HAKKERT, R. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996. (Textos Didáticos, n. 3).

HALL, P. A.; SOSKICE, D. Introduction. In: HALL, P. A.; SOSKICE, D. (org.). **An introduction to varieties of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 1-68.

HART, E. The U.S. **Orange juice tariff and the "Brazilian Invasion" of Florida: the effect of Florida's Brazil – Based processors on the political debate over the U.S. orange juice tariff**. 2004. 94f. Thesis (Master of Arts in Law Diplomacy) – The Fletcher School, Medford, MA, 2004.

- HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. **A condição pós-moderana**. 9. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.
- IANNI, O. Nação e globalização. In: SANTOS, M. et al (org.). **O novo mapa do mundo: fim do século e globalização**. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1997, p. 66-74.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE. **Malhas digitais 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 2007**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- JAMANDRE, W. **Agribusiness: a perspective**. Philippines: Central Luzon State University, 2013.
- JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 6. ed. Campinas, SP: Alínea. 2017.
- JARDIM, M. C. Nem sagrado, bem profano: mercados como fato social total. In: JARDIM, M. C. (org.). **Mercados: nem sagrado, nem profano**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2015, p.7-18. (Série Temas em Sociologia, n. 8).
- JEAN, B. Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 1, p. 5-27, 2002.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação no caso brasileiro**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS; Programa em Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KAY, C. La transformación neoliberal del mundo rural: procesos de concentración de la tierra y del capital y la intensificación de la precariedad del trabajo. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, Buenos Aires, Argentina, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2016.
- KAY, C. Latin America’s exclusionary rural: development in a neo-liberal World. In: LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION (LASA), 1997, Guadalajara, Mexico. **Anais...** Pittsburgh, PA: LASA, 1997.
- LEFÉVRE, R. B. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios na cidade de São Paulo. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p. 95-116.
- LEFF, E. **Límites y desafíos de la dominación hegemónica: la geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2002.
- LUCKSTEAD, L.; DEVADORS, J.; MITTELHAMMER, R. C. Imperfect competition between Florida and São Paulo (Brazil) orange juice producers in the U.S. and European markets. **Journal of Agricultural and Resource Economics**, US, v. 40, n. 1, p.164-178, 2015.  
Disponível em <http://www.waeaonline.org/UserFiles/file/JAREJan201510Lucksteadpp164-178.pdf>. Acesso em: mar. 2019.
- MACIEL, L. M. **Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto e Médio Canindé piauiense para a Região Central do Estado de São Paulo**. 2016. 310f.

Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida:** arranjos familiares na migração rural-urbana para o interior de São Paulo. Jundiaí, SP. Paco Editorial. 2013.

MACIEL, L. M. Migração e identidade entre trabalhadores “rurais-urbanos” no interior de São Paulo. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador, BA. **Anais...** CONLAB, 2011.

MACIEL, L. M.; BAENINGER, R. Assalariamento rural no interior de São Paulo: um estudo sobre migrações e identidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2011.

MAIA, M. L. **Citricultura paulista:** evolução, estrutura e acordo de preços. São Paulo, SP: Instituto de Economia Agrícola, 1996. (Coleção Estudos Agrícolas, n. 4).

MARGARIDO, M. A. A agroindústria citrícola: aspectos estruturais e mercadológicos. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, SP, v. 43, n. 2, p. 45-65, 1996.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MARTINS, C. E. (comp.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá, Colombia: Clacso; Siglo del Hombre Editores, 2008. p. 247-271.

MARINI, R. M. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. México DF: Editorial Era, 1977, p. 20-39. (Cuadernos Políticos, n. 12).

MARINI, R. M. **La economía del capitalismo brasileiro**. Santiago de Chile, Chile: CESO; Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1971. (Documento de Trabajo, n. 5 del Seminario Interno sobre “Algunos aspectos de la transición del capitalismo al socialismo”).

MARINI, R. M. Brazilian “interdependence” and imperialist integration. **Monthly Review**, New York, NY, v. 17, n. 7, p.10-29, 1965.

MARTIN, M. Situating the argument for interpretative political economy. In: MARTIN, M. **Globalization, macroeconomic, stabilization, and the construction of social reality:** an essay in interpretative political economy. Alemanha: Lit Verlag, 2004, p. 1-24. (Market, Culture and Society, v. 13).

MARTINE, G. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral**. Brasília, DF: Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, SP, n. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1980.

MARTINS, J. S. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p. 43-61.

- MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, SP: Pioneira, 1975.
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 12, n. 1-2, p. 35-58, 1995.
- MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial do complexo à organização “em rede”**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1999.
- MAZIERO, M. D. **Como se dá a contração do colhedor migrante nas grandes empresas produtoras de suco de laranja**. São Carlos, SP: Departamento de Engenharia de Produção/Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- MELLO, J. M. C. A contra-revolução liberal-conservadora e tradição crítica latino-americana: um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L (org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 15-24.
- MELLO, M. C. I. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- MENDONÇA, M. L. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **Contexto Internacional PUC**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 2, p. 375-402, 2015.
- MENDONÇA, M. L. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de *agronegócio*. 2013. 217f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.
- MENEZES, M. A.; COVER, M. A noção de redes sociais aplicada a pesquisas em espaços de trabalhadores migrantes. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, GO, v. 20, n. 2, p. 95-113, 2017.
- MENEZES, M. A migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R (org.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012.
- MENEZES, M. A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2009. (Estratégias de Reprodução Social, v. II).
- MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. João Pessoa, PB: Editora Universitária UFPB, 2002.
- MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2014.
- MOREIRA, R. O espaço total-brasileiro. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A.; ARRUZO, R. C. (org.). **Espaço e energia**: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2013. p. 19-30.
- MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 115, p.199-210, 2008.
- MÜLLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1985. (Série São Paulo 80, v. 2).

MUNDO NETO, M. De sucroalcooleiro a sucroenergético: a construção de um campo organizacional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2009.

MUTHOO, A. A non-technical introduction to bargaining theory. **World Economics**, v. 1, n. 2, p. 145-166, 2000. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/amuthoo/publications/simpbarg.pdf>.

NEIMAN, G. Reclutamiento y contratación de trabajadores estacionales migrantes en el Valle de Uco provincia de Mendoza, Argentina. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideu: CLASCO; UDELAR, 2015.

NEVES, M. F. (coord.) et al. **O retrato da citricultura brasileira**. Ribeirão Preto, SP: Markestrat, 2010.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo, SP: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, M. C. F. A. **A produção da vida: a mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura**. 1981. v. 1. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1981.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP; Curitiba, PR: IPARDES, 1998.

PACHECO, C. A. **Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização da região de Araraquara e São Carlos 1880/1930**. 1988. 223f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1988.

PAIVA, O. C. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru, SP: Edusc Editora, 2004.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006). Acesso em: jun. 2018.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro, RJ: ENCE/IBGE, 2003. (Textos para Discussão, n. 7).

PATARRA, N. L. et al. População e espaço: movimentos migratórios, urbanização e regionalização. In: FUNDAP. **Políticas sociais no Brasil: avaliação e propostas para os anos 90**. São Paulo, SP, 1991. p. 59-86. (Documento de Trabalhos, DT/QS).

PAULILLO, L. F.; L.F.; ALMEIDA, L. M.; MELLO, F. O. A coordenação agroindustrial citrícola brasileira e os novos recursos de poder: dos políticos aos jurídicos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, AC. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2008.

PAULILLO, L. F. **Competitividade e rede de relações no território citrícola brasileiro: a concentração agroindustrial e o poder de negociação como elementos definidores**. [s. l.], 2000. (Estudos de Casos). Disponível em: [http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP\\_FaoRlc/old/prior/desrural/alianzas/pdf/paulillo.pdf](http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/prior/desrural/alianzas/pdf/paulillo.pdf).

- PAULILLO, L. F. Terceirização e reestruturação agroindustrial: avaliando o caso citrícola brasileiro. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, PR, v. 3, n. 1, p. 87-103, 1999.
- PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004. (SOCIUS Working Papers, n. 11).
- PENNECK, S. Using administrative data for statistical purposes. In: ICES-III, 2007, Montreal, Quebec, Canada. **Anais...** 2007. p. 1470-1475.
- PEREIRA, G. G.; BAENINGER, R. Periferias migrantes: trabalhadores rurais migrantes do Agronegócio Citrícola em São Paulo (BRASIL). In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 8., 2016, Buenos Aires, Argentina. **Anais...** ALAST, 2016.
- PEREIRA, G. G. **Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- POLTRONIERI, L. C. **Difusão espacial da citricultura no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Instituto de Geografia/USP, 1976.
- PORTER, M. E.; MILLAR, V. A. How information gives you competitive advantage. **Harvard Business Review**, Boston, v. 63, n. 4, p. 149-160, 1985.
- PORTES, A. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, A. (ed). **The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity and entrepreneurship**. New York, NY: Russell Sage Foundation, 1995. p. 1-40.
- PÓVOA-NETO, H.; FERREIRA, A. P. (org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan/FAPERJ, 2005.
- PRADO JR., C. O sentido da colonização. In: PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1979.
- QUARANTA, G. Hogares rurales y oferta laboral en mercados transitórios de trabajo agrícola migrante, província de Santiago del Estero, Argentina. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevídeu: CLASCO; UDELAR, 2015.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires, Argentina: CLASCO, 2005. p. 117-142.
- REGO, W. K.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2014.
- REIS, L. F. **Mecanização e intensificação do trabalho no corte de cana do CAI canavieiro do Estado de São Paulo**. 2012. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.
- RIELLA, A.; MASCHERONI, P. Transformaciones agrarias y cambios recientes en los mercados de empleo rural en Uruguay. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevídeu: CLASCO; UDELAR, 2015. p. 237-262.
- RIELLA, A.; TUBÍO, M; LOMBARDO, R. Cadenas globales y trabajo rural la producción de arándanos en Uruguay. **Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, Argentina, v. 26, n. 32, p. 113-132, 2013.

- RIELLA, A. Los frenos a la construcción de ciudadanía en el campo: el caso de los asalariados rurales en Uruguay. In: DE GRAMMONT, H. C. (coord.). **La construcción de la democracia en el campo latino-americano**. Buenos Aires, Argentina: CLASCO, 2006. p. 159-185.
- RIGOTTI, J. I. Dados censitários e técnicas e análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2015.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo, SP: Livros Studio Nobel Ltda; FAPESP, 1997.
- ROVIEIRO, A. **Terras nas mãos dos pequenos: relações produtivas e econômicas dos pequenos produtores de cana para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista**. 2015. 111f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2015.
- SALATA, R. O trabalho em São Paulo e a terra dos outros: mobilidades e autonomia entre trabalhadores-migrantes. **RURIS**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 151-180, 2017.
- SALATA, R. Práticas migratórias e trabalho reestruturado: considerações sobre a constituição de novos núcleos familiares nos projetos migratórios. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 11., 2015 e ACTAS DE LA REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, 11., Montevideo, Uruguay. **Anais...** 2015.
- SANCHÉZ, L. R. Las trayectorias en los estudios de migración: una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. In: ARIZA, M.; VELASCO, L. (org.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. México, DF: Instituto de Investigaciones Sociales de La Universidad Nacional Autónoma de México; El Colegio de La Frontera Norte, 2012.
- SANTOS, A. P. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP**. 2013. 285f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2012.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1993.
- SANTOS, M. Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans le pays du Tiers Mounde. **Revue Tiers Monde**, n. 50, p. 247-268, 1972.
- SANTOS, T. Globalização e regionalização na economia mundial. **Revistas Eletrônicas da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul**, p. 79-96, 1993. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/394/626>. Acesso em: jan. 2018.
- SANTOS, T. The structure of dependence. **The American Economic Review**, US, v. 60, n. 2, p. 231-236, 1970.

- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. (org.). **Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2003. (Coleção Economia Contemporânea).
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **La movilidad del trabajo y del capital**: un estudio sobre la corriente internacional de la inversión y del trabajo. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridade Social, 1993.
- SHAHROKHI, M. The global financial crises of 2007-2010 and the future of capitalism. **Global Finance Journal**, v. 22, n. 3, p. 193-210, 2011.
- SILVA, J. F. G. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 7, n. 3, p. 2-10. 1993.
- SILVA, M. A. M. Trabalho rural: as marcas da raça. **Lua Nova**, São Paulo, SP, n. 99, p. 139-167, 2016.
- SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. La simbiosis perversa: las máquinas y de la degradación del trabajo en el estado de San Pablo, Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideu: CLASCO; UDELAR, 2015.
- SILVA, M. A. M.; MELO, B. M. Vidas em trânsito: mulheres migrantes dos cocais maranhenses nas cidades canavieiras paulistas. **Revista Tópos**, Presidente Prudente, SP, v. 6, n. 1, 2012.
- SILVA, M. A. M. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**, São Paulo, SP, v. 19, n. 1, p. 165-180, 2008a. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628>. Acesso em: maio 2011.
- SILVA, M. A. M.; MELO, B. M.; VERÇOSA, L. Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: “A permanência do intolerável”. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I. (org.). **Conflitos do campo no Brasil**. Brasília, DF: CPT Nacional, 2012. p. 90-99.
- SILVA, M. A. M. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do Nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: REGIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro, BA. **Anais...** Brasília, DF: ABA, 2008b.
- SILVA, M. A. M. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS**, São Paulo, SP, v. 3, n. 2, 2008c.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1999.
- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 21-26.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico Latino-Americano. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 7, 1972.

SWEDBERG, R. Economic organization. In: SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. New Jersey: Princeton University Press, 2003. p. 53-73.

TARRIUS, A. A. Leer, describir, interpretar. las circulaciones migratória: conveniência de la noción de “território circulatório” los nuevos hábitos de la identidad. **Relaciones**, México, v. 21, n. 83, p. 39-66, 2000.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: Différenciation des groupes migrant. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, Paris, n. 59-60, p. 51-60, 1994.

TAVARES, M. C. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. In: TAVARES, M. C.; FIORI, L. F. (org.). **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1993.

TAYLOR, J. E.; CHARLTON, D.; YÚNEZ-NAUDE, A. The end of farm labor abundance. **Applied Economic Perspectives and Policy**, v. 34, n. 4, p. 587-598, 2012.

TROIANO, J. **Espaços de comercialização e perfis de consumo**: impactos nas escolhas e estratégias produtivas de pequenos e médios produtores orgânicos do interior paulista. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2015.

TRUZZI, O. **Café e indústria**: São Carlos 1850-1950. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 2000.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, PE, v. 9, n. 1, p. 9-21, 2007. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167>. Acesso em: 21 jun. 2018.

VALLE, L. M. Agronegocio y proletarización rural en la sierra central de Ecuador, provincia de Cotopaxi. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideú: CLASCO; UDELAR, 2015.

VETORASSI, A. **Laços de trabalho e redes dos migrantes**: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes de Serrana-SP e Guariba-SP. 2010. 200f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

VIEIRA, L. F. et al. **A citricultura no Estado de São Paulo e a contribuição da pesquisa à bibliografia citrícola nacional**. Campinas, São Paulo: ITAL, 1976. (Instruções Técnicas, n. 12).

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista da ALASRU Nueva Epoca**, v. 5, p. 17-44, 2010.

ZACHARIAS, M. L. B. Cadastros estatísticas de empresas construídos a partir de registro administrativos. Santiago do Chile, Chile: CEPAL, 2003.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

A COMARCA. Ano 71, n. XXIII. **Matão**. Edição Comemorativa do 97º Aniversário de Matão. ago. 1995.

A COMARCA. Ano 63, n. 3.353. Matão. 17 out. 1987.

A COMARCA. Ano 61, n. 3.236. Matão. 13 jul. 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastramento Único para Programas Sociais**: complementação CADBES. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual do entrevistador**. 3. ed. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Formulário Principal de Cadastramento (Cadastro Único para Programas Sociais)**. Versão 07. Brasília, DF, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro, RJ, 1960. (Série Regional, volume I, tomo XIII – Estado de São Paulo).

IBGE. **Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, RJ, 1954. (Série Regional, volume XXV, tomo 1 – Estado de São Paulo).

IBGE. **Censo Demográfico de 1940**. Rio de Janeiro, RJ, 1950. (Série Regional: Parte XVII – Estado de São Paulo. Tomo 2).

## BASES DE DADOS CONSULTADAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Micro dados do Cadastro Único dos Programas Sociais**. Brasília, DF: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Matão/SP, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Micro dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF: [s. d.]. (Vínculos e Estabelecimentos).

FUNDAÇÃO SEADE. **Informação dos Municípios Paulistas (IMP)**. São Paulo, SP: [s. d.].

IBGE. **Banco de Dados Agregados. Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, RJ: [s. d.]. (Séries Temporais.)

## ANEXOS

### 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Cadastro Único para Programas Sociais)



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro para os devidos fins que a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Matão/SP concedeu acesso à pesquisadora Giovana Gonçalves Pereira (PPGD/IFCH/NEPO/UNICAMP), integrante do Observatório das Migrações em São Paulo (Processo n. 2014/04850-1) cuja coordenação está sob a responsabilidade da Profa. Dra. Rosana Baeninger (IFCH/Unicamp), aos microdados desidentificados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do município no mês de janeiro de 2018.

A Secretária, bem como, os funcionários responsáveis pela gestão da base de dados foram informados e notificados de que as informações sigilosas e que permitiram a identificação da população cadastrada foram descartadas, assim como, a autorização de manipulação dos microdados foi consentida somente à pesquisadora Giovana G. Pereira não estando a mesma autorizada a divulgação da base de dados para terceiros. A pesquisadora também se comprometeu em prezar pelo sigilo das informações e que o uso dos microdados será restrito aos fins acadêmicos e de pesquisa.

Assinam o presente termo,

**Giovana Gonçalves Pereira**

Pesquisadora do Observatório das Migrações (NEPO/IFCH/UNICAMP)

**Representante da SADS**

Gestora da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social  
(SADS-Pref. Municipal Matão)